

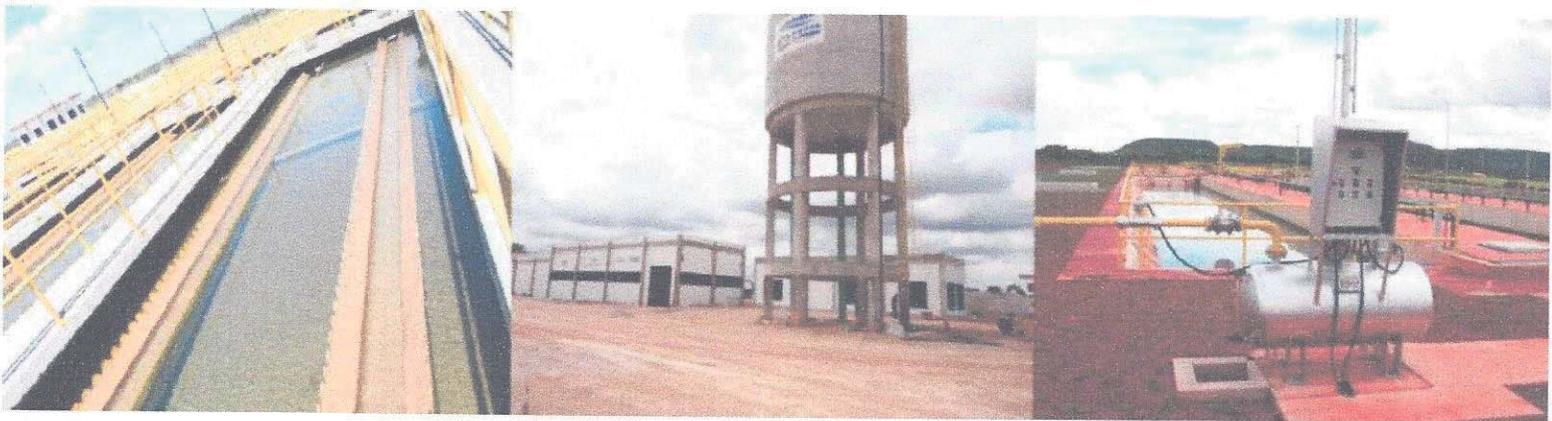


CÂMARA MUNICIPAL DE GURUPI

ESTADO DO TOCANTINS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CPI Nº 001/2019 – SANEATINS / BRK AMBIENTAL

RELATÓRIO FINAL



Câmara Municipal de Gurupi-TO, 12 de dezembro de 2019.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Nº 001/2019

CRIADA PELA RESOLUÇÃO DE Nº 07/2019 DATADA DE 25 DE JUNHO DE 2019, OBJETIVANDO INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA EMPRESA DE SANEAMENTO BÁSICO, BRK AMBIENTAL, DENTRO DO MUNICÍPIO DE GURUPI, EM ESPECIAL, NO TOCANTE A COBRANÇA DE TARIFA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, COBRANÇA DE TARIFA MÍNIMA, INSTALAÇÃO DE REDUTORES DE ENTRADA DE AR NA TUBULAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES.

Vereador Sargento Jenilson
PRESIDENTE

Vereador Claudio do Trevo
VICE-PRESIDENTE

Vereador Ataíde Leiteiro
RELATOR

Vereador César da Farmácia
MEMBRO



AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos à Equipe de Apoio e todos os demais servidores e funcionários desta Douta Casa de Leis pelo trabalho focado e primoroso construído em cada etapa vencida, diuturnamente, tornando viável e possível a existência do presente relatório e a conclusão dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

SERVIDORES DESIGNADOS PARA ASSESSORAMENTO DOS TRABALHOS

ANA FLÁVIA ROCHA MONTEIRO

HENNYSON AIRES BOTELHO

JOELMA GUEDES MARTINS

SÉRGIO PEREIRA DE ASSUNÇÃO

UEMERSON DE OLIVEIRA COELHO

SERVIDORES QUE PRESTARAM APOIO NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA CÂMARA MUNICIPAL

CLAUDENIR JOSÉ DE SOUSA

THAIS FARIAS PEREIRA



Sumário

1. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI.....	5
1.1. Fundamentos de sua criação.....	5
1.2. Composição.....	7
1.3. Objeto da CPI.....	8
2. DOS ATOS E FATOS	8
3. DOS FATOS	22
3.1. Levantamento e Apuração	22
3.2. Da análise de documentos e processos.....	40
3.3. Das oitivas.....	43
3.4. Da audiência Pública	115
4. CONCLUSÃO	158
4.1. Legalidade concessão	158
5. PARECER DO RELATOR	165



QUADRO EXPOSITIVO – TRABALHOS CPI Nº 001/2019

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Dias trabalhados	180 dias
Vereadores Mobilizados	13
Servidores empregados	07
Denúncias Recebidas pela Comissão	132
Testemunhas Ouvidas	16
Visitas Técnicas	08
Reuniões Técnicas	06
Volumes do Processo	07

1. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI

1.1. Fundamentos de sua criação

A Lei Orgânica Municipal (LOM) a Constituição Municipal, criada para atender as necessidades e peculiaridades do município, promulgada pela Câmara Municipal, deve atender aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e Estadual. Nela está contida a base que norteia a vida da sociedade local, na soma comum de esforços visando o bem estar social, o progresso e o desenvolvimento de um povo.

Considerando o crescente número de reclamações de consumidores em face da prestação de serviços pela concessionária responsável pelo serviço público de água e esgoto no Estado do Tocantins, BRK-ambiental/Saneatins, a Câmara Municipal por meio do requerimento de nº 705/2019 de autoria dos Vereadores, Ivanilson Marinho – MDB, André Caixeta – PSB, Marilis Fernandes – PDT, Zezinho da Lafiche – PROS e Valdonio Rodrigues – PSB solicitaram a criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) .



Diante da aprovação do requerimento acima citado e, com base no que prescreve o artigo 52, XV, da Lei orgânica Municipal, criou-se a presente Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vejamos os citados artigo e inciso da Lei Orgânica:

Art. 52. É de competência exclusiva da Câmara Municipal além de outras atribuições previstas em lei:

(...)

XV - criar comissões parlamentares de inquérito, observados os requisitos constitucionais pertinentes; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica do Município de Gurupi nº 20, de 18 de dezembro de 2.015).

Ademais, a criação da CPI nº 001/2019 obedeceu ao estabelecido no artigo 58, § 3º da Constituição Federal de 1988 (CF/88), bem como artigo 54 do Regimento interno desta Casa de Leis.

Vejamos o disposto na CF/88:

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

(...)

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Ainda, regimento interno desta Casa:



Art. 54. As Comissões Parlamentares de Inquérito possuem amplos poderes investigatórios correlates aos das autoridades judiciais, no âmbito municipal além de outros previstos em lei e neste Regimento e serão criadas mediante requerimento de um terço de seus membros para a apuração de fato determinado e por prazo certo, de interesse da administração local, sendo suas conclusões encaminhadas ao Ministério Público, ou a outro órgão competente pelo Presidente da Casa, para as providências cabíveis, inclusive de eventuais responsabilizações político-administrativa, cível e penal.

1.2. Composição

A resolução de nº 07/2019 nomeou os Vereadores Sargento Jenilson – PRTB, Ataíde Leiteiro – PPS, César da Farmácia – DEM e Claudio do Trevo – PSB, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Diante da vedação regimental contida no artigo 48, § 8º, os membros da Mesa Diretora não podem integrar Comissões Permanentes, Parlamentares de Inquérito ou de Investigação e Processante, bem como a disposição de que os autores de proposição de Comissões de Inquérito só poderem participar como testemunhas, por força do contido no artigo 47, § 3º, aliado ao fato desta Casa contar com apenas 13 (vereadores), temos obedecidos aos requisitos de composição tanto Constitucionais como regimentais.

1.3. Objeto da CPI

Investigar a atuação da empresa de saneamento básico, BRK-ambiental, dentro do município de Gurupi, em especial, no tocante a cobrança de tarifa de esgotamento sanitário, cobrança de tarifa mínima, instalação de redutores de entrada de ar na tubulação e demais obrigações.

Reforça-se que o disposto no requerimento de criação, dispõe apurar:

- Cobrança exacerbada de taxa mínima de consumo;
- Cobrança de taxa de esgoto sobre o consumo faturado e não sobre o medido;
- Cobrança de taxa de esgoto em percentual superior a 50% do consumo;
- Cobrança da taxa de esgoto em locais não possuem esgoto;



- Diferenciação no valor da tarifa de água do consumidor residencial e comercial;
- Aumento variável e injustificado das faturas;
- Cobrança exacerbada na instalação de aparelhos redutores de entrada de ar na tubulação;
- Indevida suspensão dos serviços;
- Demora no atendimento via SAC;
- Não divulgação/cumprimento do cronograma de reforma e ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto do Município;
- Dentre outros fatos que poderão surgir durante a investigação da CPI.

Nesse sentido, a Câmara Municipal no exercício de sua função fiscalizatória buscou apurar as condutas aqui descritas dentre outras surgidas no curso da investigação, com o fim exclusivo de otimização da prestação deste serviço público essencial.

2. DOS ATOS E FATOS

A cronologia dos trabalhos foi equacionada por data do evento do ato ou fato, como meio de possibilitar o registro dos acontecimentos e a dinâmica dos trabalhos desempenhados.

19 de junho de 2019

Apresentação do requerimento de solicitação de criação da CPI por vereadores da Câmara Municipal de Gurupi-TO, visando apurar a atuação da Companhia Concessionária responsável pelos serviços de água e esgoto no Município.

25 de junho de 2019

Resolução de nº 07/2019 que cria e nomeia os vereadores Sargento Jenilson – PRTB, Ataíde Leiteiro – PPS, César da Farmácia – DEM e Claudio do Trevo – PSB, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito.

02 de agosto de 2019

Primeira reunião da Comissão Parlamentar nº 001/2019, inicio dos trabalhos e votação para as funções dentro da respectiva



Comissão, Por unanimidade os presentes votaram na seguinte composição: Presidente: Sargento Jenilson – PRTB, Vice-Presidente: Claudio do Trevo – PSB, Relator: Ataíde Leiteiro – PPS, como Membro: César da Farmácia – DEM.

09 de agosto de 2019

Protocolo de ofício de nº 001, 002, 003/2019 aos vereadores membros da Comissão, informando data da segunda reunião da CPI nº 001/2019.

21 de agosto de 2019

Segunda reunião da Comissão Parlamentar nº 001/2019, expostos e aprovados o plano de trabalho e cronograma de ações, definindo também os servidores a serem requisitados ao Presidente da Casa de Leis para assessorarem os trabalhos, por fim houve a determinação para que se procedessem a notificação da companhia BRK-ambiental acerca da instalação da CPI bem como da disponibilização do Plano de Trabalho e demais atos constitutivos no site da Câmara Municipal.

22 de agosto de 2019

Protocolado ofício de nº 005/2019 ao Presidente da Câmara Municipal de Gurupi, requerendo a edição de portarias nomeando os servidores para assessorarem os trabalhos da CPI.

26 de agosto de 2019

Protocolado ofício de nº 004/2019 junto a Companhia BRK-ambiental, notificando-a da instalação da CPI de nº 001/2019, bem como anexos a este cópias dos documentos de constituição e produzidos pela CPI, ainda, requereu da companhia documentos acerca da Concessão Pública, seus aditivos e ou alterações e finalizou informando sobre a disponibilização dos atos desta comissão no site da Câmara Municipal.



Protocolado ofício de nº 006/2019 à então Presidente da Agencia Tocantinense de Regulação (ATR), notificando-a da instalação da CPI de nº 001/2019, bem como anexos a este cópias dos documentos de constituição e produzidos pela CPI, ainda, requereu daquela Agencia documentos acerca da Concessão Pública, seus aditivos e ou alterações e finalizou informando sobre a disponibilização dos atos desta comissão no site da Câmara Municipal.

27 de agosto de 2019

Protocolado ofício de nº 007/2019 ao Presidente desta Casa de Leis, requerendo a este que procedesse a notificação do Prefeito Municipal sobre a instalação da CPI de nº 001/2019, bem como encaminhasse anexos cópias dos documentos de constituição e produzidos pela CPI, ainda, requeresse do Chefe do Executivo, documentos acerca da Concessão Pública, seus aditivos e ou alterações e finalizou informando sobre a disponibilização dos atos desta comissão no site da Câmara Municipal.

27 de agosto de 2019

Protocolado ofício de nº 009/2019 ao Presidente da Câmara Municipal de Gurupi, requerendo a retificação do ofício nº 005/2019, que trata sobre a nomeação de servidores para assessorem os trabalhos da CPI.

Juntada de documentos Ofício nº 311/2019 da lavra do Presidente da Câmara Municipal de Gurupi-TO, em resposta ao ofício de nº 007/2019 desta Comissão.

30 de agosto de 2019

Terceira reunião da Comissão Parlamentar nº 001/2019, exposto as portarias de nomeação da equipe de trabalho, fez-se explanação sobre as atividades desenvolvidas por cada membro e demais análises técnicas pertinentes.

Juntada de documentos ofício nº 316/2019 da Lavra do Presidente da Câmara Municipal, bem como portaria de nº 250/2019, na qual designa servidores da Câmara Municipal para auxiliarem nos trabalhos desta Comissão.



03 de setembro de 2019

Juntada de documentos - ofício S/Nº da Lavra do Diretor Presidente da BRK-ambiental, contendo os seguintes anexos: 1- alteração de estatuto social e 2- Ata de eleição da Direção da Companhia.

05 de setembro de 2019

Juntada de documentos ofício nº 1755/2019 PRES SANEATINS da Lavra do Diretor Presidente da BRK-ambiental, contendo os seguintes anexos: 1- Contrato de nº 252/2019- Saneatins; 2- Termo aditivo nº 001/2001; 3- termo aditivo de nº 002/2012.

06 de setembro de 2019

Juntada de documento ofício nº 175/2019 PRES/ATR, contendo os seguintes anexos: 1- Lei nº 1.335/1999; 2- Contrato de nº 252/99- Saneatins; 3- Termo aditivo nº 001/2001; 4- Emenda de nº 07/1999; 5- Convenio nº 028/99- Saneatins.

11 de setembro de 2019

Protocolado ofício de nº 012/2019 ao Presidente do Conselho Federal de Administração, requerendo parceria na realização de estudos completos sobre a gestão dos dados e atuação da BRK-ambiental no município de Gurupi.

12 de setembro de 2019

Quarta reunião da Comissão Parlamentar nº 001/2019, deliberado sobre as reuniões junto ao Presidente do Tribunal de Justiça a serem realizadas na data de 19-09-2019 (quinta-feira), Assembleia Legislativa, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública Estadual em Palmas-TO bem como outras autoridades e entidades na cidade de Paraíso. Ademais se analisou os ofícios expedidos e recebidos e demais deliberações para os andamentos dos trabalhos desta CPI.



Juntada de documentos ofício nº 171/2019 SECAD-GURUPI, contendo os seguintes anexos: 1- Contrato de nº 252/99-Saneatins; 2- Termo aditivo nº 001/2001; 3- Termo aditivo nº 002/2012.

13 de setembro de 2019

Protocolado ofício de nº 013/2019 ao Diretor Regional do PROCON em Gurupi-TO, requerendo cópia de relatórios sintetizados de reclamações referentes aos serviços prestados pela BRK- ambiental no município de Gurupi, nos últimos 05 (cinco) anos.

17 de setembro de 2019

Protocolo de ofício nº 014/2019 ao chefe da Casa Civil do Governo do Tocantins, solicitando agenda com os membros desta CPI para tratativa de assuntos inerentes a BRK ambiental, dentre os quais: análise da manifestação da Casa Civil/ Governo do Estado diante da legislação aprovada na Assembleia Legislativa (Lei Estadual 3.262/2017) e verificação dos planos de investimento apresentados pela BRK ambiental em visita institucional ao Governo do Estado.

Protocolo de ofício nº 015/2019 ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito de Paraíso-TO, solicitando reunião com as duas comissões para troca de experiências e conhecimento, com objetivo de melhor darmos andamento para nossas ações e assim corresponder ao anseio da população.

Protocolo de ofício nº 016/2019 ao Defensor Público-Geral do estado do Tocantins, solicitando agenda para análise das reclamações, ações coletivas e individuais dos usuários deste serviço público concedido junto as Defensorias no Estado;

Juntada de documentos ofício nº 37/2019 PROCON/GURUPI, em resposta ao ofício de nº 013/2019 desta Comissão, contendo como anexos os relatórios solicitados.

19 de setembro de 2019



Juntada de documentos entregues pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins em reunião na data de 19/09/2019, a saber, ofício DPE/NUDECON nº 090/2019, ofício DPE/NUDECON nº 091/2019, PROPAC Nº 009/2019 e Memorando NUDECON nº 031/2019.

24 de setembro de 2019

Protocolo de ofício nº 020/2019 ao Defensor Público-Geral do estado do Tocantins, solicitando documentação para análise das reclamações, ações impetradas, coletivas e individuais, diligências e atuações da instituição em face da BRK ambiental.

25 de setembro de 2019

Protocolo de ofício nº 019/2019, ao Presidente da Agência de Regulação de Palmas (ARP), solicitando documentação detalhada sobre o serviço de saneamento realizado pela BRK em nosso estado, número de atuações, reclamações, multas e outros similares e ainda para se verificar a possibilidade de termo de cooperação para realização de estudos, análises e laudos técnicos relacionados aos serviços concedidos a concessionária BRK ambiental.

25 de setembro de 2019

Quinta reunião da Comissão Parlamentar nº 001/2019, deliberado sobre a convocação do Representante legal da BRK ambiental para audiência preliminar a ser realizada na data de 03 de outubro de 2019 e ademais se deliberou sobre as devidas intimações para os andamentos dos trabalhos desta CPI.

27 de setembro de 2019

Protocolo de ofícios nº 023 e 024 ao Diretor Presidente da BRK-ambiental e advogada constituída, a saber: intimação do Diretor Presidente e advogada para audiência realizada na data de 03 de outubro de 2019.



01 de outubro de 2019

Protocolo de ofício nº 022/2019 ao Diretor Presidente da BRK-ambiental, em resposta a comunicação sem nº da lavra do Sr. Diretor Presidente da BRK datada de 02 de setembro de 2019.

02 de outubro de 2019

Juntada de documentos ofício nº 1956/2019 PRES/SANEATINS, onde requer documentos desta Comissão.

03 de outubro de 2019

Protocolo de ofício nº 025/2019, 2019 ao Diretor Presidente da BRK-ambiental, em resposta ao ofício nº 1956/2019 PRES/SANEATINS, onde se encaminha documentação referentes a esta Comissão.

Termo de Audiência realizada na data de 03 de outubro, onde compareceu o Diretor Presidente da BRK-ambiental e advogados constituídos, sendo os mesmos cientificados do teor da Resolução nº 07/2019, de 25/06/2019, bem como de seus direitos constitucionais do contraditório e ampla defesa sendo também interrogado a respeito dos fatos que deram origem á presente Comissão Parlamentar de Inquérito onde se deram os devidos esclarecimentos por meio da concessionária.

08 de outubro de 2019

Protocolo dos ofícios nº 028, 029, 030, 031 e 032 intimando respectivamente os seguintes cidadãos: Eliosmar Ferreira Batista, Jose Maciel de Brito, Hélio Buenaga Sevilha, Rogério Milhomens de Queiroz, Fernando Marinho Scotta para oitivas de testemunhas a ser realizada na data de 11 de outubro de 2019, ás 09h, na sala “Plenarinho” da Câmara Municipal de Gurupi.

09 de outubro de 2019



Protocolo de ofícios n° 026 e 027 ao Diretor Presidente da BRK-ambiental e advogados constituídos, a saber: intimação do Diretor Presidente e advogados para oitivas de testemunhas a ser realizada na data de 11 de outubro de 2019, às 09h, na sala “Plenarinho” da Câmara Municipal de Gurupi.

11 de outubro de 2019

Termo de oitiva de testemunha realizada em 11 de outubro de 2019, onde se fez presente membros desta Comissão e procuradora do investigado e testemunhou o Sr. Eliosmar Ferreira Batista.

Termo de oitiva de testemunha realizada em 11 de outubro de 2019, onde se fez presente membros desta Comissão e procuradora do investigado e testemunhou o sr. José Maciel de Brito.

Termo de oitiva de testemunha realizada em 11 de outubro de 2019, onde se fez presente membros desta Comissão e procuradora do investigado e testemunhou o Sr. Fernando Marinho Scotta.

Termo de oitiva de testemunha realizada em 11 de outubro de 2019, onde se fez presente membros desta Comissão e procuradora do investigado e testemunhou o Sr. Hélio Buenaga Sevilha.

Termo de oitiva de testemunha realizada em 11 de outubro de 2019, onde se fez presente membros desta Comissão e procuradora do investigado e testemunhou o Sr. Rogério Milhomens de Queiroz.

14 de outubro de 2019

Requerimento Conjunto n° 839/2019, onde se solicita ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a prorrogação do prazo dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução n° 07/2019.

21 de outubro de 2019

Ato da Mesa Diretora n° 03, de 21 de outubro de 2019, onde se concede prorrogação de prazo para realização dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito de n° 01/2019 (BRK-ambiental).



22 de outubro de 2019

Protocolo dos ofícios nº 037, 039, 038, 040, 041 intimando respectivamente os seguintes cidadãos: Carlos Roberto Maranhão Moreira, Adevaldo Bento da Silva Machado, Leticia Rodrigues Xavier, Vanderleia Maria da Silva, Elaine Mayra Teixeira Pereira, para oitivas de testemunhas a ser realizada na data de 25 de outubro de 2019, às 09h, na sala “Plenarinho” da Câmara Municipal de Gurupi.

23 de outubro de 2019

Protocolo de ofícios nº 042 e 043 ao Diretor Presidente da BRK-ambiental e advogados constituídos, a saber: intimação do Diretor Presidente e advogados para oitivas de testemunhas a ser realizada na data de 25 de outubro de 2019, às 09h, na sala “Plenarinho” da Câmara Municipal de Gurupi.

25 de outubro de 2019

Termo de oitiva de testemunha realizada em 25 de outubro de 2019, onde se fez presente membros desta Comissão e procuradora do investigado e testemunhou a Sr^a Vanderleia Maria da Silva.

Termo de oitiva de testemunha realizada em 25 de outubro de 2019, onde se fez presente membros desta Comissão e procuradora do investigado e testemunhou o Sr. Carlos Roberto Maranhão Moreira.

Termo de oitiva de testemunha realizada em 25 de outubro de 2019, onde se fez presente membros desta Comissão e procuradora do investigado e testemunhou a Sr^a Leticia Rodrigues Xavier.

Termo de oitiva de testemunha realizada em 25 de outubro de 2019, onde se fez presente membros desta Comissão e procuradora do investigado e testemunhou a Sr^a Elaine Mayra Teixeira Pereira.

Termo de oitiva de testemunha realizada em 25 de outubro de 2019, onde se fez presente membros desta Comissão e procuradora



do investigado e testemunhou o Sr. Adevaldo Bento da Silva Machado.

Protocolo do ofício nº 074/2019 aos advogados constituídos do Investigado, a pessoa da advogada procuradora Tatiane de Oliveira, onde se entrega cópia de ato de prorrogação dos trabalhos da CPI e demais documentos solicitados.

04 de novembro de 2019

Protocolo dos ofícios nº 050, 051 e 052 intimando respectivamente aos seguintes cidadãos: Nuria Américo de Azevedo, Maria Eva Pinto da Silva e Darci Cardoso Avelino para oitivas de testemunhas a ser realizada na data de 07 de novembro de 2019, às 09h, na sala “Plenarinho” da Câmara Municipal de Gurupi.

05 de novembro de 2019

Protocolo de ofícios nº 053 e 054 ao Diretor Presidente da BRK-ambiental e advogados constituídos, a saber: intimação do Diretor Presidente e advogados para oitivas de testemunhas a ser realizada na data de 07 de novembro de 2019, às 09h, na sala “Plenarinho” da Câmara Municipal de Gurupi.

Protocolo de ofício nº 057/2019 ao Diretor Presidente da BRK-ambiental, a saber: intimação para audiência pública a ser realizada na data de 19 de novembro de 2019 às 19h, no plenário da Câmara Municipal de Gurupi.

Protocolo de ofício nº 058/2019 a então Presidente da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos do Estado do Tocantins-ATR, a saber: intimação para audiência pública a ser realizada na data de 19 de novembro de 2019 às 19h, no plenário da Câmara Municipal de Gurupi.

Protocolo de ofício nº 059 e 060 respectivamente aos seguintes: Defensor Público do Estado do Tocantins, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, a saber: convite para audiência pública a ser realizada na data de 19 de novembro de 2019 às 19h, no plenário da Câmara Municipal de Gurupi.



07 de novembro de 2019

Termo de oitiva de testemunha realizada em 07 de novembro de 2019, onde se fez presente membros desta Comissão e procuradora do investigado e testemunhou a Sr^a Nuria Américo de Azevedo.

Termo de oitiva de testemunha realizada em 07 de novembro de 2019, onde se fez presente membros desta Comissão e procuradora do investigado e testemunhou a Sr^a Maria Eva Pinto da Silva.

Termo de oitiva de testemunha realizada em 07 de novembro de 2019, onde se fez presente membros desta Comissão e procuradora do investigado e testemunhou a Sr^a Darci Cardoso Avelino.

08 de novembro de 2019

Protocolo de ofício nº 064/2019 ao Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins, onde se solicita apoio do Conselho quanto análise técnica para o bom andamento dos trabalhos desta CPI, tais como: 1- Análise da Rede de água; 2- análise da qualidade de água; 3- análise do tratamento de esgoto e coleta; 4- análise da qualidade dos reparos em vias públicas, passeios e calçadas.

Protocolo de ofício nº 065/2019 a então Presidente da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos do Estado do Tocantins-ATR, onde se solicita apoio do Conselho quanto análise técnica para o bom andamento dos trabalhos desta CPI, tais como: 1- Análise da Rede de água; 2- análise da qualidade de água; 3- análise do tratamento de esgoto e coleta; 4- análise da qualidade dos reparos em vias públicas, passeios e calçadas.

Protocolo de ofício nº 066/2019 a então Presidente da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos do Estado do Tocantins-ATR, a saber: solicitação de documentos e relatórios: 1- Relatórios das fiscalizações e eventuais autuações realizadas nos últimos 10 (dez) anos em face da Empresa Concessionária de Saneamento, hoje denominada BRK-



ambiental; 2- Cópia das regulamentações complementares acerca do saneamento e obrigações impostas a concessionária.

13 de novembro de 2019

Protocolo de ofício nº 068/2019 ao Prefeito do Município de Gurupi, a saber: intimação para audiência pública a ser realizada na data de 19 de novembro de 2019 às 19h, no plenário da Câmara Municipal de Gurupi.

Protocolo de ofício nº 073/2019 ao Superintendente da Agencia Gurupiense de Regulação e Fiscalização (AGRF), a saber: intimação para audiência pública a ser realizada na data de 19 de novembro de 2019 às 19h, no plenário da Câmara Municipal de Gurupi.

Protocolo de ofício nº 069, 070, 071, 072, 074, 075 respectivamente aos seguintes: Presidente da Agencia Tocantinense de Saneamento- ATS, Titular da 06ª promotoria de Justiça de Gurupi- Ministério Público Estadual, Procurador do Ministério Público Federal, Diretor-Naturatins, Presidente da Agência Estadual de Metrologia, Avaliação de Conformidade, Inovação e Tecnologia (AEM-TO), Presidente do Conselho Federal de Administração, a saber: convite para audiência pública a ser realizada na data de 19 de novembro de 2019 às 19h, no plenário da Câmara Municipal de Gurupi

Juntada de documentos fornecidos pelos fiscais da ATR em diligência a cidade de Gurupi-TO, a saber: ofício-DPE/NUDECON-TO Nº 064/2019 e Ofício nº 685/2019/PRES/SANEATINS.

19 de novembro de 2019

Juntada de documentos e informações relativas a visita técnica e capacitação junto ao Conselho Federal de Administração e treinamento para o Sistema de Gestão Estratégica de Serviços de Água e Esgoto (CFA-GESAE)



Juntada de documentos recebidos pelo vereador César da Farmácia, a saber: relatório analítico do sistema de Gestão das Unidades do É PRA JÁ.

Juntada de documentos e informações relativas à visita técnica no Ministério do Desenvolvimento Regional- Secretaria Nacional de Saneamento.

Protocolo de ofício nº 078/2019 ao Presidente do Conselho Municipal de Saneamento, a saber: convite para audiência pública a ser realizada na data de 19 de novembro de 2019 às 19h, no plenário da Câmara Municipal de Gurupi.

Protocolo de ofício nº 079/2019 a BRK-ambiental e seus procuradores, a saber: entrega de cópia integral e atualizada do processo da CPI nº 001/2019.

20 de novembro de 2019

Juntada de Ata, lista de presentes e transcrição da Audiência Pública realizada na data de 19/11/2019.

27 de novembro de 2019

Protocolo dos ofícios nº 083, 085 e 086 intimando respectivamente aos seguintes cidadãos: Gabriel Bernardes Costa, Livia povoa Mendes e Zaira Angelica Miranda para oitivas de testemunhas a ser realizada na data de 02 de dezembro de 2019, às 09h, na sala “Plenarinho” da Câmara Municipal de Gurupi.

28 de novembro de 2019

Protocolo de ofícios nº 087 e 088 ao Diretor Presidente da BRK-ambiental e advogados constituídos, a saber: intimação do Diretor Presidente e advogados para oitivas de testemunhas a ser realizada na data de 02 de dezembro de 2019, às 09h, na sala “Plenarinho” da Câmara Municipal de Gurupi.

02 de dezembro de 2019



Termo de oitiva de testemunha realizada em 02 de dezembro de 2019, onde se fez presente membros desta Comissão e procuradora do investigado e testemunhou o Sr. Gabriel Bernardes Costa.

Termo de oitiva de testemunha realizada em 02 de dezembro de 2019, onde se fez presente membros desta Comissão e procuradora do investigado e testemunhou a Sr^a. Zaira Angélica Miranda.

Termo de oitiva de testemunha realizada em 02 de dezembro de 2019, onde se fez presente membros desta Comissão e procuradora do investigado e testemunhou a Sr^a. Livia Póvoa Mendes.

03 de dezembro de 2019

Juntada das transcrições das oitivas (sendo um total de dezesseis) realizadas no Processo desta Comissão;

Juntada das Leis Municipais nº 1.335/2019 (Regula a outorga da Concessão dos serviços públicos de água e esgoto); 2.011/2012 (Autoriza o Poder Executivo outorgar a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município, sob o regime de concessão);2.085/2013 (Revoga dispositivo da Lei nº 2.011/12).

Protocolo de ofício nº 090/2019, a BRK-ambiental, onde se solicita técnico para acompanhamento durante visita nas ETA,ETE e pontos de captação de água para abastecimento.

11 de dezembro de 2019

Juntada de documentos fornecidos pela Secretaria de Administração do Estado, a saber: cópias de relatórios de Sistema de Gestão do É PRA JÁ.

Juntada da Lei nº 1.636/2005 (dispõe sobre a instalação de equipamento eliminador de ar na tubulação no sistema de abastecimento de água) e portaria nº 295 do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços- MDIC (regula medidores de água)



Protocolo de ofícios n° 093 e 094 ao Diretor Presidente da BRK-ambiental e advogados constituídos, a saber: notificação do Diretor Presidente e advogados para sessão ordinária em que será apreciado o presente relatório, a ser realizada na data de 13 de dezembro de 2019, às 09h, no Plenário “ Salomão Lustosa Pinheiro” da Câmara Municipal de Gurupi.

12 de dezembro de 2019

Juntada de documentos fornecidos pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins em resposta ao ofício n° 020/2019, a saber: atendimentos- BRK-Saneamento-Gurupi; Processo SEI: 19.0.000002248-1; Lista de demandas em tramitação em fase da BRK-ambiental (3ª Civil DPE-Guarai); Ofício n° 203/2019/PRES/ATR; Ofício/AEM/PRES n° 184/2019; Ofício n° 223/2019/PRES/ATR; Ofício/AEM/PRES n° 181/2019; Espelho da F.A 17-001.010.19-0020595 e Espelho da F.A 17-001.008.19-0034696.

Juntada do Vigésimo quarto Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos, da Secretaria Nacional de Saneamento (SNS), elaborado a partir de informações e indicadores dos prestadores de serviços que participaram da coleta de dados do ano de 2019, tendo como ano de referência 2018.

3. DOS FATOS

A elucidação dos fatos apresentados pela Comissão Parlamentar de Inquérito balizou-se no exame de documentos e informações entregues e disponibilizadas pela Companhia BRK-ambiental, Prefeitura Municipal de Gurupi-TO, Agencia Tocantinense de Regulação (ATR), PROCON, Unidade do É-PRA-JÁ, Defensoria Pública Estadual (DPE), Agencia de Regulação de Palmas (ARP), Conselho Federal de Administração (CFA), Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e nos depoimentos colhidos nas oitivas realizadas no decorrer dos trabalhos desta CPI.

3.1. Levantamento e Apuração



Foram requeridas cópias dos documentos que formalizaram a Concessão aqui discutida, a todos os que integraram essa relação jurídica contratual, com a finalidade de subsidiar a plena compreensão da matéria e as obrigações pactuadas, bem como legais e as implicações no descumprimento destas.

Registra-se que a documentação recebida por parte dos que compõem a relação jurídica complexa desta concessão fora juntada ao processo e faz parte da análise da legalidade destes atos.

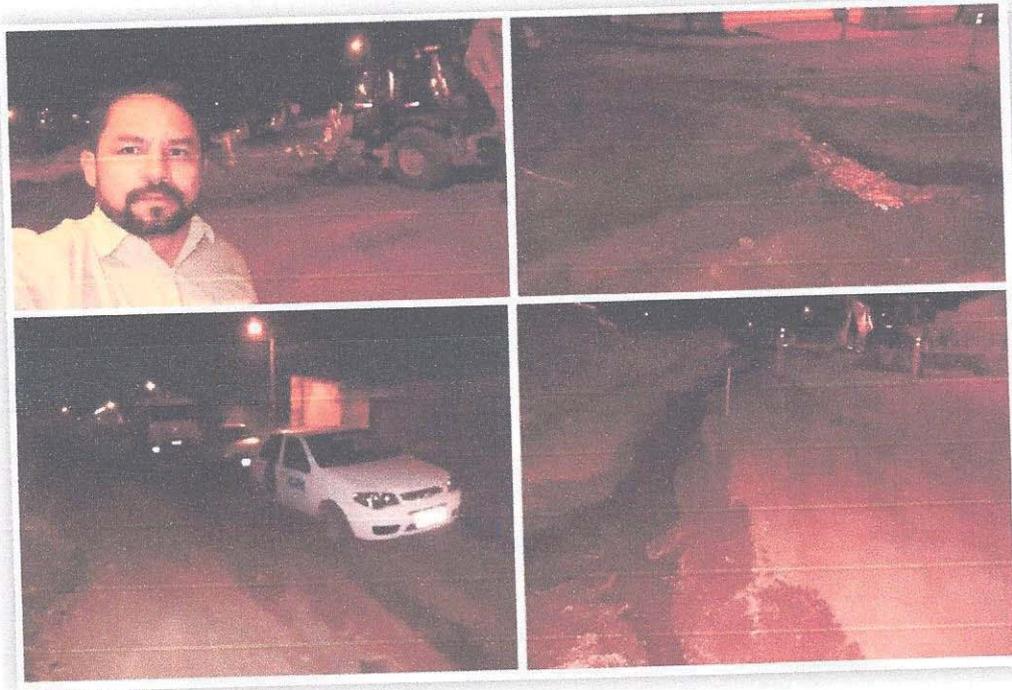
Aliado a apreciação de documentos e informações, foram realizadas pelos membros da Comissão, diversas visitas e fiscalizações em locais onde ocorriam a atuação da BRK-ambiental, seja no serviço fim ou em reparos, vejamos:

Presidente da Comissão verificando a execução de reparos em via pública procedidos pela construtora Vale da Serra (Rua Senador Pedro Ludovico entre avenidas SP/AM, 09/09/2019 às 15h45min):

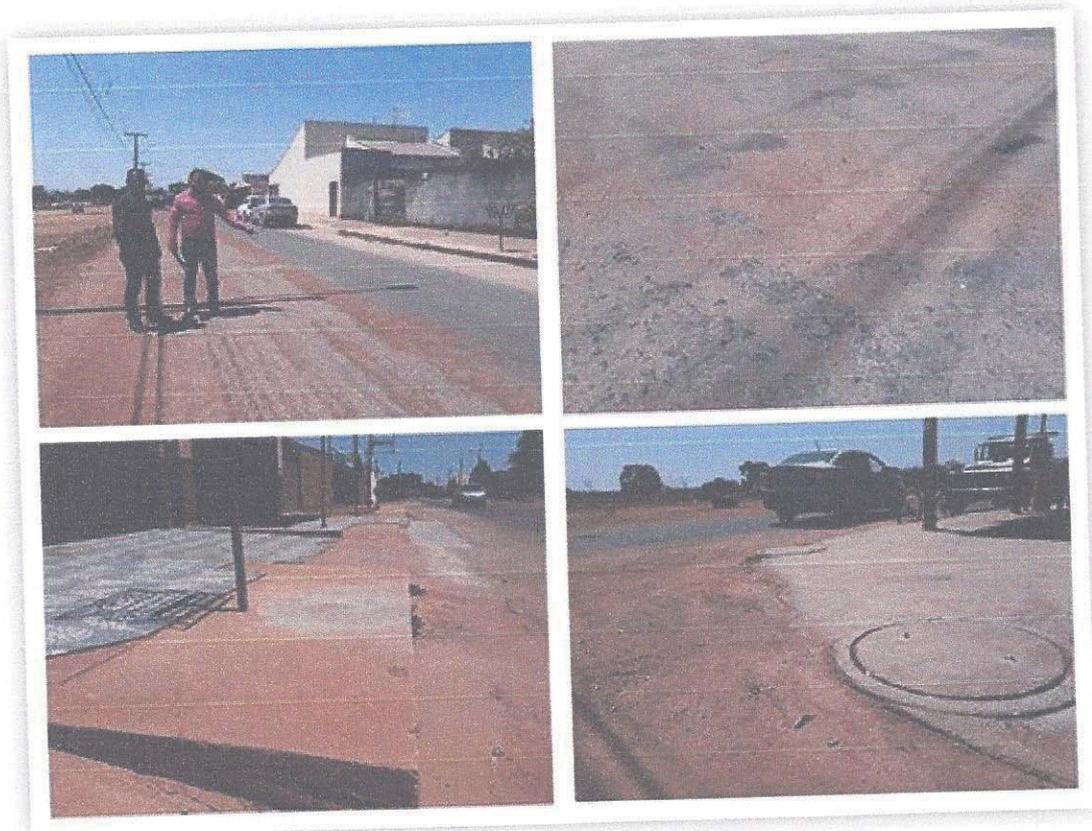


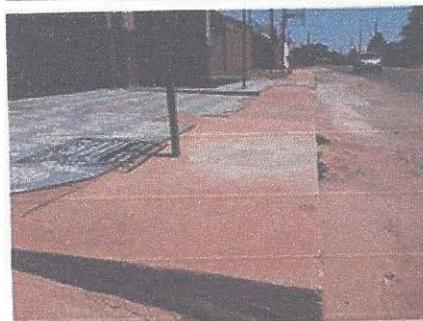
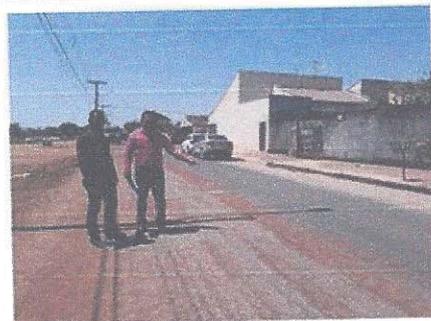


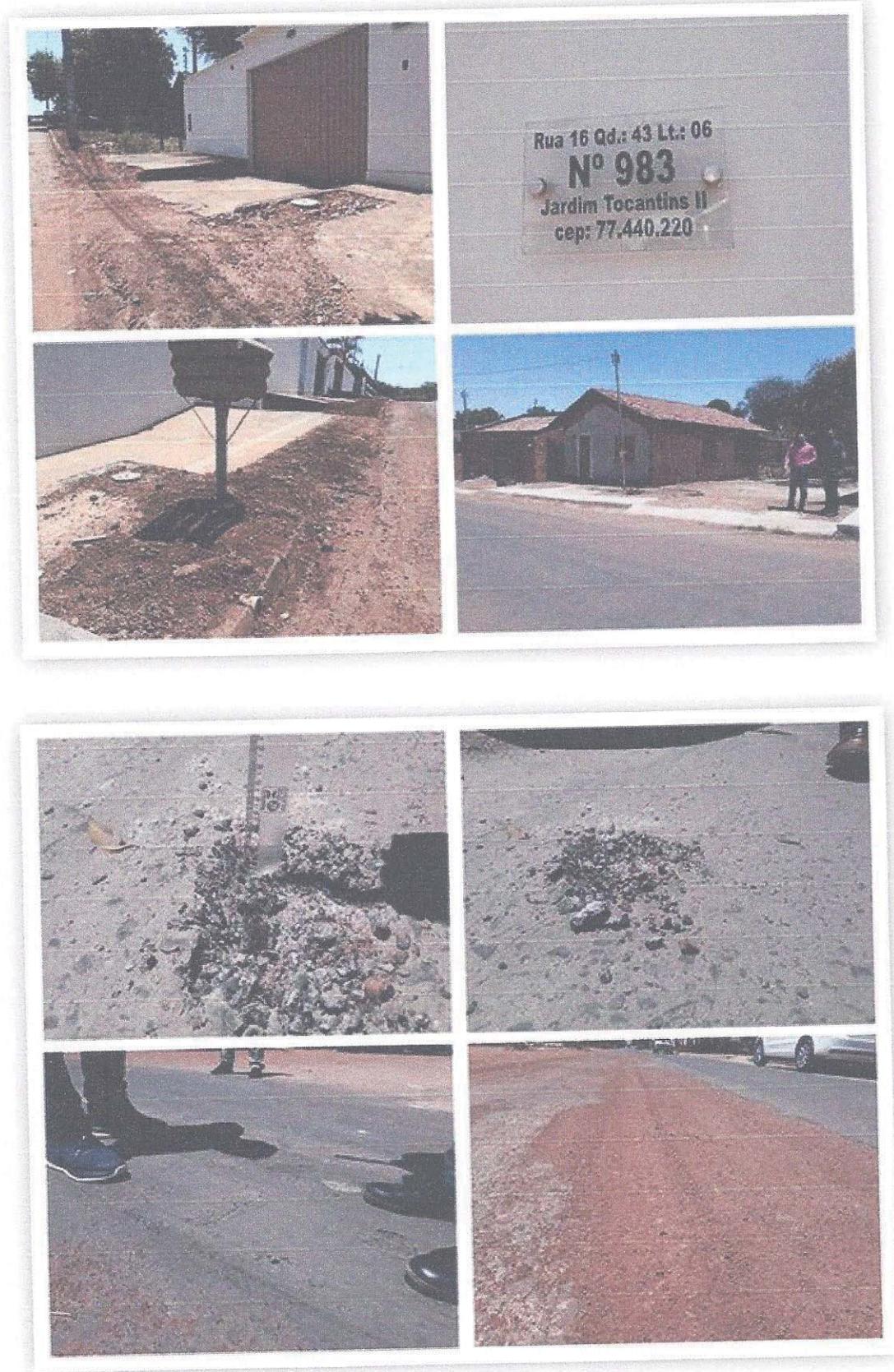
Fiscalização na Avenida João Oscar com Rua Moises Prado no setor Alto da Boa Vista (às 22h do dia 12/09/2019):

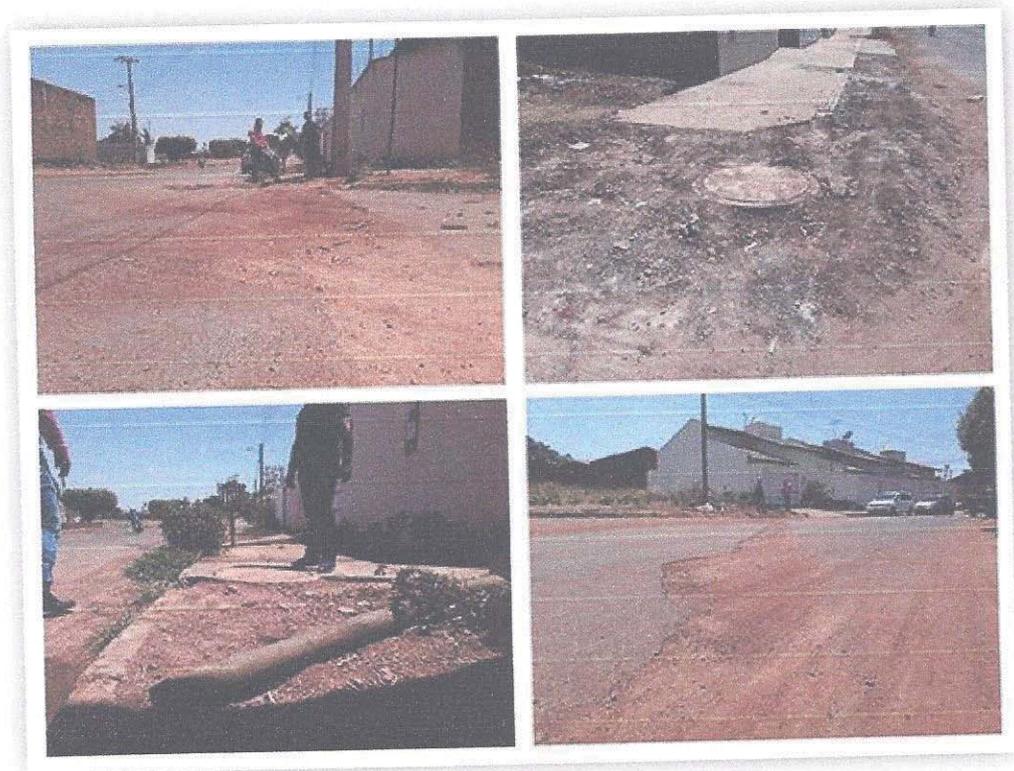


Fiscalização nas Ruas André Farias e Lenival Corrêa Ferreira no setor Alto da Boa Vista realizada no dia 13/09/2019 às 7h12min.









Fiscalização (13/09/2019), membros da CPI da BRK Ambiental estiveram vistoriando obras de Ampliação da Rede de Esgoto Sanitário no Setor Vila Nova, Aeroporto, Residencial São José, Jardim Tocantins 2 e Jardim da Luz. Foram encontrados vários pontos com defeitos e falta de reparos que colocam a sociedade, suas casas e os usuários da via em perigo.





Fiscalização, sexta-feira (13/09/2019), avenida Goiás esquina com a rua 5 (centro comercial da cidade), bem como acessos aos setores Parque Residencial São José, Aeroporto III, Vila Nova e Jardim Tocantins I:



Acompanhamento de agentes da Agencia Tocantinense de Regulação (ATR) em fiscalização solicitada no Município de Gurupi, com foco na verificação dos casos de soleiras negativas (13/11/2019).





A população e os veículos de comunicação em geral, também se manifestaram em diversas oportunidades antes e durante o período de realização da CPI. Vejamos algumas manifestações, denúncias e reclamações:

Morador de olho | Passaram dois meses e BRK não recolhe entulho e lixo serve como criadouro do mosquito transmissor da Dengue

atitudeto.com.br

atitudeto.com.br

Morador de olho | Passaram dois meses e BRK não recolhe entulho e lixo serve como criadouro do mosquito transmissor da Dengue

atitudeto.com.br



Artigo Textuais



Ação de Comentários



Compartilhe em



Um morador da Rua 13 procurou a Portal Atitude para reclamar sobre entulhos jogados em uma calçada após obras da BRK Ambiental e do lixo jogado na proximidade com risco de criação do mosquito da dengue

por Wesley Silas



Enquanto a Câmara Municipal realiza uma CPI da concessionária de água e esgoto de Gurupi, BRK Ambiental, as reclamações continuam por parte do moradores devido ao descaso da empresa. Um exemplo relatado pelo morador da região da Rua 13 ao Portal Atitude, conhecido como Sr Gê, é a quantidade de entulho jogado na calçada de uma escola que obriga os pedestres a disputar o espaço com os veículos na Avenida Alagoas, entre as Ruas 13 e 14.

<http://www.atitudeto.com.br/morador-de-olho-passaram-dois-meses-e-brk-nao-recolhe-entulho-e-lixo-serve-como-criadouro-do-mosquito-transmissor-da-dengue/>

Procon Tocantins multa BRK em R\$2.200 mi por má prestação de serviço

The screenshot shows the Procon Tocantins website with a news article titled "Procon Tocantins multa BRK em R\$2.200 mi por má prestação de serviço". The article text states: "A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor (Procon-TO) multou a concessionária de água BRK Ambiental em R\$ 2.202.842,41 (dois milhões, duzentos e oitenta e duas mil, duzentos e quatro reais e 41 centavos) em razão de reclamações por má prestação de serviço por meio de um formulário de queixa nº 00484 e 2240, registrado em 2015. O termo de pagamento nº 1027 teve sua publicação no Diário Oficial nº 4.372, desta quinta-feira, 5. As reclamações dos consumidores contra a BRK são referentes à má qualidade dos serviços públicos de água e esgoto, incluindo problemas no fornecimento de serviço, interrupção irregular e aumento das tarifas e quantidade de faturas, indevida suspensão do serviço, ausência de informações, irregularidades demora no atendimento, SAE, entre outros." A small photo of a man in a suit is also visible.

<https://procon.to.gov.br/noticia/2019/6/6/procon-tocantins-multa-brk-em-r2200-mi-por-ma-prestacao-de-servico/>



Procon de Gurupi não sai convencido após explicação da BRK sobre hidrômetros

Não seguro | atitudeto.com.br/procon-de-gurupi-nao-sai-convencido-apos-explicacao-da-brk-sobre-hidrometros/

Destaque: Gurupi (TO) | Notícias

Procon de Gurupi não sai convencido após explicação da BRK sobre hidrômetros

23 de novembro de 2019 - 05:42 - 3 Minutos de leitura



Atitude Tocantins

O diretor do Procon de Gurupi, Gustavo Gomes Esperandio, informou ao Portal Atitude que não saiu convencido sobre a necessidade da troca dos hidrômetros, por meio da BRK Ambiental. "Não nos sentimos convencidos da necessidade da troca", disse.



Adicionar Comentário



Compartilhe isso



Por Régis Caio

Na tentativa de convencer sobre a eficácia de seus equipamentos, a BRK convidou, na quarta-feira (20), representantes da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor (PROCON) e da Defensoria Pública para conhecer como funciona o hidrômetro da concessionária. A matéria publicada no Portal Atitude repercutiu de maneira negativa nas redes sociais. Na página do site, no Facebook, internautas comentaram fazendo críticas a concessionária.

<http://www.atitudeto.com.br/procon-de-gurupi-nao-sai-convencido-apos-explicacao-da-brk-sobre-hidrometros/>

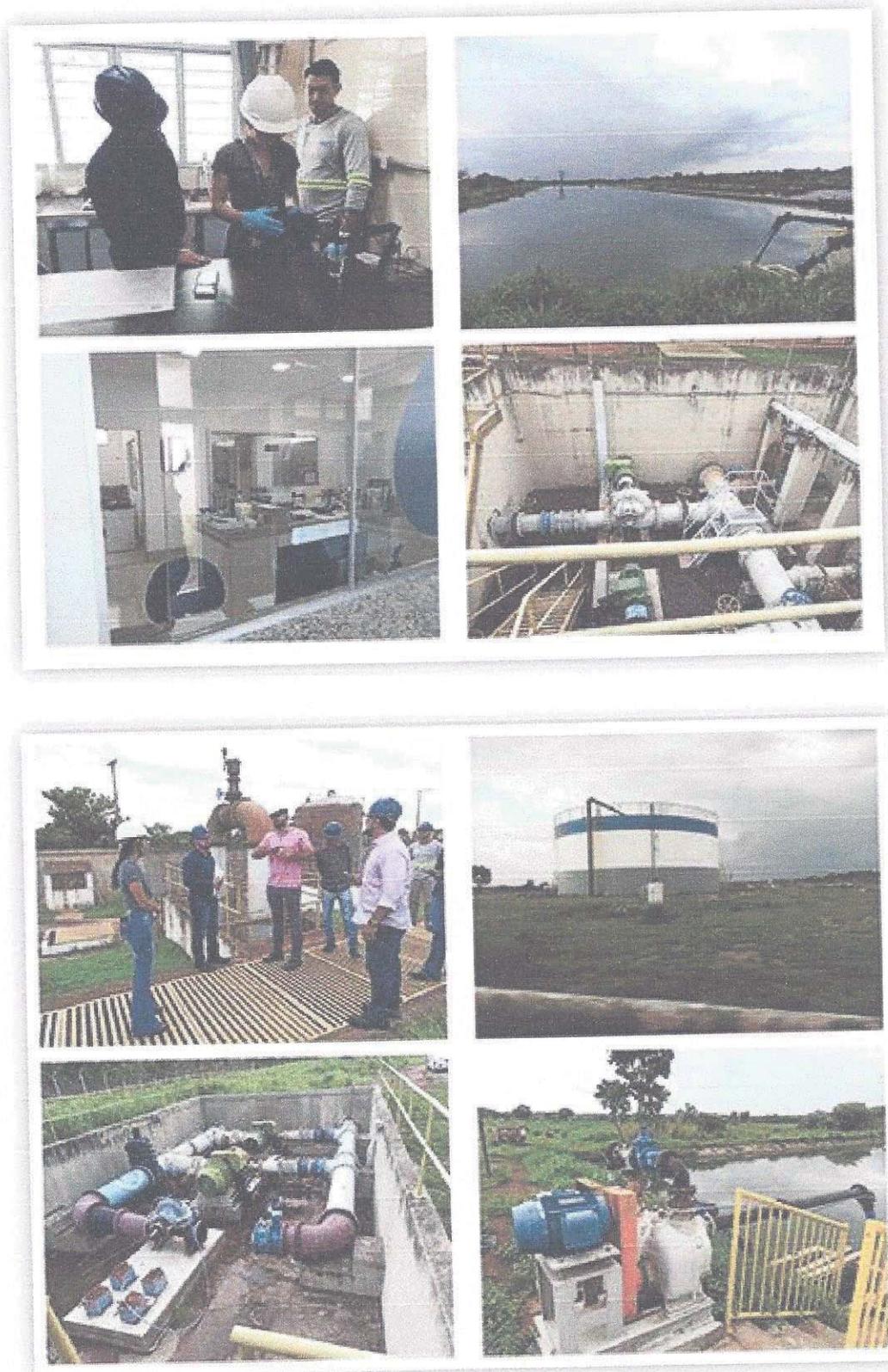
Deputado acusa a BRK de fazer "gato e sapato" no Procon do Tocantins, com preços abusivos e oferecendo água com agrotóxicos

The screenshot shows the website interface for 'OTOCANTINS'. At the top, there is a navigation bar with links for Home, Notícias, Fofoca, Vídeos, Colunas, Colunistas, Promoções, and Calendário. Below this is a 'CONTATO' section with WhatsApp and email information. The main content area features a news article titled 'Deputado acusa a BRK de fazer "gato e sapato" no Procon do Tocantins, com preços abusivos e oferecendo água com agrotóxicos'. The article includes a 'Comente' section with a user named 'Alberto Rocha - Alberto Rocha'. To the right of the article is a large advertisement for mosquito control, identical to the one seen in the first image, with the text 'PROCURA-SE FOCOS DO MOSQUITO' and 'RECOMPENSA: SUA SAÚDE, SUA VIDA E A DE QUEM VOCE AMA'.

<https://otocantins.com.br/noticia/980/deputado-acusa-a-brk-de-fazer-gato-e-sapato-no-procon-do-tocantins-com-precos-abusivos-e-oferecendo-agua-com-agrotoxicos>

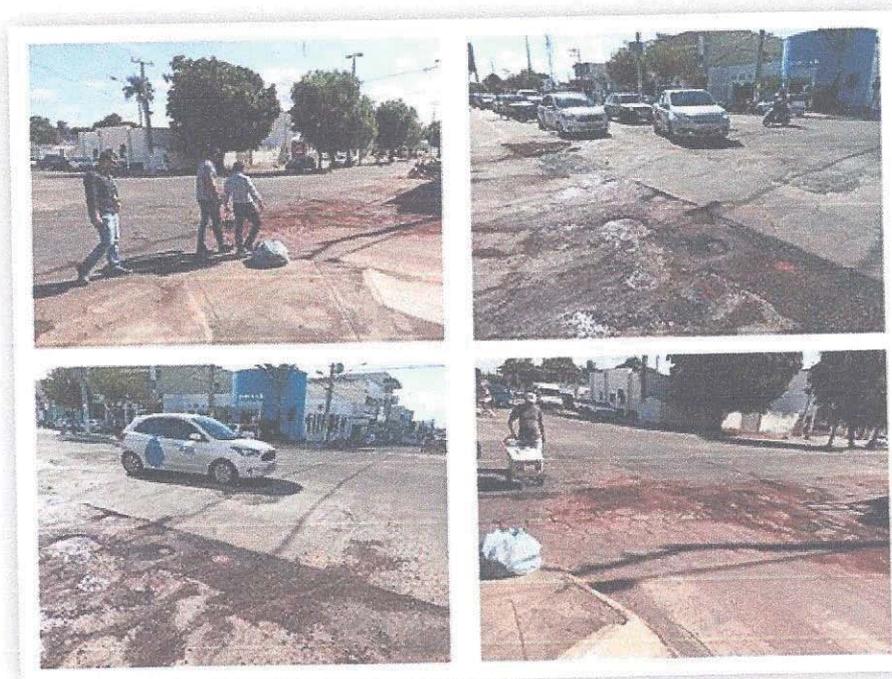
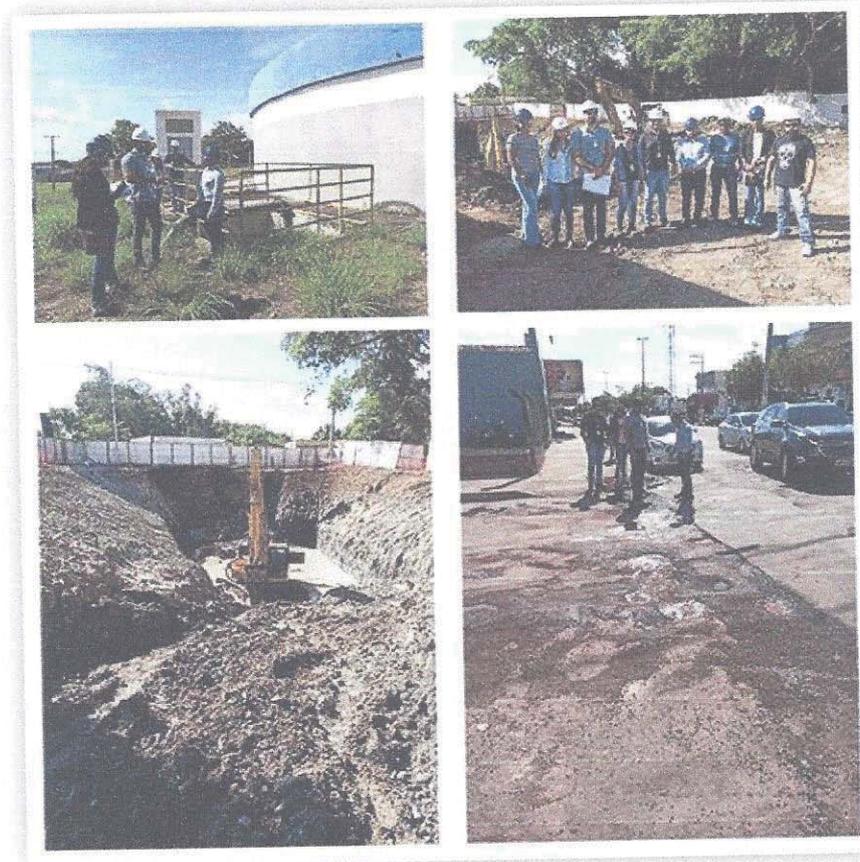


Visitas técnicas acompanhadas de representantes da BRK – ambiental, realizadas na data de 03/12/2019:





Visitas técnicas acompanhadas de representantes da BRK – ambiental, realizadas na data de 05/12/2019:





Ainda, foram recebidos documentos e informações por parte da Defensoria Pública Estadual, PROCON local, relatório de sistema de atendimentos do é-pra-já, estes afetos às reclamações e processos quanto a prestação efetiva dos serviços.

Por fim, parte dos membros desta Comissão passaram por treinamento junto ao Conselho Federal de Administração (CFA), onde puderam operar o sistema de Gestão Estratégica de Serviços Municipais de Água e Esgotos (CFA-Gesae), produzindo assim relatórios com base nas informações fornecidas pela própria companhia concessionária junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Saneamento e ao Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS). A base de dados com informações do 24º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos foi publicado em dezembro de 2019 em seu sítio eletrônico <http://snis.gov.br/diagnostico-anual-agua-e-esgotos/diagnostico-dos-servicos-de-agua-e-esgotos-2018>.

A coleta de dados é feita exclusivamente via web por meio do sistema denominado SNISWeb. Ao acessar o Sistema, cada prestador de serviços cadastra uma pessoa como encarregada pelas informações, com login e senha próprios, utilizados até o final do processo de coleta de dados. Também é feito um cadastro do mandatário do prestador de serviço, que é utilizado em caso de necessidade de cobrança para o preenchimento das informações.

O SNISWeb possui dispositivos de análise de consistência dos dados, o que permite ao prestador de serviços receber alertas sobre eventuais inconsistências durante o preenchimento dos formulários. Quando tais inconsistências correspondem apenas a desvios dos dados na comparação com alguns parâmetros de referência ou com as próprias informações históricas do prestador de serviços, o Sistema fornece um alerta em forma de aviso. Esta situação não impede a continuidade do preenchimento dos formulários e a finalização da coleta. Quando, no entanto, a análise identificar algum erro evidente, então o Sistema acusa o problema e impede a finalização do preenchimento dos dados até que a questão seja resolvida.

Para os prestadores de serviços regionais (companhias estaduais) e microrregionais, as informações são preenchidas nos formulários de dados desagregados, município por município. O SNISWeb totaliza as informações de cada campo e transcreve a totalização para os formulários de dados agregados. Ao prestador de serviços é dada a oportunidade de alterar os campos agregados, diferenciando-os da soma dos valores desagregados, quando há



alguma justificativa plausível. Tais justificativas são publicadas no rodapé das tabelas de informações publicadas no site do SNIS.

Ao analisarmos e adentrarmos em aspectos gerais da concessionária observamos por meio dos dados e informações, já tratadas e comparadas com as realidades nacional, Brasil, da Região Norte e outras cidades do Tocantins, identificamos um cenário muito favorável a empresa exploradora comercialmente, com crescimento da demanda, superávit nas receitas e uma despesa operacional baixa, se comparadas e analisadas com outros contextos similares no país.

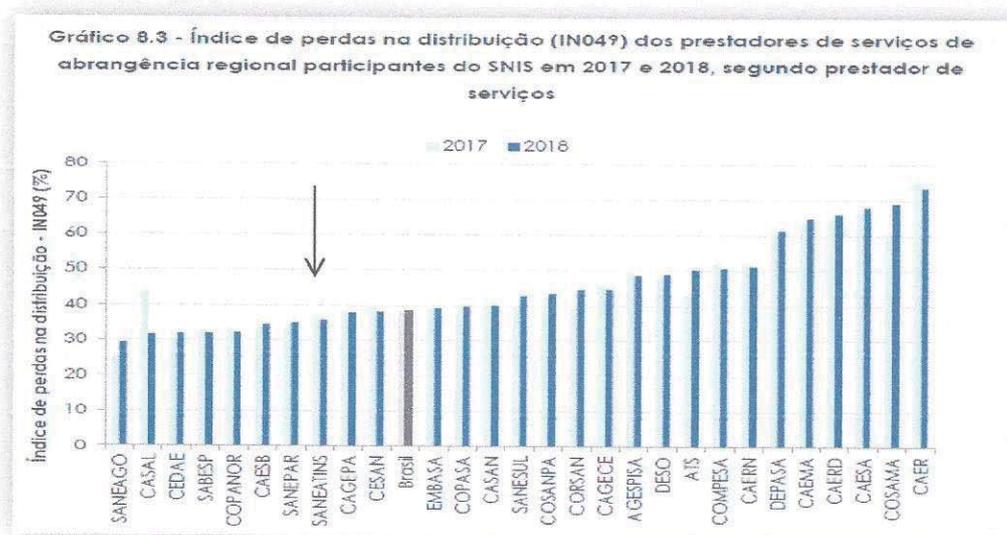
Vejamos como exemplos os cenários estaduais da Concessionária Saneatins com referência ao ano base de 2018, controlada e operacionalizada pela BRK Ambiental nas 47 cidades da concessão no Tocantins as os indicadores e consumo de água por habitante tem diminuído e o consumo consciente tem sido uma temática positiva nesses resultados. O que favorece um resultado mais amplo a concessionária se comparados aos dois anos anteriores.

Quadro 7.1 - Valores do consumo médio per capita de água (IN022) dos prestadores de serviços participantes do SNIS, em 2016, 2017 e 2018, segundo estado, macrorregião geográfica e Brasil

Estado / Macrorregião	IN022 (l/hab/dia)			Variação entre 2016 e 2018 (%)
	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	
Acre	159,7	156,4	150,2	-5,9%
Amapá	178,5	183,9	178,6	0,1%
Amazonas	170,4	95,7	92,1	-46,0%
Pará	143,3	154,2	153,9	7,4%
Rondônia	166,3	138,6	140,2	-15,7%
Roraima	152,4	132,7	132,1	-13,3%
Tocantins	140,2	128,9	124,5	-11,2%
Norte	154,5	132,3	131,8	-14,7%

24º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos, dezembro de 2019, MDR/SNS/SNIS.

Diante desse cenário podemos constatar, também podemos avaliar os indicadores relacionados as perdas na distribuição da água. Mesmo com índices abaixo da região norte, temos estados próximos que conseguiram diminuir substancialmente esse nível de perda e prejuízo ambiental e financeiro.



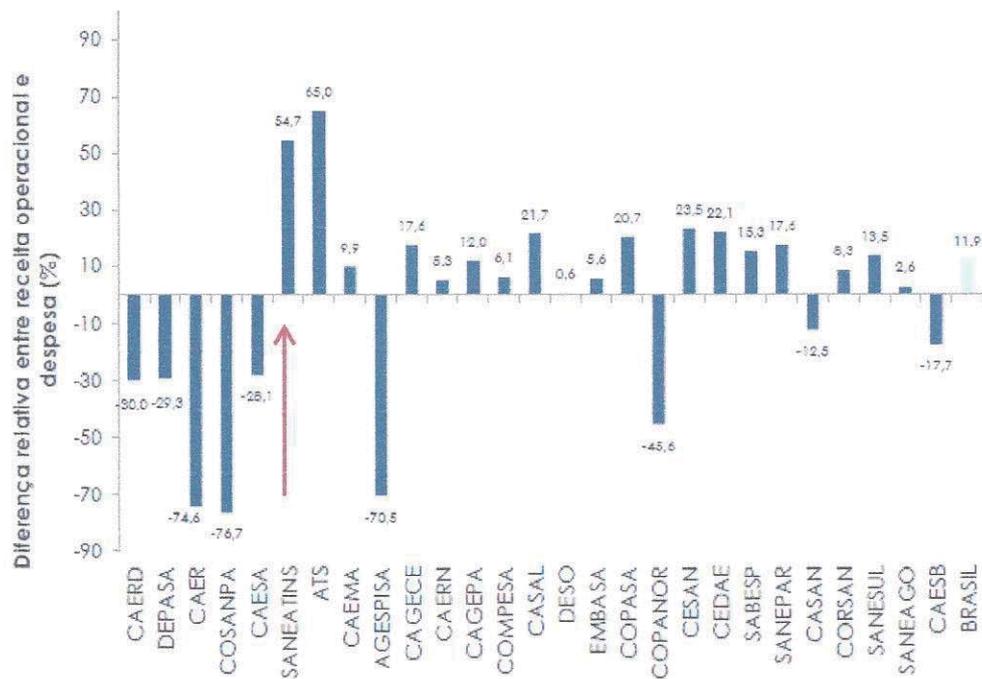
24º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos, dezembro de 2019, MDR/SNS/SNIS.

A análise dos resultados, segundo os prestadores de serviços de abrangência regional, permite observar que em 2018 apenas um prestador apresenta índice inferior a 30% (SANEAGO/GO, 29,2%). Outros 11 prestadores apresentam índices superiores a 30% e inferiores a 40% (CASAL/AL, 31,5%; CEDAE/RJ, 31,9%; SABESP/SP, 31,9%; COPANOR/MG, 32,2%; CAESB/DF, 34,5%; SANEPAR/PR, 35%; **SANEATINS/TO, 36,0%**; CAGEPA/PB, 37,9%; CESAN/ES, 38,2%; EMBASA/BA, 39,2% e COPASA/MG, 39,8%). Dentre esses, é importante destacar a variação em relação a 2017 da Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL). Essas perdas são um componente que comprometem a tarifação direta dos preços cobrados dos consumidores visto que compõem grandes prejuízos e são diluídos nas contas de todos os consumidores das 47 cidades atendidas pela Saneatins/BRK Ambiental.

Outro indicador bem destacado é a elevada participação dos prestadores de serviços de abrangência regional no total das receitas e despesas com os serviços, é relevante uma análise que compare os valores das receitas operacionais totais dos serviços de água e esgotos (FN005) e as respectivas despesas totais com os serviços (FN017) para esses prestadores.



Gráfico 11.1 - Diferença relativa entre receita operacional total e despesa total com os serviços dos prestadores de serviços participantes do SNIS em 2018, segundo prestador de serviço regional



MDR/SNS/SNIS.

Conforme se vê no Gráfico 11.1, um total de 18 prestadores de serviços regionais possuem superávit (receita operacional maior que a despesa total com os serviços), quantidade superior ao ano de 2017, quando 16 prestadores estavam nessa situação. Sendo que a Saneatins/BRK Ambiental (com valores de 54,7%) juntamente com a ATS no Tocantins são as duas exploradoras dessa concessão com melhor índice de resultados totais. Bem acima de todas as médias regionais e nacionais.

Com as devidas análises anteriores, podemos perceber que mesmo com as melhoras dos índices de consumo consciente por parte dos consumidores, alto indicativo de perdas por parte da concessionária, alto índice de resultados operacionais e totais as tarifas médias cobradas no Tocantins são bem acima da média regional, e até mesmo nacional.



Quadro 12.2 - Tarifa média praticada (IN004) e despesa total média (IN003) dos prestadores de serviços participantes do SNIS em 2018 e 2017 com as respectivas variações percentuais de um ano para o outro, segundo estado, macrorregião geográfica e Brasil

Estado/ Macrorregião	2018		2017		Variação	
	Tarifa média	Despesa total média	Tarifa média	Despesa total média	2018/2017	
	(IN004)	(IN003)	(IN004)	(IN003)	(IN004)	(IN003)
	(R\$/m ³)	(R\$/m ³)	(R\$/m ³)	(R\$/m ³)	(%)	(%)
Acre	2,74	3,58	2,19	2,83	25,1%	26,5%
Amapá	2,56	3,42	2,50	8,85	2,4%	-61,4%
Amazonas	4,43	3,42	4,48	4,22	-1,1%	-19,0%
Pará	2,58	4,82	2,21	4,5	16,7%	7,1%
Rondônia	3,5	4,63	3,22	5	8,7%	-7,4%
Roraima	3,18	5,92	2,92	5,15	8,9%	15,0%
Tocantins	4,98	2,44	4,57	2,87	9,0%	-15,0%
Norte	3,59	3,95	3,35	4,32	7,2%	-8,6%
Centro-Oeste	4,73	4,77	4,63	4,32	2,2%	10,4%
Brasil	3,97	3,57	3,63	3,32	9,4%	7,5%

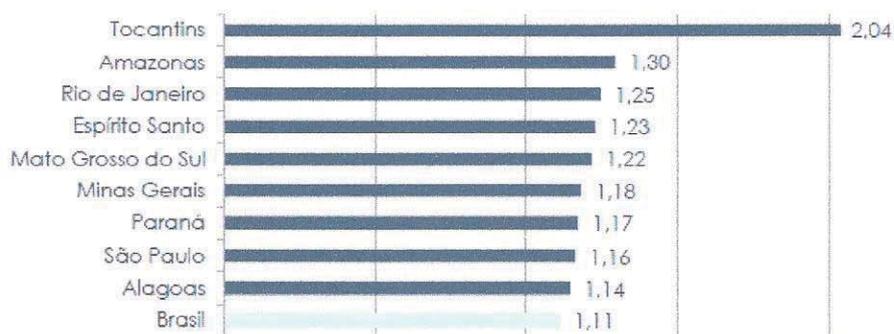
24º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos, dezembro de 2019, MDR/SNS/SNIS.

Esse quadro 12.2 apresenta de forma clara, que no Tocantins se pratica a maior tarifa média, mesmo sendo o estado com menor índice de despesa total sobre as operações de água e esgoto. Se comparados aos anos de 2017 e 2016 tivemos um aumento real na tarifa média de 9% enquanto que as diminuições nas despesas foram de 15%.

O Gráfico 12.1 mostra a proporção da tarifa média praticada em relação à despesa total com os serviços por m³ faturado (IN004 dividido pelo IN003) dos prestadores de serviços participantes do SNIS em 2018 para todos os estados brasileiros e o Distrito Federal, no ano de 2018. Assim, valores abaixo de 1,00 representam estados com a tarifa média inferior à despesa média, sugerindo que os serviços nesses estados são deficitários, e os valores acima de 1,00 representam estados com a tarifa média superior à despesa média, apontando que tais estados provavelmente possuem maior sustentabilidade financeira dos serviços.



Gráfico 12.1 – Proporção da tarifa média praticada em relação à despesa total com os serviços por m³ faturado (IN004/IN003) dos prestadores de serviços participantes do SNIS em 2018, segundo estado e Brasil



24º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos, dezembro de 2019, MDR/SNS/SNIS.

Na análise dos estados com a tarifa média praticada superior à despesa total, ou seja, com proporções superiores a 1,00, verifica-se que o estado de Tocantins tem o maior valor, equivalente a 2,04, destacando-se entre os demais. Em 2018, o Tocantins também apresentou a maior proporção correspondendo a 1,87. De forma semelhante, o estado do Amazonas apresentou a segunda maior proporção em 2017, com 1,31, mantendo a mesma posição em 2018, com 1,30. Com proporções da tarifa média e despesa média com valores superiores à média nacional, que é igual a 1,11, também se encontram os seguintes estados, em ordem decrescente: Rio de Janeiro (1,25), Espírito Santo (1,23), Mato Grosso do Sul (1,22), Minas Gerais (1,18), Paraná (1,17), São Paulo (1,16) e Alagoas (1,14).

Destaca-se que é fundamental definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro da prestação dos serviços como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam à eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade. Assim, os indicadores das despesas totais médias superiores aos das tarifas médias praticadas sinalizam dificuldades em manter a sustentabilidade dos serviços, podendo comprometer a sua qualidade. Por outro lado, tarifas muito superiores às despesas também podem indicar valores acima do necessário para garantir um bom equilíbrio econômico-financeiro, o que pode onerar, em demorado, os usuários que pagam pela prestação dos serviços.



Portanto a de se convencionar que a maior rentabilidade ou taxa interna de retorno(TIR) sobre aquilo que é investido, é o maior do Brasil, ao comparar com todas as prestadores de serviços, exploradoras dos monopólios de água e esgoto em seus estados do país.

Ademais, quanto a utilização de redutores de ar, nos foram trazidos importantes esclarecimentos pelo Dr. Norton Rubens da Agencia Estadual de Metrologia (AEM-TO), em sede de audiência pública, acerca da Lei estadual nº 1.636/2005 (Dispõe sobre a instalação de equipamento eliminador de ar na tubulação do sistema de abastecimento de água), vejamos:

Art. 1º. A empresa concessionária do serviço de abastecimento de água no âmbito do Estado instalará, a requerimento do consumidor e às suas expensas, aparelho eliminador de ar para líquidos, em tubulação que antecede o hidrômetro do imóvel.

(...)

Art. 2º ...

I - divulgar na conta mensal de água e esgoto:

a) o teor desta Lei nos seis meses subseqüentes à sua publicação;

b) a data prevista para a instalação do aparelho eliminador de ar.

II - instalar os aparelhos eliminadores de ar.

Art. 3º. Os hidrômetros a serem instalados, após a promulgação desta Lei, deverão ter o eliminador de ar instalado conjuntamente. (grifo nosso)

Restando clara a omissão por parte da Concessionária no cumprimento da referida lei, inclusive reiteradas informações contrarias a instalação destes, inclusive no corpo desse processo.

Por fim, parte dos membros desta Comissão Passaram por treinamento junto ao Conselho Federal de Administração (CFA), onde puderam operar o sistema de Gestão Estratégica de Serviços Municipais de Água e Esgotos (CFA-Gesae), produzindo assim relatórios com base nas informações fornecidas pela própria companhia Concessionária ao SNIS.



3.2. Da análise de documentos e processos

Foram encaminhados pela Companhia BRK-ambiental/Saneatins, em resposta aos ofícios desta Comissão, os seguintes documentos: 1 – estatuto social da Companhia de Saneamento do Tocantins; 2 – ata de eleição de membros da diretoria; 3 – cópia do contrato de Concessão nº 252/1999 – Saneatins; 4 – cópia do termo aditivo, ao contrato nº 252/1999, de nº 001/2001; cópia do termo aditivo ao contrato nº 252/1999, de nº 002/2012.

Ressalta-se que ofícios requerendo toda a documentação referente a formalização da Concessão aqui discutida foram protocolados junto a Prefeitura Municipal de Gurupi e Agencia Tocantinense de Regulação e a documentação encaminhada por estes foram cópias dos mesmos contratos e aditivos enviados pela BRK-ambiental.

Após requerimento desta Comissão a Unidade local do PROCON encaminhou relatório de reclamações referente ao período de 17/09/2014 a 17/09/2019, estas totalizando **1.305 (mil trezentos e cinco)**, cujo referido documento especifica a natureza de cada reclamação.

Ainda, em mesmo sentido o Secretário de Administração do Estado remeteu a esta Comissão, relatório do Sistema de Gestão de Unidades do É PRA JÁ, isto somente em relação aos atendimentos prestados pela Companhia BRK-ambiental no período de 01/07/2019 a 05/12/2019 na unidade de Gurupi, onde pudemos aferir a quantidade de **3.005 (três mil e cinco) reclamações de alto consumo, 1.104 (mil cento e quatro) pedidos de parcelamento de débitos, 313 (trezentos e treze) pedidos de recalcuro de fatura, 91 (noventa e um) pedidos de verificação de hidrômetro.**

Por ocasião da audiência preliminar realizada na data de 03 de outubro de 2019, fez parte das explicações do Sr. Thadeu Antônio Almeida de Oliveira Pinto (Diretor Presidente da Companhia BRK-ambiental), apresentação em formato PDF cuja cópia digital fora fornecida a esta Comissão, onde contem diversas informações dentre as quais destacamos:



Investimentos:

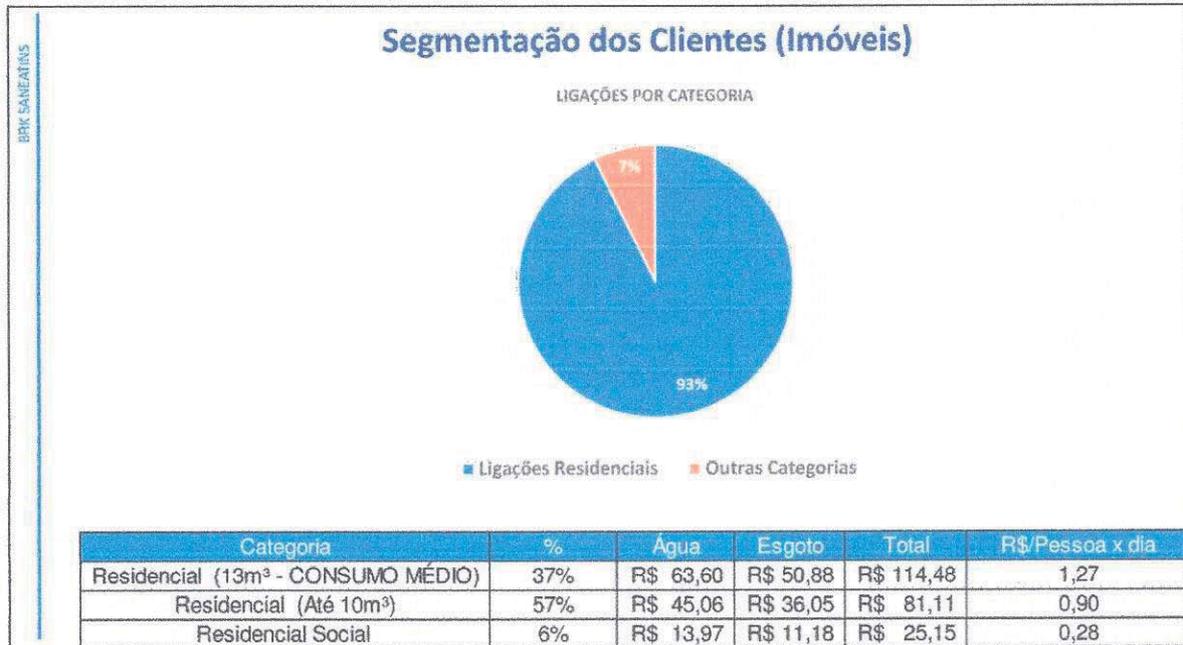


Dados sobre operações em Gurupi:





Segmentação dos clientes:



De importante valia foi a parceria firmada junto a Defensoria Pública Estadual, onde por meios de seus núcleos, além de sua incessante luta pela defesa dos cidadãos menos favorecidos do estado, não mediram esforços para até os últimos momentos de trabalhos desta Comissão, nos munir de informações e documentos.

O Defensor Público Geral, determinou as Defensorias do Estado em especial a de Gurupi-TO, a reunirem informações sobre as demandas envolvendo a Companhia BRK-ambiental/Saneatins, que variam desde denúncias de cobranças indevidas de alto consumo até demandas conhecidas como problemas de “soleira negativa”, onde a rede de esgoto se encontra em elevação superior ao despejo das residências, portanto impossível de se prover do serviço.

Em todos esses casos a Defensoria Estadual, através de seus membros diligentemente têm buscado sanar os abusos, seja por meio de ações judiciais ou procedimentos administrativos preliminares às ações, estes denominados “PROPAC”, destas atuações nos foram remetidos relatórios que somam 401 (quatrocentas e uma) laudas de demandas já ajuizadas e instauradas PROPACs.



Corroborando com o levantado por essa CPI, a não prestação de serviço de forma eficiente por parte da Companhia Concessionária ou seus contratados tem causado prejuízos e lesões não só aos consumidores de forma direta, mas também ao Estado com a necessidade de utilização dos órgãos de defesa judiciais e extrajudiciais.

Importante ressaltar que as ocorrências lesivas apuradas por esta Comissão, exigem a imediata adoção de medidas com fim de coibir as práticas danosas aos Municípios, visto que além de prejuízos financeiros, os descasos chegaram a causar perda de vida, como lamentavelmente nos deparamos com o fato do Sr. Cleber Xavier que em acidente automobilístico ocorrido em local de obra não reparada da companhia concessionária, sofreu lesões que em consequência disso evoluiu a óbito. Deixando família, filhos a criar, dos quais uma deles serviu de testemunha neste processo.

3.3. Das oitivas

Foram extraídos das oitivas realizadas pela CPI, trechos transcritos de depoimentos e pronunciamentos considerados relevantes para o esclarecimento dos fatos no processo investigatório.

Ressalta-se que todas as oitivas se foram gravadas em áudio, cuja mídia fora disponibilizada as partes que requereram.

1ª oitiva – audiência preliminar – Diretor Presidente da Companhia BRK-ambiental/Saneatins, Sr. Thadeu Antônio Almeida de Oliveira Pinto.

Realizada na data de 03 de outubro de 2019.

Trechos da Oitiva do Sr. Thadeu Antônio Almeida de Oliveira Pinto:

SARGENTO JENILSON: *(inaudível) vereador Sargento Jenilson mandato dois mil e dezessete dois mil e vinte aqui nesta oportunidade três de outubro as nove horas e trinta e quatro minutos estamos iniciando aqui é uma audiência preliminar né uma audiência prévia para com os trabalhos da CPI BRK ambiental em Gurupi trabalhos esse que temos início aqui como foi falado as nove e trinta e quatro com a presença do nobre vereador César da Farmácia e também membros da comissão como o doutor Uemerson Coelho doutor Sérgio que tá ali também chefe de diligencia nosso os trabalhos como vereador*



convidado nobre **vereador André Caixeta** demais representantes da casa de leis e principalmente o corpo técnico da BRK Tocantins aqui representada nesse ato pelo **doutor Thadeu Antônio Almeida de oliveira** e seus demais estafes termo de audiência na abertura da audiência explicitar então que estamos aqui pra trabalharmos a ideia de desenvolvermos a nossa cidade né acima de tudo estamos aqui fazendo um processo de inquérito obviamente dentro de um processo parlamentar garantindo a todos aquela condição de que façamos o melhor para nossa cidade tenho certeza que vocês não deslocariam de suas localidades seus trabalhos rotineiros se também não tivessem aqui com esse mesmo objetivo né tenho oportunidade já de ter participado de algumas ações da BRK recentemente até buscando esses esclarecimentos que não é somente na cidade de Gurupi é também a nível de Estado e quando eu tenho a oportunidade de conversar com membros da BRK acredito eu e tenho esse intuito de acreditar sempre de que todos estamos buscando o mesmo objetivo que é garantir qualidade de serviço público aqueles que pagam por esse serviço no nosso Estado em especial a cidade de Gurupi então nessa oportunidade começos os trabalhos aqui é apresentando todo esse processo que a gente já iniciou ainda no mês de Maio depois a gente teve um outro documento um outro requerimento então já temos algum tempo que tentamos realmente iniciar um processo como esse pra entendermos e adentrarmos melhor e que sabe no final dela chegarmos a informações que venham trazer melhorias para nossa cidade né esse é grande objetivo é a nossa tentativa de fazer com que realmente haja avanços bem aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove nesta data três do dez de dois mil e dezenove na cidade de Gurupi estado dom Tocantins na sala do plenarinho da câmara municipal de Gurupi onde presente se achava o vereador esse que vos fala Sargento Jenilson então presidente da comissão Parlamentar de Inquérito a primeira do ano de dois mil e dezenove comigo também o doutor Uemerson de Oliveira Coelho matrícula onze oito quatro servindo de escrivão as nove horas e trinta e seis minutos né compareceu o investigado neste ato representando aqui a BRK Ambiental o doutor **Thadeu Antônio Almeida de oliveira Pinto** diretor presidente da BRK é casado podendo ser encontrado na avenida LO zero cinco sem número quadra trezentos e doze sul em Palmas Tocantins acompanhado de seu defensor **doutor Érico Andrade advogado da OAB de Minas Gerais** número sessenta e quatro mil cento e dois e a **doutora Marta Duarte inscrita na OAB Tocantins** número meia oito nove dois A podendo ser notificados nos endereços acima também citados é de igual forma nos quais juntaram instrumentos procuratórios bem como estabelecimentos substabelecimentos para representarem a companhia investigada ou a concessionária investigada certificado do teor da resolução zero sete de dois mil e dezenove de vinte e cinco de junho de dois mil e dezenove bem como seus direitos constitucionais do



contraditório da ampla defesa interrogada a respeito dos fatos que deram origem a presente comissão parlamentar de inquérito passou a esclarecer e sendo devidamente gravado em áudio farei a leitura da resolução zero sete de dois mil e dezenove para teor e conhecimento de todos.

*... **continuando...** Feita essa leitura é estamos aqui mais uma vez aqui dando esta garantia constitucional ao nobre doutor Thadeu que nesse ato aqui representa a CPI BRK é com certeza com direito ao contraditório ampla defesa e sendo este passo aqui um passo importante um passo preliminar pra essa CPI o bom andamento quero deixar claro aqui então a todos os interrogados que estamos aqui pra contribuir caso queiram fazer alguma interrupção alguma situação em tempo quero que faça uso do microfone para que a gente faça registrar qualquer tipo de manifestação. Estarei a frente dos trabalhos como já foi falado doutor Uemerson vai fazer a parte da secretariado e a gente tá aqui e nesse momento a gente passa a ouvir né a parte interessada os depoimentos então automaticamente serão gravados em mídia cuja mídia ficará arquivado nesta casa de leis sendo disponibilizado a cópia então posteriormente a todos vocês caso queiram esmiuçar e detalhar o processo e agora nesse momento eu passo a palavra para o doutor Thadeu tá vamos interromper o processo aqui nobre vereador César da Farmácia vai fazer uma pequena contribuição antes do início do nosso interrogatório só um minutinho*

***Vereador César da Farmácia:** Bom dia todos sou vereador César da Farmácia é o primeiro mandato estou como diz participando e quero aqui hoje cumprimentar o diretor presidente senhor Thadeu quero cumprimentar também o Frederico é cumprimento o Felipe e todos integrantes aqui da BRK Ambiental eu sou só membro isso aqui tô hoje pra ouvir e meu tempo parabenizar vocês por estar aqui o advogado que veio por exemplo e Belo Horizonte também aqui e todos vocês estou aqui pra ouvir o a como diz o outro as palavras de vocês de todos os senhores tá então o César volta novamente para o presidente para que*

***Sargento Jenilson:** é a tá só pra isso conseguimos aqui então aqui em tempo ainda né doutor Thadeu fazer entrega de todos os atos até esse presente momento é ao iniciarmos os nossos trabalhos aqui nessa audiência preliminar é faço cargo aqui ao senhor de todo processo que foi investido até o momento né toda legalidade que o senhor possa acompanhar todos esses atos são atos são públicos né essa aqui é o isso aqui é o nosso original estaremos aqui a disposição do senhor e qualquer outra informação a mais também né e obviamente o senhor tem todo direito de solicitar igual foi solicitado está também sendo entregue aqui volume só confirmar volume volume um completo com todas as juntadas que a gente tem de encaminhamento até a presente data e momento. Bem dada a palavra ao doutor Thadeu Antônio Almeida de Oliveira diretor presidente da BRK Ambiental no Tocantins para*



poder fazer alguns esclarecimentos quanto ao objeto da resolução zero zero sete de dois mil e dezenove.

DOUTOR THADEU ANTÔNIO ALMEIDA DE OLIVEIRA: senhor presidente Sargento Jenilson da comissão da CPI em nome de quem eu saúdo os vereadores não presentes aqui nesta sessão e em especial o presidente da Câmara de vereadores vereador Wendel Gomides hã o senhor membro da comissão também César da Farmácia que acabou de fazer uso da palavra aos demais membros Ataíde Leiteiro Cláudio do Trevo parece que estão ausentes aqui da Sessão é o André Caixeta Jair Souza Vereador que esteve aqui presente mas parece que se ausentou aqui do recinto é os colegas da BRK aqui presente mas nós viemos de turma quero esclarecer ao senhor que o objetivo é contribuir com o trabalho desta comissão desta casa de leis é de uma forma muito afetiva então se tiver algum tema que eu é pela especificidade dele não tenha domínio e que seja objeto é da CPI posso pedir apoio de um dos nossos auxiliares aí mas gostaria de registrar é presidente Sargento Jenilson Sargento Jenilson é o nome político registrado então eu posso chamar o senhor de Sargento Jenilson né nobre vereador desta casa é gostaria de registrar de que assim que tomamos conhecimento e nos foi dado esse conhecimento através de correspondência a respeito é do início dos trabalhos da CPI é com inclusive é o cronograma de suas atividades solicitamos é cópia de inteiro teor é do processo exatamente com objetivo de poder tomando conhecimento não só pela é convocação mas também pelo processo e assim poder contribuir de uma forma mais efetiva e mais recentemente é no início dessa semana já protocolamos uma outra correspondência solicitando acesso ao processo de inteiro teor em razão de notícias é veiculadas aí na imprensa e mídia da movimentação de alguns membros d CPI em oitiva a Agencia Reguladora do Estado é Defensoria do Estado exatamente para ter conhecimento do que foi tratado nessas audiências e mais infelizmente só hoje aqui estamos recebendo no dia da audiência a cópia do processo o que pode prejudicar um pouco por falta de conhecimento de todo seu teor essa nossa intenção de poder realmente exaurir em contribuição em função dos termos do processo mas nos esforçaremos ao máximo estaremos aqui a sua disposição presidente de todos os membros da comissão para é contribuir integralmente aí com o que for é necessário nos teremos um breve apresentação que eu acho que seria de bom tom fazer uma breve apresentação da BRK mas com foco aqui pra Gurupi né apresentação que nós tivemos oportunidade de fazer pro senhor naquela audiência do projeto de lei três mil duzentos e sessenta e um que o senhor participou na assembleia legislativa nós fizemos uma abordagem geral da BRK e temos um recorte aqui hoje focando na cidade de Gurupi se o senhor nos der licença e os demais membros ache que seria interessante acho que não leva muito tempo e depois então é eu passo ao senhor para conduzir aí os questionamentos e a gente



poder contribuir podemos seguir dessa linha então essa apresentação ela foi preparada exclusivamente aqui para a audiência então algumas informações da BRK saneatins é nós temos hoje como acionista a BRK Ambiental e o FFGTS e a BRK Ambiental possui setenta por cento da BRK Saneatins e o FFGTS que é um fundo de investimento com recursos do trabalhador ele é detentor de trinta por cento das ações da BRK Saneatins nós atuamos aqui no município e no Estado do Tocantins em quarenta e sete municípios com o objetivo de abastecimento de água e esgotamento sanitário prazo médio dos nossos quarenta e sete contratos de concessão em torno de trinta anos são prazo médio tem uns que temais e outros que tem menos uma população é atual atendida de cerca de novecentos e noventa e sete mil habitantes é no Estado do Tocantins agora é considerando aí esse período de dois mil e doze a dois mil e dezesseis a que coincide dois mil e dois a dois mil e dezesseis nós temos um investimento aí de seiscentos e sessenta e um milhões e projetados aí para dois mil e dezessete a dois mil e vinte e cinco este sim coincide já com a atuação da BRK ambiental como todos sabem nós somos é sucessores é da empresa odebrech ambiental que foi adquirida pela BRK Ambiental pelo grupo Brookfield que é um grupo canadense é e que fundou a empresa BRK Ambiental que passou ser a ser nosso acionista e tal forma isso ocorreu em abril de dois mil e dezessete

...continuando... BRK Ambiental e eu trago esses números aqui customizados pra Gurupi exatamente pra desmitificar esse racional a gente não pode aceitar é essa o senhor se lembra bem na audiência da assembleia legislativa quando o representante da OAB falou exatamente usando desse argumento e que tinha três mil reclamações do PROCON ora convenhamos o que é três mil reclamações do PROCON pra quem tem quatrocentas mil ligações de água não é quatrocentos mil clientes né e aqui eu trago um recorte pra Gurupi exatamente nessa mesma é mesmo mesmo racional comparando os dados de dois mil e dezoito dois mil e dezenove ainda que o tenha havido um crescimento alí de dezoito pra dezenove de duzentos e quarenta casos pra trezentos e dois nós tamos falando cerca de trinta e dois mil clientes você ter trezentos e duas reclamações do PROCON não é isso é menos de um por cento menos de um por cento não é e desses casos não é se a gente observar o gráfico de baixo não é das trezentos e duas reclamações apenas quarenta e oito viraram processo não é então veja é isso é dado acumulado de janeiro a setembro aí já tá acumulado até setembro com dados que o PROCON mesmo nos forneceu não é então a gente utiliza muito esse argumento pra é a gente não pode se contaminar com essas informações tá em tem que olhar tem que olhar analisar e ver que não existe absolutamente nenhum exagero não é é ao contrário são números muito pequenos a gente tem certeza que nós prestamos um bom serviço tanto no abastecimento água como de esgotamento sanitário em todas as cidades que



nós atuamos não só aqui em Gurupi no Estado e aonde a BRK atua nacionalmente nós somos referencia como prestadora de serviço hã ai é entrando um pouco é nós fizemos essa abordagem tambem porque é tem sempre muita reclamação com relação ao serviço cobrados de água e esgoto e esse é um dos objetivos aqui da CPI instaurada não é e é vou fazer o mesmo comentário que eu fiz nessa oportunidade na assembleia legislativa que como profissional do setor aonde eu labuto há trinta e seis anos né trinta e cinco anos já partindo pra trinta e seis anos de experiencia a gente como profissional do setor é se depara com esse desafio das pessoas é não reconhecer o exato valor do nosso serviço quando vai pagar uma conta que chega uma conta de água e esgoto dois serviços cobrados numa fatura não é e aí a pessoa reclama vai fala é mais água agora me atendo um pouco a água é um daqueles é que a gente só percebe o real valor mesmo quando ela falta não é aí quando cidadão abre uma torneira lá que não vê a água cair não é ele paga o que for para um carro pipa pra poder ter a água pra ter o seu conforto tomar o seu banho de fazer o cozimento dos seus alimentos o asseio da sua residências das suas enfim não é ele aí paga o valor que for da mesma forma esgoto quando você tem um problema na fossa lá a fossa caiu quebrou ou entupiu (inaudível) não ter mais jeito daí você paga também o que for para uma um caminhão limpa fossa chegar lá e tirar aquilo e levar pra diante e consertar não é mas quando se cobra pela regularidade nesse serviço que você nem percebe se nem ta vendo ta alí tá com ce tá o ce tá sua família tá produzindo o esgoto não é e aquilo indo embora tá sendo tratado tá sendo adequadamente é tratado e o éfluente disposto é do meio ambiente então é sempre uma celeuma quando se fala da do valor da conta de água e esgoto e aqui eu trago é também um recorte aqui pra Gurupi e com algumas comparações entre os serviços de água e esgoto e outros serviços não é então aqui pra Gurupi é entendendo essa tabela aí primeiro gráfico alí é o seguinte ele noventa e três por cento das ligações daquelas ligações daquelas quantidades trinta e duas mil ligações são ligações residenciais é e apenas sete por cento são outras categorias aí se ta falando de comércio industria órgão publico sete por cento desses noventa e três por cento residenciais é consomem até dez metros cúbicos então estão naquele mecanismo de tarifa minima cinquenta e sete por cento dessas pessoas não é apenas trinta e sete por cento estão é nesse consumos médio de treze metros cúbicos que é um consumo é médio verificado aqui na cidade e a tarifa residencial social ela seis por cento é das famílias das ligações é residenciais tem aqui são beneficiadas pela tarifa social na coluna seguinte a gente tem, pra cada consumo desse um valor da conta de água o valor da conta de esgoto e o valor total então a leitura pé se eu consumo em média treze metros cúbicos o valor da minha conta de água vem sessenta e três reais e sessenta centavos o valor da conta de esgoto cinquenta reais e oitenta e oito reais no total da cento



e quatorze reais e quarenta e oito centavos por família se eu considero uma família de três pessoas e essa é uma conta pra tinta dias de consumo se eu pegar esse valor de cento e quatorze reais e divido por trinta dias e divido por três pessoas significa que para ter os serviços que consome nessa faixa aí pra ter o serviço de água e esgoto diariamente em sua residência tá pagando um real e vinte e sete centavos por pessoa dia um real e vinte e sete centavos por pessoa dia é considerando uma família de três pessoas se você vai pra o consumo mínimo de até dez metros cúbicos é que é um outro tema da CPI onde cinquenta e sete por cento das famílias estão nessa situação você tem um valor da conta de água quarenta e cinco o valor da conta de esgoto trinta e seis total da oitenta e um reais e onze centavos e do mesmo racional ou seja dividindo por trinta e dividindo por três pessoas por família eu tenho noventa centavos por pessoas dia pra ter os serviços de água e esgoto e pra aquelas pessoas que são enquadradas na tarifa social não é são pessoas com certo grau de vulnerabilidade sócio econômica não é a gente nesse mesmo racional cada pessoa é representa vinte e oito centavos pra ter o serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário isso é caro é barato não é vamos a tarifa social é um benefício em forma de desconto que incide sobre as tarifas de água e esgoto dos imóveis classificados na categoria residencial destinado as famílias baixa renda e aí tem alguns critérios ali estabelecidos pela agencia reguladora o imóvel ter que ser classificado como um cliente residencial a residência deve se enquadrar no padrão baixo de construção com área construída de ate cem metros quadrados e ter renda familiar mensal igual ou inferior a um salário mínimo em meio para aposentados ou pensionistas portadores de doenças crônicas a renda familiar pode até aumentar um pouco é de dois salários dois salários e meio não é (inaudível) e se você é mostrar que é como é que a tarifa social hoje tá no Estado ali considerando os polos nossos tá então tem várias famílias em várias cidades ali aqui no polo Gurupi se não me engano são seis ou sete cidades quantas oito cidades né então é na média você tem aqui no polo de Gurupi seis virgula um por cento mas aqui na cidade de Gurupi é em torno de seis por cento mesmo tá então seis por cento das familiares aqui tem esse benefício da tarifa social no Estado como um todo trinta e duas mil famílias é são enquadradas aí e pagam aquele zero vinte oito reais por pessoas dia pra ter água e esgoto há e aí se você parte pra comparar não é esse serviço e agua e esgoto com outros serviços é o objetivo aí gente não é defender que é que nós somos barato não que nós o objetivo não é esse não é só pra uma reflexão é há e aí se você parte pra comparar não é esse serviços e agua e esgoto com outros serviços é o objetivo aí gente não é defender que é que nós somos barato não que nós o objetivo não é esse não é só pra uma reflexão é



que veja eu pago por um pacote básico de internet de seis mega não é é um pacote residencial que as vezes até na residência tem mais de um eu pago oitenta e dois reais por um gás de cozinha eu pago oitenta e cinco reais é bem verdade que as vezes eu não consumo um botijão de gás por mês mas também não compro meio botijão de gás eu compro um a é se eu vou pra uma conta média de energia residencial não é de duzentos kilowatts e hoje se você não tomar cuidado qualquer um extrapola isso rapidinho eu to falando de cento e sessenta reais e é um serviço não é então hoje pra tarifa pra quem paga a tarifa mínima é a gente ta falando ta pagando trinta e seis reais de esgoto e quarenta e cinco de agua não é os dois oitenta e um então se veja nós não tamos é em relação aos outros serviços não é é nós somos até mais baixo de em relação aos outros serviços não é então é a gente trás apenas essa comparação no sentido de mostrar agora a mídia é muito pautada por aquelas aqueles casos circunstancias onde a pessoa as vezes não tá muito atenta ao consumo aí realmente paga mais caro porque a estrutura tarifaria em todo o brasil em todo o brasil isso não é aqui apenas no estado do Tocantins ela ela ela pré supõe uma uma uma progressividade é das tarifas por faixa de consumo é exatamente pra olha quem consome mais portanto provavelmente tem melhores condições sócio econômicas vai pagar mais quem consome menos ou tiver um controle é racional do seu consumo vai pagar menos isso é assim aqui no Tocantins e em todos os Estados do Brasil não é o próximo por favor he he he eu sabia que o senhor ia olhar pra mim com essa ha isso aí é uma outra então é uma comparação o seguinte né é eu eu pago um uma tirei o picolé que o senhor reclamou eu tirei tá vendo o senhor contribuiu aí eu tirei que tinha um picolé ali que era o dois reais isso é uma contribuição do sargento Jenilson eu tirei dali é é pra não ficar um tom jocoso me desculpe realmente não aquela intenção na naquela oportunidade lá mas nós retiramos aqui e comparamos um meio litro de agua mineral que custa em torno de dois reais não é uma um refrigerante hoje custa dois e cinquenta e e você vê que é uma pessoa pra pra ter agua durante os trinta dias do ano todos os dias em sua trinta dias do mês todos os dias em sua casa ta pagando setenta centavos pra quem consome treze metros cúbicos pra quem consome até a faixa mínima de dez tá pagando cinquenta centavos por pessoas dia e pa que tá na tarifa social paga quinze centavos por dia pra ter só que ele não vai ter uma agua alí como na agua mineral apenas suficiente pra matar a sede dele não é ele vai ter a agua pra matar a sede dele pra tomar o banho dele pra preparar a alimentação dele pra lavar a roupa dele pra fazer o asseio pessoal e da sua residência não é pra todo conforto então ele não precisar pagar o preço de uma de uma agua mineral não ele vai pagar apenas setenta centavos ou cinquenta ou quinze centavos e aí nós tamo falando que quem consome quem paga esses setenta reais por pessoa dia tá consumindo cento e quarenta e quatro litros de água e não meio



litro de dois reais que ce ta comprando numa agua mineral aonde você sai de casa pra comprar aqui não aqui você não sai de casa pra comprar você recebe em sua casa não é qualquer hora do dia ou da noite então comercio não fecha não é a gente trabalha vinte e quatro horas por dia pa disponibilizar né não é agua a qualquer hora é quem consome na tarifa menina até dez metros cúbicos pa com esse cinquenta centavos comprando digamos assim pra ter o mesmo efeito da comparação com a água mineral cento e onze litros de de de água não é e não meio litro e quem tá na tarifa social que também é o mesmo dez metros cúbicos de de contro de de consumo com quinze centavos tá pagando cento e onze litros de água repito sem sair de casa não é a qualquer hora do dia ou da noite é próximo então a gente queria encerrar aí e trazer essas informações senhores é vereadores ér pra iniciar esse debate d uma forma mais qualificada com dados com informações e e aqui afirmar que nós da BRK é estamos comprometidos realmente em em atuar em todas os locais onde nós atuamos é com esse compromisso aí de transformar a vida das pessoas garantindo a água e saneamento de qualidade evidentemente que é problemas acontecem é isso é natural isso é veja quem opera quinhentos e vinte quilômetros de rede aqui numa cidade como Gurupi não é você não ter um problema é impossível disso acontecer mas é a gente tá preparado e com a logística adequada pr é da uma pron um um pronto atendimento uma pronta resposta a isso ta então eu queria finalizar essa apresentação e passar aí a condução pra o sargento Jenilson e me coloco a disposição e toda a equipe aqui pra contribuir com os trabalhos da comissão.

SARGENTO JENILSON: novamente vereador Sargento Jenilson a presidir a seção se faz necessário uns esclarecimentos aqui **quanto ao que foi registrado em áudio é para com todos que aqui estão presentes sobre os processos é dessa CPI bem cabe ressaltar que todo processo que foi feito ele foi dado ampla transparência por meio dos portais oficiais da câmara municipal de Gurupi em sua terceira seu terceiro item que o senhor fala ele fala sobre a questão de alguns documentos que foram protocolizados aqui e que na data do dia vinte e dois de agosto o documento produzido por essa casa encaminhamos um documento protocolado a BRK Ambiental em Palmas no dia vinte e seis do oito as dezesseis e trinta inclusive por essa pessoa que vos fala apresentando toda notificando a empresa pelo ato inicial da instrução que foi iniciada dando também, entrega dos documentos relacionados as copias produzidas pela CPI até aquele momento e naquele ato também foi solicitado cópia de documentos que dessem garantias legais da concessão pública ora exercida por vocês bem como nos seus aditivos e alterações foram disponibilizados pra nós é em tempo claro dos dez dias e também deixamos disponibilizados o site da câmara municipal de Gurupi naquela data com link que também no próprio**



escopo do documento ainda de vinte seis de agosto de dois mil e dezenove feito isso é foi protocolizado aqui um segundo documento pela BRK Ambiental na data do dia dois de outubro de dois mil e dezenove pedindo documentos complementares fato que foi respondido de imediato por esta casa de leis pela CPI da BRK em nome do vereador Sargento Jenilson e protocolizado também no dia três de outubro esgotando assim exato que foi nos entregue ontem os documentos complementares foram solicitados ontem os documentos complementares foram solicitados ontem e foi entregue hoje dia três os documentos na nobre pessoa do doutor Érico Andrade os documentos que ele entendeu serem complementares a esse processo essa audiência como todos sabem audiência preliminar preparatória e que com certeza vamos ter outros momentos de inquirições né ou de avanço nas informações esse é o momento inicial na qual a BRK foi convidada para fazer os esclarecimentos iniciais feito isso depois da notificação dos documentos técnicos apresentados e também da boa apresentação que o senhor fez inclusive obrigado por ter trazido aqui alguns detalhamentos da cidade de Gurupi porque essa mesma audiência nós tivemos oportunidade de participar em Palmas quando fomos discutir um projeto de saneamento a nível de Brasil e reforçado o cronograma que também, foi disponibilizado para acompanhar datas inclusive bem desenvolvido ainda no dia vinte e seis de agosto também já estava de poder da BRK Ambiental no Tocantins com sede em Palmas na pessoa do doutor Thadeu Antônio vou interromper aqui o processo o rito comum para do o vereador que também tem muitas contribuições ele quer fazer uma breve colaboração aqui o vereador André Caixeta do PSB

VEREADOR ANDRÉ CAIXETA: Bom dia primeiro é agradecer aqui a Deus né a oportunidade de nós estarmos todos reunidos aqui é pra realização dessa reunião reunião acredito eu ser uma das das mais importantes que nós já fizemos ao longo desses três anos que estamos a frente do poder legislativo dessa cidade até porque é uma demanda de toda a nossa população Gurupiense e nós fomos criando um elo e um vínculo Gurupi vai ficando pequena e nós vamos se aproximando como é o caso da aproximação hoje com o Frederico aqui agradecer a presença do doutor Thadeu que representa a BRK aqui o Felipe que sempre nós temos cobrado lá não é o vereador André Caixeta é a população Gurupiense que cobra do vereador André Caixeta e eu tenho que de alguma maneira acredito que é o mesmo caso eu em cima de uma panela quente eu tenho que me eu tenho que me movimentar por que se eu não me movimentar eu acabo é me queimando então eu preciso eu preciso disso é tenho que deixar bem claro é parabenizar aqui é o presidente dessa CPI junto com os demais membros que fazem parte aqui é e hoje nós estamos apenas como colaborador até porque desde o primeiro momento que é virei vereador



dessa cidade nós somos muito cobrados ainda não era o serviço prestado nem pela BRK era prestado pela Saneatins a Odebrecht e hoje não hoje é a BRK está a frente dessa prestação de serviço e de lá pra cá nós algumas vezes nós provocamos através de requerimentos através de ofício pedindo informações solicitações a empresa responsável por toda essa parte de saneamento básico e água é do nosso município de Gurupi é e por algum não sei porque razão é eles nunca tinham se manifestado eles não se pronunciavam diferente agora recente temente nós temos é encaminhado alguns pedidos a BRK e ela ela tem se manifestado eu quero deixar registrado isso aqui e tem nos atendido também é porem é quando se apresenta esses dados são dados é que nos alegra né vê aqui que nós temos uma redução da prestação de serviço que cai é de aproximadamente dezesseis dia cai pra seis dias que também é um caso sério porque nós temos dados nós temos relatórios de vários acidentes que acontecem devido é esses locais onde são feito essa troca de tubulação ou algo dessa maneira mas eu tenho que deixar registrado também é eu vejo eu vejo falta dentro da BRK hoje o social devido esses impactos ambientais devido desses impactos sociais que tem ocorrido é na cidade de Gurupi esse transtorno nós sabemos que pra melhorar precisa nós precisamos de passar por esta turbulações mas eu ainda continuo vendo que não tem esse retorno social eu não tenho conhecimento hoje da BRK inclusive acredito que uns seis meses atrás eu estive com o Frederico lá numa visita eu e o vereador Ataíde vereador Zezinho da Lafiche e nós questionamos isso ficaram de apresentar pra nós é um plano de ações sociais voltada devido esses impacto ambientais sociais até esperei que o senhor apresentasse mas infelizmente é eu não foi apresentado e eu desconheço é na cidade de Gurupi é onde que poderia a BRK devido é o serviço que presta a cidade de Gurupi devido os transtornos que são criados e os impactos ambientais na cidade Gurupi nós poderíamos investir muito a BRK poderia ajudar muito o município poderia ajudar muito a população Gurupiense da cidade de Gurupi então é o primeiro pedido que nós deixamos a primeira colocação que eu faço é recentemente a pedido dos moradores do setor aonde que tá sendo feito uma troca de tubula extensão de esgoto lá no Jardim Boulevard é setor Aeroporto Residencial São José é eu estive em loco e me coloco a disposição pra que se se alguém fazer algum questionamento nós vamos lá e nós podemos ver a qualidade do serviço que tá ficando lá eu deixo mais esse pedido aqui mais uma vez é um serviço que eu vejo como péssima qualidade nós sabemos que a malha viária lá ela já é antiga ela é uma malha viária antiga e se o serviço não for de boa qualidade naquela localidade daqui a pouco com período chuvoso vai começar os problemas de novo igual problemas que aconteceu dentro da vila São José infelizmente o vice presidente dessa comissão não tá aqui porque é conhecedor desse caso que aconteceu dentro da vila São José de ter danificado logo após ter feito um micro município ter feito



um micro revestimento em toda aquela localidade danificou-se novamente a malha viária daquela daquele setor e a população nos cobra não é o vereador André Caixeta não é o vereador André Caixeta que bate na BRK é a população que me cobra são questionamentos que são feitos diariamente que chega até a gente e nós temos que buscar uma informação pra levar pra população ultimamente nós temos recebido inúmeras queixas em relação é a valores que foram dobrado recentemente que devido a troca de hidrômetro e acontece que dobra-se o valor de consumo valor dessa tarifa e a população ela ela ela tenta buscar de alguma maneira é através é desse poder legislativo até porque o vereador é para-choque da população é muito difícil você encontrar você conseguir falar com um deputado estadual você falar com um deputado Federal mas todo mundo tem o telefone do vereador todo mundo é boa parte da população Gurupiense sabe aonde mora os vereadores sabe onde que fica é o poder legislativo dessa cidade

Sargento Jenilson: *Obrigado Vereador André Caixeta, estamos apenas repercutindo a breve apresentação feita pelo presidente da BRK na qual apresentou números dessa cidade, e na oportunidade também repercutindo a apresentação nobre vereador convidado aqui quer fazer uma fala, nobre vereador Ivanilson Marinho.*

Ivanilson Marinho: *Bom dia Senhor Presidente, aos representantes da BRK em nome do Frederico, que sempre nos atende, ali com as demandas da cidade, mas eu queria fazer alguns apontamentos em relação à apresentação, estou em mãos com a documentação agora e são algumas observações e dentre elas o Caixeta em relação à parte social da BRK que de fato a gente não enxerga, que como política, que como política da empresa na cidade em que eu gostaria de ratificar isso, mas na apresentação, não sei se cheguei atrasado, mas eu não vi sobre o faturamento da empresa aqui em Gurupi. Se pudesse informar sobre o estado do Tocantins seria interessante, mas propriamente em Gurupi pra gente analisar, dos últimos anos, não só depois que a BRK de fato assumiu os serviços de concessão de água e esgoto aqui da cidade, mas os números foram apresentados como es as reclamações no PROCON da cidade ou no PROCON estadual fossem de fato quanto você considera os percentuais em relação ao número de ligações fossem pequenos, mas o impacto que isso tem causado pela BRK na cidade de fato tem que se reconhecer que não se acontecia isso em relação às outras empresas, porque a polêmica gerada senhor Presidente Jenilson em relação, seja mobilização em parte do PROCON, seja Assembleia Legislativa, as prefeituras municipais, os vereadores, foi justamente depois que a BRK assumiu esse dever de cuidar da água e esgoto do estado do Tocantins. É interessante saber a quantidade de reclamações, obvio que sim, mas qual que o*



faturamento da empresa, considerando os anos anteriores e considerando após ela assumir a responsabilidade da concessão da água e esgoto, não só do estado como também de Gurupi, para gente tentar associar isso senhor Presidente, com aquilo que foi celebrado pela BRK no ano de 2012, porque quando eu analiso aqui na época ainda do prefeito Abdalla, que aditar o contrato de concessão aqui com a companhia ainda de água e esgoto, a Saneatins, aqui consta uma planilha de investimentos 2013, R\$ 10.620.000,00, 2014, R\$ 10.460.000,00, 2015, R\$ 10.460.000,00, 2016, R\$ 10.400.000,00, 2017, R\$ 9.660.000,00, 2018, R\$ 9.640.000.000 e 2019, R\$ 4.760.000,00, a indagação primeira que eu faço é, Frederico, que abrir um parênteses, porque de fato o relacionamento conosco é sim tranquilo, porque a gente tem alguma demanda, a gente liga pra você, liga pro Felipe, porque vocês deram o telefone de vocês pra gente, a demanda é prontamente atendida, eu não tenho assim, em relação a tratamento pessoal não, mas algumas dúvidas surgem em relação a isso, primeiro, eu sou advogado, não conheço nada de engenharia, mas tem uma engenheira ali no Vila Nova, o que o André Caixeta falou Frederico e os demais aqui, é fato, na visão engenharia, o serviço poderia ser melhor executado e não é, então não é o advogado que ta falando, é parte de engenharia, até o próprio engenheiro perguntou se não poderia a empresa ceder o material para que a prefeitura executasse a obra, ou se a empresa poderia comprar o material para que pudesse fazer o microrevestimento porque a reclamação é de quase 100% dos usuários do serviço, é aquilo que o André Caixeta falou, nós os vereadores somos um para-choque, quem vai estar lá colocando a cara pra bater somos nos, quem vai estar lá para as pessoas possam cobrar uma melhor prestação de serviço, seja água, energia, telefonia também que é problemática demais, somos nós, por mais que tenhamos os órgãos de responsabilidade do estado, por exemplo PROCON, mas recai isso sobre nós vereadores, principalmente quando há dinheiro investido nas obras de infraestrutura. Não to falando só nessa gestão, to falando sobre as obras que foram executadas no passado que agora sofrem uma alteração que sofrem uma alteração em relação às obras que a BRK tem fazendo, e que as reclamações são gerais em relação à qualidade da prestação de serviço. Nós somos fartamente cobrados em relação a isso e eu gostaria muito que isso fosse considerado, e ai Senhor Presidente, outro ponto que eu gostaria de deixar claro foi numa reunião que nós tivemos com a Câmara de Palmas, onde um dado que o vereador Milton Neves falou que eu fiquei extremamente, é.. é..., preocupado com isso, foi quando o Milton neves disse que no levantamento que a câmara de Palmas fez, os investimentos realizados na capital foram pagos por todos os municípios. Aí eu preferi naquele momento, obviamente, a documentação ele disse que ia repassar, até o Sargento Jenilson salvo engano estava lá presente, né Jenilson? O Ataídes



estava lá também, e eu fiquei assustado porque nós pagamos os impostos são para investimentos na nossa cidade, não pra investimento na capital, e eu acho que é recíproca tem que ser verdadeira em relação aos investimentos da capital, não pra que Gurupi pague e nem Palmas pague para os investimentos em Gurupi. Então, outra indagação que eu deixaria porque pra mim é uma acusação seríssima da CPI, eu não sei qual é o faturamento, eu sei que as reclamações são proporcionalmente pequenas em relação à quantidade de ligações, mas aumentou consideravelmente as reclamações quando a BRK assumiu a gestão. Então isso nos preocupa bastante. Então seria Sr. Presidente, esses apontamentos nesse nicho considerando a vasta documentação que o Sr. Tem aqui, a análise dessa concessão dada pelo prefeito Abdalla, e o plano de investimento delas, eu não sei se esse plano de investimentos foi seguido nesses últimos anos, ao mesmo tempo que reforço a necessidade, permita usar o seu nome Frederico, não como crítica obviamente, mas deixar bem claro aqui os representantes aqui que vocês tão bem servidos de servidores, a qualidade do Felipe, do Osailton que é meu amigo meu irmão, e o Felipe ali também, então a gente, eles tem nos ouvido nos últimos dias, não nos últimos anos, porque os senhores não estavam aqui, então esse relacionamento conosco melhorou e a ideia nossa com a CPI, vereador Andre Caixeta, penso eu Presidente, é que de fato ela chegue em algum resultado, mas eu acho que os números ainda precisam ser complementados, Sr. Presidente e essa é a minha consideração que eu faço neste momento e obviamente em outros encontros eu poderia colaborar de outras formas, obrigado.

Sargento Jenilson: *Obrigado vereador Ivanilson Marinho, quero constar que as falas dele né, está dentro da concedida aqui como uma repercussão da sua apresentação né, ainda vamos iniciar os questionamentos, mas também se sinta vontade caso queira complementar vossa apresentação aí já que o intuito neste primeiro momento que o sr. Trouxe pra gente era justamente esclarecer algumas possíveis dúvidas quanto ao objeto da sindicância.*

Sr. Tadeu: *Bom, primeiro gostaria de registrar presidente Jenilson, que a correspondência a qual o sr. Se referiu aí em agosto, ela foi de fato, nos convocando para esta oitiva, notificando, exato, não, documento não, veio só esta correspondência. Nós fizemos a solicitação da documentação do processo e a correspondência que foi nos entregue ontem, ela reiterou apenas, o documento que o senhor nos entregou hoje, e a correspondência ontem reiterou essa solicitação que nós fizemos exatamente pelo fato de ter tido notícias da movimentação de membros CPI em outras instâncias e quando acessamos o site da câmara, exatamente para ter acesso ao que foi tratado nessas oitivas, ela não estava, como ainda não deve estar disponibilizada em*



site, razão pela qual, nós reiteramos, só queria fazer essa correção aí.. tá? Bom, vou tentar fazer um resumo aqui, ah..... Quando eu vejo o vereador André Caixeta e o vereador Ivanilson Marinho, aliás eu queria registrar aqui que na minha opinião como brasileiro, como cidadão, todo político deveria começar exatamente como vereador, porque de fato é quem tá do lado do povo, é quem conhece as demandas, as reclamações, enfim, né, de fato todo político deveria começar aí a sua trajetória pública como vereador. E eu vejo que, aqui centralizado em dois pontos, considerando a apresentação que tive a oportunidade de fazer, e, e fico muito satisfeito entre aspas, porque verifico que a grande reclamação é com relação à execução das obras, e aí você tem que intervir na pavimentação e tá de fato ocorrendo alguns problemas aí, tem sido corrigido ao longo do período, de fato isso não contamina nossa qualidade como prestadora de serviço de água e esgoto, aqui apresentei e reiterarei nosso negócio não é fazer obra, é operar sistema de água e esgoto e disponibilizar este serviço para população. Agora, para fazê-lo nos temos que fazer alguns investimentos e infelizmente água e esgoto você tem que enterrar tubo, porque diferente de energia elétrica, diferente de telefonia, que tá tudo ali aéreo, é um serviço muito mais fácil de prestar, eu não, tenho que enterrar tubo, trabalhar no subsolo, sem ver, tendo que implantar rede, onde já havia um pavimento implantado e danificar esse pavimento, ou seja, tem sim um transtorno que é provisório para um benefício que é permanente, esse é uma característica do nosso setor, né, claro, eu mostrei ali os números e falei que nós não estamos satisfeitos com ainda, mesmo havendo uma melhora com a questão da pavimentação, dos tempos de atendimento, tudo mais, mas nós não estamos satisfeitos ainda, reconhecemos o problema e estamos trabalhando duro, os senhores podem ter certeza disso, no sentido de melhorar bastante, essa situação. Mas de fato, isso não macula de maneira nenhuma a nossa, a nossa imagem como prestador de serviço e é o que tem sido pra digamos, de alguma forma, desqualificar a gente. Tá? Nós temos uma equipe no estado de um mil e trezentas pessoas, temos doutorandos, temos mestres, temos vários profissionais de engenharia, dedicados diuturnamente para a operação desses sistemas e operando de uma forma eficiente, eficaz, prestando um bom serviço pra população. Temos um laboratório de... de... de... qualidade de água que não é, não é, nem citado como se fosse um objetivo da CPI falar da qualidade de água, nós teríamos um grande problema, mas vejam, **não temos esse problema não, a qualidade de água que a gente fornece é assegurada por um laboratório que é certificado pelo... pelo... pelo... INMETRO, que tem ISO 9000, né? Que tem lá, que realizem, em torno de 70.000,00 análises por ano pra poder assegurar a qualidade da água**, então eu não aceito que se macule a imagem da empresa por alguns problemas de repavimentação que eu reconheço, que existem, precisamos melhorar, precisamos atuar pra melhorar



nisso, de fato, mas aí, a concluir que.. que... que a BRK presta um péssimo serviço, um mau serviço, que é.. não, isso aí tem uma distância muito grande e eu mostrei aqui, na apresentação, trazendo fatos, números e qualquer outro número que seja é... é.... *Necessário aos trabalhos da CPI, nós teremos todo o prazer de encaminhar no sentido de prestar os esclarecimentos. Mas fica aqui né, como prestador e empenho da equipe e... e... e... e com toda a expertise que nós temos de operação, de sistemas de água e esgoto, o meu inconformismo em nome meu, da minha instituição, de todos os meus colegas aqui presentes e de receber esse título de mau prestador. Não somos, somos excelentes prestadores de serviço, temos problema? Temos, repavimentação é um deles? É, vamos resolver, tá? O vereador Caixeta falou também a respeito de setor aeroporto, Fred poderia me ajudar aí, com o que houve? Porque aí é um caso muito específico.*

Frederico: (INAUDÍVEL)...

Sr. Thadeu: *E o problema dá pavimentação lá, como que foi tratado?*

Frederico: (INAUDÍVEL)... *Como tem sido nossa postura em qualquer reclamação em relação à pavimentação, reitero aqui o que o Tadeu falou que a gente reconhece que temos problema, mas que existe toda a disponibilidade da equipe, para diante desses problemas atuar de maneira a corrigi-los.*

Sr. Thadeu: *Ok... é... Ainda respondendo ao vereador, nobre vereador André Caixeta, é... Ele fala a respeito da... da..., da troca de hidrômetros, me permitir pegar minha peça aqui, e fala é... algum reporte de aumento de consumo após troca de hidrômetros, né... O hidrômetro é um equipamento de medição e ele como qualquer outro equipamento, com o uso, dele... ele... desgasta, portanto tem uma vida útil, as normas recomendam que a cada 05 anos, a cada 05 anos, você faça a substituição desses equipamentos para que eles possam efetuar uma medição justa, correta, nem pra mais nem pra menos, né, então esses novos hidrômetros, então é dentro dessa política de substituição, pra você assegurar uma correta medição do consumo, esses novos hidrômetros eles possuem todos lacres de inspeção do INMETRO né? E além da inspeção deste órgão, todos os nossos fornecedores que são, que fornecem esses equipamentos eles garantem a aferição e precisão do medidor e com essas trocas o objetivo é assegurar que a medição possa ser feita com maior precisão, tirando o problema de desgaste que é natural em qualquer equipamento, é.... Aumentos, aumentos no valor das contas eles podem ser causados por diversos fatores, né, comportamento de consumo do cliente, da corrente da elevação da temperatura, então por exemplo se a reclamação for agora no mês de*



setembro, por exemplo, nós tivemos no mês de setembro temperaturas, vários dias do mês que superaram 40º C, né e naturalmente as pessoas consomem um pouco mais, mas não só por isso, consomem também quando recebem visita em casa, quando tão fazendo a obra, ou mesmo até por problema nas suas instalações internas, uma privada cuja boia não fecha e se o cliente não dá atenção a isso este desperdício é registrado no hidrômetro. Então é necessário que o cliente é... é... digamos assim, muito diligente em tá acompanhando o seu consumo e corrigindo problemas nas suas instalações que possa a levar qualquer tipo de desperdício, porque essa ação da troca de hidrômetros é só realmente pra assegurar que o hidrômetro ele possa medir com exatidão, com toda exatidão, não que dentro de 05 anos ele não meça com exatidão, mas ele tende a partir de 05 anos a perder um pouco de precisão, por isso que a gente faz essa política de troca exatamente pra ser justo com nossa política de medição.

Sr. Thadeu: Quanto à questão social, o vereador André Caixeta, nós temos um, até por obrigação onde a gente faz investimentos aí com recursos da caixa, de fazer... é... projetos de ação social, dentro de um escopo que é definido pela caixa econômica, e nós temos é... é... um financiamento aí, hoje nós temos R\$ 165.000.000,00 de financiamento garantidos para Gurupi, com uma parte dessa negociação, um contrato desse foi assinado recentemente, no 2º semestre do ano pra cá, temos um projeto de ação social sendo, porque por obrigação contratual, temos que submeter à aprovação da Caixa Econômica, esse projeto está é... em análise, não é? E certamente assim que for aprovado pela Caixa Econômica nós estaremos aqui com algumas ações sociais, exatamente por conta das obras que estão sendo realizadas, o senhor tem razão, a gente precisa apresentar isso pra prefeitura, mas tem ainda essa etapa de aprovação na Caixa Econômica e a gente espera dentro de muito em breve estar apresentando isso pra prefeitura, não é isso Rodrigo?

Sr. Thadeu: A prefeitura é de fato, sobre a área lá da captação da água franca, que a gente não utiliza mais, foi outro tema que o senhor trouxe aí, já houve uma solicitação da prefeitura no sentido de haver alguma devolução desse terreno pra prefeitura, parece que a prefeitura pretende implantar um projeto aí nessa área, esse terreno ele consta é... do imobilizado, portanto tá na contabilidade da empresa, tem um determinado valor registrado, a gente tá fazendo uma análise jurídica pra ver qual a melhor forma é... de fazer essa devolução à prefeitura, Tá? Acreditamos que até o fim desse mês de outubro, a gente tenha uma posição quanto a isso, nós temos uma análise jurídica e contábil com relação ao tema é... é... tem aspectos contábeis portanto envolvidos e jurídico também que estão sendo analisados pra poder então



retornar com a extratativas (sic) aí com o prefeito Laurez que já manifestou de forma oficial a intenção de obter aquela área exatamente pra realizar algum projeto na cidade, tá?

Sr. Thadeu: O vereador Ivanilson, acho que não sei se esgotei, mas acho que os temas foram esses, né... vereador? Né, mas, ainda assim estou a disposição no decorrer, para outras... As citações do nobre vereador Ivanilson, é... De fato esse termo aditivo lá de 2012, que é o segundo termo aditivo, né... previa uns investimentos aí de R\$ 66.000.000,00, aí é... desses R\$ 66.000.000,00, de... se não me falha a memória, posso contar, confirmo sim, é... já foram realizados R\$ 43.000.000,00 de investimentos previstos a esse período é... o que possibilitou exatamente hoje, a gente ampliar um pouco atendimento com coleta e tratamento de esgoto, né? Agora, o grande, digamos, é... impedimento de nós é... evoluirmos na, na, na realização deste investimento é exatamente a ampliação da (inaudível) pouso do meio que é fundamental aqui pra gente, né, e ela tá condicionada à emissão das autorizações ambientais para lançamento do afluente final, aqui a gente tem um problema que não é só daqui mas é muito comum no... no... nordeste brasileiro onde toda a estação de tratamento ela está próxima um pouco do receptor que seja capaz de receber esse afluente tratado é... e aí com a própria capacidade de depuração deste corpo receptor, você ter digamos, o aspecto do meio ambiente preservado, aqui a gente é... o... o... o nosso manancial, ele, o rio, o riacho, pouso do meio, ele... ele... é submetido a um regime de intermitência no período seco né, que é 4, 5 meses do ano aí que ele perde essa capacidade aí de receber um efluente tratado é... e então nós fomos atrás de uma solução e encontramos exatamente no nordeste, que foi aonde existe mais incidência desse problema, tem um lançamento de um efluente tratado por aspersão em solo, fizemos uma, isso requereu a gente apresentar ao comitê de bacias que recomendou que fizéssemos nossos estudos e projetos, fizemos esses estudos e projetos, reencaminhamos pro Comitê de Bacias, ele aprovou, com a aprovação do Comitê de Bacias, desse sistema de lançamento por aspersão em solo, nós demos entrada no Naturatins, né, exatamente para obter a licença, porque sem essa licença não podemos realizar a obra, nós estamos com o investimento já assinado, portanto recursos já garantidos e não estamos podendo realizar essas obras em função de nós não termos aí a licença ambiental pra realiza-las, então, estamos é... eu tenho, eu tenho estado na Naturatins nesses últimos 02 meses pelo menos 04 vezes, até com mudança lá do presidente, né, tenho tido assim uma aproximação boa com o Sebastião Albuquerque, ele tem mostrado sensibilidade ao tema e tem dado lá agilidade ao processo e... e acho que a gente vai ter rapidamente este tema resolvido aí no Naturatins, porque vai possibilitar tirar essa trava aí pra gente ampliar já a



estação de tratamento, temos projetos, temos financiamento, não contratamos ainda a empresa porque não vou contratar e não vou, se eu contratar eu não posso emitir a ordem serviço, então não faz nenhum sentido, eu tenho primeiro que resolver essa questão do licenciamento, né, e contratar a empresa e executar de logo as obras, não posso fazer, e boa parte desse investimento é na ampliação dessa estação de tratamento, que é necessária. Hoje temos a capacidade 50l/s, podemos chegar com algumas intervenções que a gente tá fazendo, que não é a obra de ampliação, mas que depende também do licenciamento lá, pra chegar a 80l/s, com uma qualidade boa, e... e poder evoluir aí é... na, na, na, nas obras da estação. Mas veja só, como o Fred falou aí, nós tamos hoje fazendo duas bacias aqui de rede coletora, quer dizer, ou seja, estamos parados, estamos, iniciando recentemente essas obras, são 100 km de redes coletoras, em duas bacias e que certamente esse, esse atraso que houve aí por conta da, da, da, desse problema de licença ambiental, a gente vai conseguir colocar em dias, tá? Isso aí é... um compromisso nosso, isso, pegar qual é o outro, tema...

Sargento Jenilson: *O nobre... Presidente eu creio que os vereadores estão satisfeitos com essas informações iniciais....*

Sr. Thadeu: *Só... só... tem ainda acho que um tema dos temas aí do vereador Ivanilson, informações a respeito de faturamento, se, se, se não tava aqui no âmbito da, da, da, da tratativa da CPI, pelo que foi especificado pela gente, mas não tem problema nenhum a gente fornecê-las por solicitação aqui da comissão, então a gente pode fornecer sim e o vereador Ivanilson, citou aí o problema do subsídio cruzado, é... A prestação regionalizada, isso se o senhor permite fazer uma breve explicação, bem sumarizada. A prestação de serviços regionalizada, como no caso do modelo adotada pelo estado de Saneatins, uma parte através do operador privado outra parte através de um operador público, que é a ATS, né, a COTINS, que depois vai ser chamar ATS, criada em 2010, ela pressupõe que você tenha uma tarifa é... unificada, né, uma tarifa unificada, um ente regulador, exatamente para possibilitar esse mecanismo de subsídio cruzado que foi o que o vereador se referiu quando esteve em Palmas e lá ficou sabendo que Gurupi financiou os investimentos de Palmas né.. Não, não, mas o mecanismo de subsídio cruzado existe exatamente para isso mesmo, é uma tarifa única para que praticada na área de abrangência da concessionária, para possibilitar que você realize os investimentos em todos os municípios, evidentemente que tem uma, uma, programação né de.. de... de atingimento de todos os municípios, então, a sua leitura ta correta, do ponto de vista Palmas foi beneficiada porque já universalizou e... e... é... os outros municípios serão também beneficiados com a universalização mantendo-se este*



mecanismo de subsídio cruzado, só a título de informação, esse é um mecanismo utilizado por todas as companhias estaduais de saneamento no país né, é o que possibilita realmente você fazer investimentos em municípios que não tem muita escala, muito tamanho, uma população pequena, então, né, o mecanismo é esse, tá? É... então, acho que... entendeu, é... vereador? Acho que teve mais um outro ponto que o senhor falou, não, acho que foi isso aí, então.

Sargento Jenilson: *Ainda, dando sequência aos trabalhos aqui, ao presidir essa audiência preliminar, faz-se ressaltar então, em cima das palavras do presidente Tadeu Pinto, ao qual ainda não é o momento adequado pra gente atacar essa situação do processo, do processo legal, mas visto que a sua indagação e o reforço novamente em cobrar, eu vou reiterar os documentos que foram entregue, a primeira, no primeiro momento, e no segundo momento, no ofício 1956/2019 da BRK, na qual o senhor citou aí, que foi entregue pra nós aí no dia 02, cobrando novamente o ofício do dia 03 de setembro do mês passado, ele pede apenas documentos complementares, anteriores ao processo de instauração, todos do processo de instauração até a presente data tinha sido entregue conforme ofício já falado aqui, o 25 né, pela comissão parlamentar de inquérito. Só pra deixar bem claro isso pro senhor, que a solicitação que foi feita foi de documentos prévias à instauração e a constituição da CPI o que é de relevância para este objeto investigado, só pra reforçar pro senhor, tá aqui o 1755, 1956 e as nossas respostas dadas diante dos três documentos protocolizados aqui nesta casa de leis, quero reforçar também que nós estamos falando também de um monopólio, quando o senhor fala da apresentação, apenas repercutindo, estamos falando de um monopólio, não estamos falando de uma empresa que tem 03, 04, 05 concorrentes na região, estamos falando de uma população diária de R\$ 1.000.000,00 que estão consumindo um produto do senhor há 30 anos, então nós não estamos falando aqui de um litro de água que você tem que ir pro mercado gladiar pra vender aquele meio litro de água por dia ou algo nesse sentido. Reforçar na fala do senhor, quando o senhor fala que é vantajoso pro tocantinense, os valores que são praticados pela BRK no Tocantins em virtude de seus investimentos, não adentrando muito ao fato, mas já repercutindo, a pedido do senhor a apresentação institucional, a taxa mínima praticada aqui é menor que o estado aqui do senhor da Bahia, é menor do que o estado do Érico lá em Minas Gerais, então as taxas mínimas cobradas aqui é superiores a esses dois estados, de origem do senhor e do nobre procurador aqui que representa a BRK pro senhor ter como exemplo, quando a gente faz comparações aqui, e nós vamos apresentar aqui em momento adequado, em outros interrogatórios adequados, nós vamos mostrar que a taxa de retorno em Gurupi é excelente pra quem investe aqui, até porque*



pelo que foi falado sobre o subsídio cruzado, nós estamos muito abaixo da capital, acima de alguns municípios claro, mas quando a gente vai tratar daquilo que as obrigações de 2009 tratadas no aditivo, a gente vê que tem uma falta de R\$ 23.000.000,00 do que estava previsto até 2020, então de forma bem objetiva, sem precisar delongar muito, assim como o nobre engenheiro ali Frederico falou, ele assumiu as falhas, entende que há falhas sim, que precisa melhorar e é por isso que estamos aqui, não estamos aqui só pra parabenizar e agradecer ao valor que é colocado pela BRK, nós precisamos dar andamento nas palavras agora, agora nós vamos iniciar o processo das falas e a gente vai fazer apenas anotação da breve apresentação que o senhor fez, da repercussão dos vereadores como informações complementares ao processo, agora vamos iniciar alguns questionamentos, o senhor queira fazer mais alguma complementação sobre o objeto da CPI?

***Sr. Thadeu:** O que eu reitero é que... é... pra mim o objeto fala de 3 assuntos, que é tarifa mínima, subsídio cruzado e tarifa mínima, tarifa de esgoto e... pra mim o que eu tenho, eliminadores de ar, né... evidentemente que... é... o que o senhor puder contribuir com outros temas que não sejam esses, mas não na profundidade que seria necessária em função de não ter sido é... explicitado é... a gente pode em outra hora, fazer essa complementação.*

Jenilson: Nobre presidente, com relação ao que nós temos apresentado, que o senhor apresentou aqui, quando o gente fala do objeto lá fala de demais obrigação, então todos as que forem da obrigação da instituição, no caso, da empresa contratada, da concessionária, dessa cessão, feita essa empresa, a gente vai adentrar, lá tá bem claro, todas as obrigações, além daqueles três iniciais, aí o senhor vai atacar no momento certo, a gente pode adentrar no que for correto, normal, o senhor tem todo o direito depois de questionar em algum momento o senhor vai ter essa oportunidade...

Tadeu: (interrompe fala do vereador) Não, é..., por favor, vou pedir aqui então ao Dr. Érico para se posicionar exatamente com relação ao teor da CPI, inclusive com relação ao regimento interno dessa própria câmara, por favor Doutor.

Dr. Érico: O ponto da empresa, da concessionária, é que o objeto deve ser certo e determinado, então um acesso que nós tivemos até agora, o objeto certo determinado seria esses três pontos aqui citado, a tarifa mínima, a tarifa de esgoto e o tema de ar na rede. Quando aponta demais obrigações, a empresa não tem como levantar de antemão ponto. Mas, evidentemente os pontos podem ser colocados, podem não ser respondidos, mas podem ser apresentados depois numa sequência dos trabalhos da CPI.



Sargento Jenilson: *Obrigado Dr. Érico pela contribuição até porque a concessionária sabe quais são suas obrigações e tem um contrato vigente aqui há quase 30 anos, então ela sabe sim quais são suas obrigações, automaticamente, é só adentrar nelas. Não estamos cobrando nada que não for dentro de um contrato feito entre o governo do estado, o município e a concessionária, pode ficar tranquilo quanto a esse direito do contraditório, da ampla defesa, e qualquer outros questionamentos, eu gostaria que o senhor falasse, fizesse uma fala, já que o senhor falou agora de forma espontânea, queria que você falasse sobre as tarifas de esgoto de água que a gente praticado aqui, agora vai começar a fazer os registros para que possa ser consignado, e diante da fala do senhor gostaria de saber se a BRK tem alguma demanda específica hoje com relação a ação judicial, a 3262, que estava no TJ, gostaria que o senhor falasse alguma situação em relação a isso para que a gente possa consignar já dentro dos autos. Da lei 3262/2017 do governo do estado do Tocantins e que trata daquela questão do percentual do esgoto que tinha uma tentativa de baixar do estado de 80, para 50%, isso aqui são apenas perguntas que a gente tá fazendo superficiais para que a gente possa chegar lá na...*

Dr. Tadeu: *Eu conheço uma iniciativa do município de Tocantinópolis onde houve uma decisão em primeira instância a rebaixando a tarifa de esgoto, de 80% do valor da água para 50%, houve uma liminar em primeira instância decidindo em favor do município, nós recorremos, esse processo está no tribunal de justiça, com a instância, e para ser pautado aí de forma que a gente vai aguardar uma decisão na justiça, nós nos manifestamos, propagamos a nossa defesa, nossa argumentação e adentramos aí no foro adequado, eu apenas queria é... colocar de que a BRK ela não é... não é ela quem estabelece a tarifa, nem na estrutura, nem seu valor, eu falei aqui com quando você tem uma prestação regionalizada, a atuação de uma agência reguladora é importante justamente pra regular isso, toda a estrutura tarifária e tarifa sobre, sobre certas é... condicionantes regulatórias que são de natureza da própria agência, não nos cabe, a gente apresenta os nossos estudos e ela então analisa e delibera, é... e nós somos obrigados a cumprir a deliberação da agência reguladora, é... o 80% da cobrança de água de esgoto em relação a cobrança de água, é... é um parâmetro que varia um pouco de estado para estado, praticamente a... as... maioria dos estados brasileiros, eles cobram quanto o esgoto é coletado, 100% do valor da água e existem alguns municípios, me lembro aqui assim de campinas por exemplo, que o esgoto é até mais caro que a água, pra você ter uma lógica, de fato você trabalhar com esgoto é mais caro do que trabalhar com água, não tenha dúvida, mas essa estrutura tarifária é definida por agência reguladora, por lei estadual e nós*



estamos afeto à ela, então, aqui no estado, se pratica 80% da tarifa de água para cobrança do esgoto quando ele é coletado e tratado, em outros estados brasileiros se permite até a cobrança de 80% do valor da água apenas para coleta e quando trata 20%, aí somando os dois dá 100%, mas aqui no estado nós não temos esse direito, né... a nossa obrigação é cobrar 80% quando a gente coleta e trata o esgoto? Tá? Mas isso é deliberado, decidido por uma agência reguladora estadual.

Sargento Jenilson: *Presidente, dando sequência aqui.*

Dra. Marta: *Foi ajuizada contra essa lei 3262...*

Sargento Jenilson: *Nobre...?*

Dra. Marta: *Marta, é... quanto essa lei 3262, foi ajuizada uma ação direta de inconstitucionalidade, pela AESBE, e já decisão declarando a inconstitucionalidade da lei.*

Sargento Thadeu: *Então essa não é o processo, preciso, de Tocantinópolis não... Ah, essa é uma lei estadual, obrigado pela complementação Dr^a Marta, se o senhor me permite, a AESBE é uma associação das empresas das companhias estaduais de saneamento de todo o Brasil e nós somos membros dessa associação também, então através dela nós entramos com uma ação declaratória de inconstitucionalidade e foi julgada favorável.*

Sargento Jenilson: *É, com relação aos hidrômetros da cidade, nós temos muitas reclamações aqui nobre presidente, e dentro desse segundo questionamento já que o senhor falou agora a pouco sobre a tarifa de esgoto e também falou da tarifa de água e fez um comparativo, gostaria de saber sobre esse plano de mudança dos hidrômetros aqui é que se deu conforme motivação para se planejar mudança de 10.000,00 hidrômetros na cidade de Gurupi diante daquelas 31.000,00 unidades.*

Sr. Thadeu: *É... esse plano de troca de hidrômetros ele é uma medida muito salutar porque o hidrômetro é... um equipamento como outro qualquer que é... com a sua utilização ele é submetido a um desgaste natural né... as normas brasileiras elas recomendam, uma portaria do INMETRO nesse sentido, depois eu posso encaminhar aqui para o senhor, é... que recomenda a troca desses equipamentos a cada 05 anos né. Então, é... é o que estamos fazendo, não só aqui em Gurupi, mas estamos com planos de troca aí em várias cidades do estado, exatamente pra possibilitar que esse equipamento funcione é... na*



melhor maneira possível, dentro das normas é... que são editadas a respeito do tempo.

Sargento Jenilson: Para os consumidores de Gurupi, existe alguma central de hidrômetros para que se possa ser aferido dentro de Gurupi?

Sr. Thadeu: Nós temos.. não, não temos uma central de hidrômetros nem em Gurupi, nem em outra cidade, e desconheço essa prática de outra companhia estadual, nós temos sim uma oficina centralizada localizada em Palmas, essa oficina é também certificada, tivemos recentemente uma visita lá inclusive de técnicos do INMETRO, uma oficina muito bem montada e não existe viabilidade econômica de você tá é... implantando uma oficina de hidrômetro em cada localidade, é... é uma... uma bancada de hidrômetro é muito cara, tem instalações também específicas que você tem que realizar, instalações hidráulicas, com níveis de pressão, você tem que ter funcionários especializados, treinados para executar aquela tarifa, então, via de regra, em todas as companhias que eu conheço, você tem uma oficina de hidrômetro centralizada né, onde lá se faz é... toda a aferição de hidrômetros...

Sargento Jenilson: Então, só reforçando, o estado do Tocantins tem dimensões até de países, você sabe disso, o senhor sabe disso, tem consciência dessa dificuldade, conhece também a condição socioeconômica dos Tocantins, então caso um usuário, consumidor, queira acompanhar uma aferição, uma avaliação de sua casa, ele tem que deslocar a palma e esse custeio é por conta do consumidor.

Sr. Thadeu: É... o estado do Tocantins, é... um estado com extensão territorial como o senhor falou, bastante expressiva, mas o estado que eu sou de origem, Bahia, é maior inclusive, e tem essa prática da oficina de hidrômetros centralizada na companhia estadual, o... a. o.. acompanhamento é... do... do... cliente, é facultativo, se quiser ele pode ir, mas se ele não puder se deslocar, ele pode nomear um representante lá em Palmas para poder se quiser acompanhar, ele acompanha. É... volto a dizer... mesmo que ele não acompanhe, ele tem acesso a todos os laudos que são emitidos pela oficina com relação a funcionalidade do equipamento, e nossa oficina de hidrômetros é certificada, né... então, é... é... não existe outra no estado, é essa daí. Então... não existe hoje viabilidade econômica e financeira para poder estar implantando uma oficina de hidrômetro, uma estrutura dessa, em cada (inaudível), em cada município que a gente atua.



Sargento Jenilson: *Dando sequencia aqui, nobre representante, sobre a questão dos bloqueadores de ar, qual é a atuação e qual o entendimento da necessidade de utilização desse mecanismo nas tubulações que antecedem os hidrômetros das pessoas residentes em Gurupi ou de qualquer outro consumidor do estado do Tocantins.*

Sr. Thadeu: *Na tubulação que antecede o hidrômetro, aí se você está se referindo à rede distribuidora, a rede distribuidora aqui em Gurupi nós temos, é... 35 equipamentos instalados na rede de distribuição é... mas, são equipamentos diferentes desse é... em que... muito obrigado... diferentes do que se refere na lei estadual que é um bloqueador de ar antes do hidrômetro, nós temos, ele é individual, o nosso tratamento é um tratamento utilizado por todas as companhias, portanto, de reconhecida técnica de eficiência técnica, que são nas redes distribuidoras, aonde você, aonde tem esse problema de intermitência do abastecimento que não é o caso aqui de Palmas, ô, de Gurupi, desculpe, isso só ocorre devido problemas operacionais, de quebraimento de rede, o abastecimento aqui é 24 horas por dia, a rede ta toda cheia, só esvazia nessas ocorrências ai, de vazamento, de falta d'água, por falta de energia e aí nós temos sim na rede, vários dispositivos desses instalados, 35, e temos previsão de instalar até mais, estes dispositivos a que se referem a lei estadual, essa lei estadual, tem uma impossibilidade de cumprimento. Ela diz que você tem que utilizar esse bloqueador desde que seja um... um... um equipamento aprovado pelo INMETRO e o INMETRO não tem nenhum equipamento desse aprovado, então no mercado, não existe um equipamento desse aprovado né... fora isso, é... é... existem diversas decisões em vários estados brasileiros, posso citar aqui Santa Catarina, posso citar Paraná, até por ação de Ministério Público, proibindo até a empresa de instalar esses equipamentos por conta de que ali traz um risco de contaminação, ali não existe nenhum estudo que de fato, é... comprove a eficiência desse equipamento, ao contrário já foram feitos estudos que o efeito até reduzir pressão e portanto as vezes prejudicar o abastecimento na própria residência, quando ele tem reservatório superior e alimenta esse reservatório superior direto com o ramal dele, então é... ou seja, hoje seria por impossibilidade realmente por não haver um equipamento desses certificado pelo INMETRO.*

Sargento Jenilson: *Com relação a falta de investimento como foi citada aqui pelo senhor e reforçada pelo nobre engenheiro, é... numa monta prevista ainda em 2019 de R\$ 66.000.000,00, deixou-se ainda de investir R\$ 23.000.00,00 na cidade Gurupi, o senhor sabe me informar se são eles os responsáveis pelas tubulações antigas ainda na cidade, inclusive a dificuldade*



de rebaixamento, de rede que tem provocado transtornos em mais de 23 frentes de serviço de obras em Gurupi?

Sr. Thadeu: É... Com 520km de rede na cidade, é... é... problemas podem acontecer, é... eu acredito que que esses problemas, aliás conversando até com a equipe local que me confirmou isso aí, quando se vai fazer uma intervenção é... num determinado logradouro pra baixar o grid da rua, fazer um pavimento, a tubulação de água e esgoto normalmente tem uma profundidade de 60 a 80 centímetros, as vezes esgoto mais do que isso né, que é... muito pouco provável que uma intervenção dessa natureza, de pavimentação de uma rua, mesmo alterando o grid delas, rebaixando um pouco o perfil da rua, né, você atinge a rede, mas o ramal sim atinge, então, essa, porque o ramal, a rede tá numa determinada profundidade, só pra exemplo, 60cm, você faz o ramal e ele não vê naquela profundidade toda até chegar na instalação do cliente é..., ele sai da rede através colar de tomadas e aí essa tubulação, ela vem mais superficial sim, tá... é... aonde esses problemas aconteceram, a gente tá, nós estamos com o pessoal nossa a disposição, mobilizado a ir corrigindo a medida que for acontecendo, agora uma atuação que melhoraria muito isso, seria no sentido de nós estivéssemos essa programação de obras com um pouco de antecedência, com exatamente o plano de ataque dessas obras, pra gente fazer uma análise técnica de onde possível que esse problema ocorra em função de informações da prefeitura, com relação qual é o nível que ela vai rebaixar, que ela via, ou escarificar ela pra fazer um novo pavimento, então se nós tivéssemos esses novos elementos diante dessa análise feita e o risco disso acontecer diante dessas informações, nós poderíamos atuar de uma forma aí mais efetiva, hoje mais é..., nós estamos de maneira mas de uma maneira reativa, o problema ta acontecendo e a gente tá indo lá ajudando a resolver né... então... é o que eu tenho a relatar.

Sargento Jenilson: Com relação à manutenção às vias públicas Dr. Tadeu e o engenheiro que está aqui presente foi feita, uma segunda contratação de uma empresa porque a primeira não conseguiu fazer a manutenção dentro dos padrões adequados em Gurupi, então uma segunda empresa então assumiu o serviço ali na Vila São José, que é uma região muito com a densidade demográfica enorme, o senhor confirma então a contratação dessa segunda empresa com novo planejamento de manutenção das vias em virtude da primeira não conseguir atender a contento.

Sr. Thadeu: Eu pediria aí... como é um caso muito específico, eu pediria ao Frederico, pode ser?



Frederico: (INAUDÍVEL) Tá... Frederico... Gerente operacional da Saneatins, esse caso específico da Vila São José foi uma obra de rede coletora feita em 2017, é... em que realmente após a execução foram identificados diversos problemas técnicos, patológicos, recalque da pavimentação, a partir de um requerimento, acho que do Vereador Ataídes, que ali se encontra, provocou a gente no sentido de inspecionarmos o local e confirmamos que havia realmente problemas, a partir daí a gente contratou uma nova empresa pra refazer toda aquela área, isso foi feito no mês de agosto se não me engano, então todo aqueles trechos que a gente identificou e confirmou que havia patologias, foram recuperados.

Jenilson: Nobre presidente, com relação aos índices do IQA, índice de qualidade da água, os daqui da cidade Gurupi estão conforme as normativas e necessidades e obrigações técnicas da BRK junto ao sistema e também ao próprio contrato?

Sr. Thadeu: É... como eu falei, eu te dei aqui esse recorte aqui pra... pra... pra Gurupi, mas nós fizemos cerca de 70.000,00 análises anuais, exatamente num laboratório acreditado né... também em Palmas, ele tá lá em Palmas, recentemente foi até objeto de matéria na revista, no site da revista Veja, é... o investimento em torno de R\$ 1.600.000,00 pra montar esse laboratório, o... eu posso afirmar que sim, eu tenho o controle de maneira geral, a gente atende a 100% do plano de amostragem que é a quantidade de amostras que você tem que coletar pra submeter a análise né... e dessas análises o índice de conformidade também é 100%, então toda a água produzida ela tá rigorosamente em dia e atendendo aos padrões da portaria do ministério da saúde.

Sargento Jenilson: Existe algum foco, ou pelo menos algum questionamento feito à empresa BRK aqui em Gurupi, quanto a força da água em regiões como Bela Vista, Santa Rita de Cássia, Alvorada I e II, quanto a entrega desses serviços?

Sr. Thadeu: A pressão? Então eu não teria essa informação específica, mas peço aí a colaboração do... do... do nosso pessoal local.

Frederico: A gente não tem histórico de problema de pressão nem nos locais citados pelo vereador e nem outro local na cidade, a gente tá em todos eles atendendo a norma entre 10 e 50 mcas.

Sargento Jenilson: com relação a manutenção das vias públicas, Dr Tadeu e o engenheiro está aqui presente, foi feito uma contrataçã... (sic) segunda contratação de uma empresa porque a primeira não conseguiu fazer a



manutenção dentro dos padrões adequados em Gurupi, então uma segunda empresa, inclusive, assumiu o serviço ali na Vila São José que a região muito... (sic) com a densidade demográfica enorme. O senhor confirma então a contratação dessa segunda empresa com novo planejamento de manutenção daquelas vias?
(inaudível)

Sargento Jenilson: *Em virtude daquela primeira não conseguiu não conseguiu atender a contento?*

Dr. Thadeu: *Ééé.. Eu, eu, eu pediria (sic) Aí como é um caso muito específico eu pediria, aí, ao Frederico pra ele... Pode ser?*
(“-Só fala o nome do senhor e a função.”)

Frederico: *“Tá”. Frederico. Gerente operacional da Saneatins. Esse caso específico da Vila São José foi uma obra de rede coletora feita em 2017, ééé (sic) em que realmente, após a execução foi... (sic) foram identificados diversos problemas técnicos, patológicos, recalque de.. (sic) da pavimentação. A partir de um requerimento, acho que do vereador Ataíde que ‘tá’ aqui, ali se encontra, provocou a gente no sentido de inspecionarmos o local e confirmamos que havia realmente problemas. A partir daí, a gente contratou uma nova empresa pra refazer toda aquela área, isso foi feito no mês de agosto, se eu não me engano. Então toda aquela a... (sic), aqueles trechos em que a gente identificou e confirmou que havia patologias foram recuperados.*

Sargento Jenilson: *nobre presidente, com relação ao IQA, o índice qualidade da água, os daqui da cidade de Gurupi eles estão conforme as normativas, e as necessidades e as obrigações técnicas da BRK junto ao sistema e também ao próprio contrato?*

Dr. Thadeu: *ééé... Como eu falei. Eu teria que ter esse recorte aqui pra pra (sic) para Gurupi, mas nós fazemos aí cerca de 70.000 análises anuais exatamen... (sic) no laboratório acreditado né?! Que é, que é pra..(sic) também em Palmas, né? ele tá lá em Palmas, que recentemente também foi até objeto de matéria na revista, no site da revista Veja, investimentos em torno de 1.600.000 para montar esse, este, esse (sic) laboratório, ééé eu posso afirmar que sim, eu tenho o controle de uma maneira geral, a gente atende a 100% da.. do plano de amostragem, que a quantidade de amostra que você tem que coletar para submeter análise e dessas análises o índice de conformidade também é 100%, então toda água produzida, ela está rigorosamente em dia e atendendo aos padrões da portaria do Ministério da Saúde.*



Sargento Jenilson: *Existe algum foco de, pelo menos, algum questionamento feito a empresa BRK aqui em Gurupi quanto a força da, da água em regiões como o Bela Vista, Santa Rita de Cássia, Alvorada 1 e 2 quanto a entrega desse serviço?*

DR. Thadeu: *A pressão?! aí eu não, não teria essa informação específica aí, mas peço, aí, a colaboração do nosso pessoal local.*

Frederico: *A gente não tem histórico de problema de pressão nem nos locais citados pelo vereador e nem em outro local da cidade. A gente está, em todos eles, atendendo a norma entre 10 e 50 “mcas”.*

Sargento Jenilson: *Com relação as novas ETEs, as uni.. (sic) as estações de tratamento de esgoto, e as ETAs, foi falado aqui com relação aos corpos vivos, a questão do manancial e adentrar-se automaticamente a questão RSA da entidade ou da empresa, eu gostaria de saber se a falta dos investimentos de 23.000.000 tem afetado a essa conclusão dessas obras aí da ETE e da ETA né?*

Dr. Thadeu: *é, o que tem afetado a conclusão das obras de ampliação da ETE Pouso do Meio é como eu relatei anteriormente, é o problema de licenciamento em função da disposição da solução encontrada, fácil, ao problema do Manancial dele não ser perene, durante alguns meses do ano ele, (sic) ele corta mesmo, isso dependente então de uma licença ambiental a ser ééé (sic) expedida pelo (sic) pela Naturatins ééé ee (sic) e dentro de um trabalho desenvolvido, aí, desde 2017 com o Comitê de Bacias ééé (sic) com novas adequações de projeto com busca de solução em locais que tinham um problema semelhante e foi na região do nordeste do Brasil, que é uma solução de disposição (inaudível) por aspersão no solo, né então todo esse projeto está em análise pela Saneatins, pela Naturatins, desculpe. Assim que nos for expedida a licença de implantação dessas obras de ampliação da ETE elas eram feitas. Reafirmo que a gente já tem financiamento assegurado, portanto não é problema de recurso. Assim que as licenças saírem, nós contrataremos a empresa para realizar essas obras porque não faz sentido contratar antes disso, não poder emitir uma ordem de serviço, de modo que o que realmente impediu a gente investir mais nesse período foi exatamente o problema da licença ainda não ter sido emitida.*

Sargento Jenilson: *Foi apresentada à Prefeitura Municipal de Gurupi, à ATR, algum tipo de replanejamento de planos investimento pactuadas lá em 2009 no aditivo?*



Dr. Thadeu: ééé (sic) Não só à prefeitura mas como também à agência reguladora. Em 2017, nós protocolamos aqui na prefeitura e também na agência reguladora até por força mesmo de revisões periódicas que tem que ser realizadas nesses planos, e elas foram, estão ainda sobre a análise da Prefeitura e também da agência reguladora. Mas foram sim apresentados.

Sargento Jenilson: Ao Conselho Municipal de Saneamento também? O senhor sabe informar?

Dr. Thadeu: Desculpe?!

Sargento Jenilson: Ao Conselho Municipal de Saneamento?

Dr. Thadeu: Não sei formar. (inaudível) Prefeitura, Secretaria de Meio Ambiente, além da Agencia Reguladora.

Sargento Jenilson: Obrigado ao nobre Engenheiro. Nobre Presidente, para dando sequência na situação, já que o senhor adentrou a questão dos faturamentos, a gente tem algumas informações que são divergentes quando o senhor fala sobre a rentabilidade da empresa no estado, mas não cabe no nosso ponto de vista, né, o juízo de valor que a gente possa vir a fazer aqui. Mas e se tratando de investimentos e de subsídio cruzado, o senhor poderia hoje afirmar ou pelo menos chegar próximo de um dado ou uma informação mais compilada quanto os investimentos que é feito dentro de Gurupi, qual o percentual que nós atingimos já que Palmas só conseguiu atingir a regionalização e como é que nós conseguimos fazer em Gurupi quanto aquilo que já foi arrecadado, quanto aquilo que nós planejamos investir um percentual de alcance desse plano de investimento?

Dr. Thadeu: Esse plano de investimento ele, ele prever a universalização, senão me falha a memória, por favor meus auxiliares aí confirmem, em 2024. A nossa expectativa é que, nós sabemos que havia uma meta agora para 2019 de 80%, que não.. (sic) uma das razões exatamente, a impossibilidade disso é a gente não ter, não adianta a gente implantar rede, deixar ela seca, a rede coletora de esgoto, por conta de não ter uma capacidade de tratamento para receber todos esses esgotos e também você implantar essa rede de esgoto no curto período de tempo, ela, ela causa um transtorno ainda maior para mobilidade, para o ir e vir das pessoas na cidade. Por isso que a gente fez um replanejamento, submeteu a avaliação aí da Prefeitura, da Secretaria de Meio Ambiente Municipal também, não é?! No sentido de em 2024 estar universalizando. As



obras de estado, (sic) de uma estação de tratamento a gente faz rapidamente não tem, não tem muita, a partir da licença expedida, a gente realiza ela numa velocidade relativamente muito boa, prazo de um ano e meio à dois, aí, a gente consegue concluir, mas entretanto fazer 280 km de rede, que é o nosso gap hoje de rede aqui em Gurupi, 280 km de rede aí realmente é um desafio que precisa ser planejado, é possível, mas precisa ver um replanejamento exatamente para não causar esse transtorno todo aí na cidade. Mas os recursos para isso já estão assegurados mediante contrato de financiamento. Agora para atacar rede, nós iniciamos obras aqui como eu falei, Nobre Vereador Jenilson, de 100 quilômetros de rede em bacias agora, não é?! Para não parar de investir na cidade, porque eu não posso agora “tá” mandando aí essa essa (sic) rede toda a não ser que eu obtenha a licença para ampliar a capacidade de tratamento da ETE Pouso do Meio dos 50 para 80, que depende de uma outra licença, e nós estamos falando duas licenças tá? Uma que é para ampliação, e a outra que é para ampliação da capacidade de tratamento hoje (inaudível) mexendo em processo não mexendo em construção, não é? Uma outra licença que era, é para ampliação da capacidade produção, de tratamento, mas aí sim com a realização de obras de construção civil. Então, é, a expectativa nossa que com essa essa (sic) primeira licença que eu me referia apenas para a ampliação da capacidade de tratamento, isso possa nos possibilitar em 2020 “tá” atingindo 40% ou seja, que seria 50% da meta que 80 né? 40% seria 50% da meta, chegamos agora em dezembro de 2018 com algo entorno de 30% então, mas tudo realmente depende aí dessa dessas (sic) licenças que estão sendo tratadas junto a Naturatins.

Sargento Jenilson: *Nobre Presidente, com relação a.. (sic) foi feita uma fala do nobre vereador André Caixeta ainda repercutindo a apresentação do senhor, agora vem uma pergunta para que a gente possa consignar nos autos: com relação a unidade que ele tem de reservatório de água que ele falou, ele falou do Bananal e o senhor falou da Água Franca, são duas situações distintas, a Água Franca é essa que passa aqui perto da (sic), aqui do setor sul e a outra que ele falou é do Bananal, existe, então, a previsão de devolução dessas outorgas aí para o município? Para que o município volte a (sic) seja patrimônio do município? Só para reforçar, já que o senhor citou aqui, caso queria esclarecer melhor para nós.*

Dr. Thadeu: *Posso sim. (inaudível) O Bananal é hoje onde a gente utiliza para nossa captação. Então nós, essa aí, essa aí a gente não tem como (sic), porque.... Não! Ele citou Água Franca pelo que eu... (inaudível) Foi o Bananal? (inaudível) O prefeito foi que solicitou o Água Franca, né? Ele, ele solicitou, é, ele solicitou (sic). Então o que, o que eu falei (sic) na abordagem do vereador*



André Caixeta foi que nós estamos avaliando, do ponto de vista jurídico e contábil, a forma de fazê-lo, de fazer essa devolução ou, se não for possível, uma cessão não onerosa de utilização, então isso está sendo analisado e a informação que eu dei aqui, repito, é que até o final do mês, deste mês corrente, a gente tem uma definição com relação a isso aí. Mas isso, de fato, é um pleito do prefeito Laurez.

Sargento Jenilson: *Em um outro momento, divulgado aqui em 2017 ainda, apresentado pela outra gerente operacional, enfatizou-se que a nascente do Parque do Córrego Mutuca, me perdoa, Córrego Mutuca aqui no centro da cidade, receberiam investimentos de ordem de responsabilidade socioambiental da empresa e gostaria que o senhor falasse se tem alguma atuação nesse sentido aí, alguma previsão de investimento nessa nascente?*

Dr. Thadeu: *Não sei se tem alguma coisa prevista do projeto técnico social nessa vertente. Tem essa... não, não tem, mas não é nada que possa também ser avaliado, analisado. Agora a gente precisava ter, receber uma demanda mesmo oficial, que eu recomendo então que a própria Câmara pode fazer isso e a gente se dispõe a analisar.*

Sargento Jenilson: *Segunda, (sic) quase finalizando, Nobre Doutor Tadeu, com relação a transferência, e o senhor falou na audiência pública em que nós fomos tratar do saneamento nível de Brasil da legislação que “tá” em andamento lá em Brasília, e o senhor falou lá que a BRK comprou a Saneatins, “né”, e desde então tem feito as suas obrigações dentro daquilo que é pactuada no contrato, “né”, desse consórcio que praticamente entre os municípios, 47 municípios que são os melhores do Estado, “né”, há de se reforçar aqui que são os que tem mais viabilidade econômica, e lembrando que lá na fala, o senhor falou que a aquisição foi feita, se eu não me engano, em 2009, em 2011, “né” isso? (sic) A transferência da titularidade. A minha pergunta: foi feito um diagnóstico estrutural, de demandas nessas 47 cidades, de viabilidade econômica e, com certeza, foi dado que tinha uma atratividade, tinha uma taxa interna de retorno razoável para quem fosse adquirir. O senhor confirma se houve esse diagnóstico e que a BRK realmente quando fez essa requisição aí, teve essas garantias de que era viável para ela assumir essa concessão?*

Dr. Thadeu: *Aí são dois momentos. Tem lá em 1999, que quando houve que... (inaudível). Não, era a Ensa. Não, não era a Odebrecht, era a Ensa. Aí em 2010, se eu não me engano, a Odebrecht comprou a Enza, e agora em 2017, a BRK comprou, assumiu a Odebrecht Ambiental. Certamente quem fez a*



aquisição deve ter avaliado, eu não participei desse processo, mas certamente deve ter feito essa avaliação e fez uma compra, ok?
(inaudível)

Sargento Jenilson: Com relação à Gurupi, eu diria para o senhor que, quando o senhor fala das reclamações e o senhor questionou que foi feito algumas diligências, eu quero deixar claro que nós tivemos nos Órgãos, né, Constituídos, à título de informação até porque nós estamos dando ciência a esses órgãos. Alguns são notificados como é o caso da ATR, da Prefeitura e da BRK e os demais são informados de que nós estamos em andamento. Então nós diagnosticamos lá várias situações, inclusive da própria Defensoria Pública Estadual em algumas demandas, não somente em Gurupi mas em todo estado, e a partir dessas informações que nós vamos tratar em alguns outros momentos aqui, o detalhamento, como o senhor a pouco falou e também atacou no início da fala do senhor quanto a não está acompanhando, mas são informações que são abertas que não são, são públicas (sic), não são privadas à CPI e tenho certeza que o senhor vai ter acesso a todas elas e no momento correto. Eu agora queria passar a fala para o Nobre Analista Jurídico aqui da CPI, caso ele queira fazer algum apontamento ou a gente possa consignar algumas perguntas ainda, para que o Vereador Ataíde depois, na sequência então possa fazer. Me permita, Nobre Doutor Emerson, passar para o Vereador Ataíde, então, caso queira fazer alguma pergunta para consignar dentro dos autos, “tá”? Já feitas as repercussões sobre apresentação e depois a gente dá fala para o... (inaudível).

Ver Ataíde: A pergunta que eu queria fazer, engenheiro, inclusive já tem até ação civil em Palmas, né, contra isso aí, né? E acontece aqui em Gurupi também, sempre o pessoal reclama. Tem certo local da cidade que, as vezes a rede passou e, o cara tinha uma construção mais antiga que era lá no fundo do lote, essa casa dele, e em maneira nenhuma tem condição de ele trazer esse esgoto mais para rede, porque o banheiro dele é mais baixo, ele não chega né? E tem gente que sempre reclama: “Olha, vereador, eles ‘tá’ me cobrando, eu não ‘tô’ nem usando porque eu não tenho condições mesmo de usar.” Né? Inclusive eu tenho aqui, inclusive, até já falei para o engenheiro que está aqui, (Dr. Tadeu: Fred) o Fred, lá na, na, aqui na BRK aqui (sic), uma situação da Vila São José mesmo, eu mesmo tenho residência, tenho casa lá que aconteceu isso, desceu o esgoto na rua 1, na rua 2, que impar é assim e par lá é assim, e tem rua assim que é a Rua 6 que não passou o esgoto e tem imóveis nela, e eu tenho taxa, eu tenho conta de água que veio cobrando o esgoto, e vou te falar: fui lá várias vezes, ali no É pra Já, para poder poder retirar. Dizem assim: Não mas tem que ligar na rede. Mas como é que liga? Se o imóvel, se a rede passou



na rua 1, a outra passou na rua 3, e o imóvel tá virado para a rua 6? Vila São José isso, tem esse problema lá. E esse caso também, na Vila São José também, tem esse problema que tô dizendo que a casa é mais baixa porque quando foi feito a construção lá na Vila São José né, aí depois veio o asfalto e subiu a rua, que é normalmente que sobe né, a rua sobe e a residência fica mais baixo o que que esse pessoal deve fazer? Porque é um clamor assim da sociedade que a gente representa. A sociedade que tem reclamação desse tipo né? Se já tem um levantamento feito, né, em relação a isso aí.

Dr. Thadeu: As obrigações da concessionária se limitam a área pública. Eu não posso adentrar na casa do cidadão para poder resolver o problema. Então eu disponibilizo rede e, digamos assim, a solução da interligação do esgoto domiciliar na nossa rede não é responsabilidade nossa, é responsabilidade do cliente. Existe de fato esse problema que o senhor tá relatando, a gente tecnicamente usa um termo que são instalações considerada negativa, ela tá abaixo do nível da rede, portanto, tem essa dificuldade. A gente pode estar avaliando aí para indicar uma solução, isso aí a gente pode ajudar, não tem... eu tenho até notícias de algumas elevatórias residenciais de até equipamentos de bomba monofásica com altura manométrica de até 9 metros e que tem condições de resolver esse problema e que não custam tão caro, mas aí a gente teria que fazer um levantamento para tentar ajudar numa solução, entendeu Vereador? Aí a gente teria que... Aí se o senhor puder mais uma vez se reunir com o Fred, com a operação aqui local, para indicar aonde realmente esse problema tá existindo nessa região que o senhor falou, para ir uma equipe técnica nossa lá fazer um estudo, acho que a contribuição que a gente podia ser é nesse sentido seria isso.

Sargento Jenilson: Só para reforçar a contribuição do nobre Vereador Ataíde Leiteiro, em Palmas nós temos uma demanda já identifica essa e tá sendo solucionado de forma judicial, na ação 18, e residências identificadas com esse problema de pessoas que estavam pagando e não estavam obtendo serviços em virtude do seu problema atrás do hidrômetro né? que a gente fala ne? Então essa elevatória individual lá tá sendo solucionada pela BRK em parceria um TAC né, sendo feio um TAC que eu espero que ele seja, quem sabe ne, interpretado aqui em Gurupi também como o mais viável para ambas as partes, até porque ninguém é obrigado também a pensar que um dia vai ter um sistema de esgoto em casa e o sistema dele é anterior, é prévio né? é antecedente ao processo que foi colocado da BRK e adequar a uma condição que quem vai receber o benefício não é ele, é também a BRK, e eu acho que o TAC lá lá funcionou e talvez aqui em Gurupi seja o melhor remédio jurídico.



Dr Thadeu: *A gente tem que pensar sempre em prol do interesse coletivo né? Acho que existem essas situações realmente particulares mas a gente não tá... eu não conheço essa ocorrência lá de Palmas, Mas vamos, com a informação do Sargento Jenilson, gente dá uma avaliada ou... (inaudível) Pode praticar mesma coisa aqui, não fazer cobrança de soleira negativa, se tá fazendo... Mas ainda assim acho que que isso não é a solução porque a gente tem que pensar no interesse coletivo né? Que é aí o meio ambiente agradece, então, Fred dá uma sentada com o vereador pra gente verificar se existe alguma solução técnica que possa tá sendo desenvolvida para resolver o problema, tá? A gente vai, o senhor pode procurar o vereador (inaudível).*

Sargento Jenilson: *Exaurido ali os questionamentos, as indagações consignadas em ata aqui do nobre vereador Ataíde, agora vamos passar para o nobre Vereador Cesar da Farmacia também é membro da CPI da BRK.*

Vereador Cesar: *Bom dia mais uma vez, essa é direcionada para o Frederico, e assim, que eles tem me questionado, Frederico, (inaudível) só pra você me esclarecer, as vezes tem uma loja comercial, a pessoa tem um lote, um lote vamos supor tem 4 salas, cada uma aluga uma, duas, três, quatro, são 4 comércio, eee... Eles sempre cobram do vereador uma explicação sobre isso de cobrar do comercio 4, 4 3 ou 2 , ce entendeu? Do mesmo imóvel. Eu queria a explicação do senhor para poder transmitir a eles.*

Sr. Thadeu: *O senhor tá falando do imóvel que tem 4 (inaudível). É estabelecido na estrutura tarifaria, isso é aqui e em todo o Brasil dessa forma, viu Vereador? Só pra esclarecer pro senhor. Então, por exemplo, um prédio onde existe só uma ligação de água e tem, por exemplo, 16 apartamentos, cada apartamento daquele que tem instalações onde se utiliza água e esgoto também, é tratado como uma economia, então uma ligação com 16 economias, e a cobrança pode ser uma só mas pode ser individualizada também por cada apartamento, isso é denominação. Isso na categoria residencial.*

Mas o mesmo pode ocorrer na categoria comercial também, se tem um imóvel onde ele tem três comércios ali instalados, então cada um é tratado também da mesma forma, a cobrança é direcionada a cada unidade daquela. (inaudível). A gente, nós temos também, senão aí, uma classificação de pequeno comércio também né, comercial reduzida, para ter assim uma tarifa para comércios... Eu não saberia dizer quais são as (inaudível) só tem a garagem e você resolveu fazer o armarinho, uma coisa, entendeu? Então tem aí algumas condicionantes para enquadrar ele como pequeno comércio cuja tarifa é tem uma redução.



Sargento Jenilson: *Eu passo a palavra agora para o Dr. Uemerson Coelho Oliveira, além de Analista jurídica, também tem contribuído com os andamentos aqui desse processo, para alguns apontamentos*

Uemerson: Bom dia a todos. Uemerson de Oliveira Coelho, matrícula 1184 dessa Casa, neste momento auxiliando a Comissão Parlamentar de Inquérito acerca do que disciplina, que é resolução nº 7. Eu queria trazer apenas alguns esclarecimentos de ordem técnica e jurídica para o bom andamento desta comissão. Quanto aos questionamentos dos ofícios e dos requerimentos iniciais aí que estava meio dúbios, eu gostaria de esclarecer que nos primeiros momentos quando foi retornada CPI, aliás a companhia BRK, foi informado o link do site onde estavam as normas que instruíram o processo da comissão parlamentar de inquérito bem como foi citado que constavam todas essas situações no site e enviado cópia daquilo que foi requerido de início. Entendemos que a posterior, houve uma nova solicitação, mas nesta última comunicação, a gente fez uma (sic) um maior esclarecimento sobre o nosso site. Hoje a gente tem orgulho de dizer que o site da Câmara Municipal de Gurupi, ele conta com a digitalização de 100% dos processos e projetos que por aqui passam. Eu apontei ele que, quando das solicitações anteriores falava-se de pautas atas e tudo, mas nós temos um dos Campos no nosso site onde nós temos os projetos e matérias legislativas em discussão, os projetos aprovados se tornam leis resoluções e os decretos estão todos e digitalizados nos Campos adequados, mas nós temos também ele para todo e qualquer do povo as atas das sessões, pautas legislativas onde os projetos são publicados previamente para comunidade saiba quais os projetos que serão votados e aprovados então, assim, foi apontado que todas aquelas situações requeridas constavam ali, no entanto, para que não restasse dúvida de quanto as situações, fornecemos cópia integral do processo legislativo que trouxe a Resolução 07/2019, as atas dessas situações em questão, as pautas solicitadas e também juntamos agora todas as cópias de documentos recebidos por esta comissão. Os atos que foram vistos em sede de site eram visitas, diligências no sentido de buscar, requerer e solicitar documentos. Não. Essa juntada foi agora, mas isso de documentos que foram recebidos por nós. Agora estes atos preliminares ou que constituíram a comissão, estes todos foram informados e eles estão, estão e estavam, estavam e estão (sic) disponíveis no site desde, desde (sic) o momento de publicação oficial à época. Então assim, e também reforçamos que esta comissão tem um caráter investigativo, ela não tem um caráter processante, a gente quer, está buscando (sic) informações para compor um relatório de problemas, possíveis problemas (sic) e possíveis soluções, e a ampla defesa e contraditório estendidas as comissões parlamentares vai ser observado em todos os, (sic) em todo o possível. Tanto que na primeira comunicação feita pela BRK, foi-nos informado o nome de uma de uma procuradora, uma advogada, tão pouco foi



juntada uma procuração e nem sequer o dado do escritório, mas nós diligenciamos, buscamos saber onde era e notificamos a senhora procuradora advogada para que acompanhasse esses processos também. A intenção desta comissão é, de forma ordeira e legal, trazer para dentro desse processo as informações necessárias para compor relatório, e nesse sentido a gente espera que reste um bom termo ou esta CPI (sic), os documentos foram juntados, enviados por parte da Defensoria Pública do Estado, Procon do Estado, documentos que a própria BRK forneceu, a Prefeitura Municipal de Gurupi e a partir daqui e dessa oitiva, a primeira oitiva dessa CPI foi da BRK, a primeira audiência para ouvir alguém foi, foram os senhores. Então, a partir daqui e dos esclarecimentos trazidos, inclusive por vossa senhoria e seu Staff, nós partiremos na busca de encontrar, aí, os problemas e soluções para compor relatório final da CPI. Dita esta situação, a gente se coloca à disposição para, a partir de agora, inclusive em todo momento da CPI, receber requerimentos, documentos ou informações que os senhores acharem necessários para comporem esse relatório final nosso. Então, em todos os momentos, a Comissão Parlamentar de Inquérito da CPI da BRK aqui de Gurupi está aberta aos questionamentos e recepção de documentos ou informações que se fizerem necessárias para o bom andamento do feito. Essa é minha colaboração para esta audiência nesse dia.

Sargento Jenilson: *Ainda na fala, o Nobre Vereador convidados para essa Sessão, o nobre Vereador Jair Souza Cunha, ele vai fazer alguma explanação quanto a apresentação da BRK aqui, alguma contribuição que ele possa fazer a essa comissão.*

Vereador Jair Souza: *Bom dia a todos, mais uma vez, ao presidente, todos da BRK, Procuradores da Casa e vereadores, funcionários da Casa aqui. Desde que começou a ser discutido aqui sobre a BRK na Câmara, eu tive, assim, igualzinho ao que o Ataíde falou da Vila São José porque já é meu eleitorado ali, né, eu mais o Ataíde, aquela região né? E aí tive acompanhando algum serviço e vi, Fred e presidente, como melhorou de lá pra cá da discussão o andamento do serviço né? Melhorou muito. Hoje tá fazendo na porta da minha casa a rede de esgoto, eu moro perto do Castelinho né, sentido final da 5 com a Guaporé ali, por ali, e aí melhorou muito, até me surpreendeu, foi muito rápido, que eu vi lá e de lá para cá e melhorou muito. Que assim, até quebraram a calçada tudo e “num” (sic) dia arrumaram né, eu vi lá na minha rua e, assim, a limpeza da rua e as coisas, eu vi que melhorou muito essa parte dessa firma, acho que terceirizada né, que está lá e vi o andamento que eu acho assim meu (sic) 80% né, da outra que, eu tive na Vila São José e setor Aeroporto, que a gente, porque a gente (sic) anda todo Gurupi, os vereadores, e também tive (sic)*



visitando a BRK antes também, tive visitando a BRK lá, tive com o Fred e vi o investimento que a BRK tem para Gurupi, né, Fred me mostrou, abriu um mapa lá e fomos discutir, foi discutido um investimento que tem a ser investido nessa cidade de Gurupi né? Então eu fico muito feliz da qualidade que tá melhorando, a discussão, igualzinho ao que o doutor Uemerson falou, né? Nós estamos aqui para condenar ninguém né? Acho que a Câmara, para melhorar o serviço né, qualidade de atendimento ao cliente né, rede de esgoto de tudo né? Então eu acho que a cidade, quando se discute um assunto, é melhoria para cidade, eu acho que a BRK também tá de parabéns, quando traz um esgoto, uma água, um tratamento, é o bem-estar da pessoa e a qualidade de vida né, que envolve saúde, diminui a medicação e vários outros que existem né, investimento no município, que até hoje não tinha investimento porque não tinha rede de esgoto, muitas coisas, eu lembro, eu trabalho faz tempo na máquina pública e alguns investimentos de prédio em Gurupi que não fazia porque não tinha rede de esgoto, né? E hoje nós vai (sic) ter um shopping que vai ter rede de esgoto, está sendo-se (sic) construído um condomínio, por que? Por causa da rede de esgoto né? Então eu fico muito feliz de ver que a cidade de Gurupi vem, está crescendo, e o crescimento também quando chega desenvolvimento de uma cidade, tem os problemas também vem junto né? Mas, graças a Deus, estamos aqui para discutir isso, para a melhoria na qualidade de vida do gurupiense, né? Mas eu fico muito feliz de estar aqui com vocês, de vocês estarem aqui na Câmara hoje e, vendo que Gurupi está desenvolvendo, a nossa, (sic) eu falo que a nossa capital da região sul né, Gurupi que atende praticamente, atinge praticamente 22 cidades que descarregam em Gurupi né, tudo é Gurupi, graças a Deus, nós vem (sic) desenvolvendo com nossas próprias pernas. E também a questão lá, podia fazer um... sugestão lá onde que era antigamente (inaudível) a antiga Saneatins, né, lá aquilo lá, fazer um parque, alguma coisa, a BRK também utilizar aquilo ali, pra cidade ter investimento na área social, que o Gurupi falta muito ainda a questão social assim, porque investimento pro jovem, muita coisa não tem ainda, e fazendo lá um parque, a própria BRK investir né, presidente ali. Deixo essa sugestão pro senhor.

Jenilson: Obrigado, nobre vereador Jair Souza Cunha. Ainda em tempo para nós concluirmos aqui, até pra, já tá na hora do almoço já, não é, Doutor Tadeu? Não sei que hora que baiano gosta de comer. É, com relação a motivação, não posso deixar de citar aqui as mudanças do enquadramento das OSCS, né, é feito o marco regulatório agora em 2014, em 2016 perdão, algumas igrejas, algumas entidades, organizações sociais civis, foram enquadradas como comercial. O senhor poderia me falar a motivação, qual foi o entendimento entre a ATR e a BRK para essa mudança e converter essas entidades, essas organizações aí sociais civis em comercial?



Sr. Thadeu: Não estava aqui à época, mas imagino que isso ocorre da mesma forma em Goiás onde eu, em Goiás aonde eu, (sic) eu operei 4 sistemas lá, ocorre também em Mauá onde eu operei também sistema lá, é.. (sic) Acho que o esclarecimento pode ser solicitado à própria agência reguladora, a gente apenas enquadra com, com a, (sic) com a anuência da agência reguladora, e certamente, deve ela, ela deve informar melhor do que nós que apenas cumprimos a estrutura tarifária definida.

Sargento Jenilson: Ok. Satisfeito pela resposta, vamos fazer sim a solicitação. Com relação ao prazo do corte mínimo, né, o prazo min... (sic) mínimo para aguardar o corte depois de 60 dias de inadimplente, o consumidor do Estado do Tocantins, como um todo, teve agora uma legislação recente, a 3478, lei estadual, e eu gostaria de saber se está havendo o cumprimento sobre essa lei ou se tem alguma medida judicial, algum ingresso, alguma motivação da BRK contra essa lei estadual?

Sr. Thadeu: Nós estamos cumprindo o prazo né, estabelecido, sim, porque é uma lei, tá? mas nós.... Através da associação estadual das empresas, nós entramos também com um adio.

Sargento Jenilson: Com relação a Agência de Regulação e Fiscalização de Gurupi, eu sei que inclusive está aqui no escopo dos questionamentos, nós estamos em andamento aqui a criação, a constituição dela, para que ela faça o processo de regulação e fiscalização dos serviços públicos em Gurupi e, dentre eles, obviamente está contemplado o saneamento básico. E em Palmas, aí já tem experiência, vocês criaram uma relação com a ARP e nós estivemos lá e percebemos alguns dados e dentro desses dados, a gente obteve alguns tratamentos de informações e percebemos que muita coisa estão sendo melhoradas ali naquela cidade (sic). Para Gurupi, como é que o senhor vê essa iniciativa do poder público municipal?

Sr. Thadeu: Vou lembrar de uma fala aqui que fiz aqui no início. A prestação regionalizada de um serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário, ele pressupõe uma tarifa única na região, o mecanismo de subsídio cruzado, que é em função disso, da tarifa única, e uma agência reguladora única regulando. Atualmente, o contrato de concessão nosso, ele é regulado pela Agência Tocantinense de Regulação que é uma agência estadual, que foi criada pelo governo do Estado do Tocantins e isso decorre do contrato de concessão que prevê a delegação das competências de prestar, regular e fiscalizar esse serviço ao estado, não é? A BRK, você falou qual a nossa posição com relação a essas iniciativas, em Palmas e aqui em Gurupi, a gente entende que o princípio essencial para a nossa atuação é a segurança jurídica, porque



imagine o que é você fazer um planejamento para realizar investimentos e então vir legislação de todo modo, de todo.. (sic) e de fato trazer essa insegurança jurídica que comprometa até a atuação da empresa, então é.. mas, qualquer, qualquer (sic) qualquer que seja o modelo a ser discutido, não é, se uma agência estadual, uma agência municipal, precisa levar em consideração o subsídio cruzado, que é o que permite, realmente, você levar os investimentos de água e esgoto a todos os municípios da região onde você está prestando o serviço, não é? E ainda que exista agências municipais com papel fiscalizatório e participação na discussão sobre regulação, não se pode colocar em risco esse modelo de subsídio cruzado porque ele é quem leva realmente, que possibilita realmente, levar os investimentos de água e esgoto nos municípios que são estabelecidos na operação centrali... (sic) regional, na na na (sic) concessão regional, né? Nos 47 municípios aonde a gente atende, e para a criação realmente de uma agência municipal, aí é necessário então a alteração de todo arcabouço legal e regulatório que respalde o contrato de concessão, inclusive, quanto ao equilíbrio econômico e financeiro e a celebração de aditivos ao contrato de concessão. Nós não temos nenhum problema em ser fiscalizados por quem quer que seja, achamos que é bom a fiscalização porque ela nos traz o desafio de sempre melhorar o serviço, estar sempre atento a isso, entretanto a gente não pode correr o risco regulatório de perder esse mecanismo de subsídio cruzado pela aplicação de uma tarifa única, porque se não você você não consegue (sic) fazer os investimentos e levar a universalização em todos os locais onde você está operando, não é? Então, o que eu poderia registrar é isso, mas hoje, de fato, a nossa agência reguladora contratualmente é a Agência estadual de regulação, a ATR.

Sargento Jenilson: *Obrigado, presidente. Eu passo a palavra agora ao doutor Tadeu Antônio Almeida de Oliveira, perdão, ao nobre doutor Érico Andrade, defensor, e também à doutora Marta Duarte para caso queiram fazer alguns apontamentos, algum registro que faça agora para que a gente possa constar em áudio, por gentileza.*

Dr. Érico: *Só uma observação ao final, em relação a fala do Doutor Uemerson, do presidente Tadeu e também do presidente da Comissão Processante é que de fato recebemos do Doutor Uemerson, nos entregou toda a documentação agora, então nós vamos fazer a análise e em caso de dúvidas... (inaudível). Ah, é é. É Comissão Processante de Inquérito ou Comissão Parlamentar de Inquérito, né? Me desculpe. Então, ele nos entregou todos os documentos agora e aí vamos examinar e, em caso de dúvida, entramos em contato e agradecemos a boa disposição da Comissão em nos apresentar os documentos. (inaudível)*



Sargento Jenilson: *Então, senhores, finalizados, estamos satisfeitos nesse primeiro momento, né? Eu vou passar a palavra para os agradecimentos finais, para a gente finalizar e depois eu faço a leitura do termo de audiência aqui para concluir.*

Sr. Thadeu: *Em nome da BRK e de toda a equipe aqui presente, quero agradecer, mesmo sendo uma convocação, a oportunidade de estar aqui prestando esses esclarecimentos, não é, que não se encerra aqui, qualquer e esclarecimentos que seja necessária para a boa condução dos trabalhos da comissão, que diga-se de passagem a gente tá vendo a seriedade, tá vendo a elegância com que os trabalhos estão sendo desenvolvidos até aqui e dizer, presidente, que estamos à disposição desta Comissão para complementar informações que se façam necessárias ao pleno entendimento da questão da prestação do serviço nos 47 municípios onde a gente atua e eu faço esse comentário porque eu não posso particularizar a nossa atuação aqui só em Gurupi, sei que essa iniciativa da Câmara de Gurupi, mas a nossa responsabilidade como prestadores de serviço está ali expressa na minha apresentação quando eu digo que nosso desafio é realizar 1,8 bilhões de investimentos, duvido que exista alguma outra empresa aqui no estado com esse montante de investimentos a realizar nos municípios onde atuam. Desses 1,8 bilhões, 950 milhões já assegurados contratados, contrato assinado, pra gente realizar e avançar muito mantendo a universalização de serviços de água e universalizando serviços de esgotamento sanitário. A gente sabe que problemas podem ocorrer, podem acontecer no universo de 47 municípios e decorrente da nossa, da nossa própria natureza da prestação do serviço que talvez seja um dos serviços mais penosos de prestar, a parte do esgotamento sanitário principalmente, né? E é natural que o problemas aconteçam e a gente está disposição dessa Casa como de outras também para vim prestar os esclarecimentos mas firmando o compromisso de que realmente o nosso propósito é assegurar, transformar a vida das pessoas, assegurando água e saneamento de qualidade, desse proposito nós não vamos nos afastar um milímetro, um milímetro, né? Essa é um valor para nossa empresa e tenha certeza que nós vamos cumprir ele integralmente. Então eu quero agradecer mais uma vez aqui, poder estar aqui prestando esses esclarecimentos e me coloco a disposição desta comissão e desta Casa para outras oportunidades ou com a solicitação de documentos e tal, a gente tá apoiando aí o trabalho desta comissão, muito obrigado e parabéns aí pela condução dos trabalhos.*

Sargento Jenilson: *obrigado, doutor Tadeu. E em nome de toda a Comissão a gente agradece aos préstimos aqui também.*



Sr. Thadeu: *Esqueci de fazer um agradecimento, me desculpe, mas quero registrar aqui, agradecer as referências elogiosas que eu ouvi aqui hoje por parte de alguns vereadores com relação a nossa atuação aqui no município.*

Sargento Jenilson: *E nós agradecemos a presença do nobre representante, fazendo o registro aqui, em nome da Doutora Marta, à todas as mulheres que tão aqui nesse momento contribuindo e não diferente também aos homens, né, que aqui vinheram contribuir, a gente agradece em nome de toda essa comissão ao seu staff como um todo, a nossa equipe, Claudinho, à todos aqui dessa Casa de Lei que estão aqui contribuindo. Quero reforçar o convite para audiência pública que vai acontecer possivelmente dia 14 de outubro agora, é uma audiência aberta, creio que essa apresentação do senhor muito vai contribuir. Essa será aberta, serão novamente convocados. Ainda é dia 14, caso haja algum aditamento, algum adiamento, a gente avisa aos nobres senhores que seria importante também ter uma equipe boa para elucidar, não somente à comissão, aí nós teremos já um momento aberto ao público, onde teremos aí a imprensa, a população em geral, e é um momento importante, impar, para talvez até trazer novas indagações que não foram levantadas aqui ou que talvez o senhor lembre de nos reportar. Os demais vereadores com certeza estarão presentes, espero que assim a gente também continue colaborando para o relatório final objetivo e traga desenvolvimento para a nossa cidade de Gurupi.*

(inaudível)

Vereador Cesar: *Boa tarde. Quero só agradecer ao senhor Tadeu, ao diretor, presidente, à Viviane, à toda a equipe, o Frederico. E dizer pra vocês gente, quando o Jair falou aqui, saneamento básico, realmente a saúde de Gurupi tem melhorado muito com o saneamento básico, eu tô (sic) aqui em Gurupi desde o começo da cidade, o que tinha de pessoas com verminoses e tudo, o senhor deve entender mais ou menos isso aqui, então o tanto que melhorou, veja, com o saneamento, nós temos só a ganhar com o saneamento básico, a água tratada, e dizer pra vocês que tive uma aula aqui hoje, eu sou membro mas eu tive uma aula e agradeço todos vocês aqui por terem dado essas noções de muitas coisas que as vezes a gente não tem noção, tá? Muito obrigado e com certeza nós vamos almoçar agora.*

Sargento Jenilson: *Então feitos todos os agradecimentos pertinentes, os depoimentos foram gravados em áudio, cuja mídia ficará arquivada e sendo disponibilizadas cópias caso as partes solicitem, bem como serão transcritos e juntados aos autos desta comissão. Este termo vai devidamente assinado pelo*



presidente da Comissão, pelo investigado neste ato aqui apresentado, o senhor Tadeu Almeida de Oliveira Pinto, representando a BRK Ambiental – Saneatins, e também pelo defensor destes, os defensores que aqui ora apresentados, o doutor Érico Andrade, neste momento, e a doutora Marta Duarte, assim como também o escrivão que, neste ato, representou o doutor Uemerson de Oliveira Coelho que fez toda a redação, que o digitou, e eu assinei. Tenham todos um bom dia.

2ª oitiva - testemunha Sr. Eliosmar Ferreira Batista.

Realizada na data de 11 de outubro de 2019.

Trechos da Oitiva do Sr. Eliosmar Ferreira Batista:

SARGENTO JENILSON: *Bom dia a todos é Sargento Jenilson Vereador presidente da CPI BRK Ambiental aqui em Gurupi agora iniciando a nossa início das oitivas para ouvir as testemunhas com relação a CPI da BRK Ambiental as dez horas e vinte e nove minutos do décimo primeiro dia do mês de outubro de dois mil e dezenove nessa cidade de Gurupi Estado do Tocantins na sala do Plenarinho da câmara Municipal de Gurupi onde presente se acha o vereador que aqui vos fala vereador Sargento Jenilson na qualidade de presidente da comissão parlamentar de inquérito zero zero um dois mil e dezenove comigo também doutor Uemerson de Oliveira Coelho matrícula onze oito quatro servindo de escrivão neste ato aqui na qual neste momento compareceu a testemunha senhor Eliosmar Ferreira Batista ...*

...continuando...

ELIOSMAR FERREIRA BATISTA: *Olha a minha relação com a BRK é esse problema que a gente tá tendo já tem cerca de cinco anos é tarifa de esgoto né porque minha casa lá fica naqueles lotes antigos de quinze por cinquenta ele é em declive pro fundo casa feita lá no fundo quando chega a rede quando chega o esgoto lá na rua ele chega com mais de dois metros quase três metros de profundidade e todos sabem que a rede de esgoto da BRK é de um metro então até hoje a gente usa fossa é essa fossa* comum que inclusive a minha fossa por esse motivo é feita no quintal é e nós tínhamos água da encanada lá e como lá são eu minha esposa duas pessoas minha água estava viando cerca de cento e oitenta reais por mês aí eu reclamei várias vezes na BRK até que um dia eles foram lá e até que um dia eles falaram pra mim que era porque eu tinha cisterna falei mas eu não tenho cisterna (inaudível) *a água barata mas a rede de esgoto vem cara porque você tem cisterna mas eu não*



tenho cisterna mandaram uma equipe lá para verificar se realmente tinha cisterna atestaram que eu não tinha aí se é da água diminuir no mês seguinte passou de cento e oitenta pra duzentos e vinte aí (inaudível) veio parece que dois ou foi três meses mais ou menos nesse valor eu deixei cortar aí realmente eu abri uma cisterna ficava bem mais barato só que aí as taxas de esgoto começaram a vir cento e noventa e sete reais hoje sempre varia de cento e noventa cento e noventa e três cento e noventa e sete reais todo mês um esgoto que eu nem sequer uso mas como eu sei que isso que é lei que tem que pagar tudo bem mas baseado em que que eles estão calculando esse valor absurdo de rede de taxa de esgoto que pra mim como eu falei pro meu advogado se eles tivessem me cobrando a taxa mínima eu pagaria numa boa mesmo sem tá usando sem problema nenhum mas cento e noventa e sete reais por mês e depois que eles colocaram esse pessoal é que fazem ligação pra gente teve um dia que eles me ligaram vinte e três vezes um dia só inclusive as nove horas da noite quando eu estava na igreja vinte e três vezes se ligaram num dia só pra pessoa tem outro outra agravante quando eu me senti abusado com isso eu procurei o Procon perdi dois dias de serviço no Procon tentando ser atendido o pessoal do Procon tentando ser atendido pela BRK e não conseguiu porque na hora que identifica é do Procon eles pá espera um pouquinho e ficava esperando tempos e tempo até cair a ligação outras vezes desligavam simplesmente desligavam no na cara do atendente do Procon aí repeti fui lá novamente do mesmo jeito aí pessoal do Procon me pegou e me deu documento me recomendando que eu entrasse na justiça comum e foi o que eu fiz como eu já tinha advogado constituído da minha empresa só passei a documentação pra ele passei todos (inaudível) dossiê e entrou na justiça aí nós estamos lá esperando ver o que acontece porque é quando eu fui no Procon a o pessoal pediu pra eu pegar um relatório é dos meses que eu estava devendo né que eu não tinha todas as faturas aí eu fui lá no é pra já até uma moreninha que me atendeu aí pegou tirou o relatório e todo (inaudível) uns seis mil reais de conta aí perguntou porque que eu queria aquele relatório falei não é porque eu to levando lá no Procon pra ver aí ela pegou e avançou na minha mão e tomou os papeis da minha mão falei não mas eu vou levar isso aqui eu tenho um direito meu tenho direito a não você vai aí chamou um carinha lá e começaram a discutir peguei e tomei o papel dela saí e fui embora (inaudível) que eu não sei eu acho que não é correto isso né e eu não to caindo é eu não to evitando pagar o que é de direito de forma alguma só quero pagar o que é justo eu acho que pra quem não tem água encanada em casa não tem água publica da rede de água em casa não usa a a rede de esgoto pagar cento e noventa e sete reais por mês eu acho meio absurdo porque que não cobra a taxa mínima pagaria numa boa já que é determinação que é lei não sei o que é que é



tranquilamente agora só que agora vamos ver como é que vai ficar porque tá na justiça estamos aguardando ver o que que acontece
...continuando...

SARGENTO JENILSON: ok a gente vai fazer depois a é colocar em tempo quando isso possível o senhor pode também trazer as copias pra gente pra gente somar aqui como provas nesses processos bem vou fazer algumas perguntas aqui pro senhor é quantas pessoas residem na casa do senhor

ELIOSMAR FERREIRA BATISTA: duas pessoas
...continuando...

SARGENTO JENILSON: então tá passo a palavra agora a representante da BRK pra que pudesse fazer consignar alguma pergunta a mesma já se manifestou que não teria interesse em fazer nenhum tipo de indagação então se nada mais houver a falar o senhor tiver fazer as considerações finais quiser fazer alguma outra alguma conclusão aí fica a vontade senhor Eliosmar...()

3ª oitiva - testemunha Dr. José Maciel de Brito.

Realizada na data de 11 de outubro de 2019.

Trechos da Oitiva do Dr. José Maciel de Brito:

SARGENTO JENILSON: Bom dia a todos novamente Vereador Sargento Jenilson iniciando agora a nossa segunda oitiva de testemunha é as onze horas e dez minutos aqui é eu ao novamente né aos onze dias do mês de outubro de dois mil e dezenove nessa cidade Estado do Tocantins na sala do plenarinho da Câmara Municipal de Gurupi ...continuando... é aqui se faz presente então a testemunha do **senhor José Maciel de Brito** que voluntariamente se manifestou a tá contribuindo com o processo é já qualificado nos autos ...

...continuando... **JOSÉ MACIEL DE BRITO:** meu nome é José Maciel de Brito brasileiro casado advogado jornalista professor universitário aposentado e membro da academia Gurupiense de letras hoje seu secretário executivo e meu endereço profissional onde há o problema da rua presidente Castelo Branco antiga rua tres entre as avenidas Ceará e Pernambuco número dezessete quarenta e sete centro nesta cidade de Gurupi.
...continuando...

JOSÉ MACIEL DE BRITO: Cobrança abusiva de consumo inexistente parcialmente inexistente de água e esgoto isto pé no meu escritório escritório



uma pessoa só ou as vezes duas funciona das oito as onze das duas as dezessete de segunda a sexta se há feriado não funciona só temos um banheiro e não utilizamos a água quase para nada e vem uma cobrança de duzentos e tantos reais é de consumo inexistente e aí a gente reclamou conversamos a própria BRK um servidor da empresa lá no é pra já dizer realmente seu consumo é o mínimo do mínimo como pode mas a missão dele ali é orientar dizer (inaudível) posso fazer mas o senhor toma suas providencias aí eu recorri ao Procon o Procon entrou em contato com a empresa a empresa como sempre é não levou muito a sério houve audiência a proposta deles é aquela é costumeira não há acordo e aí o Procon me orientou a questão entrar na justiça e eu como não gosto de ser lesado como não gosto de ver os outros também lesados é resolvi entrar com a reclamação junto ao juiz aqui de Gurupi e já houve audiência juntamos a documentação e agora aguardo julgamento do magistrado sobre isso aí não é porque eu queira ser litigante de má fé as circunstancia assim determinaram que eu tomasse essas providencia porque como eu não quero lesar ninguém eu também não aceito ser lesado e eu me sinto lesado por uma empresa que ao invés de cobrar o que pé devido que todos nós queremos pagar agora nós não queremos ser extorquidos explorados é aproveitando da nossa condição de hipossuficiente diante do capital da empresa que ousou chamar as vezes de capital selvagem

...continuando...

JOSÉ MACIEL DE BRITO: *Nunca dizer assim hoje alguém tomou banho aqui nunca a agua você põe no filtro é e do filtro vai para as jarras na geladeira e é exclusivamente isso daí então não justifica ainda tem mais uma é eu economizo não só agua energia e tudo e as vezes as pessoas acham parece que a gente que é miserável mas não é não é cidadania e também é o meu bolso mas a própria empresa não quero que ela tenha prejuízo porque ela investe naquilo ali então mas eu não posso aceitar é tamanha exploração comigo e com ninguém como está acontecendo já algum tempo*

...continuando...JOSÉ MACIEL DE BRITO: *Não é não me lembro aliás eu não me lembro que eu saiba realmente não houve tanta reclamação quanto agora.*

...continuando...JOSÉ MACIEL DE BRITO: *Mas eu queria o seguinte é porque problema não tá sendo só lá no meu escritório não lá na academia de letras que não fica ninguém e o hidrômetro fechado e todo mês chega cento e tantos reais de agua e é o hidrômetro é fechado porque a gente não fica lá só no dia de evento uma vez em cada dois três meses e só como na casa da minha sogra que e casa dela é abaixo do nível da minha casa fica na frente e a dela fica no fundo e a casa dela fica abaixo do nível na época que passou a rede de esgoto olharam para puxar não tinha porque se puxasse ia da abaixo da encanação é*



tá e ficou uns tempos sem cobrar depois (inaudível) fomos lá levamos explicamos tá agora voltaram insistindo quando não há menor possibilidade e ela tem a fossa dela lá é uma pessoa só que mora e veio uma cobrança também é de esgoto a de água ela paga normalmente a outra está pagando é por imposição sabendo que não poderia a própria empresa já detectou essa situação mas continua cobrando

4ª oitiva - testemunha Sr. Fernando Marinho Scotta.

Realizada na data de 11 de outubro de 2019.

Trechos da Oitiva do Sr. Fernando Marinho Scotta:

VEREADOR SARGENTO JENILSON: *boa tarde a todos vereador sargento Jenilson é da legislatura dois mil e dezessete dois mil e vinte iniciando aqui o termo de oitiva de testemunha a terceira testemunha nesta data do dia onze de outubro de dois mil e dezenove é as quatorze horas e dezenove minutos aqui na sala do plenarinho da câmara municipal de Gurupi ...continuando...se faz presente a testemunha voluntária o nobre Fernando Marinho Escota que já qualificado nos autos ...*

...continuando...

FERNANDO MARINHO ESCOTA: *Primeiro boa tarde a todos é Fernando Marinho Escota é residente na rua cinco quadra dezenove quadra seis lote dezenove número dois oito oito residencial Daniela aqui em Gurupi de uma maneira resumida primeiramente queria frisar que sou residente e domiciliado lá to completando sete anos agora eu construí a casa do zero praticamente pra morar mesmo então a casa própria construída por mim único morador dela e ressaltar até então que sempre houve uma prestação de serviço muito boa por parte da empresa qualidade da água nunca faltou todos os problemas revisões que foram feitas eram comunicados antes então nunca houve problema nenhum divergências até então nada é sempre trabalhando e e as faturas chegando certo a gente pagando certo e pra minha surpresa quando foi em março é a gente recebeu a minha secretária pegou um documento que tinham deixado que tinham trocado o hidrômetro e a gente até então não tinha sido comunicado mas achou que era alguma coisa de praxe mas até brinquei com a minha esposa deixo prestar a tenção na conta no mês que vem se mudou alguma coisa por causa do hidrômetro e eu tenho um histórico lá como sou eu mesmo que pago as contas e a minha casa a gente praticamente tanto eu como a minha esposa a gente praticamente quase não fica em casa e não tem*



jardim não tem nada sempre foi uma uma uma régua mais ou menos o consumo da água um valor é que sempre gerava ali em torno entre sessenta oitenta reais e alguns meses de pico de de seca que as vezes ce molhava um pouco mais alguma coisa chegou a dar noventa cem reais é quando foi em março quando veio a primeira conta após a troca do hidrômetro é uma conta parcial porque ela já cobria um tanto ainda antes do hidrômetro e um pouco depois da troca e já veio uma conta de cento e quarenta no mês mais chuvoso que foi é entre março e abril e no mês de abril já veio praticamente duzentos reais e não usava nada chovendo direto então primeiro primeiro fator que chama atenção é porque a gente não não tinha nada que mudasse pra mais dobrar duas vezes e meio o valor da conta e de maneira que acho que é casual como tudo mundo faz eu fui no é pra já visitei a empresa e relatei fiz um relato ó a minha conta após a troca do hidrômetro veio uma parcial mais alta e veio uma alta inclusive o atendente lá conhecido meu falou olha Fernando tá tá muita gente vindo com esses questionamentos e tudo mas é o seguinte eu vou solicitar pra que seja feito uma visita na sua residência pra verificar se há um vazamento e assim foi feito ele falou assim daqui sete dias por acaso ce retorna aqui eu acho que voltei comuns dez dias depois por ai mais ou menos e ele me falou o técnico foi na sua residência fez uma vistoria e constou que não havia vazamento o que até então não foi surpresa nenhum porque é realmente agente não tinha constatado que que havia nada aí ele falou assim ei infelizmente eu não posso fazer mais nada aí eu falei mas aí ele falou assim espera próxima conta do outro mês pra você vê alguma coisa as vezes foi só esse mês alguma coisa que ces não perceberam perguntou se eu viajei eu disse que não se esqueceu alguma coisa aberta nada outro mês de novo um valor alto e aí é a gente tem eu tenho medições lá na fazenda e aqui na cidade também de quantidade de chuva a gente teve o mês de abril e maio os mais altos de chuva então em tese até ce não teria nem justificativa de ser seca pra ter que molhar alguma coisa planta e tudo e aí ele me disse que não poderia ser feito mais nada daí eu falei bom se não tem vazamento a conta aumentou aí eu procurei o Procon que da mesma maneira foi me informado que um primeiro momento eles não poderiam fazer nada e marcou uma audiência pra primeiro de agosto de dois mil e dezenove uma audiência paralelo a isso é eu fui no ministério público solicitar que fosse levantado porque não era um problema individual eu tava com eu tenho um grupo de pedal todo mundo tava relatando a mesma coisa é a outros amigos de outras residências em locais separados relatando a mesma coisa então a gente viu que não era uma coisa individual e aí lá no ministério público foi em mês de julho se eu não tiver enganado ou ainda junho a gente deu a (inaudível) deu esses dados documentação é eu levantei o histórico levei minhas doze doze faturas anteriores nos valores de consumo os valores em reais e as posteriores tanto lá



quanto no Procon lá no ministério público não houve mais comunicação com relação ao andamento a que pé estava e lá no Procon na audiência que foi pro dia primeiro de agosto quem representou juridicamente disse a mesma coisa que lá no é pra já falou ó a gente tá vendo aqui tal é porque a justificativa que eles deram é que o hidrômetro anterior precisou ser trocado porque não estava medindo bem e que o novo não é que tava medindo bem que ele perde a validade assim foi informado e que daí precisaria trocar por outro mas a questão é que como é fiscalizado pelo INMETRO e se ele tá funcionando é na medida que trocou o valor veio muito alto mas o questionamento foi porque durante seis anos os valores vieram sempre os mesmos então ele ou em tese não tava funcionando os seis anos pra trás né é em fim diz que não poderia ser feito nada é e que enfim que procurasse justiça comum alguma coisa então assim a questão que ficou em aberto é que a gente com o consumidor e ciente dos nossos direitos por estar em dia pagando em dia tudo é a e gente não teve uma explicação plausível ninguém falou o seguinte ó sua conta duplicou por esse motivo ou por esse motivo ficou em aberto não houve explicação e disse que não podia sr feito nada é e gente tá até então sem uma explicação plausível pra isso de maneira resumida e sucinta é isso então assim não é (inaudível) questionando em a possibilidade alguma a empresa em si a prestação de serviço em si mas a questão é essa essa troca de hidrômetro que ela gerou essa polemica em várias pontos e cidades em várias cidades do Estado não é uma coisa individual se fosse só coisa minha não é então é basicamente é isso...

5ª oitiva - testemunha Sr. Hélio Buenaga Sevilha.

Realizada na data de 11 de outubro de 2019.

Trechos da Oitiva do Sr. Hélio Buenaga Sevilha:

SARGENTO JENILSON: boa tarde a todos vereador sargento Jenilson é da legislatura dois mil e dezessete dois mil e vinte dando início a quarta oitiva de testemunhas na data do dia onze de outubro de dois mil e dezenove é as né então iniciando aqui os trabalhos as quatorze e cinquenta e nove em ponto **...continuando...** e gostaria de registrar a presença do filho do **senhor Hélio Buenaga** que aqui também se faz presente como cidadão acompanhando e verificando tal ato aqui de oitiva de testemunha...
...continuando...



HÉLIO BUENAGA: meu nome é Hélio Buenaga Sevilha é eu sou cliente da BRK aqui em Gurupi resido na avenida Ceará número mil setecentos e trinta é onde tem um hidrômetro que consta no meu nome certo o que eu tenho a relatar é que durante algum tempo eu tenho percebido na minha casa que estava percebendo umas pancadas fortes na caixa d'água durante a noite inclusive pensava que fosse algum bicho no telhado e depois eu vi falar que eu percebi né que poderia ser a caixa d'água a bomba da caixa d'água a boia a falei mas se tá dando pancada desse jeito é porque a agua não tá entrando normalmente pensei eu e eu um belo dia tava umas pancadas muito forte mas foi durante o dia depois que faltou agua e eu me dirigi com eu tenho isso tudo filmado eu postei isso nas redes sociais inclusive foi matéria do jornal certo eu fui peguei filmei porque a minha casa é uma casa antiga então tem uma torneira algumas torneiras saem da caixa d'água da parte de trás da casa e tem umas torneiras que vem direto da rua não passa pela caixa d'água inclusive normalmente lá em casa a gente tem que o filtro ele vem dessa agua da rua então a gente tem que deixar constantemente uma garrafa na geladeira porque se faltar agua da rua a gente fica sem água pra beber em casa porque não tem como então eu fui peguei abri a torneira e estava (inaudível) saindo só vapor falei véi eu não dou conta disso já não é primeira vez que isso acontece eu vou filmar eu peguei filmei continuei filmando porque eu sei que uma das coisas que falam muito é de houve edição né eu continuei filmando eu não parei a filmagem fui andando até a frente da minha casa quando eu cheguei no relógio o meu relógio pode ver na filmagem tava fazendo esse barulho vuuuuuuuuuuu rodando como se fosse uma furadeira um barulho fino de ar mesmo passando eu fui peguei falei pessoal vou fechar aqui fechei no que eu fechei deu aquela pancada no relógio tá aí eu fui lá dentro voltei isso tudo filmando pessoal viu que não tava saindo agua ai eu fechei o registro fui lá na frente de novo liguei aí começou vuuuuuuuuuuuuuuuuuude novo fechei o registro eu fechei a torneira fui e voltei girando de novo eu fui lá de novo cheguei no que eu abri a torneira começou (inaudível) aquelas pancadas ca tava dando pancada na caixa d'água eu falei isso é pra poder provar que o que tá entrando na tubulação é ar não é agua certo e eu postei isso logo depois que eu postei isso eu fui procurado por umas pessoas da BRK falando que iam instalar ali na rua que eu moro porque eu moro bem no topo da rede que a avenida Ceará é uma das mais altas onde eu moro então tanto é que a casa do meu lado não tem taxa de esgoto porque a rede de esgoto nem chega a casa do lado (inaudível) minha casa pra frente certo então é bem alto eles falaram que iam instalar uma coisa chamada membrana certo membrana eu não sei o que que é só falaram isso eles realmente abriram um buraco gigantesco lá instalaram alguma coisa e no entanto continuava acontecendo a minha conta a minha tarifa de agua sempre veio vinte quatro vinte vinte dois dezoito sempre variava dessa forma certo e



teve uma semana que a falta d'água foi constante isso foi esse ano agora a falta d'água foi constante falta agua a noite a agua volta a noite o que que eu to fazendo eu quando eu vou dormir normalmente eu faço as minhas orações as setes horas eu fecho o registro de agua porque a caixa d'água já tá ligado acabou pra se a agua entrar de noite eu não (inaudível) ser pego no contrapé do ar ficar entrando só que andou faltando muita agua então u tive que deixar o registro ligado pra evitar de ficar sem agua na caixa d'água interna e aí de noite aquela bagaceira quando chegou a minha conta veio trinta e dois metros cúbicos eu fui reclamar na BRK falaram que não que era normal que o problema era meu que isso estava um pouquinho só além da minha média de consumo certo eu chamei uma pessoa de uma empresa pra ela dar uma olhada ele achou lá uma um vazamento que tinha na minha casa e aí ele foi falou assim não Hélio é realmente aqui tinha um vazamento aí ele concertou o vazamento e voltou pro padrão anterior certo eu to relatando tudo tanto a parte do ar quanto a parte que eu detectei um problema na minha rede interna então esse aumento de trinta e dois desse ano foi provocado por causa desse vazamento mas aquelas filmagens que eu fiz antes realmente estava girando igual a um turbilhão mas muito forte o que me chateou foi eu reclamei e a BRK foi fazer eles retiraram meu hidrômetro sem a minha presença eu cheguei em casa e já estava sem o hidrômetro certo levaram e mandaram que eu tinha que ir a Palmas em tal dia pra acompanhar a verificação do hidrômetro como é que uma pessoa vai sair de Gurupi ir pra Palmas pra acompanhar a verificação do hidrômetro é uma coisa meio complicada aí eu cheguei a procurar a BRK alí na no É pra já fala porque que não uma um local aqui o porquê que não se marca com é que pode isso como é que eu vou me deslocar daqui pra lá pra poder acompanhar isso a não o processo é esse tem que ser dessa maneira ce tem que ir lá falei qual a garantia que eu tenho de que isso não vai ser feito de uma maneira torta ele há o senhor tem que confiar na gente eu falei uai é complicado certo e aí realmente o hidrômetro foi e falaram que o hidrômetro está perfeito estava normal que era impossível tá passando ar mas o que me chateou foi que falaram o senhor deveria colocar um redutor de ar na tubulação falei há vocês não colocam não vende nos lugares e tem quem coloca mas nós não colocamos falei então vocês sabem que entra o ar no entanto vocês não colocam o equipamento e continua entrando ar aí fica muito difícil certo porque acontece quando falta água nessas áreas mais baixas primeiro chega nas áreas mais baixas essa casas que ficam nas regiões mais elevadas demora chegar agua enquanto isso chega agua misturado com ar ou chega só o ar na tubulação e foi isso que aconteceu na minha realidade eu tenho dois vídeos que estão comprovando isso daí sem corte nenhum um inclusive ta na internet que é só isso



6ª oitiva - testemunha Sr.ª Vanderleia Maria Silva.

Realizada na data de 25 de outubro de 2019.

Trechos da Oitiva do Sr.ª Vanderleia Maria Silva:

Sargento Jenilson: Bom dia a todos, vereador Sargento Jenilson presidindo esses atos de instrução dentro do processo da CPI BRK da qual resolução 007/2019 me coloca na posição de presidente desta comissão de inquérito e as 09:51 demos início na data de vinte e cinco de outubro de 2019. ...continuando... neste primeiro momento vamos iniciar com a senhora Vanderléia Maria da Silva, moradora do setor aeroporto 03, devidamente convocada para comparecer neste plenário. Nesta data, aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, estamos aqui iniciando às 09h51m, nesta cidade de Gurupi...

...continuando...

Vanderleia Maria da Silva: Bom dia, meu nome é Vanderleia Maria da Silva, eu vim aqui sobre a minha água, corri atrás (inaudível). Meu endereço é Rua 19, quadra 18, lote 13, Vila Nova. Então, eu tinha meu relógio antigo e trocaram o relógio e nisso que trocaram começou minha água vindo mais baixa, mais alta, mais baixa, mais alta, deixei, viajei cheguei e estava essa conta pra mim, de R\$500,00. Corri atrás, fui no é pra já, estive na sede perto da BR e eles ficaram falando que essa água tinha gastado, então tem problema nesse relógio que desde quando trocaram já veio com problema, eu sei o que eu gasto, eu sei o quanto economizo água. Então quando eu corri pra cá, foi pra pedir socorro, porque o trem tava feio pra mim pagar esse valor de água, daí eles foram lá, tiraram o relógio, fizeram a perícia lá em palmas, chegou ontem este papel aqui, e aí hoje tinha minha reunião aqui e compareci aqui hoje pra ver e tenho que sair daqui também e passar no é pra já, só quero que vocês me ajudem, porque isso aqui não é lógico, a água ta vindo demais sem eu gastar, só foi isso que eu vim atrás, porque quando eu gasto eu pago, já paguei até mais alto um pouco quando minha família tava aí no natal, até R\$ 250,00, mas eu sozinha na minha casa e mais um rapaz especial que fica no CRAS não tem jeito de gastar esse tanto de água.

7ª oitiva - testemunha Sr. Carlos Roberto Maranhão Moreira.



Realizada na data de 25 de outubro de 2019.

Trechos da Oitiva do Sr. Carlos Roberto Maranhão Moreira:

Sargento Jenilson: Bom dia a todos, *...continuando...* e neste primeiro momento vamos iniciar com o senhor Carlos Roberto Maranhão Moreira, morador na Avenida Piauí, devidamente convocada para comparecer neste plenário. Nesta data, aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, nesta cidade de Gurupi, estado do Tocantins, na sala do plenarinho da Câmara Municipal de Gurupi...

...continuando...

Carlos Roberto Maranhão Moreira: Bom dia gente, eu gostaria de agradecer ao pessoal da Câmara Municipal, pois eu fui um dos primeiros gurupienses que percebeu esse problema com a BRK, na época era bem mais grave do que acontecia hoje, porque o meu hidrômetro rodava mesmo quando fechado, além disso as faturas da BRK diz que meu consumo é entre 4 e 6 mil litros, mas a fatura cobra 10. E sobre essa água que eu chamo de água fantasma, que tanto é pelo ar, tanto também (inaudível) quais as normas que a BRK obedece pra fazer isso, mas eu pago 60% a mais de água, diz que meu consumo é entre 4 e 6 mas pago 10. E a água serve como parâmetro pro esgoto então o esgoto vem novamente, outra vez ele sofre a influencia do valor cobrado na água, então são duas cobranças e acho indevida. A outra que a BRK fez comigo porque antes era muito mais aviltante porque se fechava o registro e o relógio não parava de marcar, aí foram lá trocaram o hidrômetro e nesse sentido resolveu, mas as outras, eu acho, não sei como dizer, se é norma da empresa, lei, eu não sei, então eu quero saber.

8ª oitiva - testemunha Sr.ª Letícia Rodrigues Xavier.

Realizada na data de 25 de outubro de 2019.

Trechos da Oitiva do Sr.ª Letícia Rodrigues Xavier:

Sargento Jenilson: Estamos agora iniciando a oitiva de testemunha, mais uma oitiva de testemunha nesta data, aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, estamos aqui iniciando às 14h15m, nesta cidade de Gurupi,



estado do Tocantins, *...continuando...* a nobre testemunha, senhora Letícia Rodrigues Xavier, na qual né,
...continuando...

Letícia: *Meu nome completo é Letícia Rodrigues Xavier, eu moro na Rua Antônio Nunes da Silva, no setor Campo Bello, a casa é a nº 02, o lote 22, a quadra 12. O que aconteceu no dia do acidente foi porque era um dia de muita chuva, tinha chovido bastante, porque foi justamente nessas época, agora faz quase 01 ano já, foi numa época de final de ano, uma época onde chove bastante, aí meu pai na época tinha ido buscar meu irmão no serviço e tava retornando, aí ele vinha na avenida, a BRK tinha abrido uns buracos pra fazer alguma obra e devido à chuva, aquela tela laranja que eles colocam como proteção de alerta, pra quem tá de longe vê, a proteção caiu com a chuva, e ele não viu, bateu no buraco que tava aberto, perdeu o controle da moto e acabou sofrendo o acidente. É, tanto que no boletim de ocorrência que a própria policia militar fez no local do acidente, lá fala que a sinalização estava precária, então, por mais que eles tenham colocado, foi retirado todo com a chuva, como a rua era muito escura e sem nenhuma sinalização, ele não conseguiu ver o buraco.*

...continuando...

Sargento Jenilson: *Sim, segundo passo, a senhora poderia me relatar sobre a data que aconteceu esse acidente que envolveu um problema na via pública, ocasionado pela BRK ambiental? A senhora se lembra mês e dia, tem alguma lembrança?*

Letícia: *Não, eu lembro da data do falecimento, mas a data do acidente eu não me lembro.*

...continuando...

Sargento Jenilson: *Era madrugada, a senhora se lembra a rua certinho, avenida e rua?*

Letícia: *Na verdade não era tão tarde da noite, meu irmão na época trabalhava num supermercado daqui de Gurupi, ele tinha saído e meu pai tinha ido buscar ele no mercado, era por volta de umas 10h, 10:30h, 10:40h por aí.*

...continuando....



Letícia: Na hora que aconteceu o acidente, meu pai tava com meu pai, meu irmão tava de garupa, na hora que aconteceu o acidente meu irmão me ligou, "Ó o pai acabou de cair de moto aqui comigo, vem aqui pra ver o que que faz, porque tem que ir alguém no hospital com ele", e aí eu fui, estava lá realmente o buraco, meu pai bateu no buraco, o buraco tava lá, cheio de água.

...continuando...

Sargento Jenilson: Hoje ele 20 anos né, então ano passado ele tinha 19 anos. Ele conseguiu te narrar alguma coisa sobre essa possível sinalização que tinha? O que tinha de sinalização nesse local?

Letícia: A tela estava lá, laranjada, aquela cheia de furinhos, só que a tela estava no chão.

...continuando...

Sargento Jenilson: Depois desse fato que ele foi pra UPA, ele teve alguma complicação?

Letícia: Sim, é porque o que aconteceu de primeiro instante a gente achou que era só lesões por cima, porque ele tava conseguindo se movimentar, na hora da queda ele levantou, andou, então a ambulância recomendou que ele fosse pra UPA, porque chegasse lá ele fazia os exames, ele foi pra UPA, aí fez raio-x, fez algumas coisas, só que durante a madrugada, ele chegou a desmaiar, passar mais mal ainda, aí ele foi transferido pro regional.

...continuando...

Sargento Jenilson: Eu pergunto, depois desse fato ocorrido, a senhora esteve lá durante o dia? No dia seguinte? Você, o seu irmão...

Letícia: Tive.

Sargento Jenilson: Você chegou a verificar se tinha algum rastro, alguma coisa que mostrava que ali recentemente teve alguma intervenção por parte da BRK?

Letícia: Sim, eles tamparam o buraco muito pouco tempo depois.

...continuando...



Letícia: Meu pai foi pro UPA a noite, eu fiquei com ele eu e uma tia minha a madrugada, quando a gente vem embora cedo, pra trocar com uma outra tia minha, o buraco já estava tampado.

Jenilson: por volta de que horas?

Letícia: Umas 06h, 07h da manhã.

9ª oitiva - testemunha Sr.ª Elaine Mayra Teixeira Pereira.

Realizada na data de 25 de outubro de 2019.

Trechos da Oitiva do Sr.ª Elaine Mayra Teixeira Pereira:

Sargento Jenilson: Boa tarde a todos, dando sequência às nossas oitivas de testemunhas nesta data, aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, estamos aqui iniciando às 15h20m, nesta cidade de Gurupi, estado do Tocantins, ...continuando...nobre testemunha que voluntariamente manifestou em contribuir a senhora Elaine Mayra Teixeira Pereira, consumidora na cidade de Gurupi, já qualificada...

...continuando...

Elaine: Bom, boa tarde, gostaria de iniciar me apresentando, eu me apresentando, eu me chamo Elaine Mayra Teixeira Pereira, sou residente no estado do Tocantins na cidade de Gurupi há 15 anos, e sou consumidora dessa empresa BRK há 02 anos diretamente, inicialmente, eu tive alguns problemas no pedido de ligação na minha residência, na Rua 80F, no Nova Fronteira. Quando eu pedi uma ligação pra minha residência, eu obtive alguns contratemplos com relação ao período pra ligação e também a taxas cobradas que vieram referentes à ligação. Depois do que foi realizado, que foi a ligação neste meu endereço residencial, eu obtive também alguns contratemplos pra refazer a estrutura da minha calçada, que inclusive até hoje permanece com parte da calçada danificada, pra fazer a ligação eles **abriram um buraco na rua e também na minha calçada, e esse buraco que foi feito ele foi tapado, não sei qual foi o tipo de material que foi utilizado, acredito que com massa de cimento, e eu sei que o serviço não ficou de boa qualidade, a minha calçada ainda permanece, ta tapado o buraco, mas ainda permanece com alguns defeitos na calçada. Na época em questão quando foram fazer a ligação, eu**



tinha uma planta na porta de casa, do lado de fora, e essa planta foi arrancada sem minha autorização, sem meu consentimento, eu não estava em casa, quando eu cheguei a planta estava só pela metade no lugar e a outra metade da planta tinha sido arrancada exatamente pra passar o buraco na calçada, até aí tudo bem. Foi pago a ligação, tudo certinho, no primeiro mês eu percebi que a conta de água que veio, veio com os valores de cobrança da ligação, do aparelho que eles usaram lá, tudo bem. **Em três meses seguintes essa conta ela triplicou o valor, mesmo já tendo sido quitado os valores dos serviços de ligação, uma conta que eu pagava em média R\$ 65,00, R\$ 68,00, ela me surgiu uma conta de R\$ 170,00, cento e sessenta e poucos reais, eu estive na BRK pra fazer a reclamação pra falar que eu não entendia qual o motivo dessa cobrança, o que me foi justificado, que tinha sido ar.** Que era ar que tava passando pelo hidrômetro que tava multiplicando o valor da minha conta, que eu fui explicar que não aumentou o consumo, somos só dois adultos em casa, trabalhamos o dia inteiro, saímos as 7 da manhã e retornamos Às 23h todos os dias, estamos em casa somente aos domingos. Tenho jardim onde é controlada a quantidade de água que é molhado, não é molhado todos os dias exatamente por isso e eu já tinha alguns meses pagando um valor e de repente esse valor triplicou e o que me foi informado é que eu teria que ver com relação a ar, que estava passando pelo hidrômetro, que o que estava aparecendo como consumo na verdade não era água, era ar. Eu questionei com eles então, que colocassem um aparelho, algum adaptador, pra que esse ar fosse removido, porque não era justo pagar pelo ar, já que o que eu tinha que pagar era água. Até aí tudo bem, nos meses seguintes o valor diminuiu, voltou a ser um valor mais acessível pra pagamento, tudo bem. Trinta dias atrás, um pouco mais que isso, dia 11 de setembro, eu aluguei um ponto comercial na Rua 14 de novembro, conhecido como Rua 01, uma sala comercial de em média 10 metros quadrados, essa sala tem um único ponto de água, que é a pia do banheiro, único ponto. E, eu pedi a ligação no dia 11, eles fizeram uma leitura no dia 14, a conta foi me entregue, eu acredito que por ter sido colocada na caixa dos correios errada, o vizinho que me procurou pra me entregar, 05 dias depois da data da leitura, já vencida, e o valor que me chegou foi R\$ 212,00 e alguma coisa se não me engano. Eu peguei a conta, como ela já havia chegado no meu nome, eu pedi a ligação dia 11, a leitura foi dia 14 e eu procurei a BRK pra explicar que aquela conta era do inquilino anterior que se eu não me engano existe algumas pendências, mas que eu não tenho nada a ver com isso já que a minha ligação foi a partir do dia 11 e eles me explicaram que eu teria que procurar o proprietário do imóvel, desta sala na qual eu aluguei, pra pedir que fosse pago porque estava no meu nome. Isto foi feito, a proprietária pagou, este mês a conta já chegou, porém foi feito um levantamento do mesmo valor, eles repetiram a leitura, não foi feita leitura de consumo, porque deu na mesma



leitura anterior, o valor que veio continua um valor muito alto, um valor de R\$212,68 pra uma sala de 10 metros quadrados com uma única torneira na pia do banheiro. Procurei a BRK através do 0800, fiz uma reclamação, foi me informado que eu deveria procurar presencialmente, fui até o posto, no é pra já, abri a reclamação, solicitei uma vistoria que até hoje não aconteceu, a minha conta foi paga, inclusive no dia 20/10, porque eles não apareceram pra fazer vistoria, eu não tinha como reclamar, eu não poderia deixar a contar vencer no meu nome já que nunca eu deixei que isso acontecesse, então eu paguei novamente a conta no valor de R\$ 212,68, mesmo tendo reclamado com relação ao consumo. Estou até hoje aguardando uma vistoria ou um contato da BRK pra que possa ser sanado o problema com relação ao alto custo que está sendo comprado num consumo que não existe devido a sala ser uma sala pequena, é uma sala comercial, lavada apenas uma vez na semana, só tem uma única torneira na pia, impossível ser gasto o valor que tá sendo cobrado. De antemão o que eu tenho para reclamar é isto.

10ª oitiva - testemunha Sr. Adevaldo Bento da Silva Machado.

Realizada na data de 25 de outubro de 2019.

Trechos da Oitiva do Sr. Adevaldo Bento da Silva Machado:

Sargento Jenilson: *Estamos agora iniciando a oitiva de testemunha, mais uma oitiva de testemunha nesta data, aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, estamos aqui iniciando às quinze horas e cinquenta e seis minutos, nesta cidade de Gurupi, ...continuando... como testemunha voluntária o Senhor Adevaldo Bento da Silva Machado que se manifestou interessado em contribuir com este ato e dando início ao trabalho, já qualificado nos autos, ...continuando...*

Adevaldo: *Boa tarde, vereador, todos, eu, sou pastor, pastor Adevaldo e ocupo uma sala na, ali na Rua 11, lá é Avenida 11, esquina com a N9, Novo Horizonte, essa sala, nós locamos já há mais de 02 anos, que estamos trabalhando lá e, vereador, o que, é que, é... De início, quando os primeiros talões começaram a vir né, depois que eu fui até o órgão e pedi a ligação desta água, então, as taxas estavam normais, as cobranças, os valores que a gente gasta lá, não passa de R\$ 30,00, esses gastos, mas no segundo, e o terceiro talão, já começou a cobrar R\$ 100,00 e mais o valor que a gente usa, com certeza, os metros lá. E eu fui, até então no é pra já, pedir explicação,*



porque está acontecendo isso e a informação é que, por ser uma igreja, teria esta taxa, alguém estipulou esse valor dessa taxa e todas essas teriam que pagar esse valor, e daí eu não tinha com quem procurar pra entender o assunto e até hoje, eu estou pagando este valor, de R\$ 100,00 com taxa né e mais o consumo, que a gente tem ali. É... graças a Deus na outra residência que a gente tem, não tem nenhuma outra irregularidade, assim que eu entenda, tudo certo né, mas nesse local acontece isso, e eu até agora não tive nenhuma explicação que pudesse me convencer de que o que significa isso né, a informação também que tive é que não seria só ela, só nós, nesse local, mas sim todas as igrejas em Gurupi e eu não tenho, eu não sei, gostaria de saber né, se

...continuando...

Sargento Jenilson: Tem como o senhor falar como é que foi a dinâmica dos valores praticados lá no início até chegar nesse valor aqui que o senhor tem reclamado hoje?

Adevaldo: O que consigo me lembrar nesse momento, dos primeiros três meses né, era de R\$ 30,00, R\$25,00 no máximo, daí de repente já veio, acho que no quarto mês, já foi esse valor R\$ 100,00. (...)

11ª oitiva - testemunha Sr.ª Nuria Américo de Azevedo.

Realizada na data de 07 de novembro de 2019.

Trechos da Oitiva do Sr.ª Nuria Américo de Azevedo:

Sargento Jenilson: ...continuando... hoje na sala do plenarinho aqui da Câmara Municipal de Gurupi. Nós estamos iniciando as sessões aqui de oitivas de testemunhas, na qual sete dias do mês de novembro do ano de 2019 (07/11/2019), ...continuando...compareceu espontaneamente a testemunha Sr.ª. **Núria Américo de Azevedo**, brasileira, qualificada já nos autos, ...continuando...

Sr.ª. NURIA: BOU LARUE, MEU NOME É NURIA AMÉRICO DE AZEVEDO. Sou moradora de Gurupi, professora da rede pública Municipal de Gurupi, sou usuária da rede BRK e meu documento é, meu CPF é 663.141.781-34. A reclamação que eu venho aqui falar é à respeito da, (sic) que eu precisei dos serviços da BRK no sentido que eu sou professora e sou acadêmica de mestrado na UFT aqui em Gurupi e preciso desenvolver um trabalho lá de pesquisa e que há



necessidade da BRK me ofertar é a matéria-prima que, no caso, é o lodo e que eu estou tentando negociar com a BRK desde, aqui tem um ofício aqui que, o primeiro ofício que eu levei até lá foi no dia 07/05 e, desde então, eu venho conversando pelo telefone, por vários contatos e e-mail, pedindo agilidade na, (sic) para eles me darem essa matéria-prima para eu desenvolver o meu trabalho de pesquisa lá no Campus. E aí, eles pediram para a gente esperar que ia, ia (sic) pediram que era para mim esperar que dia 1º de agosto ia abrir um edital, que esse ano de 2019 eles não tinham aberto esse edital e que abre dia 1º. Aí eles abriram, eu preenchi todos os dados lá que necessários no Campus, enviei para Palmas e fiquei aguardando eles enviaram (sic) os outros formulários para eu preencher, aí eu preenchi os formulários e depois fiquei aguardando, disse que a liberação, porque tinha que passar, disse que pra uma equipe lá para fazer uma análise do meu trabalho e nesse período de, até agora, que eles ainda, até o presente momento, eles ainda não me entregaram a matéria-prima que é o lodo, no caso. Desde o primeiro contato que foi dia 7 de Maio até agora são seis meses, então essa é minha reclamação em relação à morosidade dos serviços que eles estão me enrolando assim pra não me entregar.
(...)

12ª oitiva - testemunha Sr.ª Maria Eva Pinto da Silva.

Realizada na data de 11 de novembro de 2019.

Trechos da Oitiva do Sr.ª Maria Eva Pinto da Silva:

Sargento Jenilson: ...continuando... Aos sete dias do mês de novembro do ano de 2019 (07/11/2019), nesta cidade, Estado do Tocantins, na sala do Plenarinho da Câmara Municipal de Gurupi, **...continuando... Dona Maria Eva Pinto da Silva**, na qual se manifestou interessada em poder trazer algumas informações para essa CPI da BRK Ambiental, já qualificada nos autos ...

...continuando...

Maria Eva: O meu nome é Maria Eva Pinto da Silva, eu moro na rua 13, Quadra 82, Lote 15, Setor Waldir Lins. A minha indignação é porque a minha água veio muito cara, se sendo que eu lavo roupa uma vez na semana, durante a semana ninguém fica em casa, só sábado e domingo. A minha água vem Cento e pouco (reais) todo mês?! Eu acho isso um absurdo. É, tipo assim,



sabe? Eu queria que alguém tomasse uma providência, né? Porque eu acho que não é justo eu pagar todo mês, todo mês, tirar da boca dos meus filhos? Para poder pagar uma água de Cento e pouco reais todo mês?

...continuando...

Maria Eva: Chego a pagar 185 reais, eu tenho como comprovar.

Jenilson: Tá. Feito isso, eu queria só que a senhora falasse então pelo menos nos últimos três meses. Quais foram os valores que chegaram nos últimos 3 meses?

Maria Eva: 114 (reais), 119 (reais) e 119 (reais).

(...)

13ª oitiva - testemunha Sr.ª Darci Cardoso Avelino.

Realizada na data de 11 de novembro de 2019.

Trechos da Oitiva do Sr.ª Darci Cardoso Avelino:

Sargento Jenilson: ...continuando... aos sete dias do mês de novembro do ano de 2019 (07/11/2019), ...continuando... a Nobre Testemunha aqui, voluntária, Sr.ª Darci Cardoso Avelino, para poder contribuir com essa CPI da BRK Ambiental. Eu quero, já qualificada nos autos...

...continuando...

Darci: meu nome é Darci Cardoso Avelino, eu moro no Campos Belo e já tem 6 anos que eu moro lá. Eu nunca tinha tido nenhum problema assim com a empresa, apesar de que às vezes a minha água, às vezes, vem, um mês vem alto, outro mês vem baixo, eu sempre procurei, não... não... não procurei, assim, fazer nenhuma denúncia, né? Mas daí, agora dessa vez, veio muito caro e aí eu não tenho condições de pagar, porque é uma coisa assim que, é eu trabalhar um mês todinho e tirar a Cento e pouco do meu salário e dar o resto para empresa, não tenho condição de fazer isso. O meu talão veio 802 reais, aí eu fui lá. Isso dia 27 eles fizeram a leitura, quando eu cheguei aí no dia 28, eu fui pegar o talão, aí eu vi que já tava esse preço, só que eles não colocaram o valor lá, né? Eles colocaram aqueles pontinhos lá e pedindo para entrar em contato com a empresa. Quando eu liguei, eles falaram que tava esse valor, 802 reais, e que devia ter algum vazamento, alguma coisa. Aí eu peguei, já fui lá, desliguei o relógio lá fora. Aí fui lá na empresa para saber, né, o que tava acontecendo, aí eles pegaram e me informaram esse valor, aí falaram que eu teria que contratar um geofonico, né que fala eu acho, particular e que esse serviço não era da empresa e que eu tinha que fazer isso particular, que a empresa não fornecia nesse trabalho. E o mais estranho que eu achei também,



porque o próprio funcionário da empresa foi quem me indicou um rapaz, que disse que era quem fazer serviço. Eu achei muito, assim... porque se é particular, por que que a empresa está indicando? Aí eu peguei chamei, foi até meu irmão que foi lá, meu irmão foi aí verificou e ele falou: -olha realmente tem um vazamento aqui. Mas não era vazamento assim de... esse vazamento era no cano que vai para cozinha, como tem uma mangueira lá fora e aí agora vai direto da rua, né, tava esse vazamento lá nesse trem. Aí eu fui lá, meu irmão fez, eu só comprei o material e ele fez para mim. Aí levei as notas lá, aí eles ficou lá, deu um desconto, desses 802, hoje eles meu talão tá de 230, eu perguntei para a moça se não tinha como baixar mais, ela disse que não, que não tinha, era esse valor mesmo, e a única coisa que eles podia fazer era parcelar para mim. É isso. E outra coisa que eu achei estranho porque, meu talão chegou dia 27, dia 28 eu desliguei o relógio, dia 29 eu fui com as notas fiscal lá para arrumar tudo, né, para diminuir o valor lá, aí a moça falou que... eu fui questionar para ela por quê que eu não conseguia colocar minha água na baixa renda, ela falou assim: -Não mas... Que uma vez eu fui lá e o rapaz me disse que não colocava por causa da quantidade de metro cúbico de cerâmica que tinha na minha casa, falei: -Não, mas isso não tem nada a ver. Porque a minha vizinha aqui foi lá e colocou a energia dela, a água na baixa renda, por que que é o meu? Essas casinhas do Campo Belo é tudo uma casinha padrão, né, ela não tirou cerâmica e eu não botei, aí eu fui questionar com ela, aí ela pegou e falou: -Não, se você conseguir baixar sua água agora, você vem aqui que eu coloco. Né. Só que aí, com meu o meu relógio desligado, ela disse que eu já tinha usado 6 mil metros cúbicos de água, falei: -Não tem condição, moço, se vocês fizeram a leitura dia 27, dia 28 eu desliguei, como é que dia 29 já tem 6 mil metros cúbicos de água usado? -Ah, você não tem piscina, não tem jardim? - Não amiga, eu não tenho não. Como é que eu vou fazer uma piscina lá? Não tem condição. Aí é isso. Aí tô aí, um talão que venceu dia 3 agora de 230 reais, e eu tenho que pagar, né? (sic)

(inaudível)
(...)

14ª oitiva - testemunha Sr. Gabriel Bernardes Costa.

Realizada na data de 02 de dezembro de 2019.

Trechos da Oitiva do Sr. Gabriel Bernardes Costa:

Drª Tatianna: Na verdade a empresa entende que como as 03 testemunhas de hoje foram ouvidas na audiência pública e uma delas tem demanda judicial, a



gente encontra parcialidade, a gente entende da parcialidade que devia ter por eles estarem prestando depoimento na audiência.

Sargento Jenilson: De qualquer maneira eu vou ouvir, isso aí a senhora pode desqualificar na defesa. Neste caso aí não cabe nenhuma análise porque a competência de (inaudível) de antemão é da CPI e não do advogado, o advogado pode estar na defesa final fazer um questionamento, aí a senhora pode fazer uma manifestação lá no futuro.

Dr^a Tatianna: Não estou pedindo para não ouvir, estou pedindo para registrar (inaudível)

Sargento Jenilson: Ah sim, é que a senhora falou que ia impugnar, impugnar não o ato, apenas os fatos levantados, não é isso?

Sargento Jenilson: Aí Gabriel, tá aqui a advogada, Tatianna Oliveira, Isnailton e Isabela Monteiro Silva Galvão, são analistas, técnicos também e procuradora da BRK. Nesse ato aqui é um ato formal que a gente tá formalizando em virtude de sua manifestação inicial em audiência pública e lá a gente percebeu a necessidade de detalhar melhor a sua indagação, os seus questionamentos até porque numa audiência pública não temos oportunidade para que possam ser feitos detalhamentos.

Sargento Jenilson: Boa tarde a todos, vereador Sargento Jenilson presidindo esses atos de instrução na data de 02 de dezembro de 2019, às 14h22min, dentro do processo da CPI BRK da qual resolução 007/2019 me coloca na posição de presidente desta comissão de inquérito. Está presente em nosso plenário a nobre advogada Tatianna de Oliveira, os nobres analistas Isnailton Pereira de Carvalho, analista Comercial e Senhorita Isabela Monteiro Silva Galvão, supervisora, representando a BRK Ambiental, neste ato investigada por suas práticas e suas responsabilidades diante de uma concessão dentro do município e vamos iniciar conforme as testemunhas que foram convocadas para estar aqui presentes numa ordem de seis pessoas que são usuários da BRK e neste primeiro momento vamos iniciar com o senhor Gabriel Bernardes Costa, se manifestou interessado em poder trazer a luz do conhecimento dos membros desta comissão, já qualificado nos autos, alguns esclarecimentos quanto à sua indagação feita em audiência pública ainda no mês de novembro. Nesta data, aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, nesta cidade de Gurupi, estado do Tocantins, na sala do plenarinho da Câmara Municipal de Gurupi, onde se encontra o Vereador Sargento Jenilson, autoridade presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito de número 001/2019, assim como



também contamos aqui com a presença do nobre escrivão Dr. Hennyson, que neste momento vai como escrivão, além dos assessores dessa casa e da CPI da BRK, Dr. Uemerson Coelho, senhora Ana Flávia, Dr. nobre pastor Sérgio Assunção, também servidor dessa casa, Claudinho servindo como operador de som, e a senhora, Doutora Representante da BRK Ambiental, como procuradora aqui, Dra^a Tatianna de Oliveira, OAB5131. Quero reforçar a senhora que a senhora tem o direito de falar o que bem entender, que achar que é importante, como contribuir, não é obrigada a responder nenhum tipo de indagação caso a advogada queira fazer alguma pergunta a gente vai verificar se é pertinente ao ato ou não. Reforçando que o senhor é compromissado na forma da lei, advertido no sentido de falso testemunho, gostaria muito que a senhora se colocasse nessa situação para não evadirmos do assunto. Vou fazer a leitura agora da resolução onde fala do objeto investigado que é a CPI da BRK. Resolução de nº 007, data de 25 de junho de 2019, na qual cria a Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar a atuação da empresa de saneamento básico e esgotamento sanitário BRK Ambiental em Gurupi, representante do serviço da Saneatins, dentro deste município de Gurupi, Tocantins, na qual a gente busca informações quanto ao tocante da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário, cobrança de tarifa mínima, serviço de abastecimento, instalação de redutores de entrada de ar em tubulação e todas as obrigações pactuadas em termos já anteriormente estudados. Aqui a gente pede para o senhora que o senhora reconheça a importância desse trabalho, lembrando que a gente tá a frente quanto ao vereador e presidente desta Comissão, Sargento Jenilson Vereador, a qual também temos vereadores participantes, o vice-presidente Claudio do Trevo, Ataíde Leiteiro como relator, César da Farmácia como membro e esses nobres assessores que aqui estão presentes e o nome já foi falado. Assino o presidente desta Casa de Leis o Vereador Wendel Gomides. Feito isso, antes da sua fala, a Dr^a Tatianna Oliveira quer fazer um esclarecimento.

Dr^a Tatianna: A BRK Ambiental quer impugnar a oitiva da testemunha, Gabriel Bernardes Costa, tendo em vista que esteve na audiência pública no dia 19 de novembro de 2019 onde foi ouvida e demonstrou nítido interesse em desqualificar essa concessionária e que o procedimento investigativo seja desfavorável em relação à BRK, portanto não é uma pessoa isenta para prestar depoimento.

Sargento Jenilson: Ok, sua manifestação pode ser feita depois dentro dos autos, antes do relatório final, agora vou passar pro nobre analista da CPI da BRK, para que possa fazer algum entendimento sobre a manifestação.



Drº Uemerson: (inaudível) Servidor desta casa, matrícula 1184, servindo como assessor jurídico da CPI BRK, quanto ao apontamento feito pela Drª Tatianna acerca da impugnação da testemunha, a comissão tem o seguinte a relatar. As CPIs elas tratam de procedimento administrativo investigativo onde apesar de não haver um processo judicial formado, há observância da ampla defesa e contraditório, no entendo, trata-se de peça instrutória inquisitiva, a deliberação sobre a oitiva cabe ao presidente da CPI neste ato e neste ato entende juridicamente não ser ilegal ou afrontoso por se tratar de consumidor, independente de lide sendo discutida judicialmente é consumidor e tem fatos a relatar que podem compor o relatório final da CPI da BRK. Havendo alguma situação danosa ou prejudicial também pode se manifestar a posteriori, no entanto mantém-se a oitiva da testemunha na data de hoje termos da notificação exarada por parte do presidente da comissão.

Sargento Jenilson: Reforçando que todos aqui estão de boa-fé, buscando entendimento coletivo com benfeitorias pra cidade, nós estamos aqui quanto representante do poder público e o poder público não pode se furtar de ouvir questionamentos visto que qualquer questionamento feito pelo consumidor cidadão gurupiense, pagador de impostos, também sobressai sobre nosso trabalho como vereador, bom seria se a gente só ouvisse elogios, aí nosso trabalho seria a contento. Passo a palavra ao nobre senhor Gabriel Bernardes Costa.

Gabriel Bernardes Costa: Boa tarde a todos, meu nome é Gabriel Bernardes Costa, sou engenheiro civil, sou funcionário do município, trabalhei na secretaria de infraestrutura na parte de fiscalização, projetos e execução, e eu participei da audiência pública no dia 19 de novembro no intuito de prestar as minhas, o meu depoimento em referencia aos serviços prestados pela BRK no município e outros detalhes também que vou entrar em específico agora, mas o meu intuito aqui é em defesa do município, porque eu sei dos gastos que nós temos, entendo da engenharia, o que ta acontecendo nas ruas, então, a BRK ta atuando hoje na execução, na escavação, na parte da calçada, pra implementar os tubos de esgoto e pra isso ela ta precisando fazer a demolição da calçada e isso tá atingindo o nosso pavimento, uma vez que ela já estava em perfeito estado e eu como funcionário engenheiro eu vejo que o serviço que ela está fazendo está atingindo outras partes do que ela não deveria, eu vou citar exemplos. Eu moro no município há 03 anos, o serviço que ela tem feito nas ruas, ela está estragando a nossa pavimentação e não tá sendo feita a recomposição correta, a empresa terceirizada, ela tem trabalhado nas ruas de forma que eu acredito ser, ela está correta, tem os projetos a fazer, mas eu como consumidor, como pessoa, tenho visto que o



serviço que eles estão prestando tem estragado outras coisas que não é da responsabilidade deles e isso que eu vejo que vai onerar o município, a secretaria de infraestrutura vai ter que consertar o que eles estão fazendo, como exemplo, quando eles estão fazendo o serviço de escavação eles tem estragado a própria pavimentação, tem feitos buracos e nesse período de chuva o que temos visto é que esses buracos não tem sido consertados pela BRK em muitos casos e que isso vai gerar um custo adicional a secretária do município, a de infraestrutura, eu não vejo isso como errado, porque aqui eu estou falando da qualidade da prestação de serviço, ou seja se a BRK tivesse trabalhando e fazendo correto, onde ela destrói, ela constrói, eu não teria nada a fazer, mas o que ela tem feito, que eu tenho visto, nas ruas, é que ela tem destruído e não tem reparado com a qualidade que se espera, então como consumidor, como morador eu acredito que isso vai gerar um custo maior pro município, eles estão transferido o custo de reparação, manutenção da pavimentação para o município e não acho que isso seja correto, por isso eu participei da audiência para poder explanar esses fatos, o que eu tenho visto na minha rua e no meu bairro. Fora essa questão da pavimentação que eu já acho muito importante porque a nossa pavimentação aqui no município, o revestimento dela, o tratamento superficial duplo né, e a BRK tem feito os reparos dela com PMF ou outro material que não se enquadra na mesma qualidade, então isso vai ficar as custas do município e do morador no futuro, fora isso, a questão da pavimentação, eu também queria deixar bem claro sobre essa investigação que teve, a questão dos hidrômetros e das contas elevadas, eu fui um dos moradores que foi prejudicado porque eu tinha uma conta padrão com valor médio de consumo durante vários meses e de repente um dos meses essa conta passou de R\$ 70,00 para 500 e poucos reais sem que houve mudança de hidrômetro ou reparação dessa rua e depois disso questionado essa conta que foi pra mais de 500,00 eu procurei o atendimento da BRK e que foi me dito não havia nada de errado e que simplesmente eu deveria ver se não houve um vazamento na minha casa ou outra coisa parecida, eu não encontrei nada né, perfeitamente na minha residência e desde então foi uma luta para poder conseguir que essa conta fosse revista e que eu não precisasse pagar isso, foi uma complicação, então como consumidor eu achei isso muito errado, não houve uma sensatez nessa disputa, eu apresentei 3 contas anteriores com um valor médio e eu tive muita briga e até hoje to aí tentando discutir sobre essas custas. Então é a questão do hidrômetro que eu não consegui explicação como essa água quadruplicou esse valor, a questão principalmente das calçadas que foram destruídas e foram reconstruídas da forma que eles acreditam ser a melhor, nós temos a questão aí da acessibilidade, pois os postos de visitas foram instalados nas esquinas onde havia anteriormente



plantas de acessibilidade, a pavimentação que principalmente eu gostaria de saber, as sarjetas de drenagem de águas pluviais não foram refeitas como eram antes, então assim é que eu acredito que este serviço não está sendo feito na qualidade esperada e o maior prejudicado vai ser o município e os moradores das ruas, não basta ser engenheiro hoje pra você andar nas ruas e ver que as condições pioraram. Então eu venho não para atacar a BRK, mas eu venho aqui de bom coração para poder contribuir com este processo, no intuito de que o que puder ser reparado, melhorado no serviço e uma fiscalização, eu acho que a gente ta precisando de uma maior fiscalização dessa empresa terceirada, eu pergunto muitas vezes pros encarregados onde tá a fiscalização da BRK, do município e é bem difícil de encontrar e a questão da porcentagem da cobrança dos esgotos, eu acho que aí não cabe a mim falar né, mas é isso, eu gostaria mais de expor isso. Mas a princípio é isso, era mostrar a minha indignação do nosso patrimônio público que tem sido destruído e não tem sido refeito da forma correta, da qualidade esperada e isso quem vai pagar vai ser a secretária de infraestrutura e consequentemente os moradores, então eu gostaria de entender o porque do aumento dessas contas de uma hora pra outra e o que vai ser feito em relação a esses reparos que a gente tanto precisa pro município.

(...)

15ª oitiva - testemunha Sr.^a Zaira Angélica Resende Miranda.

Realizada na data de 02 de dezembro de 2019.

Trechos da Oitiva do Sr.^a Zaira Angélica Resende Miranda:

Sargento Jenilson: Novamente, Boa tarde a todos. Termo de oitiva da testemunha que Aos dois dias do do mês de dezembro do ano de 2019 (02/12/2019), às 15h20min, nesta cidade de Gurupi...**continuando...**Aqui compareceu então a Senhora (inaudível) **Sra. Zaira Angélica Rezende Miranda**, convocada aqui para estar presente aqui às 15 horas em virtude de seu rápido depoimento apresentado na audiência pública do dia 19 de novembro de 2019. ...**continuando...**Lido o procedimento, antes que a senhora possa falar, vou passar a palavra para a nobre procuradora que ela quer fazer um registro na ata.

Tatianne: Excelentíssimo Senhor Vereador.. (inaudível) **Tatianne de Oliveira**, representando a BRK, impugna nesse momento a oitiva da Testemunha **Zaira Angélica Rezende Miranda**, por quanto a referida testemunha esteve na audiência pública realizada no dia 19 de novembro de 2019, onde foi ouvida e



demonstrou nítido interesse em desqualificar a atuação da concessionária e que o procedimento investigativo seja desfavorável a BRK, portanto, não é pessoa isenta para prestar depoimento. Pede deferimento.

Sargento Jenilson: Diante da manifestação da nobre procuradora e já salientada da questão, em um momento anterior, nós explicamos que em virtude do pouco tempo da audiência pública, na qual não haveria possibilidade de debate, também esteja aberto para aqueles que quisessem também elogiar. Mas nós podemos fugir do ofício de ouvir aqueles que estão reclamando, tanto é que, em audiência pública, a nobre consumidora no município, pagadora de impostos, manifestou enquanto consumidora desta empresa na qual está sendo investigada. Então segue o rito, aguardando a manifestação à posterior dentro do relatório e que possa depois ser juntada aos autos. Bem, então eu passo a palavra agora à Nobre consumidora a Sr^ª Zaira Angélica Miranda, para que possa fazer jus ao que foi comprometido de dar oportunidade para que a senhora possa, dentro do nesse momento nosso aqui de oitiva, falar um pouquinho da relação da senhora enquanto consumidora com essa empresa, essa concessionária a BRK Ambiental que hoje representa a Saneatins, né, uma concessionária da Saneatins e também autorizada a explorar água e esgoto em nossa cidade de Gurupi. Aí a senhora, por gentileza, fala o nome completo, CPF e o endereço que a senhora pode ser localizada, por favor.

Zaira: Uma boa tarde. Zaira Angélica Rezende Miranda, CPF nº 165.226.641-00, domiciliada na Avenida Ceará, 2089, centro, Gurupi. Assim sendo, eu gostaria de, diante da pretensa impugnação alegando que o meu interesse é desqualificar a empresa BRK, eu quero deixar bem claro que, em momento algum, eu pretendo ou pretendia fazer isso. Porque sou uma consumidora de Gurupi e o meu papel ali naquele momento de audiência pública, como cidadã gurupiense que sou, vim participar e realmente fiquei indignada com algumas falas, né, com alguns discursos, com alguns dados que foram apresentados e que em momento algum o meu objetivo foi desqualificar, pelo contrário, eu vejo que a empresa, ela tem a qualidade da água de Gurupi, ela tem as qualidades, o que nós estava vamos falando ali e nos reportando é com relação aos aumentos que vem repentinamente nas contas sem explicação nenhuma, né? E que o que eu coloquei ali é o que eu continuo colocando aqui agora, né? Tenho, foi o que eu apresentei que, desde o mês de março deste ano e olha que eu sou consumidora da BRK desde, não era BRK mas da Saneatins, seja lá de todas as empresas, desde que esse serviço foi implantado, desde 82, né, que eu utilizo essa água, esse serviço de água e, não sei, esgotamento sanitário onde tem, não sei se tem. Mas a verdade é essa, então sou consumidora desde 82 aqui em Gurupi. E o objetivo de estar



presente naquela audiência pública foi justamente porque no mês de março a conta realmente veio muito alta e eu liguei, né, para o para central, me disseram que não era para eu efetuar aquele pagamento, porque o consumo havia sido muito elevado e eles estariam apurando o que que teria acontecido. Qual não é minha surpresa, quando no mês de abril chegam e cortam a água, no mesmo instante, eu tava lá na hora, pedi para pessoa, falei: "Olha, não faça isso porque pediram que não era para eu pagar a conta que estariam verificando". Fui naquele mesmo momento lá no É Pra Já e aí, sim, fui informada de que eu teria que pagar, sim, aquela conta e a outra, que no caso era de Abril, que também veio elevada e que aí haveriam os procedimentos. Queriam trocar o meu disjuntor e eu não falei isso Na audiência pública, mas agora eu vou falar, a pessoa até questionou, me perguntou assim: "-Será que não houve fraude nesse hidrômetro?" Eu falei: "-Bom, da minha parte eu tenho certeza que não." E aí tiraram o hidrômetro, foram apurar e disseram que ia para Palmas, eu fui até Palmas, mas não consegui acompanhar (inaudível) esse coisa do hidrômetro que seria feito lá. Resumindo, trocaram o hidrômetro, colocaram um outro e aí a conta voltou a normalidade nos meses de maio, junho e julho, quando foi agosto a conta veio de 495 reais, se não me falha a memória. Agosto, Julho, a gente tem recesso, fica lá fechado do dia 15 mais ou menos, né, e só retorna na primeira semana de agosto. Então eu fiquei muito indignada com aquilo, mas falei: "- Não vou mais atrás". Não adianta, da outra vez eu gastei tempo, nada, nada são três dias que você tem que ficar correndo atrás, falei "não adianta", é pagar se não quiser, de novo, ficar com a água cortada e assim ficou vindo todos esses meses contas acima de 400 e tantos, sendo que a série histórica, o tempo todo, vocês podem acompanhar, sempre foi em torno de cento e poucos reais, logicamente começou com os aumentos normais que tem das tarifas, né, mas nunca ultrapassou esse limite. Aí surgiu a oportunidade de audiência pública e eu falei: "-É o momento eficaz para realmente eu reclamar, eu falar o que está acontecendo. E foi isso que eu vim fazer, né, porque realmente eu não encontro justificativa, o consumo ele é o mesmo, pelo contrário, nós estamos com menos turma, menos alunos, então não teria motivo para ter esse aumento abrupto, mas é essa e eu em momento algum, repito, quis desqualificar a empresa, longe de mim, quem sou eu, né? Sou uma profissional, tenho uma empresa em Gurupi, jamais! Mas eu preciso, realmente, lutar pelos direitos e é o que eu disse, agora já não é só, né, uma causa minha, mas a partir do momento que eu vim à uma audiência pública da Câmara de Vereadores de Gurupi, eu estou sendo solidária a essa causa que eu acho muito justa, muito Nobre e que precisaria, sim, se fazer alguma coisa porque eu tenho condição de vir, mas a maioria, é o que eu digo, não tem coragem de reclamar, a maioria não sabe nem que pode reclamar, a



maioria tem medo de reclamar e sofrer algum tipo, né, de abuso, algum tipo... para mim mesmo, como que você vai mexer com uma coisa dessa? Você é empresária, depois as retaliações vêm. Quer dizer, essa, gente, é a cultura que nós temos, né? E são inúmeros, eu vou dizer para vocês, inúmeros empresários que gostariam de estar aqui falando, mas não tem coragem; inúmeros donas de casa que gostariam de estar aqui, mas não tem coragem; eu tenho alunas e alunos ali que estão vivendo esse problema, mas não tem coragem. Eu não vou citar nome porque eu não estou com os documentos aqui, então eu não vou gerar coisa que eu não tenho prova. Agora, do que eu estou falando para vocês, eu tenho a prova, e tem uma prova também, que eu conversei com você, não falei no dia da audiência mas tem também, na casa da minha filha, no mês de maio, a conta veio de 400 e poucos reais. Meu genro foi ao PROCON, PROCON falou: “-Vai na BRK primeiro, lá no É Pra Já.” Ele foi no É Pra Já, com um simples comando, a conta saiu de 400 e pouco para 161. Então isso aí, muitos poderiam ficar satisfeitos com isso, mas isso aí acendeu para mim uma grande interrogação, como que um consumo uma conta de 400 e pouco, com clique no computador, ela sai daquele valor e baixa para 161? Esse também estou com documento aqui. Então são coisas que precisam de uma resposta, eu preciso, Gurupi precisa, os nossos vereadores precisam e eu não estou aqui para brigar com vocês, eu não estou aqui, vocês são servidores, eu também fui servidor, né, sou aposentada e eu sei que a gente representa as empresas, mas eu quero que vocês realmente se solidarizem com essa questão, porque Gurupi tá precisando de uma resposta. Vocês vêm como a nossa cidade tá toda quebrada, a Rua 5, que é onde minha filha mora, tá uma coisa alarmante, né, as calçadas quebradas, depois são retificadas deixando muito a desejar, então assim, é isso. Eu quero deixar claro que hoje eu não falo mais só por mim, eu falo por inúmeras pessoas que estão muito insatisfeitas, mas que infelizmente não tem coragem de participar, não tem coragem de reclamar, não tem coragem de correr atrás do prejuízo ou então desistiram, como eu havia desistido. Se não houvesse a audiência pública, Nobre Veredor, eu não teria mais reclamado, mas eu ficaria arcando com esse prejuízo, e pior, com a insatisfação de não ter para quem reclamar. Então, mais uma vez, eu parablenizo essa iniciativa da Câmara de Vereadores porque eu acho que vocês, sim, são a voz que pode falar por todos nós que as vemos, nos sentimos, né, constrangidos, ameaçados, ou incompetentes mesmo, ou às vezes desanimado já para reclamar. Então esse é o meu papel aqui nessa tarde hoje. Eu espero contribuir, eu quero é contribuir para que esse problema seja resolvido e da melhor forma possível. Obrigada. (sic)

(...)



16ª oitiva - testemunha Sr.ª Livia Póvoa Mendes.

Realizada na data de 02 de dezembro de 2019.

Trechos da Oitiva do Sr.ª Livia Póvoa Mendes:

SARGENTO JENILSON: *Termo de oitiva de testemunha dando sequência na terceira testemunha da dessa tarde do dia dois de dezembro de dois mil e dezenove as dezesseis horas e dois minutos nessa cidade de Gurupi Estado do Tocantins ...*

...continuando...

DOUTORA TATIANE OLIVEIRA: *Senhor presidente a BRK Ambiental impugna a oitiva da testemunha senhora Livia Póvoa Mendes por quanto referida testemunha possui demanda judicial em face da BRK autuada sobre número zero zero dezessete um oito quatro sessenta dois mil e dezenove oito e dois sete vinte sete de vinte e dois além disso esteve na audiência pública realizada no dia dezenove de novembro de dois mil e dezenove hoje foi ouvida demonstrou nítido interesse em desqualificar a atuação da concessionária e que o procedimento investigativo seja desfavorável a BRK portanto não é pessoa isenta para prestar depoimento pede deferimento*

SARGENTO JENILSON: *A sua manifestação foi registrada nos autos né mais como já entendido pelas testemunhas um e dois dessa tarde e já reforçada aqui pela pelo entendimento também do nobre procurador e analista da CPI da BRK nós vamos dar sequência no entendimento agora eu passo a palavra ao nobre analista para que possa justificar diante da do pedido de suspensão da oitiva*

DOUTOR UEMERSON DE OLIVEIRA COELHO: *Boa tarde a todos Uemerson de Oliveira Coelho matrícula onze oitenta e quatro servindo como assessor jurídico desta Comissão Parlamentar de Inquérito no tocante a o pedido da procuradora da BRK em relação a impugnação da oitiva da testemunha em razão de possuir processo judicial em aberto em razão de em face da BRK ambiental bem como por ter participado da audiência pública é entendimento dessa comissão que não há óbice na oitiva da testemunha uma vez que os fatos a serem narrados por elas tratam-se de relação de consumo e muito provavelmente é acerca da sua condição como usuário da BRK Ambiental é a salvo alguma possibilidade de a manifestar a o processo judicial ser contra algumas das pessoas aqui é representantes da BRK não vemos nenhum impedimento pra que ela 'fale sobre sua relação enquanto consumidora da BRK Ambiental Saneatins*



...continuando...

LÍVIA PÓVOA MENDES: Boa tarde Lívia Póvoa Mendes brasileira solteira filha de Marli Rodrigues Póvoa Mendes e Ezequias José Mendes nascida em onze do quatro de oitenta em Dianópolis Tocantins residente na Rua A vinte Vila Guaracy Gurupi Tocantins

SARGENTO JENILSON: Reforçando que todos aqui estamos buscando contribuições para esse processo já dado ciência isso aos nobres representantes da BRK Ambiental toda e qualquer fala pode ser contribuição extra né para o processo visto que o processo ele fica engessado aos fatos que tá no objetivo da questão individual da senhora com a empresa porém pra nós aqui nós buscamos aqui fatos novos também para que possam justamente contribuir e assim essa CPI também possa trazer resultados para nossa cidade a coletividade feito isso nobre representante gostaria que a senhora narrasse um pouquinho senhora Lívia Póvoa da relação da senhora com essa empresa concessionaria de água e esgoto em nossa cidade de Gurupi por gentileza

LÍVIA PÓVOA MENDES: O meu descontentamento foi que eu tive a minha meu descontentamento foi que no dia vinte e nove de ou outubro (inaudível) e por comodidade por praticidade eu uso muito muito a página da BRK então assim que quando você chega em casa de repente você vai no correio ou alguém já pegou a fatura e colocou em algum lugar que você não acha então assim eu faço meu acompanhamento pelo pela página e até me surpreendi porque é um olhando lá no dia de pagar a fatura eu vi que estava inadimplente referente ao mês oito até conversei com o pessoal do da inspeção técnica de vocês que fazem o boletim de ocorrência lá com a gente aí ele falou assim não pode ter havido algum erro vai lá dá uma olhada só que falei não de repente alguma falta de atualização na página e aí eu não procurei aí esperei aí pra minha surpresa cheguei num dia em casa eu não tinha mais água no dia que a pessoa que me ajuda em casa por coincidência me ligou eu estava no trabalho e falou olha tá sem água falei a então faz o que dá com a água da caixa porque já que não tem rua aí eu fiquei sem água aí eu liguei no zero oitocentos de vocês porque já era um fim do dia já era no dia trinta já no fim do dia e me informaram você está com comprovante passa pra gente por e-mail aí peguei o e-mail na página e encaminhei fiz três a quatro tentativas e o e-mail voltava falando que era um e-mail invalido aí retornei de novo a ligação pra BRK no zero oitocentos aí um outro atendente falou perguntou qual o e-mail que você tá mandando aí eu falei pra ele o e-mail ele falou assim o e-mail não é esse falei mas esse é o e-mail que a pagina me oferecesse se a página me oferece esse e-



mail ele não mas o e-mail é esse tenta nesse aí me passou o e-mail aí o e-mail foi ele falou agora você aguarda no dia seguinte como já é fim do dia no dia seguinte a gente vai fazer se tiver tudo certo a gente vai fazer a religação falei tudo bem isso já no dia trinta e um esperei dia trinta e um pela manhã nada e nada de resposta no e-mail também só depois que eu fui ver que o e-mail que eu encaminhei também voltou como e-mail invalido fiz todo o tramite que vocês pedem lá na página de vocês caso o e-mail volte por questões lá da página nada deu certo aí esperei o dia trinta e um e nada cheguei em casa não tinha água nem na caixa mais então tive que comprar água pra beber nesse dia tenho uma filha pequena que teve que ir pra casa da minha mãe porque ela fica com a baba em casa a tarde e não tinha como ficar em casa então eu tive que pagar a diária da funcionaria que foi no dia e não tinha água tive que mandar a minha filha pra casa a minha mãe teve que comprar água e aí como não tinha mais o que fazer falei há vou lá vocês chamam de loja né na BRK lá no é pra já só que quem mora em Gurupi sabe que pra gente conseguir estacionar num horário comercial nas proximidades do é pra já não é fácil tive todo esse transtorno sai no meu horário de trabalho estacionei fui lá e conversei chegando lá a gente conseguiu resolver praticamente na mesma hora o que me foi dito que houve um erro no código de barras então quando eu imprimi o código é a fatura pelo pela pagina ela divergia da fatura que era emitida pela pela página e aí ele falou olha a gente vai tá religando a sua água sem custo nenhum porque foi um erro da empresa foi um erro na emissão do boleto da fatura e assim foi feito e logo depois disso aí a água voltou mas eu fiquei três dias sem água em casa tentando resolver pelos serviços que a pagina me oferecia entendeu e não não tive êxito até ir até a BRK lá no é pra já isso é meu problema

(...)

3.4. Da audiência Pública

Fora realizada uma audiência Pública na Câmara Municipal de Gurupi por propositura desta Comissão, com a finalidade de que a população gurupiense ouvisse expusesse informações, reclamações e questionamentos aos Representantes da Companhia Concessionária, Representantes do Poder executivo, desta Casa de Leis, das autoridades elencadas abaixo.

Trechos da Transcrição da Audiência Pública:

TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA DATA DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019



...continuando...

Nesse momento, convidamos para compor a mesa: **Eng. Diego Raoni da Silva Rocha, Presidente do Conselho Municipal de Saneamento; uma salva de palmas. Convidamos também o Dr. Gustavo Gomes Esperandio, diretor do núcleo de atendimento do PROCON em Gurupi. Convidamos também Dr. Rerison Antônio Castro Leite, Presidente da Agência Estadual de Metrologia, Avaliação de Conformidade, Inovação e Tecnologia (AEM-TO). Convidamos também o Eng. Thadeu Antônio Almeida de Oliveira Pinto, Diretor Presidente da BRK Ambiental SANEATINS no Estado do Tocantins. Convidamos também Frederico Hupsel, Gerente Regional da BRK SANEATINS. Convidamos o Engenheiro... (sic), convidamos, representando a Defensoria Pública Estadual, Giovanna Liguili. Representando a CDL, convidamos o Sr. Jovino Moura; uma salva de palmas. Convidamos Dr. Uemerson Oliveira, Procurador desta Casa de Leis e Assessor Jurídico da CPI da BRK SANEATINS. Para compor a mesa, também convidamos o Vereador Ataídes Leiteiro, relator da CPI da BRK. Convidamos também o Vereador Cesar da Farmácia, membro da CPI da BRK SANEATINS. Convidamos os demais vereadores presentes: o Vereador Jair Souza e o Vereador Eduardo Fortes. E, para encerrar, convidamos o Vereador Sargento Jenilson, Presidente da CPI da BRK SANEATINS.**

Agradecemos a presença de todos os representantes do poder público, sociedade civil organizada e população aqui presentes. A audiência institui um importante mecanismo de garantia do direito ao saneamento básico assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Federal nº. 11.445/2007, pois estaremos discutindo esse serviço tão essencial atualmente prestado pela concessionária BRK SANEATINS, juntamente com os cidadãos e representantes do poder público. Agradecemos em especial a presença do Sr. Luís, empresário, e da Sr.ª Úrsula, Movimento Direita Gurupi. E para presidir os trabalhos, convidamos o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 001/19, Vereador Sargento Jenilson, a quem passo a direção dos trabalhos.

...continuando...

Sargento Jenilson: Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Gurupi, então, declaro aberta a audiência pública para tratarmos sobre o tema: saneamento básico (água e esgoto) do município de Gurupi; promovida pela Comissão Parlamentar de Inquérito nº 001/2019 da qual às 20:02h, eu, Sargento Jenilson, inicio os trabalhos presidindo ato público nesta cidade de Gurupi. Bem, nós vamos iniciar os trabalhos, reforçando que os membros da



Comissão estão todos presentes aqui, pessoas ilustres que aqui já foram dadas as boas vindas para que sejam realmente bem-vindos aqui. E aquele que vem de fora, nós agradecemos realmente o empenho de quem veio de Palmas, que veio de Brasília, teve oportunidade de vir até aqui dá uma contribuição tão importante para o nosso município de Gurupi que é o saneamento básico. Quando as pessoas começarem a se adentrar nos números, observarão que é um serviço essencial, diria vital, para aqueles que buscam na saúde pública, na saúde coletiva, um ganho para a sua vida, no seu dia a dia. E aqui nós temos pessoas experientes, pessoas com quase 50 anos de atuação nessa área, um pouquinho menos, né? Mas quase 50 anos de atuação nessa área. Assim como também, nós temos aqui acadêmicos que estão formando em gestão pública, que se fazem presente, que estão também vislumbrando conhecer um pouco mais desse serviço essencial e, conseqüentemente, melhorar as políticas públicas em nossa cidade de Gurupi. ...continuando... Na lei Federal nº 11445/2007, né, começou a vigor o que a gente chama de Diretrizes Nacionais para o saneamento básico. Nele traz uma parte importante que a parte da prestação regionalizada de serviços públicos, permite não somente a parte de saneamento, como tem outro serviço que também hoje já são permitidos por outras leis. Mas o do saneamento, em especial, garante a uniformidade de fiscalização e regulação desses serviços, ou seja, permite a criação de consórcios, de serviços pactuados entre regiões, para que pudesse, assim, ter uma condição de termos os melhores serviços possíveis e conseguíssemos universalizar esse serviço tão essencial, como é o caso do total abastecimento de água, como que seria o total coleta e também tratamento de esgoto para que pudesse ter, assim, regiões completamente cobertas e não ficasse restrito a uma cidade. Imagina uma cidade como o Gurupi se tivesse 100% de coleta, tivesse 100% de tratamento, mas a cidade vizinha não tem esse mesmo trabalho, não tem essa uniformidade, conseqüentemente a gente também teria os mesmos problemas se aqui não tivesse esse mesmo trabalho. Então a ideia de uniformizar esse trabalho de prestação de serviço também contribui com o preço final desse serviço colocados para o consumidor, porque as empresas quando buscam atender uma região, uma demanda, eles querem buscar a viabilidade econômica, viabilidade financeira, e dificilmente, às vezes, algumas cidades teriam capacidade de receber grandes empresas para fazer um serviço tão essencial a nossa população. Por isso a ideia veio lá em 2007 do serviço regionalizado, ou seja, pactuado. No Artigo (Inaudível) consórcio público, empresa pública, (inaudível) ele fala da exercida por órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública, que pode ser feito de forma mista dentro do próprio estado, para que assim possa criar regiões cobertas, é o caso da própria BRK no Estado de Goiás, lá tem pelo menos umas 10 cidades, se não me engano, não tenho certeza se é só 10



*idades, Sr. Thadeu, mas que são atendidos pela BRK Ambiental, não é isso? Dentro do processo da SANEAGO, eles podem contratar empresas particulares para poder atender alguma determinada demanda que eles não conseguem tecnicamente atender de forma satisfatória, então isso possibilita. E, obviamente, se fosse apenas uma cidade, talvez eles não teriam tanto interesse. Hoje a gente verifica, por exemplo, no Estado da Bahia, a BRK está dentro do Estado da Bahia, mas está apenas em uma cidade, onde? Na capital, que tem 60, 70% da população. Se fosse só em Barreiras, talvez, a BRK não atenderia, por quê? Porque não é viável fazer tantos investimentos em uma única cidade ou região. Assim funciona essa ideia da questão do serviço público regionalizado com o objetivo de uniformizar. Aqui no Estado do Tocantins, nós temos uma concessão ainda de 1999, um contrato de concessão de exploração de serviço de água e esgotamento sanitário, em que Gurupi, em que Gurupi aderiu esse programa que, automaticamente, possibilitou, na época a empresa SANEATINS, a poder executar, explorar esse tipo serviço no nosso Estado. A gente sabe que depois de 2012 para cá, em 2009, depois 2012, algumas cidades deixaram de ser atendidas pelas SANEATINS, até porque ela passou por outras administrações e até chegar hoje, no que a gente chama da BRK ambiental, **que é uma das maiores donas da SANEATINS, da companhia mista, o que leva a crer que, com certeza, dos 47 municípios, são os municípios que são mais viáveis financeiramente para essa empresa, é a grande discussão que a gente leva o Governo do Estado, né? Porque ela pegou apenas o que a gente chama do filé, né? Pegou as cidades maiores, as cidades que tem maior condição de poder trazer uma rentabilidade para empresa, porque eles buscam isso, né? É óbvio porque é uma empresa particular e, aquelas cidades menores, a gente não tem o mesmo é uniformização de serviços prestados pela BRK, onde é prestado pela ATS, onde é prestado por outras empresas menores, de posse menores e que, às vezes, não tem a mesma uniformização que a gente tem. É o que aconteceu agora recente, em uma cidade chamada Dueré, tão pertinho da nossa cidade aqui e não é atendido pela BRK Ambiental, ou seja, aqui temos uma empresa, uma concessionária privada, né, em cima de uma situação de uma empresa mista, mas que não atende a cidade vizinha chamada Dueré. É um exemplo para vocês entenderem que são outros atendentes lá, outras concessionárias que atende aquela situação. **Em 2012, ainda pelo prefeito Alexandre Abdala, ele assinou um termo aditivo de número 02, onde, além da prorrogação do prazo concessão por mais 12 anos, a formalização da obrigação em realizar os investimentos a seguir. E logo à frente, passa por gentileza bem aí, por gentileza, Dr. ^a Taís, isso bem aí. Nesse termo aditivo feito, ainda em 2012 pelo ex-prefeito da cidade, Alexandre Abdala, ele deu mais 12 anos para essa empresa atuar no nosso Estado, principalmente em Gurupi, no caso só teria competência em Gurupi e, nessa condição, foi feito*****



algum planejamento de investimento, o que tá lá na clausula terceira, aonde fala lá do termo aditivo ainda remetendo ao contrato de 1999. No termo aditivo 02 previa, por parte dessa empresa SANEATINS, que depois foi passada para Odebrecht e depois conseqüentemente foi passada para BRK Ambiental, previa-se uma necessidade de investimento para poder garantir a permanência do contrato numa monta de 66 milhões de reais. 2013, 14, 15, 16, 17, 18, 19, nós temos aí uma realidade de 7 anos que era para ter sido feito esses grandes investimentos aí e que a gente sabe que hoje não foi feito ainda nem metade desse investimento. Reforçando que desses 66 milhões de reais que era previsto de investimento na nossa cidade de Gurupi, foi encontrado um empréstimo de 63 milhões junto ao Fundo de Investimento do FGTS, Governo do Estado em parceria, também, com a Prefeitura que é uma das que deram condição para que fosse feito esses investimentos ou, pelo menos, a contração do empréstimo, e 3 milhões de recurso da própria empresa, ou seja, 63 milhões ela foi captada lá fora, do próprio governo ou de Fundo de Investimento Privativos, como é o caso do FGTS, ou seja, é o próprio brasileiro, é o próprio Tocantinense, é o próprio Gurupiense que também tá fazendo o investimento, além da sua taxinha de consumo e tarifa média ainda tá emprestando dinheiro para BRK fazer esse investimento na nossa cidade. Para os senhores entenderem como é que é a conta. ...continuando...E nós fomos além, nós fomos até o sistema de gestão do É Pra Já para levantar as reclamações feitas no próprio atendimento da BRK, no próprio atendimento da BRK, ou seja, aqueles atendimentos feitos direto, que não passou no PROCON, não passou pela defensoria pública ou não foi para demandas judiciais. Nós temos aqui alguns números que vocês vão entender, que foram realmente gritantes, e a comparação é de apenas, nós vamos fazer a comparação, de apenas de 13 meses, não vamos fazer a comparação daqueles 5 anos, apenas dos 13 meses. Aqui nós temos um, como levantamento, junho de 2018, que seria para fechar os 12 no caso, 12 meses, até maio de 2019, para vocês entenderem o comparativo, um ano de diferença. Na reclamação de alto consumo, daquelas pessoas que foram lá e fizeram reclamação de alto consumo, em apenas um mês, 954 famílias foram lá na própria BRK Ambiental, lá naquele atendimento do É Pra Já, que fica ali na rua 5, que aqui só é atendido lá. 954 famílias de uma população de 31 mil hidrômetros nessa cidade! Somente de alto consumo! Nós temos aqui pessoas que foram lá, que por alguma situação de alto consumo, não conseguiu, mas que não tem tempo para poder verificar, fazer verificações e quer fazer parcelamento: 461 pessoas no ano de 2019! Sendo que no ano passado, foi 250, ou seja, 90% de aumento em menos de um ano! No gráfico anterior, vocês podem observar que tá, também, na mesma média, algo em torno de 87% de aumento de pessoas que reclamaram do alto consumo aqui na cidade de Gurupi. A gente vai em uma última situação, que são a manutenção



de serviço, aqueles serviços reclamados, ou de um serviço mal feito na calçada, ou de um cano que estourou na porta de sua casa, ou de alguma situação de hidrômetro: de 44 para 107! Se nós fomos multiplicar isso por 12, se nós fomos multiplicar isso por 12 dá mais de 1300 reclamações por manutenção de serviço somente em Gurupi. É um número muito alto para uma população tão pequena de 30 e poucos mil hidrômetros que nós temos em Gurupi. Se você for colocar isso em percentual e for verificar isso em outras concessionárias a nível de Brasil, que nós vamos apresentar agorinha vários números, é um número muito alto, elevadíssimo!

...continuando...

vou passar agora palavra para o Nobre Presidente da BRK Ambiental, o Senhor Thadeu, para que depois a gente tenha a oportunidade, Thadeu Antônio Almeida de Oliveira Pinto, para que depois eu passo apresentar outros indicadores, a partir da fala do Nobre Presidente, até porque ele ouviu o bastante, ele fez as anotações dele ali e as anotações dele são poderosas, daqui um pouco ele vem todas as respostas, eu acho positivo isso, para isso que serve a CPI da BRK. Então nesse momento agora, eu passo a palavra para o Nobre, espero que todos tenham acompanhado as informações. Eu acho que eu fui bem claro, sucinto, caso alguma outra informação complementar seja requisitada, estamos aqui com o arquivo, informamos em tempo real e pode ter certeza absoluta que o que a gente não souber e o Google não souber também, a gente vai correr atrás. Passo agora a palavra para o Nobre Presidente da BRK Ambiental, Sr. Thadeu Antônio Almeida de Oliveira Pinto. Presidente, me permita aqui fazer a menção, ali chegaram dois vereadores importantes da nossa Casa, eu gostaria que fizesse composição nessa mesa aqui o Nobre Vereador Claudinho do Trevo, que também faz parte dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, por gentileza, meu amado, faça, a gente vai organizar as cadeiras aqui, mas faço questão que você venha para cá, e também o Nobre Vereador do PMDB Ivanilson Marinho também, por gentileza, que possa vir aqui também trazer suas contribuições, até porque faz parte desta Casa de Leis e foi um dos autores do requerimento que foi aprovado por essa Casa. Então gostaria muito que o senhor pudesse fazer jus a sua presença aqui, Nobre Vereador. Agora eu continuo com a fala, ou iniciando a fala, né, do Nobre Presidente Da BRK Ambiental, Sr. Thadeu Antônio Almeida de Oliveira Pinto, diretor-presidente da BRK Ambiental – SANEATINS no Estado do Tocantins. (sic).

Sr. Thadeu: Boa noite a todos e a todas. Nós recebemos uma intimação, que é uma prerrogativa da CPI, e estamos aqui à disposição da Comissão para



prestar as informações. Eu como representante da BRK SANEATINS aqui no estado. O que estiver ao meu alcance, em termos de informações e esclarecimentos para contribuir com o trabalho que vem sendo feito com muita diligência e zelo pelo seu presidente e por toda a Comissão, estaremos aqui à disposição para isso, o que não, porventura, não tiver de informações e esclarecimento, me comprometo aí a encaminhar a posterior. Apenas para um esclarecimento e fazer uma correção também, na verdade eu não tenho 50 anos de experiência, eu tenho 36 (inaudível) setor de saneamento, sou velho mas nem tanto, né? Então fazendo aí a correção. Mas antes de seguir, vereador, eu gostaria de entender primeiro como vai ser a condução aqui dos trabalhos, porque o senhor já falou que depois da minha fala vai apresentar mais algumas informações e tal. Então gostaria de antes de falar, que eu posso me reservar inclusive para fazer uma apreciação única a depender da condução aí que o senhor escolheu. Então, por favor, eu gostaria que o senhor nos apresentasse aí o Modus Operandi aí daqui para frente. (sic)

Jenilson: Reforçado o formato da audiência pública, em que aqueles que já tenham passado por um processo como esse, é o momento oportuno em que a gente trata de um tema público, no órgão público e, nesse caso, os convocados são obrigados, né, a responder os questionamentos que forem devidos e dentro das suas possibilidades. É obvio que você tem direito também de ficar calado, dependendo da situação. A gente enquanto gurupiense, nós aqui enquanto o gurupiense, também eu enquanto Presidente, estava esperando uma apresentação até mais sucinta. Até porque aquele cidadão que tá (inaudível) apresenta bem ali, a nobre acadêmica de Gestão Pública, ela não é obrigada a entender de números, ela não é obrigada a entender, mas só que ela paga, só que ela paga. Certo dia, o senhor fez uma comparação que o serviço pouco de água em nossa cidade, ou nas cidades do Tocantins, era mais barato do que um picolé que a gente chupava todos os dias. Aí naquele dia a gente entrou até no atrito, porque eu achei a comparação meio fútil naquele momento, até porque nós pagamos pela água, achamos cara essa água, é direito de todo cidadão achar caro. E quero reforçar que talvez o picolé, que talvez o picolé, se ele fosse vendido para um milhão de pessoas, todo o santo dia, com a garantia de 30 anos, ele era mais baixo do que 15 centavos cada picolé, só para comparar. Por que? Porque é uma massa, é uma demanda muito grande, e o monopólio da água é isso, você paga por ele 24 horas por dia, 30 dias por mês, 365 por ano. ...continuando...Por que que, perdão, 30% do valor da tarifa básica, também depois de um pedido da BRK ambiental, pedindo um aumento de quase 30% do valor da tarifa básica também dos domicílios tocantinenses, lá no Governo do Estado do Tocantins, junto a ATR? São questionamentos que ninguém, nenhum



cidadão, às vezes, é obrigado a saber, mas que o senhor poderia trazer. Eu entendo que o senhor veio aqui para ser, para ouvir, mas eu também já, de antemão, já falo do senhor a minha insatisfação, que eu achei que o senhor traria mais informações, até porque o senhor está acompanhando a CPI, até porque o senhor acompanha os noticiários, até porque vocês acompanham as redes sociais e sabem que não é só em Gurupi que nós temos reclamação da ...continuando...

Mas eu sinto a falta da exposição que foi colocada para nós, vereadores, em um momento prévio lá dentro do processo, para que a população também tivesse esses números aí colocados de uma forma aberta e apresentada por técnicos experientes como o senhor. (sic)

Sr. Thadeu: *A minha presença aqui, como diz meus auxiliares, é exatamente do sentido de contribuir e não, necessariamente, necessita de uma apresentação, nós estamos aqui para prestar as informações que forem necessárias. Eu queria entender um pouco, o senhor terminou não me passa a dinâmica da condução dos trabalhos, porque eu não vou citar aqui. A dado instante, se tiver alguma questão muito específica aqui da cidade, eu vou precisar da contribuição aí, da participação de alguns colegas que estão aqui, exatamente com o objetivo de informar com clareza, transparência e contribuir aí, como eu falei, com as informações, com os trabalhos da CPI, era só isso que eu queria entender, mas tudo bem. Vamos levar adiante aqui com algumas informações que o senhor apresentou. E o senhor começou a sua apresentação falando da Lei 11445, que foi o marco regulatório do setor de saneamento instaurado no país lá em 2007. Tem um decreto 7231 de 2010, que regulamenta essa lei aí, o marco do saneamento, e que agora bora nós estamos passando no Congresso Nacional por uma revisão desse marco, através de um projeto de lei 3261, aonde é um projeto de iniciativa do executivo e isso está, nesses meses aí de agosto até o presente momento, em várias audiências públicas, discussões em vários Estados, inclusive aqui no Tocantins, aonde nós tivemos a oportunidade de participar de uma. A votação desse marco estava prevista para iniciar hoje, no dia 19, mas, entretanto, me parece que foi adiado aí para a próxima semana, dia 23. Enfim, estamos realmente em uma discussão muito intensa em todos os cantos do país sobre esse marco de regulamento, marco, o novo marco de saneamento no Brasil, e qual é a motivação disso? Apenas dando informação e não perdendo muito tempo nisso, para ser mais específico com relação aqui a CPI, aos assuntos da CPI. ...continuando...E a primeira informação que o senhor trouxe ali, da Lei 11.445, é a condição de uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, ou seja, ela prever que é necessária uma segurança jurídica, isso nada mais é do que uma segurança jurídica, para, quem quer que seja o prestador público-privado,*



possa se programar para realizar os investimentos necessários. Infelizmente esse tema de segurança jurídica a todas as companhias estaduais, quer sejam privadas ou públicas, de maior ou menor grau, sofrem da ausência desta segurança jurídica, o que é uma das causas desse gap imenso, de mais de 100 milhões de brasileiros não terem acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. ...continuando.... Isto é aqui e em qualquer outro local que haja esse modelo estabelecido para a prestação do serviço. **O senhor cita também que estavam previstos, em um período de 2013 a 2019, um investimento de 66 milhões, entre os quais nós investimos aí nesse período, aí eu chamo 'nós' porque nós sucedemos um (inaudível) controlador, e nesse período aí foram investidos, na parte do esgotamento sanitário, cerca de 24 milhões de reais, e na parte de abastecimento de água, mais cerca de 13 milhões de reais.** O que que impediu de nós avançarmos em investimento aqui em Gurupi? Nós temos, como bem o senhor falou, nós temos um contrato de financiamento aí contratado, e só a Estação de Tratamento de Esgoto Pouso do Meio, com a sua ampliação, e possibilitando então que a gente a avance aí nesses, aproximadamente, 30% de atendimento hoje, é o investimento da ordem de mais 30 milhões que nós fomos ... impedidos de realizar, por conta de não termos ainda o licenciamento ambiental devido pelo órgão responsável pela emissão desse documento, Naturatins, em função de, primeiro com a dificuldade que nós temos aqui, essa específica de Gurupi, mas não é unicamente de Gurupi, nós temos um problema de intermitência do principal corpo receptor de esgoto durante 5 anos, 5 meses do ano, desculpe, ele sofre então intermitência, ele chega mesmo a cortar o fluxo de água no seu curso, no seu leito, não é? Em razão pela qual, a alternativa desse período de nós dispormos o efluente tratado de esgoto é o lançamento em solo, tá? ...continuando... Toda a reclamação de um cliente, qualquer que seja ela, é importante para empresa, porque ela traz informação e traz oportunidade de melhoria onde, eventualmente, a gente tem um problema para o consumidor. E eu só queria fazer aqui, se o senhor me permite, algumas ponderações com relação aos números que o senhor apresentou com relação ao Procon (inaudível) 1315 reclamações no período de 5 anos, não é? E o senhor cita aqui em um daqueles gráficos que, comparando junho de 2018 com março de 2019, com maio de 2019, por exemplo, para reclamações de autoconsumo, 954 clientes nesse período aí, de maio de 19, reclamaram da empresa contra 553 em junho de 2018. **Só que eu tenho a dizer para o senhor o seguinte: que esses 954 corresponde a 3% dos nossos clientes, significa que 97% não reclamaram sobre aumento de consumo.** O senhor percebe qual é a perspectiva que a gente tem que levar em consideração? Eu não posso atuar numa empresa, onde eu tenho 33 mil clientes de água e 8 mil de esgoto, sem ter uma reclamação. Então, o que eu tô dizendo ao Senhor é que, esse número que o senhor mostra



aí, desconstrói esse argumento de má prestação de serviço, porque 97% não reclamaram, 3% reclamaram. Eu, eu não consigo trabalhar numa cidade com 33 mil ligações de água e 8 mil de esgoto sem ter reclamação.

...continuando...

***Thadeu:** Sobre, o senhor falou também a respeito da Ação Civil Pública, da OAB, e eu queria aqui elogiar o trabalho da sua Comissão, da qual o senhor preside, que eu estou tendo a oportunidade de vir aqui, e me colocar de público aqui, à disposição de todos vocês, da Comissão e do público em geral, para responder a todos os questionamentos e prestar informações que eu puder, tá? Não tive essa oportunidade na OAB, fui convidado, não é? E não pude me manifestar, fiquei lá apenas para ouvir e ter, digamos assim, com a minha presença (inaudível) validando um ato da OAB. Mas nós não temos nenhum problema com relação, estamos dependendo na justiça, com toda a argumentação que que trouxemos aqui e outras, não é? E temos uma avaliação que não teremos nenhuma dificuldade em ter êxito, aí, junto à justiça, que é o foro adequado aí para nos defendermos desta ação civil da OAB. Então eu encerro por aqui, fico à disposição aí dos senhores. (sic)*

...continuando...

Sargento Jenilson:** Bem, Presidente, eu ia deixar para rebater as falas no final, mas eu não aguentei quando você falou dos 3% de reclamação não, tá? Já tem 33 mil unidades em Gurupi, graças a Deus essas pessoas não precisa voltar a todos os meses. Mas eu falei de mês, eu falei de mês. **Quando o senhor falou dos 954, são 3800 reclamações até dia 30 de junho desse ano. 3000 somando todas, aí vocês junta os três itens ali, aí dá 10% de reclamação. Se o senhor se sentir satisfeito em achar que 10% é pouco, ou quase 12% é pouco de reclamação, eu diria que excelência não é. Então nós estamos longe de chegar nisso. (sic)

(interrompe)

***Sr. Thadeu:** Eu estou me atendo aos números que o senhor apresentou ali.*

(interrompe)

***Sargento Jenilson:** Isso, números mensais.*

(interrompe)

...continuando...

***Sr. Thadeu:** O senhor insiste em qualificar a prestação de serviço como má. Eu tô apenas, eu tô apenas... (sic)*

(interrompe)

***Sargento Jenilson:** Eu estou apresentando números, Nobre....*

(interrompe)



Sr. Thadeu: Não! Eu não estou rebatendo informação com o senhor e o senhor está rebatendo minha informação. Eu vim aqui prestar esclarecimentos, e em cima dos números que o senhor apresentou aí, eu tô dizendo que esses números, em um mês, corresponde a 3% de reclamação, significa que 97% não reclamaram. É isso aí. Não tô rebatendo a sua informação, como o senhor tá fazendo agora. Eu estou, sim, interpretando sobre a minha perspectiva número que se apresentou. (sic)

...continuando...

Doutor Sebastião Nazareno: Boa noite a todos. Nós estivemos em Palmas, estamos chegando agora, chegamos aí um pouco atrasado, mas em função de agenda que já tínhamos feito lá com a ATR, que é Agência Tocantinense de Regulação e Agência de Regulação de Palmas. Nós fomos tratar em busca de abrir caminhos para podermos implantar mais rapidamente possível a Agência Gurupiense de Regulação. Hoje a competência de regulação está a cargo da ATR. E até a nossa, até a implantação da nossa agência, nós teremos ainda muito a fazer. Tivemos o apoio, tanto da ATR como da ARP, que é a agência de Palmas. Todas as informações que precisam, nós obtivemos e vamos ter o apoio total da Agência de Regulação de Palmas, que está há quase 3 anos instituída e ainda falta muita coisa a fazer. Então essas informações foram importantes e nós vamos, brevemente, assumir a nossa fiscalização e controle da regulação do sistema de saneamento básico e outras atividades concessionárias em Gurupi. Eu queria que o nosso engenheiro técnico também falasse um pouco sobre o que nós ouvimos lá, né? E eu passo a palavra para o Daltro, que esteve comigo na agência, e ele vai expor algumas coisas que nós ficamos discutindo hoje à noite. (sic)

...continuando...

Eng. Daltro de Deus Pereira: Boa noite, Sargento, vereadores. Boa noite a todos, Tadeu, Frederico, né, Nobres colegas, Diego, a todos os presentes. Como o nosso Presidente superintendente falou nós tivemos em Palmas, né, fazendo esse primeiro contato com as, com mais informações para a gente atuar na regionalização, na fiscalização dos serviços das concessionárias aqui em Gurupi. Bem, mas eu queria tratar um assunto que a gente está recorrente, a gente é cobrado sobre isso, a questão da deficiência e, eu chego a dizer, até da ineficiência na execução da pavimentação asfáltica, na reposição da pavimentação asfáltica. Como eu já falei para o Frederico, já falei para o Alem, já falei para os colegas. Quando vocês têm a concessão, vocês pega o ativo e o passivo, vocês pegam o ontem, o hoje, o amanhã. E as concessionárias têm tratado o nosso Gurupi de forma muito, muito, muito irrelevante na questão da repavimentação. É triste ver a nossa pavimentação da forma que está, as nossas avenidas todas elas com má compactação, com processos construtivos



deficientes. A gente tem que alertar isso aí, eu já tenho conversado com a turma. Eu já fiz relatório, foi entregue para Secretaria de Infraestrutura, a gente tá aberto para conversar e às vezes até explicar como fazer, é triste ver as nossas avenidas hoje, aí, de forma tão mal recapeadas. Nós vamos sentar de novo, essa semana eu vou fazer de novo um serviço de conversa com, hoje, o do nosso diretor aqui da BRK, para a gente tentar colocar os subempreiteiros nessa linha, porque se a gente olhar para nossas avenidas aí tá uma deficiência tremenda. O relatório que nós fizemos da Avenida Paraná resultou junto a BRK, até parabenizá-los por isso, que eles nos forneceram o material para fazer uma repavimentação, mesmo que não seja aquela eficiente como deve ser. Então a gente vai cobrar, a gente tá em cima disso aí, e não só cobrar, a gente vai ajudar também. Acho que o importante é essa cobrança, mas como o papel aqui da nossa classe, da nossa agência, também dá um apoio. Mas nós temos que ter mais capricho na pavimentação, tem mais capricho no serviço, a gente está cobrando isso aí e a gente quer efetividade nesse ponto. Tá? Muito obrigado e estamos juntos, né? Nessa questão, o que a gente puder ajudar e explicar de forma bem teórica mesmo, tá? Para que na prática seja efetivada.
(sic)

...continuando...

Eng. Diego Raoni: Tudo bem. Bom, o Conselho Municipal de Saneamento Básico foi instituído em lei, como mostra a nossa apresentação, mas entrou em funcionamento no início de, final de 2017, estamos aí finalizando os dois primeiros anos da implementação e funcionamento. Desde o início dos nossos trabalhos, o foco do saneamento básico se expande aos quatro eixos principais que é: água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos. E atuando tanto dentro do município, como é a minha função como engenheiro ambiental, e também como presidente do conselho. Temos uma câmara técnica, inclusive temos aqui alguns participantes dessa câmara técnica, e estamos avaliando, nesse momento, a revisão do Plano Municipal de Água e Esgoto, né? São informações técnicas trazidas pela, com a contribuição da BRK Ambiental, que eles sempre se mostraram dispostos a fornecer essas informações e informações complementares. É um processo que, como vem desde 2017 já, a gente busca atualizar, não é? Todos os anos, então eu acho que, em breve aí, teremos uma audiência pública para apresentar isso, primeiro dentro do Conselho, né? Uma apresentação dessas informações para ter aprovação dos membros do Conselho, da câmara técnica e, depois, apresentar essas informações em uma audiência pública para que a gente possa alinhar quais são as políticas públicas, né? Acho que é até baseado em contrato, uma coisa que nos preocupa dentro do Conselho e talvez seja relevante expor aqui que, dentro do contrato, acho que o senhor deu uma analisada nele, se fala muito pouco às vezes das



compensações ambientais, né? Onde uma empresa, BRK Ambiental, que né? Tem “ambiental” no nome e que também tem uma responsabilidade, onde a matéria-prima dela é a água, a gente tem uma deficiência muito grande nesses programas ambientais de preservação, de proteção das áreas de APP, onde ela mesmo tá explorando, né? E uma série de outros itens técnicos aí, de análise e de itens que vão até prejudicar no processo de tratamento de esgotamento sanitário. São políticas públicas que podem ser implementadas, como contenção de óleo, né? O lançamento de óleo na rede sanitária, não fazer o lançamento de drenagem, né? Como o pessoal faz. A gente recebe os relatórios da própria BRK e faz uma notificação pelo Município, quando o cidadão faz a ligação, né, da rede de drenagem diretamente. Então assim, o conselho também tá participando desse momento de renovação, né, preparo de um novo Plano Municipal de Água e Esgoto, tá chegando no momento crítico que é finalizando esse momento, esse ano de 2019, para lançar os novos prazos e metas aí, para os próximos 4 anos de curto e médio prazo, e eu acho que nesse momento subsequente de audiência pública vai ser importante essa reunião novamente para avaliar essas metas e planos aí. (sic)

...continuando...

REPRESENTANTE DO CONSELHO (Diego Raoni): *Sim, até o momento da, assim plano é composto só pra explicar né ali ele é um plano que já foi e já venceu e tem prazos e metas né, e nós estamos renovando esse plano, analisando quais as metas foram e não foram cumpridas e atingidas né, então é esse balanço que a gente vai apresentar que já foi feito, a gente tem as informações internas né, pra depois fazer uma apresentação, então o cumprimento conforme tá em contrato isso não foi cumprido né, então precisa se fazer um readequação aí porque a gente sabe que não adianta agora 2019 fazer todo esse mesmo que tivesse a disponibilidade né possível fazer todo investimento execução, então tem que fazer um reajuste aí que vai impactar também o contrato e nesse momento acho que é importante a gente entrar com essa preocupação mais ambiental e fechar mais outros, os outros itens que se fazem necessários pra avançar no Plano Municipal, metas, prazos e outros Programas Ambientais.*

...continuando...

RERISON ANTONIO CASTRO LEITE: *Boa noite boa noite a todos cumprimento a mesa na pessoa do nobre vereador Sargento Jenilson parabenizar por trazer (inaudível) esse debate tão importante que a luta pela prestação de um serviço de saneamento básico eficiente ante de falar um pouco da função da EN no que compete ao tema debatido quero parabenizar a professora por trazer os alunos*



e ver de perto como funciona essa cobrança do serviço público e na verdade prestação de serviço público eficiente aqui dentro dessa casa de leis e dizer da honra que é tá falando aqui hoje porque talvez o vereador não saiba mas eu comecei a minha vida acadêmica aqui em Gurupi é eu fiz o meu primeiro ano de faculdade aqui na UNIRG comecei meu curso de direito aqui to vendo um amigo aqui não sei se eu vou acertar o nome dele mas eu acho que é Francisco Raimundo isso jogou muita bola comigo tomou muito bonezinho mas vamos lá bom gente a EN no que compete a gente fiscalizar aqui é hoje a gente tá um pouco deficitário assim como os demais (inaudível) no Brasil nos não possuímos um laboratório padecemos de investimento na área de saneamento básico um laboratório uma banca de uma bancada hidrômetro para fazer essa aferição é mas a verdade é que no Tocantins os hidrômetros eles saem com selo de verificação inicial ou seja passa pelo um processo de análise pra saber se ta apto a ser colocado a uso e disponibilizado pra consumo pra o consumidor e uma vez é instado a sua necessidade de verificação e constatada a sua ineficiência nós não realizamos o reparo não temos uma oficina que faz o reparo nesse equipamento na verdade ele é trocado por um novo logo um selo lacre ou seja apto a uso do consumidor e diante disso eu trouxe os técnicos pra alguma explanação um pouco mais detalhada um pouco mais técnica caso necessário

...continuando...

NORTON RUBENS ADVOGADO: *Boa noite a todos um boa noite a todos! Éhh quero cumprimentar a todos da mesa na pessoa do Sargento Jenilson, vereador atuante que tem demonstrado comprometimento, compromisso com a sociedade Gurupiense assim como os demais vereadores que compõem essa mesa, eu quero cumprimentar o senhor Tadeu é Diretor da Empresa BRK Ambiental, quero cumprimentar Doutor Rerison presidente da Agência Estadual de Metrologia, órgão delegado do INMETRO, todos vocês aqui presentes, toda a comunidade Gurupiense que venha a essa audiência para também estará a par da situação que faz parte do nosso dia a dia, aos acadêmicos aqui presentes, os nossos colegas de trabalho Fernando e Atos que está aqui nos acompanhando, nos somos Estados a manifestar e o questionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, é no que diz respeito aos eliminadores de ar, é nos hidrômetros que estão sendo substituídos, na mesma forma fomos também estados a manifestar pela Câmara Municipal de Gurupi na pessoa do vereador Jenilson é Presidente da Comissão Parlamentar de inquérito que apura eventuais danos é a sociedade Gurupiense, desta forma nos manifestamos no sentido de que quanto o questionamento é da Defensoria Pública nos foi questionado sobre a regularidade da instalação dos redutores de entrada de ar nas tubulação, cumpre nos informar que este, este requisito ele*



se encontra realmente tipificado no banco de Leis do Estado do Tocantins a disposição de todos é no portal da Assembleia Legislativa do nosso Estado onde perfeitamente é trata desse assunto é diante de tais situações é fizemos alguns questionamentos a Empresa BRK que até a presente data não foi nos respondido, mas eu sei que o momento oportuno aqui nós estamos em um debate democrático, amplo aonde podemos é relatar essas situações para que é acreditando no princípio da boa-fé acreditando no serviço que a empresa preste para essa sociedade possam nos ajudar a esclarecer de modo que todos fiquem é a par de como realmente se dá a situação dos eliminadores de ar nos hidrômetros do nosso Estado. Sem mais de longas eu gostaria de passar a leitura da Lei que trata sobre a instalação de equipamentos de eliminadores de ar no mais eu creio que a comissão poderá abordar de forma mais incisiva no que achar necessário pertinente e então vejamos é a Lei número seis mil seiscientos e trinta e seis de vinte de dezembro de dois mil e cinco, que foi publicada no Diário Oficial de número dois mil e sessenta e nove dispõe sobre a instalação de equipamento eliminador de ar na tubulação do sistema de abastecimento de água, o Governador do Estado do Tocantins faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta e (inaudível) a seguinte Lei Artigo primeiro a empresa concessionária do serviço de abastecimento de água no (inaudível) do Estado instalará a requerimento do consumidor e as suas (inaudível) aparelho eliminador de ar para líquidos em tubulação que antecede o hidrômetro do imóvel, parágrafo único o equipamento de que trata o caput desse artigo deverá estar de acordo coma portaria dois quatro meia item nove ponto quatro do INMETRO e está devidamente patenteado artigo segundo e cumpre a empresa concessionaria do serviço de abastecimento de agua único um divulgar na conta mensal de agua e esgoto alínea A o teor dessa lei nos seis meses subsequentes a sua publicação alínea B a data prevista para instalação do aparelho de eliminador de ar é inciso segundo (inaudível) os aparelhos eliminadores de ar no artigo terceiro versa da seguinte forma os hidrômetros a serem instalados após a promulgação dessa lei deverão ter eliminador de ar instalado conjuntamente com hidrômetro conjuntamente é o no mais aqui são as penalidades que a multa varia de cinco a dez mil reais não é e essa multa ela tem é a sua o seu índice atualizado pelo IPCA que é o índice nacional do consumidor amplo deste modo é cumpriu nos informa esse teor neste momento em função dos questionamentos que a Câmara nos fez e mas é bom deixar claro que é pertinente a agencia Tocantinense de Regulação a fazer a devida fiscalização e é as penalidade aplicáveis ao caso concreto no mais só temos a agradecer a participação desejar um ótimo trabalho a todos vocês e que Deus abençoe a todos

...continuando...



VEREADOR ATAÍDE LEITEIRO: *É bom dia a todos cumprimento a mesa aqui em nome do Vereador presidente dessa comissão vereador Sargento Jenilson né cumprimento as autoridades em nome do doutor Thadeu né engenheiro da companhia BRK e cumprimento toda a população em nome da dona Dulce presidente lá do Bela Vista do Bom Sossego é eu a uns mês atrás eu tive na BRK fazendo uma reclamação como Fred lá sobre até foi onde e fiz um requerimento foi aprovado aqui sobre a recuperação é do esgoto lá né até que ele me atendeu foi atendeu né depois outra oportunidade nós tivemos aqui nessa casa pra discutir depois dessa CPI eu me apontei é aquilo que eu levo da demanda doutor Thadeu é a demanda da sociedade não é demanda nossa não (inaudível) e nos vereadores nós não tinha assim nós não queria nem tá tocar uma CPI dessa que ela na verdade ela toma muito tempo né eu vejo o Sargento Jenilson aqui debruçar dia e noite nessa Câmara Municipal porque não é fácil não se conduzir uma CPI dessa não sabe mas pra atender a gente como representante do povo e ter que atender e dar uma resposta a sociedade é que nós se engajarmos com essa CPI né e já vi resultado sendo acontecer né até por parte da BRK né aonde eu pedi aqui numa reunião aqui eu falei com o Fred sobre as tarifas de esgotos que estava sendo cobrado aonde que a rede era mais baixa de que o nível da residência né e depois ele me procurou me passou o telefone e disse vereador alguém que tiver o senhor pode mandar que nos tamo retirando e na verdade está sendo retirado Fred quero agradecer muito tá pela atenção né que tá sendo retirado né o que eu gostaria também de deixar uma pergunta é se essas pessoas que já foi já pagou por aquilo ali aquele valor é se tem esse dinheiro se a BRK faça essa devolução dele já tirou tirou né mas se tem essa capacidade de fazer que se a pergunta que sociedade faz pra gente né eu tenho outra aqui também outra demanda é que eu encontrei visitando ali o alto da Boa Vista eu encontrei um morador aonde que o lote da casa dele é um número vinte e dois e a rede chegou até no vinte e um ele construiu a casa um setor bem localizado todo construído a rua é que é a a avenida Simeão próximo da lenival quase na esquina da lenival contra esquina da lenival e ele falou vereador chegou o esgoto no lote vizinho o esgoto não a rede de agua no lote da do meu vizinho eu fui lá pedi pra colocar eles diz que coloca não cobra o cano que é dezoito metro pra puxar pra minha mas cobra o asfalto que vai cortar esses dezoito metros e eu acho que eu tenho eu não devo pagar eu devo pagar aquilo que cortou da minha porta pra minha rede que tem que passar a rede é a BRK não é eu pagar o asfalto dos dezoito metros não aí ele falou assim eu tive lá e eles quer me cobrar eu falei não pode deixar que inclusive né Sargento Jenilson ele vai depor aqui né na ele vai ele foi convocado pra tar se depondo ele vai depor aqui nas comissões né e eu queria já que nós estamos presente nós queremos resolver a situação não é eu queria fazer essa pergunta*



se realmente o consumidor é obrigado a pagar por esse serviço né que eu acho assim eu entendo assim a rede passou na porta dele agora pra ele cortar até a rede de frente dele se vai cortar cinco metros de rua mas tá de frente é sim é ele tem que pagar mas dezoito metro que a rede tá no outro lote pra vim pro dele (inaudível) vereador André eu vejo que não seja correto é nós como defensor é da comunidade viu Sebastião então a gente tem essa demanda você que tá na frente é disso aí né já tá podendo tá olhando e o que nós queremos como vereadores todos os vereadores aqui é melhorar essa qualidade de serviço pra comunidade né então isso é a nossa proposta né tá dando uma resposta pra sociedade né eu gostaria só que depois o senhor pudesse responder doutor Thadeu essas duas perguntas se aquelas pessoas que pagou a conta e devido e devidamente é e se ele pode se ele vai ter o dinheiro de volta e também se esse cidadão que a rede chegou no lote do vizinho e pra puxar pra ele ele vai ter que pagar diz que há ele vai ter que pagar o recapeamento dos dezoito metros até chegar na porta do lote dele aí fora o do lote dele sabe que eu acho que não é correto correto é a BRK passar a rede em toda a extensão da rua agora assim eu vou cortar aqui que eu vou ligar se ele vai ligar ele não vai pagar três metros de asfalto como é que ele vai pagar dezoito puxar lá do vizinho só isso aí

...continuando...

VEREADOR CLÁUDIO DO TREVO: *Boa noite a todos é cumprimentar aqui o senhor Thadeu diretor aí da BRK dizer que aos nobres vereadores que a gente lamenta muito em nós tá aí hoje no século vinte e um e uma cidade tamanha do Gurupi nós ainda ter é nós ter aí dez por cento da nossa população fazendo uma reclamação com uma empresa da grandeza da BRK na nossa cidade eu acho um índice muito alto vereador Jenilson e acho que tem a possibilidade de melhorar esse atendimento sim é a gente não sabe eu não entendo o porquê o tamanho de uma empresa dessa é não tem um justamente a oficina que venha aí averiguar a situação dos hidrômetros que quando ele gasta pra nós é que quando não entendo porque as reclamações é a maior parte das reclamações aqui pra nós é que quando é a taxa de água vem muito baixa chegou um determinado tempo que vai chegar lá o pessoal e trocar o hidrômetro e ele vem a funcionar bem que é com valor bem elevado é a qual nós tivemos aí é o depoimento de várias pessoas aqui uma mulher e um filho deficiente que não fica em casa e ela passa o dia no trabalho e só chega pra dormir e que pagava uma conta menos de cinquenta reais e que tiveram que trocar o hidrômetro e quando veio veio mais de duzentos e cinquenta reais isso não dá pra entender fica aí é as minhas indagações mas quero deixar aqui uma pergunta ao senhor Thadeu eu queria que você respondesse aí qual a garantia que a BRK vem trazer pra os moradores do Jardim Tocantins Jardim da Luz a adjacências é quanto a a*



construção do tratamento lá da rede de esgoto que termina a beira do córrego pouso do meio que segundo as informações é daquele tratamento lá em Palmas além da desvalorização do setor que ficou encostado ao tratamento é insuportável o mau cheiro daquela localidade então é a reclamação daqueles moradores daquela região é muita até porque minha mãe mora ali perto e quase todos sabem onde moro então já não dá nem pra passar mais o horário de meio dia em casa devido as pessoas é Jenilson saber que mora ali e tá ali perguntando se realmente vai sair e como que vai ser aquela aquele tratamento ali então fica aqui essa minha pergunta ao diretor Thadeu muito obrigado

...continuando...

GUSTAVO GOMES ESPERANDIO: *Bom boa noite a todos é quero cumprimentar a mesa no nome do Sargento Jenilson também gostaria de cumprimentar ao senhor Thadeu né diretor da BRK e demais colegas que aqui estão sintam todos cumprimentados é realmente nós temos visto que a demanda sobre as reclamações da BRK entre é sobre tudo quanto a reclamação de aumento na fatura de agua no Procon ela tem tido uma crescente entretanto também eu não posso é me furtar de dizer que a BRK também e aqui eu quero fazer é um elogio mas eu gostaria de fazer em nome do Ozailton que é a pessoa que nos atende em todas as vezes que a gente precisa de um esclarecimento é de uma posição da BRK é ele que está lá no dando inclusive ele é quem acompanha todos os processos administrativos lá no Procon né ele pessoalmente inclusive nos fornece até o telefone pessoal dele pra tentar resolver essas questões é todos os números já foram apresentados pelo Procon né como Sargento Jenilson já colocou aqui e a demanda ta aí pra população que tá reclamando tá é realmente na cidade tá tendo um clamor por conta dessas desses aumentos né que o cidadão ele considera como abusivo e o Procon também até o momento considera como abusivo até porque nós não ainda não tivemos uma explicação técnica porque desse aumento né e aqui eu queria deixar um questionamento alguns questionamentos não sei se é o momento oportuno mas se não for presidente já deixo consignado se por ventura não for agora numa próxima oportunidade já pra ser esclarecido pra gente é eu anotei aqui a cobrança de alguns serviços por exemplo de esgoto que é cobrado e não prestado né como o senhor disse o nível do esgoto não chega ao nível da casa esse é uma das questões é tem uma questão também muito importante e agora eu falo até como cidadão não só como diretor lá do Procon é que a questão das calçadas da acessibilidade né foi uma questão colocada pela prefeitura de Gurupi salvo engano em detrimento de uma ação judicial que obrigou principalmente no centro aquelas pessoas a dequarem suas calçadas*



por causa da acessibilidade daquelas pessoas portadoras de deficiência e a BRK ao fazer o serviço ela quebra e não reconstrói aquilo gostaria de saber qual é prestação a contra partida que a BRK vai fazer quanto a isso é gostaria de saber também é uma questão que inclusive é isso até um exemplo que a gente tem lá dentro do próprio Procon a BRK ao fazer as suas melhorias ao implantar o esgoto ela o esgoto ela tá deixando alguns lugares aquelas valas e inclusive o nosso motorista o senhor José Mendes ele caiu numa vala dessas colocada pela BRK e quebrou o ombro foi o ombro né (inaudível) se quebrou ele ficou dois meses afastado do serviço por conta disso exatamente é eu gostaria também de saber é do saber do diretor Thadeu que é não vou entrar m termos técnicos mas o próprio código de defesa do consumidor ele diz que é um direito básico do consumidor ele saber aquilo que ele tá sendo cobrado né então nos gostaríamos como Procon como saber porque que essa taxa de esgoto ela é tão cara né com certeza deve ter uma justificativa então a gente gostaria de saber porque que é tão caro porque o nosso consumidor ele chega lá no Procon é por exemplo na minha casa ainda não passou a rede de esgoto eu moro ali na Vila Guaracy e ainda não passou sinceramente eu fico pedindo pra não passar porque vai aumentar a minha conta de agua né então eu gostaria de saber porque que é tão cara essa conta de agua essa alias essa conta essa taxa de esgoto salvo engano é oitenta por cento do valor da conta de agua não é não é isso então assim eu gostaria de saber mesmo porque é uma indagação que não vejo como responder pros nossos consumidores lá no Procon outra questão é não querendo responder na frente do diretor Thadeu que foi uma pergunta do Ataíde aquelas pessoas que tiveram é as taxas devolvidas é as taxas retiradas né e que já foram pagas isso é eu queria responder já de pronto o Ataíde que é o seguinte se aquela cobrança ela foi indevida o código de defesa do Consumidor ela garante a devolução daquela taxa e ainda garante devolução em dobro daquela taxa né então se a BRK ela se auto né intitulou que era indevido e ela mesmo retirou com certeza estamos diante de uma taxa indevida que deve ser restituída em dobro tá bom então essa é a colocação que eu queria deixar aqui e se caso não for o momento oportuno das indagações presidente deixe pra uma próxima oportunidade já consignado obrigado

...continuando...

GIOVANA LIGUILI: *Boa noite a todos é gostaria de cumprimentar a mesa é eu não poderia iniciar minha fala é Sargento Jenilson sem antes fazer uma ressalva com relação eu ser a única mulher da bancada e isso pra nós quanto mulher é acredito até ser ruim porque nós temos pouca representatividade frente aos órgãos frente a Câmara né acredito que nós precisamos mudar isso né as mulheres precisam ter mais representatividade agora voltando ao tema da*



nossa CPI é gostaria de fazer agradecimento em nome do doutor Fábio né o nosso defensor público geral de Palmas o nosso diretor regional aqui de Gurupi doutor Iwace é dizer que a defensoria sempre está de portas abertas pra participar né dessa CPI de estar aqui na Câmara de todos os momentos que seja necessário a nossa fala é inevitável que a nossa presença aqui j=hoje é fosse importante até porque é o nosso público as pessoas que nós atendemos na defensoria são pessoas hipossuficientes são pessoas carentes é um público que recebe até dois salários mínimos então nós estamos falando de pessoas realmente pobres digamos de oitenta por cento da nossa população de Gurupi hoje são pessoas carentes então são pessoas que quando elas tem problemas com relação a conta de energia e clama e infelizmente (inaudível) ela bate a nossa porta né e ela reclama e infelizmente as vezes por falta de instrução as vezes por falta de uma orientação de algum outro órgão ela realmente chega desolada ela não entende o porquê que a taxa do esgoto dela subiu é ela não entende porque que a conta dela não vem detalhada de forma correta ou de forma que ela possa entender né então ela faz esses questionamentos que essas demandas chegam a defensoria elas chegam no âmbito Estadual aqui em Gurupi como nas outras cidades que nós temos as defensorias e graças aos nossos núcleos de ações coletivas nós estamos tentando copular essas ações individuais ou seja junta-las e tentar resolver num âmbito coletivo que beneficie várias pessoas ao mesmo tempo e esse tem sifão nosso objetivo com relação a BRK né inclusive os defensores em Palmas tem um contato é bastante efetivo com a empresa e estamos buscando soluções assim administrativas através de propacs que pra quem não sabe é uma ação preparatória pra ação civil pública é um procedimento preparatório pra ação civil pública ação civil pública é uma ação coletiva né que demanda várias pessoas então dessa forma né estamos tentando resolver esses problemas que estão maximizados né que estão em grande escala mas com relação aqui é Gurupi as duas os dois questionamentos que eu teria hoje a fazer seria com relação a esse detalhamento da fatura que comparado por exemplo a fatura de energia a gente vê que ela não é muito bem detalhada né falta várias coisas alí que o nosso consumidor principalmente o consumidor hipossuficiente pobre ele não entende aquele cálculo né ele não entendendo porque que ele ta sendo cobrado e outro ponto é com relação ao valor exorbitante que tem sido cobrado né então uma pessoas que ganha um salário mínimo novecentos e noventa e oito reais ela não consegue pagar uma conta de agua em torno de quatrocentos reais somado ao esgoto né então realmente é uma coisa que ultrapassa é o nosso entendimento no mais é nós estamos juntando provas e conversando fazendo procedimentos administrativos pra resolver (inaudível) que são colocadas a nós e até o momento não temos mais indagações muito obrigada



...continuando...

VEREADOR JAIR SOUZA: *É bom dia a todos cumprimento a mesa em nome do doutor Thadeu presidente da BRK e diretor e a todos os presentes os alunos caro colegas vereadores é fico muito feliz essa casa tá repleta de gente eu queria que toda sessão fosse assim né a gente sente fica muito alegre o vereador quando a casa tá de (inaudível) questionamento eu queria fazer uma pergunta pra BRK em questão de investimento que já fez pra Gurupi quando já fez e quando vai a previsão de quanto é valores que vai ser investido na cidade de Gurupi né é eu queria essa pergunta quanto que já foi investido e a previsão de investimento pra cidade de Gurupi o que que já foi feito que investimentos que melhorias entendeu pra cidade de Gurupi e também alguns questionamento que já fiz já com Fred com tudo assim eu também vejo que a empresa tem melhorado muito assim em questão do asfalto muitas coisas que tinha muita reclama é acho que quais todos os gabinetes né que são da porque é a melhoria quando se faz também vem as coisas ruim também junto né mas já vejo que melhorou bastante doutor Thadeu em questão do eu vejo até no meu setor lá que tá se fazendo o asfalto agora é ali perto do castelinho né aquela região que tá sendo feito lá e eu vejo assim que tá melhorou bastante duns tempo pra cá já vem melhorando a vista do setor Aeroporto lá pra cima as coisas melhorou muito em a qualidade vem melhorando do asfalto e tudo e eu agradeço*

...continuando...

VEREADOR IVANILSON MARINHO: *É senhor presidente senhores vereadores a todos os presentes uma boa noite é agradecer a presença do presidente representante da BRK né que nós temos a agradecer porque não toda vez que a gente tem é um representante a sua altura aqui na nossa cidade de Gurupi especialmente na Câmara municipal é a minha fala senhor presidente vou me dirigir propriamente a comissão tá é fazer apenas um registro a relação a sempre é prestatividade do Felipe Frederico e aqui registrar isso dos servidores da BRK que eu acho é que a cidade de Gurupi é em relação a menos essa relação entre a pessoa do vereador e vocês tem dado esse feedback pra gente mas senhor presidente é com muita tristeza que eu venho aqui nesta noite porque a impressão que eu tenho senhor presidente como advogado é que eu tenho dados que o senhor forneceu de forma brilhante junto com a sua comissão mas eu to naquela discussão entre autor e réu e a gente vai ficar com fatos e no final eu acho que nós não teremos um juiz pra decidir isso a não ser o seu relatório é fato e eu reconheço que se você for olhar a discussão que o presidente o senhor Thadeu trouxe aqui se você pegar os números que o senhor*



trouxe os noventa e sete por cento de pessoas que não reclamaram no Procon não significa que essas noventa e sete por cento de pessoas estão satisfeitas com o serviço da BRK isso não é um indicador senhor presidente e o primeiro encaminhamento que eu deixei para o senhor até analisando as atribuições da ATR Agência Tocantinense de Regulação uma delas é a pesquisa de satisfação da excelência dos serviços prestados está no site excelência dos serviços então não só os três por cento dos dados que nós já temos levantados pelo senhor e pelo Procon mas é que informe qual que é a pesquisa de satisfação dos serviços prestados pela BRK e isso me preocupa porque na verdade eu não posso ficar discutindo dados de números aqui porque se eu for olhar analisar os números que o senhor trouxe me preocupa porque são três por cento mas o que me preocupa e o que me chama a atenção são que os noventa e sete por cento daqueles que não reclamaram acha dos serviços da BRK é bom é ótimo é excelente é regular é ruim é péssimo e nós não temos essa pesquisa e compete a ATR fazer isso segundo ponto senhor presidente é eu tive é a companhia de um engenheiro de um parceiro que nós fomos analisar as obras recentemente executadas pela BRK e aqui não são em relação as pessoas de vocês deixar bem claro isso eu acho que vocês eu não sei se a BRK ou se uma terceirizada mas que serviço porco essa empresa terceirizada está fazendo nessa cidade sabe porque que eu falo isso e me deixa indignado porquê da mesma forma como vocês estão executando esse serviço de pavimentação horrível na cidade de Gurupi ele falava assim quando começarem a movimentar os veículos e esse serviço que não tem a compactação adequada vai entrar água vai infiltrar vai abrir buraco e quem é que vai restaurar a BRK ou vai sobrecarregar a responsabilidade pesar sobre o município de tapar aquele buraco a BRK vai fazer vai não vai fazer vai sobrar para o município na pessoa do prefeito municipal seja ele este o outro a responsabilidade de tapar os buracos feitos de forma inapropriada e prestada de uma forma ineficiente e que vocês estão fazendo aí outra coisa na quebra das calçadas a BRK está atendendo a noventa cinquenta para as calçadas com acessibilidade é outra indagação senhor presidente e aí já deixo e antecipo aqui pra comissão que analisando justamente aquilo eu comecei pesquisar e fazer os estudos junto com a procuradoria e será encaminhado um projeto de lei pra Câmara municipal aonde obriga a BRK se ela vai cumprir é outra história porque a BRK tem um péssimo hábito de não cumprir o que tá determinado principalmente nas leis municipais como faz na capital Palmas prefere se pagar multa do que se cumprir o que está na legislação municipal na hora da concessão nós somos importantes em aprovar mas na hora das leis municipais nós somos incompetentes pra legislar então o que que eu quero dizer pra vocês que a norma vai obrigar que a BRK cumpra as determinações das normas técnicas reguladas pelo governo federal em relação as calçadas principalmente com



acessibilidade a lei municipal vai obrigar isso daí segundo ponto senhor presidente é e o Adalto o Dalto pode nos ajudar nisso senhores eu sou leigo eu sou advogado eu não sou engenheiro mas basta você andar nas ruas da cidade de Gurupi a cidade de Gurupi era uma vocês estão estragando as ruas de Gurupi tá ruim o serviço não é em relação ao senhor Frederico ao Felipe ao senhores não a cidade tá feia novamente porque que o serviço não é executado em parceria com o município porque não chamam os engenheiros do município tá bom não contribui dessa forma e vi minha terceira proposta criar uma equipe senhor presidente com visita técnica em todas as obras realizadas pela BRK apontar justamente com seus engenheiros porque eu tenho certeza absoluta que não são os senhores mas essa péssima empresa que tá prestando serviço na cidade de Gurupi arrebatando com a nossa cidade todo aquilo que foi feito com sacrifício nos últimos os senhores no último ano de gestão os senhores (inaudível) na cidade com a visão completamente diferente daquilo que nós esperávamos a indignação que não é só do vereador que recebe a reclamação não mas é daqueles que estão acompanhando o serviços dos senhores obviamente senhor presidente Jenilson e caminhando justamente para o encerramento da minha fala e pra mais um encaminhamento e eu falo isso aqui em nome do Sebastião e do Dalto trabalhar junto com o governo do Estado pra retirar da ATR a regulação e o acompanhamento da fiscalização da BRK passar pra sua agencia regulamentadora pra que o ATR municipal Agencia Reguladora daqui acompanhe o serviço da BRK da energisa tira da ATR por que a ATR não vem em Gurupi quando é que a ATR vem aqui o Estado vem aqui fazer pesquisa acompanha a fiscalização dos senhores eu vou dar outro exemplo como a BRK responde negativamente aquilo que nós esperamos dos senhores quando o Estado regulou que os senhores poderiam cobrar até oitenta por cento da taxa do esgotamento sanitário sobre a tarifa qual o valor que vocês escolheram qual o valor que vocês escolheram oitenta por cento se a ATR regulasse cem vocês escolham cem por cento porque o consumidor não está na prioridade dos senhores mas sim a captação de recursos por isso que faz o serviço ruim porque quando eu faço o serviço ruim deixo o esgoto o cano vai sobrar o resto para o município de Gurupi porque pagaram barato para uma empresa ruim pra lucrar mais e isso é injusto com a cidade e com o povo dessa cidade não é justo conosco e isso daí a reclamação vem aqui mas a gora os senhores precisam entender que nós gostaríamos que de fato o senhor presidente a conversa do senhor é linda os números que eu acompanhei do senhor bacana eu adoro indicadores o do Jenilson perfeito mas o que nós queremos é que de fato o serviço seja prestado com excelência senhor presidente e que os noventa e sete por cento que o senhor utilizou vem e diga pra população de Gurupi que o serviço da BRK é muito bom encerro definitivamente meu presidente Jenilson que haja de fato essa comissão é fazer um bom relatório e eu espero viu



Sebastião tira da ATR essa fiscalização da concessão dos serviços públicos da BRK energisa e traz pra Gurupi que eu tenho certeza absoluta inclusive Dalto é eu acho que o prefeito precisa ouvir a mesma coisa colocar um pessoal pra acompanhar esse pessoal da BRK principalmente da empresa terceirizada pra (inaudível) e continue acompanhando o que nós estamos vendo infelizmente na cidade de Gurupi essa é minha fala senhor presidente e a minha contribuição na audiência obrigado

...continuando...

JOVINO MOURA: *Boa noite a todos quero cumprimentar a todos aí em nome do presidente dessa da CPI Sargento Jenilson vereador eu fui um dos primeiros assim que a BRK procurou pra nos mostrar o plano de trabalho deles na avenida Maranhão que começou agora creio que o vereador Ivanilson tá falando e eu dei o total apoio a ele se tem que fazer pra melhoria da cidade vamos fazer temos que fazer só que o que ocorre é a demora pra fazer o serviço esse é que o empresariado vem reclamar e vem reclamando toda vida e a outra a péssima qualidade do asfalto que eles tão fazendo depois que corta o asfalto e faz o serviço ali na maranhão com a dezenove que é em frente o CDL que é minha loja também é bem ali já fizeram o asfalto já vieram arrumaram de novo já falei com o Gerson da infraestrutura ele falou aí não aí é problema da BRK e ele mesmo que reclamou lá ele vieram dizer e já tá cheio de buraco de novo hora que começar a chover vai abrir muita vala ali na avenida Maranhão e é onde que os empresários estão reclamando um carro que encosta que esterça já arranca o asfalto todinho então eu peço assim encarecidamente aos nobres colegas da BRK que olhe isso pra nós para que os empresariados ficam satisfeito muito obrigado*

...continuando...

VEREADOR ANDRÉ CAIXETA: *Boa noite a todos primeiro gostaria de fazer um agradecimento especial a nossa população que se faz presente nesse plenário mas eu não poderia deixar de mencionar aqui que eu gostaria de ver esse plenário totalmente lotado era preciso que esses trinta e três mil pessoas contribuintes da nossa cidade de Gurupi que são beneficiados pelo saneamento básico e pela nossa água encanada estivesse presente numa audiência de tão grande importância que se trata sobre essa CPI é a princípio gostaria eu até foi feito um pedido é de estar presidindo também contribuindo ainda mais pra essa CPI e num consenso dos demais vereadores nos entendemos que ela estaria em boas mãos também na mão do Sargento Jenilson e toda essa equipe que tem feito um belíssimo trabalho à frente dessa CPI tentando levar a nossa*



população uma informação precisa mas eu gostaria é que nós pudéssemos nesta noite estar apresentando é melhoria pra nossa cidade de Gurupi nós gostaríamos de estar debatendo nesta noite chegar aqui aonde que se encontra todo esse corpo no qual eu parabenizo aqui o senhor Thadeu e toda a sua equipe nós pudéssemos estar levando a população gurupiense a todas essas pessoas que se encontra presente neste plenário melhorias no atendimento melhorias na qualidade de serviço e principalmente referente a valores que hoje são cobrados por essa empresa que tem essa prestação de serviço na nossa cidade de Gurupi mas eu também não poderia deixar aqui seria hipócrita é de agradecer porque nós temos cobrado mas nós estamos sendo atendidos também todas as vezes que nós ligamos e cobramos pedimos ao Frederico tá aqui o Felipe é Oziel Ozailton é nós temos sido atendido mas isso as vezes é eu que to sendo atendido eu queria que tivesse sendo atendido aquela pessoa que está lá no setor João Lisboa eu queria que estivesse sendo atendido aquela pessoa que se encontra em outra localidade da nossa cidade de Gurupi é com a mesma agilidade com a mesma qualidade de serviço então eu já deixo como uma sugestão é preciso que a BRK crie um canal um mecanismo de qualidade que a população possa estar ligando possa estar sendo atendido imediato nós temos acompanhado nós temos apresentado ao longo desse tempo que nós estamos como vereador nesta cidade apresentamos inúmeros requerimentos a princípio nós apresentávamos esse requerimento pra Odebrecht Saneatins infelizmente que não tive a felicidade de receber nenhuma informação nenhuma informação inúmeros requerimentos a partir do momento que passou a ser de obrigação da BRK nós começamos a receber ofícios é informado quanto aos nossos pedidos quanto as nossas reivindicações mas eu volto aqui senhor Thadeu e eu falei pro senhor aproximadamente uns quarenta dias salvo engano trinta dias em uma audiência que nós estávamos nas comissões e eu falei da péssima qualidade de serviço e ela continua da mesma maneira e hoje nós estamos aqui senhor Jovino acaba de falar na avenida Maranhão serviço de péssima qualidade péssima qualidade da mesma maneira que tem sido feito na cidade de Gurupi por diversos locais começou-se um serviço de péssima qualidade na avenida Paraná ligando da rua vinte até até a rua quatro nós apresentamos nessa Câmara municipal um requerimento pedindo e por entender nós temos engenheiro Dalto aqui é que é conhecedor e sabe muito bem não tá sendo feito um recorte adequado na pavimentação asfáltica na malha asfáltica não está sendo feita uma compactação adequada é na terraplanagem e nós sabemos que agora com período chuvoso falo pra todos os senhores pode sair daqui e pegar a avenida maranhão que os senhores vão perceber já começou já a danificar esse asfalto começou a danificar o serviço que está sendo realizado então eu volto mas uma vez questionar e cobrar nós precisamos senhor Sebastião que de fato essa responsabilidade passa a ser



dessa agência que foi aprovada nessa casa de leis nós precisamos de fortalecer ainda muito mais essa agência órgãos nós temos um quadro de funcionários nesse município competente como nós temos aqui Diogo que representa a secretaria de meio ambiente que tem feito um bellissimo trabalho totalmente com aquela equipe lá nós precisamos de fortalecer nós precisamos dos órgãos competente que nos ajude a cobrar precisamos sim porque senão nós não vamos dar conta não adianta nós apresentarmos requerimento aqui não adianta nós irmos pra rede social igual eu fui lá no Vila Nova cheguei lá um serviço de péssima qualidade encaminhei um ofício pra secretaria de infraestrutura outro ofício encaminhei pra secretaria de postura pedindo fiscalização vai lá fiscaliza mas parece que não tem não tem ação nós estamos de mãos atadas é muito bonito quando se apresenta aqui igual foi apresentado pelo seu Thadeu na reunião das comissões que nós tivemos a primeira vez e quando o vereador o presidente dessa CPI Sargento Jenilson que nos apresenta dados alí que nos mostra totalmente a realidade mas nós ficamos vereador Ataíde me perdoe a palavra é uma discussão que tá parecendo discussão de bêbado com delegado a BRK acha que tem razão nós achamos que nós temos razão pela péssima qualidade de serviço vocês acha que tem razão pela boa qualidade de serviço e no atendimento a nossa população mas nós precisamos deixar aqui que crie esse mecanismo é preciso mas gostaríamos era de tá aqui falando pra nossa população que hoje infelizmente não está aqui maciço recentemente nós fizemos uma audiência publica nós conseguimos colocar nessa audiência publica mais de duas mil pessoas queria eu que essa audiência publica fosse realizado em outra localidade por não suportar a quantidade de pessoas nesse plenário porque aí sim aqueles três por cento que foi apresentado de insatisfação tenho certeza doutor Thadeu que representa a BRK nesse momento não é só isso não a população Gurupiense ela é contrariada com os valores ela é contrariada com a péssima qualidade de serviço ela contrariada da forma que tem sido atendido pela BRK falar da qualidade da agua é muito fácil muito fácil e a população não reclama do que tá bom não de fato a qualidade é muito boa nós temos bebido igual o vereador César da Farmácia falou que já não nem se vende mais medicamento é porque nós sabemos que as vezes não tem mais ameiba na agua mas nós queremos um comprometimento em relação as normas vereador Ivanilson eu tenho certeza que não estão sendo cumpridas nós fizemos agora pouco mais de dez dias quinze dias apresentamos outro requerimento pedindo a BRK que ajude o município de Gurupi em relação as calçadas que estão sendo quebradas e qualquer um dos senhores for andar ali próximo a IFTO os senhores irão perceber pro conhecimento dos senhores nas esquinas estão os poços de cap os pves que são a parte de captação estão nas esquinas nós temos o engenheiro Dalto aqui que pode ir lá ver na hora que for fazer o rebaixamento eu quero



saber como é que vai fazer um rebaixamento me explica como 'que um cadeirante vai subir um rebaixamento de guia numa esquina sendo que já tá bem na esquina não vai ter condição a não ser que nós vamos ter que levar a rampa pra dentro do asfalto eu tenho certeza que não está sendo obedecida então eu deixo esse pedido peça aos senhores que ajude o município nós não estamos aqui pra criticar não isso é uma digamos uma crítica construtiva nós queremos que melhore a qualidade de serviço nós queremos que atenda a população Gurupiense com respeito e dignidade porque paga-se um serviço muito caro caríssimo caríssimo onde poderia ser até cobrado um valor bem menor e atendido mais rápido por onde nós andamos falo pros senhores que as vezes não se atentaram pra isso se olhar nos alinhamentos tá a maior quantidade de buraco que tem na cidade de Gurupi hoje se olhar nos alinhamentos dos hidrômetros pode perceber que é devido a tubulação que é devido a qualidade do serviço e danifica nossa malha uma malha que já é sofrida nós sabemos que é sofrida nós sabemos que a cada dez anos quinze anos é preciso que seja feito um serviço de recuperação e o município tenta fazer igual foi feito no centro da cidade em algumas ruas da cidade recentemente então nós temos que acabar com isso e nós pedimos aos senhores outra questionamento meu que também foi requerimento nosso pedindo pedimos em relação a os benefício pra cidade de Gurupi nós precisamos de mais benefícios são ações que impactam toda nossa cidade e nós precisamos que isso chegue ao nosso contribuinte de qualquer maneira ações que vem para o bem da cidade de Gurupi eu finalizo aqui minhas palavras desejo boa sorte que de continuidade a essa CPI e eu tenho certeza que a população lá fora espera uma nós precisamos dar uma resposta mas me preocupa diante do que eu tenho acompanhado do que eu tenho visto

...continuando...

DOUTOR UEMERSON OLIVEIRA COELHO: Boa noite a todos é eu cumprimento todos os munícipes aqui presentes na pessoa do vereador Sargento Jenilson presidente da comissão Parlamentar de Inquérito e os demais vereadores presente é os prestadores de serviço da BRK Ambiental na pessoa do senhor Thadeu e passo a tecer alguns comentários acerca da fundamentação legal pra essa CPI e do que pode resultar esta CPI sua busca por melhorias e o relatório a ser produzido aqui ao final foi tratado pelo e vou tentar trazer essas informações de forma sucinta e mais clara possível pra que a gente ganhe tempo é neste ponto foi trazido pelo vereador Sargento Jenilson e também pelo senhor Thadeu é a norma que regulamenta o saneamento básico no Brasil a lei onze mil quatrocentos e quarenta e cinco essa norma estabelece de forma taxativa que a responsabilidade a competência pelo saneamento básico é do município isto está descrito em lei nós não temos como fugir dessa situação



está competência e responsabilidade ela pode ser delegada como aconteceu no Estado do Tocantins no ano de mil novecentos e noventa e nove onde nós sabemos que a realidade e a capacidade de nossos município e até do Estado era totalmente diferente dos dias de hoje nós passamos por uma situação de é delegação a uma agência Estadual que regula esta atividade estas concessões ao longo de quase todos os municípios do Estado e não é diferente em Gurupi nesta situação específica a responsabilidade é subsidiária o município o Estado e a empresa concessionária tem responsabilidade pra com o serviço público para com este serviço público e quando nós dizemos responsabilidade nós dizemos que é a luz dos princípios constitucionais da eficiência todos devem responder diante da ineficiência ou do mal da má prestação hoje nós temos uma situação uma realidade Gurupiense é após um aditivo desse contrato de concessão feito ali em dois mil e doze foi estabelecido também de forma taxativa que a empresa concessionaria e olha que a gente trouxe uma situação de mudança de direção por diversas situações ao longo do tempo nos entanto como foi dito pelo o nobre engenheiro Dalto quem está afrente da situação é ele carrega o ônus de arcar com o ontem e o hoje e o amanhã nós não podemos fugir disso então ali a gente tem pactuado que até o ano de dois mil e dezenove que se finda dentro de dias é esta empresa concessionária ou quem estiver a frente do serviço se obriga e se obrigou a investir sessenta e seis milhões de reais no município de Gurupi qual o número de investimento que nós temos hoje isso eu to trazendo uma situação de é anterioridade e legalidade para os entendedores do direito a empresa que hoje exerce essa atividade ela assume um (inaudível) público ela tem obrigação para com aquele pacto que foi ali estabelecido nós temos outra situações a serem discutidas e tratadas quando é a CPI foi constituída pra verificar situação de prestação de serviço hora o contrato pactuado ali de concessão diz que hoje a BRK é com maior parte de poder dentro da Saneatins é que detém a capacidade de administrar e gerir esse serviço de que cobrar da BRK é hoje a ATR regula regula nós temos aqui recentemente criada a Agencia Reguladora de Gurupi nos vemos lampejos de alteração de uma realidade onde o município vai passar a analisar e regular tais situações teremos discussões jurídicas sim teremos mas nós temos base legal para fazê-lo o município de Gurupi tem acordado pra essa situação pra atender ali os anseios da população a Câmara de vereadores por meio desta comissão que hoje foi instaurada e regularmente tem trabalhado e por meio dos demais vereadores que aprovaram ele refletem o anseio da comunidade Gurupiense esses treze homens que aqui estão homens e mulheres apontando a fala da nossa colega da defensoria pública valorosos homens e mulheres representam a comunidade Gurupiense as vezes a despeito que foi dito pelo vereador André Caixeta nós teríamos e gostaríamos de ver essa casa lotada mas estes homens representam a comunidade de Gurupiense representa os quase oitenta mil de



habitantes aqui e quando eles dizem que a população está é descontente com a prestação do serviço nós temos que atribuir a eles a boa-fé da mesma forma como ouvimos a empresa concessionária nesse sentido e falando sobre a atuação da CPI nós temos ao longo desse período ouvido é a população ouvido as autoridade competentes para tal é também ouvido a concessionária e queremos deixar claro que é uma comissão de investigação ela tem a finalidade única e exclusiva de apurar irregularidades ou erros e ao final trazer aqui em seu relatório possibilidade de resolução essa possibilidade de resolução de problemas obrigatoriamente pode vir somente desse relatório não a empresa concessionária pode colaborar as agências reguladoras podem colaborar a sociedade civil organizada pode colaborar o munícipe usuário do serviço pode colaborar a ideia é que essa comissão Parlamentar fosse uma é uma composição de pessoas buscando um fim de melhoria de prestação de serviço público ora se isso não acontecer o relatório produzido apontará s devidos as devidas irregularidade os vícios legais que possuem sim essas concessões precárias em certos termos ao entender jurídico o nosso colega é o colega jurista e vereador Ivanilson fez algumas pontuações é sobre essa situação e que falando a ele falando a população Gurupiense o esmero que essa comissão tem trabalho para que ao fim esse relatório seja condizente com o anseio da sociedade eu digo aos senhores que acredito que não será em vão nós buscaremos sim que a BRK ela exerça o seu papel e que de forma eficiente ela traga um bom serviço pra população Gurupiense no entanto nó possuímos mecanismos mecanismos que não serão executados pela comissão é bem verdade a comissão vai apurar as ilegalidade ou irregularidades e apontar as soluções para quem possa fazê-lo quem pode fazê-lo senhores o chefe do executivo municipal tem poder pra regular algumas situações que melhorariam é problemas que foram pontuados aqui nesta casa de leis esta casa de leis composta por estes treze vereadores em seu plenário que tem soberania sobre a legislação e trata-se de assunto de competência local então é competência também desta casa ela pode regular uma serie de situações que são inerentes a essa prestação de serviço público ora se o poder executivo um dos poderes democraticamente constituído não for suficiente se o legislativo também não fazê-lo nós ainda temos o poder judiciário que pode ser [e acionado por qualquer um dos munícipes por qualquer um dos vereadores e ainda instado pelo relatório dessa CPI instado a se manifestar sobre vícios de legalidade que eventualmente ocorrem ou ocorreram nesses contratos de concessão é problema sobre situações de aplicabilidade ou não de lei então senhores nós temos estes mecanismos a disposição e esta comissão ela não tem o intento é e agradeço de é de minha fala é os posicionamentos e as colocações do senhor Thadeu que tem pelo menos ao meu ver buscado responder todos os questionamentos que foram feitos a sua equipe o seu estafe no entanto esta



casa ela precisa de respostas como disse o vereador Ivanilson de resposta que satisfaçam a população precisamos de ações e resultados estes investimentos pactuados e formalizados naquele aditivo de dois mil e doze em que pé estão como chegaremos aquela monta ao final de dois mil e dezenove essas respostas tem que vir de forma clara e objetiva pra população e ao final esta CPI irá sim compor o seu relatório de forma técnica isenta não buscando prejudicar é empresa A B participante ou não de empresa concessionaria mas sim visando o interesse maior que é o da população Gurupiense e nesse sentido a gente busca que a BRK seja parceira nas soluções é obvio e caso isso não ocorra os mecanismos e as autoridades competentes serão acionados para que o façam então assim a gente tem esperança que esta CPI traga resultado positivo e que através de seu relatório a gente consiga aí melhorar é a prestação do serviço de saneamento básico no município de Gurupi ressaltando também que nós temos um plano é de saneamento básico aprovado também nessa casa de leis que traz ali uma serie de situações que também devem ser observadas não somente esse ponto que foi citado do da monta do investimento tem uma série de situações de situações sociais essas situações de reparos como foi dito pelos técnicos aqui essas situações tem que ser observada e a gente espera sim que a composição dessa CPI traga resultados par a comunidade Gurupiense e é sempre buscando é o escoro legal a transparência e a e também a participação da empresa concessionária que atende é quarenta seis ou quarenta e sete cidades no município no Estado do Tocantins e tem sim competência pra executar um bom serviço agente tem índices aí em Palmas de universalização de saneamento básico que a gente não vê em Gurupi a gente tem índices de universalização em outras cidades ao longo do é do território brasileiro que esperamos ver em gurupi e sabemos que ela tem competência mas não podemos ficar silentes diante dessa situação a ATR é está é cuidando da regulação aí é dez de noventa e nove mas a gente sabe que pelo menos é no tocante a Gurupi tem deixado a desejar a agencia reguladora que agora foi instituída recém instituída buscará suprir essa deficiência no entanto gente precisa que a empresa cocessionaria faça sua parte que ela entenda que essa CPI busca a otimização do serviço público e irá busca-lo seja de forma amistosa ou através dos meios que forem cabíveis após a composição do relatório e diante dos serviços que são próprios desta casa de leis e assim eu encerro minha fala e com o intento de contribuir para que esta CPI traga resultados a população sem prejuízos a quem quer que seja

...continuando...

Zaira Miranda: *Um boa noite a todos e eu estou aqui como cidadã gurupiense moradora de Gurupi desde 1982. Primeiramente eu gostaria de registrar o meu*



desagrado em ver nossa cidade recortada, o prefeito que teve o bom senso de trazer usina asfáltica e hoje a gente ve ai todo um trabalho depedrado, todo desconstruído e isso é ônus pro bolso do contribuinte. É lamentável a gente ver esse descompasso, a prefeitura arrumando de um lado e a BRK vindo fazendo buraco igual tatu de um outro, fico muito entristecida como cidadã gurupiense com isso. O segundo ponto que eu queria entender é isso, porque que nós no Tocantins pagamos a conta de água e mais cara de energia, vou por a de energia aqui que aproveita, do Brasil, é inadmissível, porque eu to aqui agora com contas minhas que é o meu particular agora, que eu vou trazer o meu peço desculpas pra vocês porque eu trago um fato concreto. Nós ali na escola, em janeiro nossa conta de água foi de R\$ 121,00, fevereiro R\$141,00, quando foi em março ela foi pra R\$ 373,00 e aí eu me dirigi ao é pra já, chego lá não a senhora espera porque vai vir uma conta porque nós vamos detectar qual foi o que aconteceu, não nós vamos trocar o hidrômetro da senhora. Abril a conta lá em cima de nova, tive que pagar senão ficava sem, paguei, de novo, trocou o hidrômetro, mês de maio a conta baixou de novo, cento e poucos reais, junho e julho, baixou de novo, quando foi agosto, mês de férias né que foi julho, a conta de mês de agosto quatrocentos e tantos reais, eu não fui mais reclamar. Então presidente, não se sinta confortável pelas pessoas não reclamarem, nós somos uma multidão de indignados que perdemos a capacidade de se indignar, brasileiros que estão deixando de procurar emprego da mesma forma, desistiram, eu desisti de ir atrás, to pagando conta de quatrocentos todo mês, desisti porque não adianta, estou aqui hoje porque acredito que essa CPI vai dar resposta que as instituições precisam, porque o povo não suporta mais, o povo não aguenta mais, o povo não indignou com essa reforma da previdência que tirou direitos do trabalhadores, e eu como trabalhadora também que sou servidora do estado pude aposentar e por isso eu to aqui hoje, porque se eu não tivesse aposentada eu não tinha tempo pra estar aqui e é por isso não esta lá no PROCON e nem no é pra já, porque o trabalhador não tem tempo pra faltar 3, 4 dias de serviço igual eu fiz pra poder recorrer e virar pizza, não virar nada, então não se sinta cômodo não, eu estou aqui pra falar por esses 80 lá, nem que tem 2 salários mínimos e não tem condições de pagar, porque eu pelo menos ainda tenho, mas eles tão tirando da boca dos filhos, tirando leite das crianças pra poder pagar uma conta de água e isso é injustiça e isso tem que ser falado, nós não suportamos mais tanta injustiça, essa indignação da mulher brasileira, da mãe, da vó e eu espero que essa câmara cumpra o papel soberano dela, falar pelos que não podem falar, gritar pelos que não podem gritar e vocês cheguem sim, ainda que sangrando, ainda que tendo que contrapor com amigos, colegas, porque essa é a missão que o povo de Gurupi confiou a cada um de vocês, muito obrigada e parabéns pela iniciativa.



...continuando...

Gabriel: *Com muito prazer, certo, eu vou concluir então assim, eu acho que Gurupi hoje é uma cidade muito com prosperidade, ela tem muito futuro, a BRK tá entrando aí, tá precisando de abrir, fazer o serviço dela e as ruas estão, a infraestrutura ela tá carente, ela necessita de ajuda, dessa grande empresa, então assim, tentar nos ajudar, eu sei que drenagem não é de vocês, mas tentar fazer um time pra poder fazer obras bonitas pelo menos nas avenidas principais da cidade, já integrar a drenagem, o esgoto, o asfalto novo, fazer uma força, deixar aqui a minha fala, muito obrigado.*

...continuando...

Dulce Milhomem: *Boa noite eu quero cumprimentar a mesa na pessoa do Sargento Jenilson, quero cumprimentar a todos os vereadores, na presença do vereador Ataídes, quero agradecer a toda a população que tá aqui presente e quero falar bem pouquinho. Eu só queria saber porque que eles trocam os hidrômetros e a água multiplica, lá em casa trocaram o meu hidrômetro e eu cheguei o rapaz tava trocando, eu digo porque que você tá trocando esse hidrômetro, não é porque tá velho, falei não esse outro aqui tá mais velho, o meu foi trocado poucos tempos, não é porque a empresa mandou trocar. Minha água era 60 reais, hoje tá 147, fui no PROCON, então, o PROCON ficou me empurrando, mandando eu fazer vistoria, o PROCON lá da rua 11, mas eu procurei outras autoridades, que sabiam me ajudar e ele falou assim pra mim não, você não vai mandar fazer vistoria na sua casa não, porque você gasta o mesmo tantinho de água, só subiu o dinheiro, mas a água é os mesmos metros de água, de 60 reais foi pra 147, mas a água é o mesmo tanto. O meu relógio não para o meu relógio roda o dia todinho, quando falei no PROCON falou, não você manda fazer vistoria no relógio eu digo não, posso fazer não, eu tinha dinheiro pra fazer vistoria? Eu ganho salário mínimo, então água foi pra 147 e tá esse preço lá e o relógio roda 24 horas, sem parar, e não é só eu não, é minha vizinha pagou foi caro pra cavar o chão lá pra fazer reparação que o PROCON mandou e não tinha era nada de vazamento e ela gastou um absurdo sem ter. Então eu queria saber porque isso, porque que troca os relógios, porque o meu relógio tava bom, então isso que eu quero saber e não é só eu não, isso tá geral, o Gurupi quase em peso. Hoje a gente tá desse jeito, o pobre hoje não tá podendo viver, as pessoas carentes hoje estão passando fome, porque a energia é um absurdo, a água multiplicou, então não tem como sobreviver. Quero agradecer.*

...continuando...



Rogério: Boa noite a todos, eu tenho uma pergunta, com relação a essa troca do hidrômetro... (trecho não gravado) isso não aconteceu comigo, uma outra questão com relação ao hidrômetro é o que é considerado ser o hidrômetro velho, a casa da qual que eu moro atualmente tem 6 anos de construção, ela foi construída praticamente um ano depois eu me mudei pra ela, o hidrometro foi colocado la no começo da construção, eu acredito não ser um hidrometro velho ou defeituoso, a questão do bloqueador de ar, eu moro no Nova Fronteira, avenida E, perto do cruzamento com avenida C que recém foi asfaltada, eu tenho vizinhos que o ramal da água deles vem pro ramal da avenida C, beleza a conta de água deles vem tranquila, lá em casa já é diferente, porque durante o dia, eu coloquei o tal bloqueador de ar, porque eu fui reclamar na BRK e me falaram isso, coloca um bloqueador de ar que sua conta vai baixar mais, acontece que a pressão durante o dia é tão baixa, que a água é bloqueada, simplesmente o relógio não roda, então só a noite e nas madrugadas que ele começa a encher as caixas, então eu decidi tirar o bloqueador de ar, minha conta praticamente duplicou e lá não tem ainda o esgoto, então asism, eu to entre se eu nadar o jacaré meu come e se eu subir o morro a onça me pega porque eu não sei pra onde recorrer, eu não tenho pra onde recorrer, se eu tiver que fazr um laudo tem que ser uma pessoa especializada com geofone, aqui em Gurupi só tem uma pessoa que faz isso, ele cobra 350 reais, obviamente eu não quis pagar porque se eu pagasse ele eu não pagava minha conta de água e fiquei testando por mim mesmo, mandei todo mundo embora, fiquei sozinho na casa e fiquei observando aquele relógio de meia noite até 5 horas da manhã porque eu não aguentei ficar o dia inteiro monitorando, então cheguei a conclusão que não tem vazamento em casa, com relação ao teste do hidrometro, a BRK vai lá recolhe o hidrometro e vai fazer teste, só que esse teste é realizado só em Palmas, aí chega uma cartinha pra mim por exemplo, numa terça-feira, dizendo o teste do hidrômetro é na quinta-feira às duas horas da tarde, se o senhor quiser comparecer bem. É inviável comparecer, eu não vou sair daqui pra rodar 250km pra acompanhar o teste do hidrômetro, até porque o teste eu tenho certeza absoluta que ele não vai ser feito em condições de baixa pressão de água, que é a condição da qual eu convivo há muito tempo. Uma outra questão que eu vi uma reportagem, que a BRK acho que em Palmas ou Araguaína, tem uma vanzinha que vai até sua casa pra verificar a qualidade da água, isso não seria desperdício de recursos não? Eu como analista de sistemas, eu testar o meu código, acho que a chance de eu acertar o teste é grande, então por isso que na empresa da qual eu trabalho tem pessoas que testam isso pra mim, ou seja, quem deveria fazer esse teste deveria ser alguma outra instituição que regulamente esses padrões de qualidade de água e não a própria BRK, um desperdício, eu não vi vantagem nenhuma com relação a isso. E por último, é que se eu fosse reclamar, eu só não reclamo todo dia, porque no



é pra já eu vou ficar mais de 50 minutos pra escutar a mesma coisa e se eu ficar indo lá todo mês reclamar, eu não consigo trabalhar pra pagar a conta, então eu acredito que a maioria das pessoas não vão lá trabalhar, os 97%, porque é moroso reclamar e a resposta geralmente é a mesma, vamos recolher seu relógio, vai fazer teste, tem vazamento na sua casa tem que pagar o cara do geofone, é caro, não é todo mundo que vai pagar, assim você fica entre a cruz e a espada. Obrigado.

...continuando...

Sr. Thadeu: *Eu fiz aqui as anotações, a medida que as falas foram sendo feitas, vou procurar responder a todas as perguntas entretanto se me falhou anotação de algum tema e tal a gente se compromete vereador posteriormente o senhor nos encaminhar aí a pergunta e a gente... Gostei muito da palavra do procurador geral desta casa que tem organizado e auxiliado com muita competência o trabalho da CPI, onde ele expos pra mim, até um aprendizado, eu nunca participei de um projeto desse mesmo tendo 36 anos de experiencia no setor, mas pude aprender aí com ele todo o passo a passo desse processo e o que se espera dele, e a nossa intenção é de contribuir, de colaborar, se existem realmente algumas falhas, nós contamos com o trabalho da CPI pra nos ajudar a melhorar a prestação de serviço. Vejo que um tema recorrente é a repavimentação, isso pra mim é um indicativo de que precisamos melhorar não tem essa de que não somos nós que fazemos, é a nossa contratada, não a gente tem que atuar em cima dessa contratada como já temos feito em algumas localidades como Araguaína, Porto também, por ação da prefeitura eles exigiram que as empresas contratadas sejam empresas já homologadas pela prefeitura lá na prestação de serviço e assim foi feito e melhoria de especificação também com relação a execução de serviço de tapa buraco, tapa vala, então a gente tem que procurado melhorar, evidente ainda não tem uma resposta muito rápida ainda mas certamente a gente vai conseguir sim dar uma melhoria na prestação desse serviço que é feita por fornecedores contratados mas que nós não nos isentamos da responsabilidade e todo e qualquer serviço mal feito, nós, por ônus nosso, sem levar ônus pro município, serão executados por mim mesmo através da empresa ou uma outa que faça o serviço melhor. Queria antes de entrar aqui nas respostas, me permita vereador Jenilson, sugerir ao senhor, que antes de utilizar essas informações últimas que o senhor passou aí, desses gráficos aí em comparação e querendo com isso desqualificar a empresa como produtiva e qualifica-la como improdutiva, não é que por favor submeta essas informações a gente e a gente esclarece todo e qualquer ponto, porque por exemplo a comparação que o senhor fez com Jataí com Gurupi, não é aplicável, Jataí eu operei antes de estar aqui no Tocantins eu fui responsável pela operação da BRK em Goiás e Jataí uma cidade com 110 mil habitantes ela*



*é só esgotamento sanitário, aqui a gente presta serviço de água e esgoto, então nosso contingente deve ser maior mesmo, não tenha dúvidas, então a gente quer é contribuir para esclarecer toda e qualquer ponto, estamos a disposição para isso e nos preocupa, o uso não to falando que foi proposital, com certeza não, é por o senhor não ter essa informação é que a gente pode contribuir para dar mais consistência nas informações que o senhor for utilizar e estamos a disposição para isso. Vou responder do fim para o início, ao senhor Rogério agradeço muito pela participação dele, primeiro ele traz um ponto muito importante, **a única coisa que esse bloqueador de ar faz é reduzir pressão no seu ramal, ponto, é só isso, não serve pra nada, e tenham cuidado com isso, aqui por exemplo a gente tem aqui, é um mercado que qualquer fornecedor viabilize um produto ele tem interesse comercial, porque são trinta e três mil ligações ele vai vender trinta e três mil produtos e veja, com promessas falsas, como esta daqui e que nós pegamos recentemente sendo veiculada lá em palmas nos para-brisas de veículos, bloquear redutores de conta d'água, veja, o carinha coloca assim redutor de conta de água, legalizado em todo o brasil, aceitamos todos os cartões, até 50% de economia, ele faz essa economia aí porque ele reduz a pressão e não passa água no ramal, além disso, é um ponto em que pode estar sendo inserido na tubulação, contaminante, agentes contaminantes, então veja só qual é a maneira correta, se você pesquisar aí em todo país, todas as companhias estaduais e já existe jurisprudências a esse respeito no estado do Paraná, Santa Catarina, que proíbem, existem leis que proíbem a inserção desse dispositivo em ramal, a lei que o nobre representante aqui do IPEI, leu aqui, ele fala em dispositivo de expurgar ar da rede, que aí sim, eliminador de ar da rede, que aí sim, é um equipamento de uso consagrado em todo país, o nome desse equipamento é ventosas de simples, duplo ou triplo efeito, que são instalados em alguns pontos da rede distribuidora e não em ramal e que cuja função é que com a intermitência do abastecimento em função de qualquer ocorrência operacional, um vazamento onde você tem que esvaziar a rede pra poder consertar e aquela rede vazia, no espaço vazio entra ar, quando a água vem empurrando, esse ar tem que sair pra algum lugar e o dispositivo adequado tecnicamente, são esses equipamentos, aqui em Gurupi nós tínhamos 35, instalados e instalamos mais 18 recentemente por toda malha e tem previsão de instalar mais 6 equipamentos desses, e vejam, a qualquer instante a gente pode estar aí franqueado uma visita pra nós irmos lá mostrar o funcionamento desse equipamento instalado na rede mas pelo amor de Deus não caiam nesse conto, isto é um conto, o que ele faz é exatamente isso, ele cria uma perda de carga tão efetiva que impede que a água passe, **e outra coisa a lei ainda fala o seguinte, que esse dispositivo ele deve ser aprovado pelo INMETRO, só que o INMETRO é instituto de metrologia, este aparelho não mede absolutamente nada, então se você consultar o INMETRO, ele não*****



tem nenhuma regulamentação sobre esse dispositivo, não existe então, é uma lei que nasce natimorta, porque você não tem como cumprir, porque não existe no mercado brasileiro um aparelho desta natureza que seja certificado pelo INMETRO, então acho que o senhor deu uma grande contribuição, agora o problema do hidrometro, é de fato eu tenho informações que em novembro, dezembro, janeiro do ano passado e deste ano, algumas trocas foram feitas sem a notificação prévia ao cliente, porque que a gente faz essa substituição de hidrometro? Vou aproveitar o seu exemplo, você tem uma casa de 6 anos onde quando você se mudou pra lá o hidrometro foi instalado, o INMETRO ele tem portaria onde ele recomenda que a cada 5 anos você verifique o funcionamento do hidrometro e se ele não tiver funcionando adequadamente que troque, porque o hidrometro é um equipamento de medição como outro qualquer, com o passar do tempo ele sofre desgaste em seu mecanismo e esse desgaste leva a submedições ou medições pra cima, normalmente são submedições porque ele perde a capacidade de medir com precisão, com a correta precisão que as normas brasileiras especificam, tem limites de erro que são especificadas pela norma brasileira e ele com o passar do tempo ele perde isso e aí isso não é uma medida comercial, é uma medida necessária para fazer a correta medição, assegurar que a medição esteja sendo feita de uma maneira correta e precisa e com aqueles 30% de perda que a gente tem ali, que estamos abaixo da média nacional, ele possa reduzir ainda mais, porque uma parte de perda não é só por vazamento aparente, é por submedição de equipamento, é por fraude em medições, tem uma série de... Então é uma medida que ela não é uma medida comercial, é uma medida necessária a que a medição seja feita de uma forma precisa, a mais precisa possível, o nosso parque hidrômetros em todo estado a gente procura manter em média nesses 5 anos aí de utilização, então a razão é esta daí. Eu acho que, dona Dulce, ela se referiu também a troca de hidrômetros, já respondi aqui, o senhor Gabriel a respeito da pavimentação, eu também me posicionei, mas toda e qualquer sugestão para melhoria desse serviço é bem-vinda e será avaliada e dentro das possibilidades praticadas pela concessionária. Teve referência aqui também da senhora Zaira Miranda sobre problemas de repavimentação, não vou me alongar mais, já falei, e se paga tarifa mais cara do Brasil, sobre o tema tarifa, eu gostaria de dar uma explicação um pouco mais demorada, a tarifa de água e esgoto no estado do Tocantins ela é regulada e estabelecida pela Agência Reguladora Estadual, nós não temos nenhuma interferência com relação ao estabelecimento delas, eu to falando estrutura tarifária e nem de percentuais de aumento, a gente apresenta sim com o vereador Jenilson falou, periodicamente, isso é norma regulatória, para cada período de 4 anos, o que está previsto a realizar de investimentos, nossos custos, despesas e submetemos lá porque tem que ser pra cada concessionária, tem que ser preservado o equilíbrio econômico



financeiro senão, se ele começa a não ter esse equilíbrio, ou seja ele não consegue ter a receita apropriada pra cobrir seus custos, despesas, pagar o serviço da dívida pelo investimento realizado e remunerar o investimento realizado, ele começa a não prestar um bom serviço e aí o prejudicado é a própria população, então isso é uma condição realmente em qualquer contrato de concessão, que esse equilíbrio seja preservado e que regula esse tema é uma agência reguladora, então nós não temos nenhuma competência para estabelecer nenhuma grade tarifária e nem estabelecer percentuais de aumento, isto posto, nós estamos aproximadamente há 02 anos sem reajuste de tarifa, a nossa tarifa de água ela tem um mecanismo de tarifa mínima que é prevista na lei 11.445, pra assegurar a disponibilidade do serviço, nosso serviço é diferente por exemplo de um comércio onde ele abre as 08h e fecha as 18h e aí acabou vai em casa, nós temos que manter um serviço operando 24 horas por dia 7 dias por semana para o cidadão sem precisar sair de casa abrir a torneira e ter sua água lá ou ter seu esgoto coletado quando ele tem. Então, esse mecanismo é previsto nessa legislação que foi citada aqui inicialmente pelo sargento Jenilson. Bom, nós cobramos hoje pra uma tarifa de 0 a 10, independente do que a pessoa consome, se cobra os 10 m³ em função desse dispositivo ai da lei, hoje custa para uma família que consome até 10m³ e de fato é muita água, para uma família de 3 pessoas, a média do Tocantins não é 2, são 3 pessoas por residência, ela 45 reais, representa aí, to falando da tarifa de água, nesse consumo de 0 a 10, onde 93% dos nossos clientes são enquadrados na categoria residencial, essa é uma tarifa pra categoria residencial e aproximadamente 50% deles consome até 10 m³, então estamos falando ai de uma conta de 45,00 que se nós formos fazer a conta representa menos de 1 centavo por litro de água, o sargento Jenilson fez referencia a uma dessas reuniões, eu pedi desculpas a ele inclusive, porque a gente fez uma comparação infeliz colocando um picolé, mas colocando outros elementos pra comparação também, porque o saneamento aqui em qualquer lugar do Brasil é um monopólio natural, não há viabilidade técnica econômica de você ter dois operadores, duas concessionárias numa mesma cidade, operando sistemas diferentes, isso não é viável no ponto de vista econômico financeiro e por essa razão a gente costuma comparar o preço que a gente cobra com outros serviços públicos. Então por exemplo 45 reais, se você tem uma conta de esgoto e aí cobra 80% a mais isso vai pra 81 reais, repito, estamos falando em mais de 50% das ligações de água consomem esse valor, estamos falando de uma conta de água e esgoto, dois serviços de 81 reais, é caro? Vamos fazer uma comparação, um pacote básico hoje de internet que todo mundo tem, 6 megas, a gente pesquisou aí, ta dando 85 reais, um pacote básico daqueles bem básico, é um serviço, nós estamos cobrando dois, se você compara com energia elétrica que é outro serviço público também mais monopolizado, uma



conta média da Energisa de 200 kW que qualquer residência hoje consome que tenha mais de um ponto, uma máquina de lavar, um micro-ondas, uma geladeira e tal, consome disso, é 160 reais, se você vai pro serviço público de transporte urbano não sei aqui em Gurupi mas fizemos essa conta lá pra palmas a razão de 3,75 por passagem e que a pessoa tem que sair durante 21 ou 22 dias úteis pra trabalhar, ida e volta, duas passagens por dia, ao fim de um mês ele gasta individualmente 175 reais, pode fazer a conta tá? Poxa mais, tem famílias que realmente hoje não podem pagar uma conta de 80 reais, tem sim de fato, mas pra essas famílias que estão nessa condição a gente tem uma tarifa social que dá um desconto de mais de 50% no valor da conta de água e essas pessoas tem que apenas ser enquadradas em algumas condições que são estabelecidas pela agência reguladora mas essa conta de 45,00 es não me engano passa pra 15 reais, 13 e alguma coisa, aqui em Gurupi, 1176 famílias são enquadradas nesse regime de tarifa social, pode aumentar? Pode, basta a pessoa procurar a BRK, faz a solicitação e demonstrar que se enquadra aí nesses critérios para enquadramento em tarifa social, que visa atender realmente a famílias com um determinado nível de vulnerabilidade, então, dá pra digamos assim, quando a gente traz este tipo de comparação, a gente verifica, será que é caro mesmo? Será que pagar 81 reais pra ter um serviço de água e esgoto regularmente a qualquer hora, liga uma torneira a água cai, será que é caro se a gente compara isso com a internet, com outros serviços públicos? Então eu como profissional do setor de saneamento me deparo com essa situação, é impressionante, as pessoas não sabem o trabalho que dá colocar um sistema desses pra operar 24 horas por dia, o contingente de pessoas que tem, pensa a água vem de Deus tá ali no rio, ali a gente tem que fazer uma captação, tem que fazer uma (inaudível), levar pra estação de tratamento, aplicar energia, produto químico, pessoal processo, tratar a água, distribuir aí por quilômetros e quilômetros de rede de distribuição de água, manter 24 horas a operação desse sistema, já pararam um pouco pra pensar? Não porque talvez não tenham tido a oportunidade de ter essa informação, da mesma forma o esgoto, o esgoto inclusive é mais caro ainda pra prestar esse serviço, porque o esgoto, diferente de água, o esgoto ele precisa de arraste hidráulico para coletar e levar pra uma estação de tratamento de esgoto, os dejetos que nós produzimos em função da nossa alimentação, então, ao ponto de hoje se questiona 80% do que se cobra como referência a cobrança da água, mas digo ao senhores o seguinte 80% é aqui porque na maioria dos estados brasileiros é 100% do valor da água, na maioria dos estados brasileiros se cobra 100% do valor da água e digo o seguinte, tem cidades como Campinas, Mauá, que cobram 120% do valor da água, então vejam, a gente tem que realmente ter essas informações pra poder avaliar com bastante equilíbrio diria realmente a tarifa de água e esgoto, e eu voltando ao comentário, **ME DEPARO COMO**



PROFISSIONAL DO SETOR HÁ 36 ANOS, NINGUÉM DÁ VALOR A ISSO? ACHA CARO? PEGA O BALDE E VAI LÁ PEGA A SUA ÁGUA E VAI PRA CASA PRA VOCÊ TOMAR UM BANHO, AÍ VOCÊ VAI DAR VALOR, AÍ VOCÊ VAI DAR VALOR E VAI ACHAR BARATO.

(INTERRUPÇÃO DA PLATEIA)

Sr. Thadeu: Com relação a solicitação do IPEI, que solicitou informação lá sobre hidrômetro, de fato eu faço a minha culpa, essa correspondência tá em cima da minha mesa pra eu revistar e encaminhar e farei isso, me comprometo a fazê-lo até sexta-feira, mas não é pouco caso não, porque eu questionei algumas informações que constavam, foram refeitas e encaminharei aí até o final da semana. Tarifa já falei aqui, soleira negativa foi outro tema abordado a gente já informou que fizemos aí a verificação e que paramos de pagar por uma prerrogativa da concessionária, não obrigação porque a obrigação é legítima e nós temos a legislação respaldando, então com isso eu respondo se vou devolver ou não vou devolver, não, não vou devolver a não ser que seja obrigado porque eu não fiz uma cobrança indevida, eu fiz uma cobrança respaldada na legislação, parar a cobrança foi em respeito em solicitação aos membros da CPI por um poder discricionário nosso, estamos avaliando se vamos implementá-la de novo, mas estamos avaliando, essa o vereador Ataídes falou a respeito dos 18 metros, a gente atua conforma o regulamento de serviço, o regulamento de serviço prevê não só aqui, mas em toda a cidade, que nos casos aonde você vai fazer uma rede de extensão de rede para atender um lote mais adiante, que foi ocupado em determinado período posterior a implantação da rede, que o consumidor arque com o custo da repavimentação, isso é regulamento de serviço, se alterado for, nós passaremos a atuar conforme o novo regulamento. Foi levantado também o caso do mau cheiro na Aurenny lá em Palmas, com referência aqui uma preocupação provavelmente aí Jardim Tocantins, Jardim da Luz e adjacentes que termina a beira do Pouso do Meio, pega o google e chega lá e pode arrastar a imagem de 2009 até 2017, você vai ver exatamente que quando a etio Aurenny foi implantada em Palmas, não existia nenhuma ocupação ao redor dela e aí o uso e ocupação de solo, levou por alguma razão vetor de crescimento praquela onde a etio já estava instalada e qualquer tratamento terciário de esgoto ele exala cheiro, exala odor, e aí que as pessoas se aproximaram de lá tem esse efeito, isso também, existe um fato também que a gente pode considerar, que aonde você implanta essas estações de tratamento normalmente são áreas afastadas da cidade onde o valor da terra que você precisa pra implantar aquele equipamento, são valores mais baratos do que se fazer mais próximo da ocupação urbana, mas que a gente não tem e que por conta disso com a implantação do esgoto o entorno passa a desvalorizar a área né, então, então a ocupação imobiliária por fato desses terrenos serem mais baratos termina indo pra lá, mas no caso da



étio Aurenny a gente já tem um projeto pronto pra substituir a estação por um processo de tratamento que não exala odor e estamos aguardando a licença ambiental, temos projeto, temos financiamento, estamos finalizando a contratação de uma empresa pra construir e vamos atacar aquele problema, aqui em Gurupi também a estação Pouso do Meio, a tecnologia de processo do tratamento que está previsto a realizar, ela também prevê um processo muito mais evoluído e que não vai exalar odor e ter este tipo de problema. Cobrança de esgoto que não é previsto, Gustavo Esperando PROCON, Gurupi, se tem algum caso desse, por cobrança de esgoto que não é previsto, uma vez levado ao nosso conhecimento nós vamos parar de cobrar e aí sim devolver por conta do serviço não ter sido prestado e não ter uma previsão, isso provavelmente não deve ser uma regra, é uma exceção, pode haver um erro e a gente pode consertar esse erro. Calçada de acessibilidade, veja a nossa obrigação como concessionária é fazer o serviço, prestar o serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário conforme o regulamento de serviço aprovado pela municipalidade, pelo estado enfim e nós não temos a obrigação de fazer essa calçada com acessibilidade, a nossa obrigação é refazer a calçada repondo o pavimento considerando o originalmente existente naquela calçada, portanto, se houver uma alteração dessa legislação, uma obrigação nesse sentido, claro isso vai onerar o valor do nosso investimento, isso provavelmente deve ser objeto de uma renegociação contratual, nós faremos, mas não temos a obrigação de fazê-lo, nossa obrigação é prestar abastecimento de água e esgotamento sanitário, achamos muito bom o município ter uma lei que realmente preveja aí a acessibilidade com piso tátil e rebaixamento de calçadas em pontos onde as pessoas com necessidades especiais possam realmente transitar sem problema nenhum. No caso da senhora Geovana da Defensoria Pública com relação as pessoas aí com até 2 salários mínimos já me referi.
(INTERRUPÇÃO INAUDÍVEL)

Sr. Thadeu: Pois é, primeiro é o seguinte, falei, se isso está ocorrendo é um erro, não deve acontecer, mas considero que é uma exceção e o caso eu não posso responder se existe isso foi levantado por hipótese aqui, mas se por acaso houver um caso desse que traga a conhecimento que a gente conserta, sem problema nenhum. Dou por encerrado, tem outras perguntas aqui, eu fiquei aqui duas horas ouvindo e pra mim é dado um prazo de 15 minutos pra responder, deixo aqui protesto com relação a isso, já falei ao senhor que estou aqui fico até 5 horas da manhã se for o caso, mas é pra exatamente poder prestar os esclarecimentos que a comunidade e a CPI necessitam, deixo claro isso aí.
...continuando...

Sr. Thadeu: Eu ouvi aqui, eu vi 15 ou 16 pessoas...

Jenilson: Eu ouvi o senhor agora o senhor me deixa falar.



Sr. Thadeu: Mas o que o senhor falou aqui não faz sentido...

Jenilson: Eu queria que o senhor entendesse que com o andar da carruagem, não é por culpa e ninguém quer ficar atrasando, foi feito aqui pro senhor 18 perguntas, o senhor remoeu não conseguiu...

Sr. Thadeu: Não remoi não, o senhor por favor me respeite eu não remoi, me trate com o devido respeito porque eu não remoi absolutamente nada, ao contrário, fui diligente em anotar aqui todas as perguntas e procurar dar as respostas.

(INAUDÍVEL)

Jenilson: Bem voltando a ordenação dessa CPI da BRK, a gente abre o tempo o senhor responde, eu pergunto o senhor responde pra ficar uma coisa ordeira e republicana. Quando a gente fala das perguntas é que a nobre consumidora ali fez uma pergunta por várias vezes... (inaudível)... exatamente, a justificativa do aumento, não foi justificado, isso, se alegou em cima da legislação, ele se escorou em cima da legislação que permite apresentar números... (inaudível). Ok senhora Zaira, eu vou abrir pra ela e fazer as outas perguntas que o senhor não respondeu, sobre a composição da taxa de esgoto e também da tarifa de água como o senhor falou do ciclo tarifário mas falou de forma bem aberta, a outra situação é das garantias de impacto do pouso do meio, da obra de 600 m² que também o senhor falou que o objetivo ninguém entra com o objetivo de impactar o ambiente, mas ele pediu as garantias técnicas e isso o senhor não falou, apenas de um modelo comum, quanto ao que o senhor Gustavo comentou da acessibilidade, que o nobre Vereador Ivanilson Também comentou, o senhor tem que entender que se tem uma legislação que foi feita agora, dentro do município de Gurupi e quando o senhor fala de nós, nós temos de falar o poder pra autorizar o senhor pra continuar explorando comercialmente a cidade, mas pro senhor obedecer uma regra do município aí o senhor alega que não tem obrigação porque o contrato do senhor é de 1999, aí fica difícil pra gente interpretar até onde que o senhor realmente quer que essa cidade atenda a legislação vigente. Feito isso, que fique claro, que a legislação é recente, buscando a garantia da acessibilidade, se ela é moderna diante do contrato de 1999, que o senhor de uma resposta quanto a isso porque não está sendo obedecido, a calçada que o cidadão fez foi feita há 10-15 anos atrás e a reforma foi agora, a reforma tem que atender a legislação neste momento, se a prefeitura de Gurupi quiser parar, ir lá e trancar uma obra do senhor, pedir um alvará daquela obra, a gente para em virtude da legislação municipal que é de competência do município regular, então que fique bem claro isso, da necessidade e da nossa regulamentação dentro do município que o senhor mesmo parabenizou. E com relação aos pontos investigados aqui, a questão socioeconômica nem se fala né Dr^a Geovana, quando eles falam que vem pra cá pra poder contribuir eu lembro que quando foi feita a composição



de tarifa básica pensando no salário mínimo em 1944, era de 1,7% de um salário mínimo a ser gasto com pagamento com taxa de água, hoje um cidadão comum com uma casa residencial de 93% dos domicílios, 50% deles não atingem os 10 m³ mas pagam os 10³, chega a pagar 82 reais, o que é 82 reais em 998, é 8% de um salário mínimo, 4 vezes mais o que se pensou lá atrás quanto que seria um gasto de uma família básica dentro de um consumo de salário mínimo, então pro senhor entender que estamos fugindo, que essa exploração comercial realmente ela é onerosa demais para o povo tocantinense, mas que fique registrado a nossa indignação quanto a isso. E a questão da troca imediata da empresa que faz o asfalto o senhor falou só que ficou ciente dessa situação mas foi comentado pelo Vereador Ivanilson, porque não trocar logo de imediato ou buscar parceria direto com o município de Gurupi para que pudesse sim, fazer um serviço de qualidade como o próprio engenheiro falou, é um entendimento aqui para que a cidade tenha a sua dignidade.

Sr. Thadeu: *A senhora falou a respeito de uma conta, evolução da conta em alguns meses, citou que agosto a conta aumentou, veja, eu não sei, eu tenho que pegar a senhora, ver o perfil de consumo da senhora e fazer uma análise específica, não tenho condições de responder a senhora agora o que foi aconteceu, o que eu sei é que agosto é o mês mais quente, não to dizendo que foi o caso da senhora, mas que de regra geral, é um mês mais quente onde as pessoas mudam sim o hábito de consumo, agora pra dar uma resposta a senhora precisaria sim que a turma da comercial fizesse uma análise sobre o perfil, o que aconteceu e se chegar a conclusão que tem algum problema refazer a conta. (INAUDÍVEL)... Pois é, mas ainda assim eu não posso dar uma resposta pra senhora categórica porque eu teria que avaliar caso a caso... (INAUDÍVEL)...*

...continuando...

Sr. Thadeu: *Agora pra evitar delongas eu gostaria que o senhor me dissesse quais são as que eu não respondi porque aí eu poderia lhe atender mais objetivamente.*

...continuando...

Sr. Thadeu: *Com relação, eu não conheço a lei municipal que fala a respeito de acessibilidade, mas sei que em alguns municípios por exemplo, em Mauá, essa lei estabelece a obrigação pro proprietário do lote, o que eu quis me referir, é que a lei ok tem que haver e que bom que o município tem, mas essa não ta sendo uma obrigação imposta à gente, se for, nós vamos naturalmente atuar agora tem que haver uma conversa sim com o município, porque essa ação ela vai sim encarecer o investimento e isso não estava previsto, é simples assim, não estou aqui de maneira alguma me recusando a fazê-lo, mas a gente senta, conversa e só pra você ter uma ideia, a gente fez uma avaliação muito rápida*



numa correspondência até que foi encaminhada aqui da própria câmara, pra gente, parece que uma outra da prefeitura em um determinado trecho se encareceria aí o valor do investimento, da implantação da rede nesses locais em 40%, a gente pode mostrar, demonstrar isso aí, não tem problema nenhum, se for alguma obrigação que passaremos a ter a gente faz um aditamento contratual e passa a fazer, porque isso não era previsto da gente fazer, a posição é essa vereador, não é de recusa, é de entender e essa avaliação foi feita e a gente tem que conversa com a prefeitura pra chegar a um bom termo. Qual a outra questão?

...continuando...

Sargento Jenilson: Eu queria destacar as ações exitosas da Câmara Municipal de Gurupi diante dessa demanda de saneamento básico como a criação da CPI DA BRK AMBIENTAL, a criação da Agência de Regulação e Fiscalização Municipal que com certeza em breve estará a frente dessa regulação e fiscalização desse serviço do município, a dotação orçamentária necessária para que ela comece a operar a partir do ano que vem com eficiência e também a proposta de ao termino desse relatório final nós apresentarmos as melhoras que vão ser entregues até o dia 10 de dezembro possivelmente aqui pra esse plenário para que ele possa ser votado e depois ser encaminhado ao prefeito, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, assim como também a parte investigada que é a BRK Ambiental, feito isto, a gente define algumas deliberações que foram colocadas aqui neste momento, porém não havendo mais nada a tratar agradecemos de todos e declaro encerrada a audiência pública agora as 23h59min, e estamos à disposição, lembrando que toda essa audiência pública foi gravada, será transcrita e todas as pessoas que queiram ter acesso a ela na íntegra, vai estar dentro do processo da CPI da BRK como também estará disponível a qualquer cidadão que possa fazer a solicitação, obrigado a todos tenham uma boa noite e que Deus continue acompanhando.



4. CONCLUSÃO

4.1. Legalidade concessão

Os serviços públicos em conceituação rasa é aquele prestado pela Administração ou por aqueles delegados por ela, nesses casos sempre observando normas e controle estatal, tendo como finalidade precípua satisfazer às necessidades essenciais ou úteis a coletividade e sempre em observância aos princípios afetos aos serviços públicos.

Quanto ao saneamento, serviço em discussão nesta Comissão, a Constituição Federal ao dispor sobre os direitos fundamentais e elencar a saúde, moradia digna (art. 6º CF/88) e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225 CF/88), acabou por atribuir ao saneamento tal relevância.

Corroborando com a importância a ser dispensada ao tema, a Lei Federal de nº 11.445/2007 estabelece as diretrizes a serem adotadas para a efetiva prestação desse serviço essencial, assim temos:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;



d) drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas; (Redação dada pela Lei nº 13.308, de 2016) (grifo nosso)

As garantias contidas na Constituição e Lei Federal são em alguns aspectos de competência comum aos entes estatais e ao lado dessa atuação compartilhada foram criadas regras exclusivas de competência a cada ente federativo, dessa forma, a norma constitucional referente ao saneamento fora prevista no art. 30, V da CF/88 que estabelece a prestação pelos Municípios, de todos os serviços de interesse local, vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

(...)

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial; (grifo nosso)

Nesse sentido a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 22, prevê:

Art. 22. O Município organizará e prestará, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de sua competência.

(...)

§ 2.º A concessão de serviço público será outorgada mediante contrato, precedido de concorrência e autorização legislativa;

(...)

§ 5.º O Município poderá intervir na prestação dos serviços concedidos ou permitidos para corrigir distorções ou abusos, bem como retomá-los sem indenização, desde que executados



em desconformidade com o contrato ou ato, ou quando se revelarem insuficientes para o atendimento aos usuários.

§ 6.º O serviço público de *saneamento*, compreendendo a *distribuição de água e a coleta e tratamento de esgoto*, é definido como de *interesse local de competência e titularidade do Município de Gurupi*. (grifo nosso)

Bem como, em seus artigos 50, VI, 52, X e 54, I:

Art. 50. Cabe à Câmara Municipal legislar sobre todos os assuntos de interesse do Município, observadas as competências e atribuições impostas pela Constituição Federal e fiscalizar, mediante controle externo, a Administração Direta e Indireta e as empresas em que o Município tenha participação acionária.

(...)

VI - concessão ou permissão de serviços públicos;

(...)

Art. 52. É de competência exclusiva da Câmara Municipal além de outras atribuições previstas em lei:

(...)

X - apreciar os relatórios anuais do Prefeito sobre a execução orçamentária, operações de crédito, dívida pública, aplicação das leis relativas ao planejamento urbano, à concessão ou permissão dos serviços públicos e ao preenchimento de cargos, empregos e funções como a política salarial e apreciação de relatórios anuais da Mesa da Câmara;

(...)

Art. 54. Depende do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, autorização para:

I - concessão de serviços públicos; (grifo nosso).



Não restando, portanto dúvidas quanto à competência exclusiva do Município quanto a todos os aspectos que envolvam a prestação do serviço essencial de saneamento básico.

Ainda, a Lei Federal nº 11.445/07 prevê que os titulares dos serviços públicos põem delega-los, como vemos:

Art. 8º Os titulares dos serviços públicos de saneamento básico poderão delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços, nos termos do art. 241 da Constituição Federal e da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

Entretanto, ainda resta ao titular do serviço a competência para formular as políticas públicas de saneamento, seguindo uma série de requisitos ditados pelo art. 9º da lei de diretrizes do saneamento básico.

Ademais, para que se considerem válidos os contratos de concessão dos serviços de saneamento a Lei Federal (11.445/07) estabelece obrigatoriamente a existência de alguns elementos, vejamos:

Art. 11. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I - a existência de plano de saneamento básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços, nos termos do respectivo plano de saneamento básico;

III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;

IV - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.



§ 1º Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato deverão ser compatíveis com o respectivo plano de saneamento básico.

§ 2º Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do caput deste artigo deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

II - a inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados;

III - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo:

a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;

b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;

c) a política de subsídios;

V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços;

VI - as hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços.

§ 3º Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações sobre os serviços contratados.

§ 4º Na prestação regionalizada, o disposto nos incisos I a IV do caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos. (grifo nosso)

Uma vez definida a forma de prestação dos serviços de saneamento, a lei de diretrizes do saneamento define que as atividades de regulação e fiscalização, em casos onde a prestação for regionalizada, poderá ser exercida



por órgão que o titular tenha delegado essa competência por meio de convenio (art. 15 da Lei nº 11.445/07), **configurando assim uma faculdade e não uma obrigação.**

Quanto aos contratos de Concessão propriamente ditos, estes são regulados pela Lei Federal de nº 8.987/1995, esta estabelece os ditames a serem seguidos e dentre estes determina obrigatoriedade da anuência prévia do poder concedente nos casos de transferência de concessão ou mesmo do controle societário, sob pena de caducidade da concessão, vejamos o que dispõe seu artigo 27, *in verbis*:

Art. 27. A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão. (grifo nosso)

Nesse sentido, quando do descumprimento do que preceitua a concessão de serviço público ou mesmo o fiel cumprimento das normas contratuais a legislação acima citada, prevê um mecanismo de controle, a saber, intervenção, vejamos:

Art. 32. O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Parágrafo único. A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida. (grifo nosso)

Restando claros os possíveis vícios, ilegalidades, irregularidades na prestação do serviço, bem como a previsão de mecanismos de correção.

Apenas argumentando, a discussão sobre a legalidade da aquisição da Odebrecht – Ambiental pelo grupo Brookfield, padece de discussão judicial sobre os termos daquela transação, conforme se verifica inclusive em matéria publicada pelo Estadão, vejamos:



13/12/2019

Odebrecht e Brookfield disputam R\$ 400 mi da BRK Ambiental - Economia - Estadão



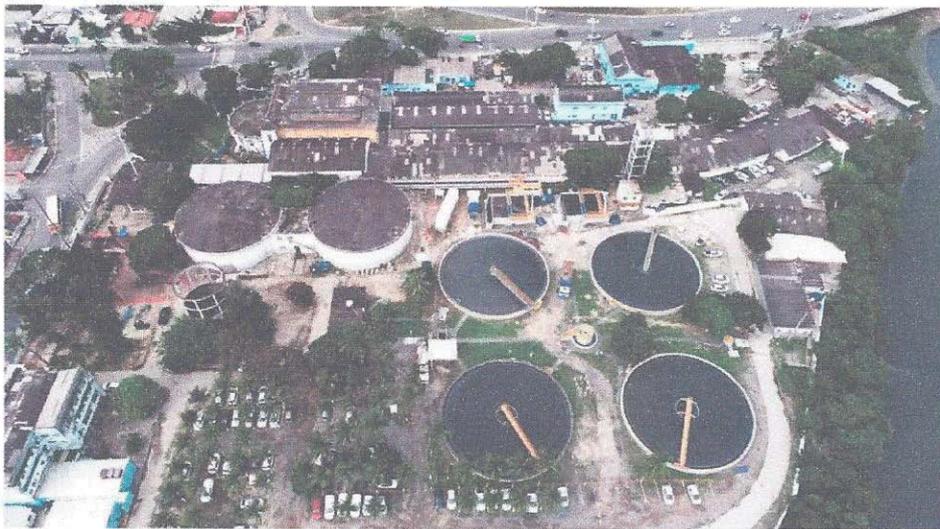
Odebrecht e Brookfield disputam R\$ 400 mi da BRK Ambiental

Conflito em compra de empresa de saneamento está sendo discutido em câmara internacional de arbitragem

Renée Pereira, O Estado de S.Paulo
31 de maio de 2019 | 04h00

Dois anos depois de concluída a venda da **Odebrecht Ambiental** para a gestora canadense **Brookfield**, os dois grupos estão em conflito por suposto calote. A empreiteira brasileira – que é o principal pivô da **Operação Lava Jato** – argumenta que tem direito a receber cerca de R\$ 400 milhões da multinacional conforme negociação prevista no contrato de venda. Já a Brookfield não reconhece nenhum valor devido. Um dos casos já está sendo discutido numa câmara internacional de arbitragem e um outro pode seguir o mesmo caminho.

LEIA TAMBÉM > [Pátria põe empresa de energia à venda](#)



Obra da BRK, ex-Odebrecht Ambiental, em região do Recife: disputa diz respeito a cláusulas estabelecidas no contrato de venda. Foto: Danilo Santos



5. PARECER DO RELATOR

A motivação do exercício do controle social pela Câmara Municipal de Gurupi-TO, deveu-se a várias notícias e informações, confirmadas por documentos encaminhados pelos órgãos de controle e fiscalização, oitivas e depoimentos e fiscalizações realizadas por parte dos membros desta Comissão, sendo verificados diversas irregularidades e ilegalidades, tanto na prestação do serviço público de saneamento quanto na formalização da referida Concessão Pública e efetivo cumprimento do pactuado em contrato.

Com a finalidade precípua de apuração da veracidade ou não dos fatos relatados e a consequente imputação das responsabilidades para aplicação das penalidades cabíveis, os vereadores membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito designada como CPI da BRK-ambiental, aceitaram o encargo de buscar a verdade dos fatos e trazer uma satisfação à sociedade gurupiense.

Os documentos disponibilizados e os depoimentos colhidos por esta CPI revelam a existência de uma quantidade significativa de irregularidades, ilegalidades praticadas pela Empresa Concessionária e pelo Poder Concedente.

Do apurado, esta Comissão entende haver descumprimento dos dispositivos e normas expressas, tanto na Constituição Federal quanto nas demais normas reguladoras das Concessões Públicas, visto que apesar de se reconhecer que a realidade totalmente diversa no ano de 1999, quando se operou a efetiva formalização do contrato original, sabemos que após alterações legais acerca do tema, houveram aditivos ao referido contrato e que não observaram os devidos requisitos legais.

Neste ponto, apesar de ter havido autorização legislativa quando da outorga original (contrato 252/1999 – Saneatins) por meio da Lei Municipal de nº 1.335/1999, em momento posterior quando do termo aditivo 002/2012 assinado em 10 de dezembro de 2012, não houve apreciação deste por parte da Câmara Municipal como se impõem por força legal, inclusive à época havia lei municipal vigente que vedava explicitamente qualquer termo de anuência em especial com a Empresa Foz do Brasil, vejamos:

Artigo 3º, § 2º da Lei Municipal de nº 2.011/2012:

Art. 3º. No intuito de viabilizar a prestação dos serviços mencionados, fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao vencedor do certame licitatório a posse dos bens públicos



vinculados aos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de propriedade do município ou oriundos de investimentos com recursos do Estado ou da União, necessários à execução dos serviços a serem contratados, bens estes que reverterão ao Município, automaticamente, ao término da concessão.

(...)

§ 2º - Em decorrência da autorização para concessão dos serviços municipal de saneamento básico, fica vedada a celebração de qualquer Termo de Anuência, em especial com a Empresa Foz do Brasil S.A. (grifo nosso)

Do acima exposto extraímos a infringência a clara e explícita vedação em celebração de termo de qualquer termo anuência, quando da celebração do termo aditivo de nº 002/2012, inclusive sem a apreciação desta casa de Leis, ferindo assim não só a norma Municipal como a obrigações contidas na Lei Federal 11.445/2007, portanto eivado de vícios de legalidade **passíveis de anulação do referido termo aditivo.**

Como não bastasse a clara ilegalidade acima apontada, no ano seguinte a assinatura do termo aditivo 002/2012, o Município de Gurupi editou a Lei nº 2.085 de 22 de abril de 2013, revogando o §2, do art. 3º da Lei nº 2.011/2012, como forma de se tentar convalidar o ato praticado, no entanto não se tratava de pequenos vícios e sim de vedação expressa não convalidável e flagrante afronta aos princípios constitucionais administrativos da Legalidade e Anterioridade.

Ademais, ainda que não houvesse a ilegalidade apontada acima, o termo aditivo nº 002/2012, dentre outras alterações, trazia a prorrogação do contrato concessão e aliado a isso a obrigação da Empresa Concessionária em realizar o total de R\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais) distribuídos nos anos de 2013 até 2019, conforme:



CLÁUSULA TERCEIRA – DOS INVESTIMENTOS

3.1. Para realizar a antecipação das metas originárias do Contrato de Concessão 252/99, conforme previsto na Cláusula Segunda deste Segundo Termo Aditivo, a SANEATINS se obriga a realizar um investimento total de R\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais), a ser distribuído, ano a ano, conforme quadro abaixo:

ANO	VALOR DO INVESTIMENTO (R\$)
2013	10.620.000,00
2014	10.460.000,00
2015	10.460.000,00
2016	10.400.000,00
2017	9.660.000,00
2018	9.640.000,00
2019	4.760.000,00

Dessa forma, e com base em planilha apresentada pelo Diretor Presidente da Companhia em apresentação na audiência preliminar e constante destes autos, a Companhia teria investido na cidade de Gurupi desde o ano de 2012 até 2016 a monta de R\$ 22.700.000,00 (vinte e dois milhões e setecentos mil reais) e prospectou investimentos de 2017 a 2024 na monta de R\$ 187.800.000,00 (cento e oitenta e sete milhões e oitocentos mil reais), no entanto, não apresentou comprovação de cumprimento dos investimentos firmados no termo aditivo, descumprindo assim norma contratual.

Bem como em sua fala na audiência preliminar deste processo, assegurou o investimento inferior ao que se tinha por obrigação: **“Sr. Thadeu: O vereador Ivanilson, acho que não sei se esgotei, mas acho que os temas foram esses, né... vereador? Né, mas, ainda assim estou a disposição no decorrer, para outras... As citações do nobre vereador Ivanilson, é... De fato esse termo aditivo lá de 2012, que é o segundo termo aditivo, né... previa uns investimentos aí de R\$ 66.000.000,00, aí é... desses R\$ 66.000.000,00, de... se não me falha a memória, posso contar, confirmo sim, é... já foram realizados R\$ 43.000.000,00 de investimentos previstos a esse período é”**.

Noutro passo, quando da aquisição da Odebrecht Ambiental por parte da Empresa Brookfield Business Partners LP, mais uma vez vemos afronta a legislação pátria e aos mecanismos de controle das concessões, pois não houve apreciação da população sequer por meio de consultas, muito menos através desta Casa de Leis, não sendo anuído pelo poder concedente tal transferência



da Concessão ou mesmo a alteração do controle societário, afrontando assim o disposto no artigo 27 da Lei 8.987/1995, ***“A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão”***.

Superada a discussão quanto a Legalidade da Concessão, passamos a discorrer sobre a má prestação dos serviços em relação ao Município de Gurupi, as reclamações são diversas, sendo notória inclusive nas redes sociais a insatisfação da comunidade com os recentes problemas ocasionados pela Companhia Concessionária, que variam desde aumentos exagerados e injustificados de consumo, a acidentes provocados por má revitalização de vias alvo de obras ou manutenções da BRK-ambiental/saneatins.

Tais reclamações foram aferidas, por meio de relatórios do PROCON local, Sistema de gestão de Unidades do “É PRÁ-JÁ”, Defensoria Pública Estadual, bem como fiscalizações e oitivas de testemunhas realizadas por esta Comissão e dispostos nos tópicos 3.2 e 3.3 deste relatório.

Nesse sentido, a execução inadequada da prestação concedida, nos termos da legislação vigente além de ensejar responsabilização por descumprimento de contrato, pode ainda autorizar o Poder concedente a realizar intervenção junto ao Concessionário, dessa forma garantindo o fiel cumprimento do pactuado, isto nos termos do artigo 32 da lei nº 8987/1995.

Outro ponto verificado pelas diligencias desta Comissão, foi a baixa utilização de materiais e prestadoras de serviços locais nas suas atividades, o que não se mostra razoável, uma vez que uma das forma de compensação por parte desta Concessionária se dá através de políticas de desenvolvimento social e econômico do local explorado.

Destarte, entendemos ser necessária e efetiva uma ação conjunta dos Poderes Públicos instituídos que resulte numa melhor prestação do serviço de saneamento Municipal e correção dos vícios e irregularidades evidenciados.

Por tais razões, diante dos documentos, informações e processos analisados, dos fatos apurados e expostos no presente relatório e nas oitivas recepcionadas por esta Comissão, encaminho o presente Relatório,

À Mesa Diretora:



Exercer em sua plenitude a fiscalização delegada pela legislação para que adote as providências necessárias na responsabilização da Empresa Concessionária, Agencia Tocantinense de Regulação e Fiscalização, Agencia Gurupiense de Regulação e Fiscalização e do Executivo Municipal pelos atos e omissões lesivos ao erário e por conseguinte a comunidade gurupiense.

Com o fim de minorar os prejuízos causados pelos atos e omissões apontados neste relatório, requer a Mesa Diretora desta Casa de Leis que encaminhe expediente ao Chefe do Poder Executivo, Diretor Presidente da BRK-ambiental/Saneatins, Diretor Presidente da Agencia Tocantinense de Regulação e Fiscalização e ao Presidente da Agencia Gurupiense de Regulação e Fiscalização, imediatamente após o recebimento deste, iniciando assim, tratativas de Revisão Contratual afim de sanar os vícios de legalidade existentes e robustamente demonstrados nos autos, para tanto sugere a manutenção dos componentes desta Comissão como representantes da Câmara Municipal nestes feitos.

Não restando frutífera as tratativas de revisão contratual, recomenda ainda que indique ao Executivo Municipal a realização de Intervenção deste à Companhia Concedente para garantir a efetiva prestação dos serviços e cumprimentos das garantias contratuais.

Reforça-se que tais medidas, são as entendidas mais saudáveis vez que se verificam no caso concreto situações ensejadoras inclusive de anulação ou rompimento do contrato atual, entendido, eivado de vícios.

Aliados às recomendações acima, encaminhamos como forma de amenizar a situação de impotência dos munícipes diante dos problemas enfrentados, o projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 089/2019 – Dispõe sobre a cobrança de tarifas de serviços de água e esgoto no Município de Gurupi e dá outras providencias (anexo).

Solicitamos ainda, face aos indícios de irregularidades e ilicitudes que possam vir a ser imputado como crimes de responsabilidade e crimes comuns, o envio de cópia do Processo e do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI nº 001/2019, aos,

Chefe do Poder Executivo:

Conforme, recomendação contida no item anterior, esperamos a iniciativa de tratativa no sentido de revisar a atual Concessão de Saneamento



de Gurupi, contendo dentre outros alterações as seguintes: revisão tarifária, contemplando análise ampla sobre a aferição da composição desta em razão dos investimentos e estrutura já existente; celebração de termo de cooperação entre a ATR e AGRF; instrumentalização da AGRF para o efetivo exercício da regulação e fiscalização; Revisão do Plano Municipal de Saneamento, bem como aplicação das normas contidas na NBR 9050; Revisão conjunta do Plano de Mobilidade nos temas afetos; Efetiva aplicação da Lei estadual nº 1.636/2005 (regula a utilização de bloqueadores de ar, conforme parâmetros da Portaria 246 do Inmetro); Política de transparência em relação as trocas de hidrômetros, inclusive com ciência prévia aos consumidores e viabilização destes em acompanhar a aferição dos equipamentos, visto somente haver uma banca que realize esse serviço, na capital Palmas; Dentro da revisão contratual que haja proposta de cobrança de uso dos bens naturais por parte da concessionária para que possa fazer Jus as compensações e ambientais e sociais no Município.

Corroborando com o recomendado no item anterior, requer sanção do Projeto de Lei Ordinária do Legislativo e edição de Decreto normativo acerca do tema.

Ainda, não se mostrando possível tal situação, requer que este Poder edite Decreto executivo, nos moldes do § único, artigo 32, da Lei 8.987/1995, executando Intervenção junto a Companhia Concessionária.

Ao Tribunal de Contas do Estado Tocantins:

Para que apure os fatos que ainda não foram objeto de análise daquele órgão quanto aos indícios de irregularidades e ilicitudes praticadas em relação a outorga de Concessão com os vícios aqui apontados, pela atual gestão do Executivo Municipal e das Gestões anteriores e contemporâneas aos fatos e atos descritos neste processo.

Ao Ministério Público do Estado do Tocantins:

Para que adote as medidas judiciais e extrajudiciais que julgar pertinentes, a fim de apurar os fatos apontados por esta Comissão, proceda a minuciosa investigação quanto aos indícios de irregularidades e ilicitudes praticadas pela Companhia Concessionária, atual gestão do Executivo Municipal no que diz respeito a ausência de anuência quanto a alteração societária da Concedente, ou sua eventual omissão nesse sentido, bem como



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE GURUPI
PODER LEGISLATIVO – CÂMARA MUNICIPAL
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO 001/2019
Avenida Goiás, 2.880, Centro - 77410-010 – Gurupi/TO



as Gestões anteriores e contemporâneas aos fatos e atos descritos neste processo.

Gurupi-TO, 12 de dezembro de 2019.

Vereador Ataíde Leiteiro

RELATOR

Vereador Sargento Jenilson

PRESIDENTE

Vereador Claudio do Trevo

VICE-PRESIDENTE

Vereador César da Farmácia

MEMBRO